

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

ISIS CLEIDE DA CUNHA FERNANDES

**REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO
CONTRA A MULHER NOS JORNAIS DE CABO VERDE:
uma análise de conteúdo de *A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas***

**PORTO ALEGRE, RS.
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

ISIS CLEIDE DA CUNHA FERNANDES

**REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO
CONTRA A MULHER NOS JORNAIS DE CABO VERDE:
uma análise de conteúdo de *A Semana*, *A Nação* e *Expresso das Ilhas***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Linha de Pesquisa: Jornalismo e Processos Editoriais

Orientação: Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

**PORTO ALEGRE, RS.
2012**

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Isis Cleide da Cunha.

Representação da violência de gênero contra a mulher: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas / Isis Cleide da Cunha Fernandes. -- 2012. 198 f.

Orientadora: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Mídia. 2. Estudos de Gênero. 3. Violência contra as mulheres. 4. Agendamento. 5. Análise de Conteúdo. I. Fonseca, Virginia Pradelina da Silveira, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

A Comissão examinadora abaixo assinada aprova a dissertação **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, Expresso das Ilhas e A Nação**, elaborada por **Isis Cleide da Cunha Fernandes** como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca (Orientadora) - PPGCOM/UFRGS

Profa. Dra. Cassilda Golin Costa - PPGCOM/UFRGS

Dra. Nara Maria Manuelli Magalhães - PROGRAD/UFRGS

Profa. Dra. Nilda Aparecida Jacks - PPGCOM/UFRGS

Porto Alegre – RS, 19 de Março de 2012.



ATA Nº 03/2012

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às treze horas e trinta minutos, na sala 206 da FABICO, ocorreu em sessão pública a defesa da Dissertação de **ISIS CLEIDE DA CUNHA FERNANDES**, intitulada "**REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NOS JORNAIS DE CABO VERDE: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas**", como um dos requisitos ao grau de Mestre em Comunicação e Informação. A sessão foi presidida pela orientadora, Prof. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca. A Banca Examinadora foi integrada pelas professoras Dra. Nara Maria Emanuelli Magalhães (UFRGS), Dra. Nilda Jacks (PPGCOM/UFRGS) e Dra. Cassilda Golin Costa (PPGCOM/UFRGS), tendo a Dra. Ana Cláudia Gruszynski (PPGCOM/UFRGS) como suplente. Após a arguição, os examinadores se reuniram para avaliar a Dissertação, considerando-a **APROVADA** com conceito final A, resultado dos conceitos atribuídos pelos examinadores, especificamente: Dra. Nilda Jacks (conceito A), Dra. Cassilda Golin Costa (conceito A), Nara Maria Emanuelli Magalhães (conceito A). A concessão do título de mestre só estará em plena validade após terem sido preenchidos todos os demais requisitos para a concessão do título, no prazo de noventa dias, conforme previsto no regimento do curso e na legislação superior pertinente, e a homologação da presente dissertação pela Comissão de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às dezoito horas, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pela orientadora e pelos integrantes da Banca Examinadora.


Prof. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca


Profa. Dra. Nilda Jacks


Prof. Dra. Cassilda Golin Costa


Prof. Dra. Nara Maria Emanuelli Magalhães



DEDICATÓRIA

A Deus, pelo amparo, proteção e iluminação em todos os momentos da minha vida e, principalmente, por me guiar nos momentos difíceis, de incertezas, de angústias e pela força interior concedida, ao longo do percurso de elaboração desta dissertação.

Aos meus pais, Pascoal e Clementina. Faltam-me palavras para dizer o quão importantes são para mim, mas, neste trabalho, quero deixar firmado a minha eterna gratidão pela educação exemplar que me transmitiram e pela felicidade que me proporcionaram de fazer parte de uma família maravilhosa e unida, sempre presente com amor, incentivos e compreensão, em todas as fases da minha vida. Esta gratidão é também por todo o apoio e incentivo que me transmitiram, durante mais este percurso acadêmico.

Aos meus irmãos (que também preencheram o lugar de uma irmã que não tive), Osiris, Ozias e Esmael, meus companheiros de sempre e confidentes de todas as horas, pelas alegrias que me têm proporcionado e por nunca deixarem de me incentivar a não desistir, em momentos em que o otimismo e a autoconfiança estiveram ausentes.

Aos meus familiares, amigo, colegas e conhecidos que por essa vida afora contribuíram, de alguma forma, para que fosse a pessoa que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Na certeza de que um trabalho científico como este não resulta somente do esforço do seu responsável, mas também de apoios institucionais e da contribuição de outras pessoas, começo por agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de estudo, no âmbito do Programa de Estudantes Convênios de Pós-graduação, o que possibilitou a minha deslocação de Cabo Verde e permanência no Brasil, durante os dois anos do Mestrado. Os meus agradecimentos institucionais são também extensivos ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM), da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela disponibilização da vaga e acolhimento no curso de Mestrado em Comunicação e Informação.

Um reconhecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, por ter se disponibilizado em me orientar e acreditado no futuro deste projeto. Este agradecimento é também pela sua amizade demonstrada, orientação paciente e pelo tempo gasto na leitura e correção desta dissertação, tendo contribuído para meu crescimento acadêmico e profissional, através de ensinamentos, dicas de pesquisa e sugestões de leituras.

Às professoras Cassilda Golin Costa e Nilda Aparecida Jacks, pelo aprendizado proporcionado como professoras e ainda por terem participado da banca do Exame de Qualificação do projeto que deu corpo a este trabalho, formulando sugestões e apontando dicas para o seu melhoramento, reitero igualmente o meu reconhecimento.

Ao meu irmão e “amigo crítico”, Osíris Luís da Cunha Fernandes, que mesmo tendo que dar conta das suas tarefas inerentes ao curso de doutorado, não deixou de me disponibilizar um pouco (e muito!) do seu tempo, apoiando-me, ainda que à distância, na utilização do programa *SPSS* e na elaboração da análise estatística dos dados; também pela ajuda na tradução do resumo, pelos comentários críticos, pelas inúmeras trocas de impressões, sugestões e correções feitas ao longo do desenvolvimento do texto desta dissertação, manifesto a minha gratidão.

Agradeço, igualmente, a todos os outros professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/FABICO/UFRGS), com quem tive a oportunidade de fazer disciplinas e de partilhar saberes e conhecimentos, durante os dois

anos do Mestrado. Um reconhecimento especial, às colegas Eliege Fante e Márcia Veiga pelo acolhimento, pela amizade, pelo companheirismo e humildade no trato, demonstrados ao longo deste percurso que fizemos juntas.

Aos alunos da Graduação em Comunicação Social – Jornalismo, com quem realizei o Estágio Docente Supervisionado, na disciplina de Ética e Jornalismo, no primeiro semestre de 2011, pelas oportunidades de diálogo, experiências e pelos conhecimentos partilhados, um muito obrigada!

Muito especialmente, agradeço a todas aquelas pessoas que se disponibilizaram em me facultar informações através de entrevistas. Não obstante essas entrevistas não terem sido consideradas neste trabalho, por razões burocráticas e relativas ao cumprimento de prazos, acredito que tenho em mãos um rico material de análise que me servirá para aprofundar outros aspectos que não foram explorados nesta dissertação, no futuro.

Finalmente, os meus agradecimentos são endereçados aos meus restantes familiares, amigos, colegas e conhecidos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que o alcance desta fase da minha formação acadêmica hoje se tornasse realidade.

RESUMO

Este estudo situa-se na interface de duas áreas específicas: a comunicação, concretamente do jornalismo, e os estudos de gênero. O principal objetivo nesta pesquisa foi analisar como os jornais de Cabo Verde representam a violência de gênero contra as mulheres, no intuito de se perceber a importância e o destaque que atribuem ao tema. Para tanto, foram analisadas 134 matérias jornalísticas, publicadas nos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* no período compreendido entre 2000 e 2010. O referencial teórico que suportou as discussões feitas sobre o tema assentam nas teorias construcionistas do jornalismo, designadamente na teoria do agendamento, bem como nos estudos de gênero e ainda em alguns estudos análogos sobre violência de gênero na mídia. Utilizou-se a análise de conteúdo como metodologia de pesquisa de forma a alcançar os objetivos específicos propostos: mapear a frequência (ou a ocorrência) da cobertura jornalística sobre violência de gênero contra as mulheres nos jornais cabo-verdianos - jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* - ao longo do período de 2000 e 2010; descrever as características da cobertura jornalística feita por esses jornais sobre a violência de gênero contra as mulheres; analisar a importância (ou prioridade) e o destaque atribuídos ao tema no período entre 2000 e 2010; refletir sobre o papel dos jornais de Cabo Verde no agendamento de discussões sobre o tema junto da sociedade cabo-verdiana. Da análise feita, concluiu-se que a temática da violência de gênero contra as mulheres figura como notícia nos jornais cabo-verdianos, essencialmente, associada a atos reais desse tipo de violência, mas a imprensa escrita tende a tratar a questão com superficialidade e sem aprofundamento de um problema social. Essa forma de tratamento privilegiado pelos jornais é atestada pelo predomínio de fontes policiais, pelo relato extremamente factual, motivado por histórias individuais, pouco contextualizadas, com baixa presença de opiniões divergentes, e pouquíssimos dados (estéticas, leis, políticas públicas, serviços de apoio e denúncia existentes). A cobertura feita pelos jornais permite concluir ainda que os veículos impressos estudados não agendam discussões junto da sociedade que permitem um conhecimento mais aprofundado do fenômeno da violência contra as mulheres e se abstêm do papel de controle social, no sentido de fiscalizar e cobrar do Estado políticas públicas para se pôr cobro ao problema.

Palavras-chave: Mídia. Estudos de Gênero. Violência contra as mulheres. Agendamento. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

This study lies at the interface of two specific fields: communication, particularly journalism, and the studies of gender. The main objective in this research was to analyze how Capeverdean newspapers represent gender-based violence against women in order to understand the importance and the prominence that they attach to the issue. Thus, we analyzed 134 articles, published in the newspapers *A Semana*, *Expresso das Ilhas* and *A Nação* in the period between 2000 and 2010. The theoretical framework that supported the discussions on the subject is based on constructionist theories of journalism, particularly the theory of agenda-setting, as well as in gender studies and even in some similar studies on gender violence in the media. We used content analysis as a research methodology in order to achieve the proposed specific objectives: to map the frequency (or occurrence) of coverage on gender-based violence against women in the Capeverdean newspapers – *A Semana*, *Expresso das Ilhas* and *A Nação* - between 2000 and 2010; to describe the characteristics of the coverage made by these newspapers on gender-based violence against women; to analyze the importance (or priority) and the prominence given to the issue between 2000 and 2010; to reflect on the role of newspapers in Cape Verde in scheduling discussions on the subject with the Capeverdean society. From the analysis it was concluded that the Capeverdean newspapers published news about gender-based violence against women, essentially, associated with real acts of violence, but the press tends to treat the issue superficially and without a deep exploration of it as a social problem. This form of privileged treatment by the newspapers is attested by the prevalence of police sources, the extremely factual report, driven by individual stories, less contextualized, with low presence of divergent opinions, and very few data (statistics, laws, policies, supporting services and existing complaints). The newspapers coverage of the issue suggests that the print media has not scheduled discussions with the society that allow a deeper understanding of the violence phenomenon against women and eschews from the role of social control, in order to monitor and call for public policies from the State to put an end to the problem.

Keywords: Media. Gender Studies. Violence against Women. Agenda Setting. Content Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Arquipélago de Cabo Verde	15
Figura 2 - Agente da PN baleada por ex-companheiro	124
Figura 3 – Jornalista da Televisão brutalmente espancada pelo companheiro.....	124
Figura 4 – Jovem espancada pelo companheiro	125
Figura 5 - Mãe quer Justiça para filha violada	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de matérias publicadas pelos jornais ao longo do período de análise	110
Tabela 2 - Distribuição das matérias por editorias	113
Tabela 3 - Gênero da vítima relatada na matéria.....	137
Tabela 4 - Gênero do (a) agressor (a) /Acusado (a)	137
Tabela 5 - Âmbito geográfico da matéria.....	138
Tabela 6 - Gênero do (a) autor (a) da matéria	139
Tabela 7 - Motivação da publicação da matéria.....	140
Tabela 8 - Nível de relacionamento entre vítimas e agressores	141
Tabela 9 - Elementos de justificação da violência apontados na matéria	144
Tabela 10 - Consequências da violência relatada nas matérias.....	146
Tabela 11 - Faixa etária das vítimas relatada na matéria.....	147
Tabela 12 - Abordagem do tema	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Zonas de Localização das matérias na página do jornal por veículo	115
Gráfico 2 - Página (ímpar ou par) de publicação das matérias por jornal	116
Gráfico 3 - Dimensão das matérias	117
Gráfico 4 - Frequência dos gêneros jornalísticos das matérias por veículo	118
Gráfico 5 - Correlação entre frequência dos gêneros jornalísticos e dimensão das matérias.	121
Gráfico 6 - Elementos gráficos presentes na matéria por jornal.....	127
Gráfico 7 - Fontes relatadas nas matérias por jornal	133
Gráfico 8 - Tipos de violência relatados nas matérias.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONGs - Organizações Não Governamentais
PNCVBG – Programa Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero
REDE SOL – Rede Interinstitucional de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Gênero
ICIEG – Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade de Gênero
IDSR-II – II Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva
TV – Televisão
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
CEDAW- Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
INE – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
MPD – Movimento para Democracia
FMI – Fundo Monetário Internacional
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
MCA – Millennium Challenge Account
OMC – Organização das Mulheres de Cabo Verde
MED – Ministério da Educação e Desporto
CNOMC – Comissão Nacional da Organização das Mulheres de Cabo Verde
OIT – Organização Internacional do Trabalho
MORABI – Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento
PMI-PF – Proteção Materno-infantil e Planeamento Familiar
ICF – Instituto da Condição Feminina
ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
AMJ – Associação das Mulheres Juristas
RMPCV – Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde
REDEMEC – Rede de Mulheres Economistas
CNDHC – Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania
VERDEFAM – Associação para a Proteção da Família
PNIEG – Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
ZFI – Zonas Francas Industriais
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
PNCVBG – Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero
PNACVBG – Plano Nacional de Ação Combate à Violência Baseada no Gênero
UNI-CV – Universidade de Cabo Verde
Uni Piaget – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
UNICA – Universidade Intercontinental de Cabo Verde
US – Universidade de Santiago
ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
ICJS – Instituto de Ciências jurídicas e Sociais
CVE – Escudo de Cabo Verde
EUR – Euro
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

TECV – Televisão Experimental de Cabo Verde
TNCV – Televisão Nacional de Cabo Verde
RTC – Rádio e Televisão de Cabo Verde
TCV – Televisão de Cabo Verde
RCV – Rádio de Cabo Verde
RTP-África – Rádio e Televisão Portuguesa-África
CFI – Canal França Internacional
TV5- Afrique – Canal de Televisão da África Francófona
TIVER – Televisão Independente de Cabo Verde
RNCV – Rádio Nacional de Cabo Verde
CV-Telecom – Empresa de Telecomunicações de Cabo Verde
CVXTV – Cabo Verde Xinnuoli de Serviços de Comunicações Eletrônicas e Teledifusão Digital
T+ - Tmais Operadora de Telefonia Móvel
TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	VI
AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT.....	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE GRÁFICOS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XIV
INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema e objeto de pesquisa	1
1.2 Justificativa	2
1.3 Problemática de pesquisa	6
1.4 Objetivos	12
1.5 Estrutura da Dissertação.....	13
CAPÍTULO I – CABO VERDE: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS, DEMOGRÁFICOS E CULTURAIS	14
1.1 Relações de gênero e o percurso histórico de afirmação das mulheres em Cabo Verde: encantos e desencantos.....	24
1.2 A violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde: cenário atual	36
1.2.1 Os dispositivos políticos e legais de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde	45
1.3 A imprensa em Cabo Verde: evolução e mapeamento do campo	49
1.3.1 Jornalismo em Cabo Verde: entre avanços e desafios.....	56
CAPÍTULO II – OS FUNDAMENTOS TÉRICOS DO ESTUDO	59
2.1 Das teorias construcionistas à notícia como construção social da realidade.....	60
2.2 O jornalismo como instância pedagógica e formadora de conhecimento	67
2.3 Teoria do Agendamento: a influência da mídia na formação da opinião pública	73
2.4 Gênero e violência de gênero	80
2.4.1 Violência de gênero e violência contra as mulheres	89
2.5 A relação entre mídia impressa e violência de gênero contra as mulheres	96
CAPÍTULO III – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS.....	102
3.1 Análise de Conteúdo: conceituação e pertinência.....	102
3.2 As técnicas privilegiadas.....	103
3.3 Procedimentos metodológicos e universo de pesquisa.....	104
3.4 Os jornais A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas.....	107
3.4.1 A <i>Semana</i>	107
3.4.2 A <i>Nação</i>	108
3.4.3 <i>Expresso das ilhas</i>	109
CAPÍTULO IV- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	110
4.1 A morfologia (ou o formato) das matérias	110
4.2 Conteúdo das Matérias	122
4.3 Abordagem jornalística das matérias	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
Desafios e Recomendações	157
Limitações do estudo.....	160
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE	171

INTRODUÇÃO

1.1 Tema e objeto de pesquisa

O tema desta dissertação é a **mídia¹ e violência de gênero**, mais precisamente a **representação da violência de gênero contra as mulheres nos jornais impressos de Cabo Verde na primeira década do século XXI, de 2000 a 2010**. Para a realização deste estudo elegeu-se como objeto empírico os três jornais de informação geral de Cabo Verde - *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*.

A temática do estudo situa-se na interface de duas áreas específicas: a comunicação, concretamente do jornalismo, e os estudos de gênero. Das múltiplas possibilidades de estudá-la, esta se apresentou como pertinente em função de o jornalismo se constituir como um *locus* não só de construção da realidade como também de socialização, capaz de influenciar opiniões e atitudes. Pesquisadores e especialistas são enfáticos em reconhecer que a mídia jornalística exerce um relevante papel na sociedade, porque não apenas define “sobre o que se fala”, mas especialmente “o que se fala”, divulgando opiniões, argumentos e influenciando o público para certas atitudes (BERGER e LUCKMANN, 2011; McCOMBS, 2009; WOLF, 2006; ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2001; HOHLFELDT, 2011). Outros autores (MEDITSCH, 1997; VIZEU, 2009; REGO e VIZEU, 2009; FISCHER, 2002) argumentam que, enquanto partícipe na construção da realidade, a mídia, em particular o jornalismo, pode também ser considerada uma instância pedagógica que forma conhecimento sobre os mais variados assuntos. Levando-se em consideração todo esse potencial dos meios de comunicação jornalística influenciar a opinião pública, pode-se pensar que estes podem se beneficiar também de questões cujo enfoque parte de estudos de gênero. Quer dizer que, através de conteúdos de veículos de comunicação, seria possível descortinar aspectos arraigados na sociedade que os próprios jornalistas, na condição de seres sociais, acabariam por veicular por meio das notícias que constroem, a partir de determinadas realidades. Uma observação feita por Silva M. V. da (2010) afigura-se como bastante incentivadora neste sentido, quando afirma que “o jornalismo, a partir do modo como o grupo social constituído

¹Neste trabalho “Mídia” deve ser entendida como meios de comunicação, como emissoras de rádio, de televisão, jornais, revistas e outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa. E também possui poder simbólico na construção social da realidade e influencia s pessoas na compreensão e interpretação dessa realidade. (LIMA, 2003; Guazina, 2007; SILVERSTONE, 2005; WOLF,2006; TRAQUINA, 2001).

por seus profissionais foi percebido (suas visões de mundo, cultura profissional e das rotinas de produção), acaba contribuindo para o processo de (re) produção de valores e representações hegemônicas de gênero” (SILVA, M. V. da, 2010, p.201). Em última instância, essas representações permitiriam compreender certos hábitos na sociedade, na medida em que também refletem a existência de um padrão heteronormativo, conforme a autora em apreço.

1.2 Justificativa

Trazer a questão da violência de gênero para esta discussão apresenta-se como oportuna, uma vez que por meio dos produtos midiáticos pode-se não somente conhecer certos hábitos instituídos na sociedade sobre a questão de gênero, que podem estar na origem da prática da violência contra as mulheres. Igualmente, os meios de comunicação poderiam dar a sua contribuição no enfrentamento do problema com a difusão de matérias que, por exemplo, promovam mudanças nas representações estereotipadas e sexistas de gênero; na expansão de um novo modelo relacional entre homens e mulheres, baseado no princípio da igualdade e equidade, da solidariedade e da partilha de responsabilidades e na promoção de uma imagem positiva das mulheres, sem que seja apenas em situações de excepcionalidade, de vitimização e/ou subordinação ante a figura masculina.

Centrando-se no contexto cabo-verdiano, a avaliação que se pode fazer é de que a violência de gênero é um problema social cuja dimensão quantitativa demonstra que se trata de um fenômeno que tem estado a atingir principalmente as mulheres, com consequências diretas para a saúde das vítimas e enormes custos pessoais, familiares e sociais, sem falar que em muitos casos tem resultado em mortes. Conforme o Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde (PNCVBG),

[...] nesta espiral de violência, a mulher tem sido, amiúde, duplamente vítima. Em primeiro lugar, por, de forma reiterada, receber abusos psicológicos e físicos do marido/companheiro. Em segundo porque, quando reage – e o faz de forma violenta – torna-se numa vítima-agressora. Em consequência, vem a desestruturação do agregado familiar e os custos econômicos e sociais. Também é verdade que, não obstante o seu caráter eminentemente privado, uma vez que a VBG tende a acontecer, maioritariamente, no espaço doméstico, uma preocupação social crescente em relação ao fenômeno tem vindo a ocorrer (MJ; ICIEG, 2006, p.10).

Este quadro da violência de gênero que ainda faz parte da realidade de vida de muitas mulheres cabo-verdianas é também comprovado por dados estatísticos disponíveis no país. Registros oficiais obtidos junto da Rede Interinstitucional de Apoio às Vítimas da Violência Baseada no Gênero (REDE SOL²) apontam que um total de 2138 mulheres foi vítima desse tipo de violência em Cabo Verde somente no ano de 2010, contra 1299 casos registrados em 2009 (REDE SOL/ICIEG, 2010). No Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II³) realizado no país consta que, desde a idade dos 15 anos, mais de uma cabo-verdiana em cada cinco já foi violentada fisicamente (21%) pelo marido/companheiro ou outra pessoa, sendo que 16% das mulheres inquiridas no âmbito do estudo confirmaram ter sido vítimas de atos de violência física, 14% de violência emocional e 4% de violência sexual. (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008). Um estudo sobre a violência doméstica contra universitárias, divulgado em 2011, indica que 39,9% dessas mulheres acusaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica, a partir dos 16 anos de idade (ALVARENGA, 2011).

Não obstante alguns desses estudos carecerem de atualização e sistematização, eles permitem que se tenha uma percepção clara da dimensão do problema em Cabo Verde, o que alerta para a necessidade de uma intervenção em várias frentes e por via de uma atuação articulada entre diversas instâncias sociais. Assim, levando-se em consideração que os meios de comunicação afiguram-se como um lugar privilegiado para pautar debates sobre questões sociais, dado ao seu potencial de influenciar a opinião pública e de corroborar para a reprodução, ou a ruptura com certos paradigmas sociais, acredita-se que o jornalismo poderia ser um desses agentes sociais cujo papel seria relevante no enfrentamento do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres.

Em outros termos, pode-se afirmar que uma informação jornalística, além de informar, também pode ajudar na construção da cidadania, educação e sensibilização da sociedade para as mais variadas questões sociais, dentre os quais o fenômeno da violência de gênero. É nesse sentido que se encontrou uma razão para pesquisar **a representação da violência de gênero contra as mulheres nos jornais impressos de Cabo Verde**. Uma primeira curiosidade nesse

²Conjunto de instituições cuja missão é apoiar, de forma eficaz, eficiente e célere as vítimas de violência baseada no Gênero em Cabo Verde. Essa rede foi criada em 2004 e vem sendo coordenada em nível nacional pelo Instituto Cabo-verdiano da Equidade e Igualdade de Gênero – ICIEG, com a parceria de várias outras instituições, designadamente policial, psicológico, jurídico, médico, social e econômico.

³ Realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) e Ministério da Saúde, de julho a novembro de 2005, com o objetivo de conhecer os índices sobre fecundidade, mortalidade de crianças menores de cinco anos, o planejamento familiar, a saúde materna e infantil, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o VIH/SIDA e a violência doméstica.

sentido foi conferir com que frequência os jornais de Cabo Verde noticiavam acontecimentos relacionados à violência de gênero contra as mulheres e como faziam a representação desse assunto.

Um olhar mais atento em direção a alguns casos que eram noticiados não só nos jornais, mas também em outros veículos de comunicação, permitiu que se constatasse uma tendência dos meios noticiosos cabo-verdianos em dar importância ao assunto, somente diante de casos excepcionais (morte violenta, por exemplo), ou quando a própria vítima se recorre à comunicação social para denunciar a violência sofrida. Da observação dessa realidade, a inquietação ante o aparente reducionismo e superficialidade no tratamento jornalístico do tema se constituiu como mais um motivo para se investir na investigação dos conteúdos das notícias publicadas na imprensa escrita cabo-verdiana.

Outra motivação para esta escolha resulta da inexistência de estudos em Cabo Verde que analisem conteúdos dos órgãos da comunicação social, em especial dos jornais, sobre a violência de gênero contra as mulheres. No levantamento bibliográfico feito, identificou-se cerca de meia dúzia de trabalhos que tratam da questão da violência de gênero, mas em nenhum deles se revelou uma preocupação em estabelecer qualquer relação com o campo do jornalismo. Por isso, além de contribuir para o preenchimento de uma lacuna, acredita-se que este trabalho pode despertar interesse para outros estudos do tipo, no futuro, resultando em aumento da literatura sobre mídia e violência de gênero em Cabo Verde.

Essa literatura poderia vir a ser usada não só por diferentes departamentos do Estado que lidam com a temática e ainda por agentes do círculo acadêmico, ou mesmo por entidades internacionais que tenham interesse no assunto. Entretanto, é bom que se frise que não somente o meio acadêmico precisa ter conhecimento de resultados de pesquisas que incidam sobre a cobertura jornalística de determinados temas, como a própria sociedade precisa conhecer a realidade para que possa desenvolver senso crítico e, a partir disso, incorporar esse conhecimento de mundo às causas sociais.

Acredita-se também ser imperioso que os próprios veículos de comunicação tenham conhecimento dessa realidade, aproveitando as sugestões que são oferecidas nesta pesquisa e aplicando-as em suas redações, se julgarem pertinente, para que alcancem qualidade no tratamento de assuntos tão delicados e complexos com é o da violência de gênero contra as mulheres.

A escolha do objeto empírico deste estudo recaiu sobre os três jornais cabo-verdianos por serem semanários de informação geral, cujas publicações proporcionam ao público uma

diversidade de informações sobre os mais variados acontecimentos da atualidade nacional e internacional. Por outro lado, sendo veículos impressos, oferecem também um rico material de análise, uma vez que se destacam em relação a outros meios de comunicação de massa, como a televisão e a rádio. Os jornais têm a característica de ser espaço privilegiado e acessível de memória coletiva. Conforme sublinha Évora (2010):

Um assunto divulgado na TV ou na rádio tem a vantagem do dinamismo e da imediatez, mas esse efeito é passageiro, e, se o leitor não tiver o cuidado de gravar aquele programa/informação em algum meio de registro eletrônico, a mensagem já terá passado, sem que o receptor possa voltar à mesma para uma releitura ou reinterpretação mais cautelosa. Fato é que as revistas impressas semanais os jornais impressos diários têm um impacto muito maior sobre a memória coletiva que outras mídias. Os jornais são lugares de memória da sociedade (ÉVORA, 2010, p.64).

Neste sentido, pode-se pensar também que os jornais têm a possibilidade de ser um importante fator de mudança nas relações culturais, pois possibilitam o acesso barato a algum tipo de cultura, ao contrário dos livros, que são mais caros e de difícil acesso em Cabo Verde, onde o número de bibliotecas públicas é reduzido e os seus acervos limitados em termos de diversidade.

O hábito de partilha⁴ de jornais com outras pessoas revelou-se como outro dado importante para se apostar nessa escolha. Não tendo dinheiro para comprar jornais, frequentemente, pode-se pensar que as pessoas têm acesso às informações veiculadas, porque compartilham dos exemplares uns dos outros.

A opção pelos veículos impressos deve-se ainda à facilidade de acesso, uma vez que no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde todos os jornais que circulam no país são encadernados e arquivados para consulta, o que facilita a recolha de textos, obtidos com menos burocracia em relação a conteúdos da TV e/ou das rádios nacionais, por exemplo.

Por outro lado, os veículos impressos escolhidos são representativos da imprensa jornalística de Cabo Verde, o que possibilita uma visão panorâmica da imprensa escrita nacional sobre a representação da violência de gênero contra as mulheres.

⁴ O relatório do Inquérito de Satisfação e Audimetria dos órgãos de comunicação social aponta que 6 em cada 10 pessoas em Cabo Verde têm o hábito de partilhar e ler o mesmo jornal. Ainda de acordo com o mesmo documento, cerca de 60% dos homens inquiridos, contra 54% entre as mulheres, assumem ter partilhado o mesmo exemplar do jornal. Essa partilha ocorre principalmente em grupos de pessoas com maiores níveis de instrução e de todas as faixas etárias, especialmente entre indivíduos com idade compreendida entre 35 e 54 anos. Relativamente a hábitos de leitura, este continua a estar fortemente marcado pelo nível de instrução e tende a aumentar também com aumento de instrução. Conforme o documento, a percentagem de mulheres que leem jornais é menor que a de homens. E, os indivíduos com idade superior a 44 anos são os que dedicaram mais tempo à leitura dos jornais comparativamente aos mais jovens. (AFROSONDAGEM/DGCS, 2011).

1.3 Problemática de pesquisa

A mídia, em particular o jornalismo, é apontada como um dos mais importantes instrumentos de intervenção na vida social. Essa importância decorre do reconhecimento do crescente papel que os meios de comunicação jornalística podem desempenhar na formação da opinião e na representação dos fatos e na sua respectiva interpretação. Nessa perspectiva, entende-se ser possível enquadrar a discussão sobre os meios de comunicação e o problema da violência de gênero contra as mulheres.

Durante muito tempo, a violência de gênero perpetrada contra as mulheres foi um fenômeno assistido em silêncio pela sociedade e pelas instituições com responsabilidade na matéria, tanto em Cabo Verde, assim como em vários outros países do mundo. Se atualmente se pode falar de alguma igualdade de direitos entre homens e mulheres, é porque um longo caminho foi percorrido pela civilização humana. O século XX é o período em que se deu “um enorme salto” nesse sentido, conforme Lopes (2002) que afirma que muitas conquistas que hoje são reconhecidas às mulheres, como direito a voto e planejamento familiar, são frutos desse século. Entretanto e, citando Hobsbawm, o autor reconhece que foi após a Segunda Guerra Mundial que a figura feminina conseguiu conquistar o espaço público reservado aos homens, o que acarretou mudanças no relacionamento entre homens e mulheres, particularmente no Ocidente (a partir dos 1960-1970) e nos EUA, em que afro-americanos e grupos minoritários conquistaram a cidadania.

Em África, essas conquistas começaram a ocorrer, a partir da segunda metade do século XX, com a independência de alguns países do continente. Em Cabo Verde, como refere o jornalista cabo-verdiano, o momento em que se abriram novas perspectivas de vida aos cabo-verdianos foi o da independência do país, em 1975, em que “o número de pessoas com acesso à saúde, à educação e à cultura aumentou não menos substancial a partir de 1975. E, com isso, mudaram igualmente as relações entre os homens e as mulheres” (LOPES, 2002, p.7).

O percurso para a afirmação das mulheres, em pé de igualdade com os homens, continuou não só em Cabo Verde como em vários países de todos os continentes. As conquistas foram se multiplicando e reconhece-se que os ganhos alcançados são positivos, tanto para as mulheres como para os homens. Contudo, ainda existem desequilíbrios relacionados a gênero, sendo que um deles comprovado pela ocorrência de atos de violência

de gênero contra as mulheres, um fenômeno que tem mobilizado governos de vários países do mundo a tomada de decisões jurídico-legais e definições de políticas com vistas a pôr cobro ao problema.

Em face de toda a transformação histórica, social e cultural que marca a vida da humanidade e das mudanças na forma de relacionamento entre homens e mulheres, a postura dos meios de comunicação também mudou. Deles passou-se a exigir não somente a tarefa de dar visibilidade aos problemas sociais, como os relacionados à violência de gênero, como também um tratamento mais sério, comprometido e mais aprofundado dessas questões. Coincidentemente, foi entre 1960 e 1970 que essa mudança começou a se registrar, em decorrência de estudos sobre os efeitos da mídia. Nesse período, pesquisas com foco na violência veiculada pelos meios de comunicação começaram a ganhar destaque e interesse por parte de pesquisadores, sendo um desses estudiosos, Walter Lippmann que, em 1922, começara a discutir a postura da imprensa nas interpretações dos acontecimentos (TRAQUINA; 2005b; WOLF, 2006; McCOMBS; 2009).

De acordo com Traquina (2005b), ao investigar esse papel da imprensa na percepção dos acontecimentos, o investigador considerou que os sentidos conferidos pelos meios de comunicação de massa aos assuntos influenciam a compreensão da realidade, porque produzem imagens que são assumidas como reais pelo público, o que acaba por modelar o comportamento das pessoas. Ou seja, “Lippmann (1922) defendia que os medias são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos” (TRAQUINA, 2005b, p. 15).

Não obstante, esse investigador ter defendido a hipótese de um poder ilimitado por parte dos meios de comunicação de massa, as suas formulações foram um prenúncio da chamada fase da teoria do agendamento, ou do *Agenda-Setting Function*, que viria a demonstrar que esse poder atribuído aos meios não era ilimitado, mas sim limitado. Essa fase inicia-se quando Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, por meio de uma análise de conteúdo sobre política, comprovaram a influência da agenda da mídia na agenda do público. Em 1972, numa revista denominada *Public Opinion Quarterly*, esses dois norte-americanos postularam, inicialmente, que embora a imprensa “na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar” (McCOMBS e SHAW, 2000a, p.49).

Após várias outras investigações levadas a cabo por um período de cerca de 20 anos, a dupla de investigadores norte-americana reformulou a posição inicial da teoria do

agendamento, afirmando que os meios de comunicação dizem aos seus leitores não só no que devem pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar (McCOMBS e SHAW, 2000b, p. 155; 2009; TRAQUINA, 2001, p.16).

Atualmente, a teoria do agendamento tornou-se uma das mais usadas para estudar o poder da mídia (e do jornalismo em particular) na sociedade e é em face da importância que lhe é atribuída que também se decidiu tomá-la como pano de fundo para a reflexão teórica do tema desta dissertação. Estudiosos da comunicação (WOLF, 2006; TRAQUINA, 2000; 2001; 2005a; 2005b; HOHLFELDT, 2010) apontam que as várias pesquisas sobre os efeitos mídia realizadas, desde os primeiros estudos sobre agendamento, contribuíram para o consenso de que, efetivamente, os meios de comunicação desempenham papel importante na construção de opiniões e nas representações que se faz do mundo, em que se vive. Nesse sentido, Traquina testemunha que a “vasta literatura sobre o jornalismo reconhece o poder do jornalismo não apenas na projeção social dos tópicos, mas também no seu poder de enquadrar esses tópicos como um recurso de discussão pública” (MOLOCH e LESTER, 1974 *apud* TRAQUINA, 2005b, p.16).

É também em razão de esse poder e da infinita diversidade de informações veiculadas na mídia que, cada vez mais, se tem assistido a debates que apelam à necessidade de se refletir, criticamente, sobre os conteúdos das informações por ela divulgadas. Nesse quadro, figura um reconhecimento de que a mídia jornalística não só influencia e mobiliza a opinião pública sobre determinado tema, como leva à contestação e à transformação da realidade. Significa ainda que a mídia (e o jornalismo) pode ser um espaço de promoção e reforço de desigualdades, de estereótipos e até mesmo de naturalização das práticas de violência. Isso pode acontecer, por exemplo, quando os meios de comunicação deixam de adotar uma postura questionadora e abordam as questões com superficialidade e em função de interesses mercadológicos, esquecendo-se da função social que lhes caberia e dos princípios éticos de prestação de serviço público (BUCCI, 2000; NOBLAT, 2002; KOVACH e ROSENSTIEL, 2004).

Pensando no problema da violência de gênero contra as mulheres, começa-se por frisar que nesta discussão se toma como referência a conceituação de gênero proposta por Scott (1995), que define “gênero como uma categoria de caráter histórica e sociocultural, baseada em elementos constitutivos de relações socioculturais de diferença entre os sexos e também em relações de significação de poder” (p.86). A autora também propõe que gênero é uma categoria cujo entendimento não deve ser entendido exclusivamente no âmbito de relações de

parentesco, mas também no contexto de relações políticas e econômicas. Partindo desta ideia, a violência de gênero contra as mulheres pode também ser reconhecida como um problema social ligado ao poder, a privilégios, ao controle e à dominação, construída no âmbito de relações socioculturais, políticas e econômicas assimétricas entre homens e mulheres, sendo que estas aparecem em posição desfavorável em relação àqueles.

Os vários documentos que vêm sendo divulgados, como os relatórios de entidades da Organização das Nações Unidas – ONU –, têm mostrado que o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres ocorre ainda em muitos países do mundo e que o seu efeito tem sido principalmente social, afetando o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e o desenvolvimento pessoal e a autoestima não só de mulheres e meninas, mas também de homens e meninos.

No quadro de ações que vêm sendo desenvolvidas no mundo, respondendo aos constantes apelos da ONU, conquistas no campo legal, jurídico e de políticas públicas para resolver o problema têm sido também alcançadas, paulatinamente. Porém, no domínio legislativo e da justiça, por exemplo, mesmo com os avanços existentes, as leis nem sempre surtem efeitos positivos, pelo que a violência de gênero continua a fazer parte do cotidiano de muitas mulheres e meninas, principalmente porque em certos países as medidas (quando existem) acabam por esbarrar na resistência cultural e no enraizamento de posturas conservadoras e preconceituosas que, por vezes, reforçam desigualdades entre homens e mulheres.

No relatório lançado recentemente pela entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU – Mulheres), sob o título “O Progresso das mulheres no mundo (2011-2012): em busca da Justiça”⁵, dentre os avanços alcançados neste domínio, informa-se que, atualmente, 173 países garantem licença de maternidade às mulheres; em 139, as constituições já garantem igualdade entre mulheres e homens; 125 tornaram ilegal a violência doméstica; 117 promulgaram leis que estabelecem igualdade salarial e 115 países garantem igualdade dos direitos de propriedade; 117 proíbem o assédio sexual no local de trabalho e 95 garantem direito igualitário de herança. Entretanto, o documento aponta que a discriminação jurídica a desfavor das mulheres, em todos os continentes, é um problema ainda evidente, devido à existência de leis discriminatórias relacionadas à família, propriedade, trabalho e cidadania.

⁵ In: <<http://progress.unwomen.org/?lang=es>>, Acessado em: 14/10/2011.

No mundo, ainda há mais de 603 milhões de mulheres cujos países não proíbem, por lei, a violência doméstica. Além disso, 127 nações não penalizam explicitamente a violação dentro do matrimônio e 61 restringem rigidamente os direitos das mulheres ao aborto. O órgão denuncia que mais da metade das 600 milhões de mulheres que trabalham, em todo o mundo, estão em empregos vulneráveis e inseguros, que não cumprem as leis trabalhistas. Neste sentido, a entidade da ONU avalia que mesmo em casos de avanços legislativos alcançados no século passado, garantindo direitos às mulheres, essas leis não se traduziram em maior igualdade e justiça pelas elas.

Apesar de 186 países terem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), “é frequente que às mulheres se negue o controle sobre seu corpo, a participação na tomada de decisões e a devida proteção contra a violência (Tradução feita pela autora).” (p.8). No que toca à violência perpetrada contra as mulheres, estas continuam a ser atingidas fortemente pela violência sexual. Dados do relatório apontam que milhões de mulheres já sofreram algum outro tipo de violência na vida, comumente levada a cabo pelo próprio parceiro. Outra realidade na vida das mulheres em alguns países diz respeito ao uso dos seus corpos como arma de guerra em situações de conflito.

A falta de proteção jurídica específica em alguns países tem também contribuído para que a violência de gênero contra as mulheres seja um ato justificável. Neste quadro, para erradicar a injustiça contra a camada feminina e garantir os seus direitos violados, o relatório da ONU - Mulheres traz recomendações, ao mesmo tempo em que destaca exemplos positivos em que as violações foram vencidas, abrindo caminhos para a garantia de direitos femininos. De entre as recomendações, elencam-se: apoiar organizações jurídicas de mulheres, que em países com Estado ausente, prestam assessoria às mulheres e que os países criem um canal único de atenção às mulheres, onde elas possam encontrar apoio jurídico e de saúde em casos de violações; promover reformas legais para sensibilizar sobre a questão de gênero; estabelecer cotas para ocupação do Parlamento por mulheres e conseguir com que cada vez mais mulheres estejam na primeira linha da Justiça, com o intuito de sensibilizar o setor para a questão feminina.

Cabo Verde, um arquipélago de quase meio milhão de habitantes, com 36 anos de independência, também tem sido confrontado com o problema social da violência de gênero contra as mulheres e dados existentes no país apontam para uma dimensão quantitativa expressiva do fenómeno. Não obstante o Estado ter assumido os compromissos internacionais

da ONU visando combater o problema e ter adotado uma série de medidas públicas, políticas, jurídicas e legislativas nesse sentido, a situação da violência de gênero contra as mulheres no país revela-se como preocupante e merecedora de atenção e reflexão, uma vez que os contornos sociais advenientes podem trazer implicações severas não só na vida das mulheres, enquanto principais vítimas, mas na sociedade cabo-verdiana no seu todo.

Lançando-se um olhar sobre o tratamento do problema na mídia cabo-verdiana observa-se que o fenômeno tem ganhado cada vez mais visibilidade nos meios de comunicação nacional. Se antes prevalecia a máxima de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, atualmente, o discurso parece ser outro. A violência de gênero contra as mulheres deixou de ser questão do espaço privado e passou a ser encarada como um problema social e, portanto, do âmbito do espaço público. É válido afirmar que boa parte dessa mudança ocorreu graças ao trabalho dos movimentos que promovem o empoderamento das mulheres e têm estado a lutar para o enfrentamento da violência de gênero e pela promoção da igualdade e equidade entre homens e mulheres.

Todavia, o alerta feito por Soares (2007) em relação ao Brasil, parece servir perfeitamente à realidade midiática cabo-verdiana:

Hoje, já não podemos caracterizar o silêncio da mídia como o grande problema. Mas a imprensa, assim como os especialistas, as feministas e os militantes dedicados ao tema têm diante de si um desafio igualmente importante. É preciso dar um salto na cobertura, indo além das estatísticas para inserir, no debate público, as complexidades desses conflitos (SOARES, 2007, p.139).

Um olhar acurado sobre os conteúdos veiculados na imprensa escrita cabo-verdiana (e nos órgãos de comunicação no geral) permite avaliar que esta precisa dar um salto qualitativo no tratamento de grandes questões sociais. A imprensa escrita manifesta uma tendência por coberturas superficiais, que revelam um investimento pequeno em retratar a questão da violência de gênero contra as mulheres como problema social. Pode-se também afirmar que os jornais de Cabo Verde nem sempre tomam a dianteira no debate do tema, renunciando ao papel de fiscalizar o próprio Estado, cobrando intervenções mais eficazes e abrangentes para pôr cobro ao problema.

Partindo dessas constatações e considerando-se a situação preocupante revelada pelos índices estatísticos apresentados, decidiu-se investigar a representação do tema nos três

principais jornais de Cabo Verde - *A Semana*, *A Nação* e *Expresso das Ilhas*, com vistas a encontrar respostas para duas questões, fundamentalmente:

- 1) Como o tema violência de gênero contra as mulheres foi representado na mídia impressa de Cabo Verde no período compreendido entre 2000 e 2010?
- 2) Essa representação contribuiu para o agendamento da discussão do tema da violência de gênero contra as mulheres na sociedade cabo-verdiana?

1.4 Objetivos⁶

Tendo presente as perguntas que orientam esta pesquisa, o objetivo geral deste trabalho é analisar como os jornais de Cabo Verde representaram a violência de gênero contra as mulheres no período entre 2000 e 2010, com vistas a perceber a importância atribuída ao tema.

Para isso, perseguem-se os seguintes **objetivos específicos**:

- 1) mapear a frequência da cobertura jornalística sobre violência de gênero contra as mulheres nos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* ao longo do período de 2000 e 2010;
- 2) descrever as características da cobertura jornalística feita por esses jornais sobre a violência de gênero contra as mulheres;
- 3) analisar a importância (ou prioridade) e o destaque atribuídos ao tema no período em estudo;
- 4) refletir sobre o papel dos jornais de Cabo Verde no agendamento de discussão pública do tema na sociedade cabo-verdiana.

Estes objetivos são alcançados através de dois recursos metodológicos, fundamentalmente: pesquisa bibliográfica e Análise de Conteúdo. Tais escolhas, assim como a descrição dos procedimentos serão descritos no capítulo correspondente. E os resultados

⁶ Com estes objetivos e com este trabalho, no seu todo, não se pretende fazer avaliações a respeito da atividade midiática realizada pelos profissionais da mídia em Cabo Verde. A intenção é compreender como o tema da violência baseada no gênero é tratado pela mídia escrita, a partir dos pressupostos das teorias antes assinaladas. Como refere Traquina (1999, p.12), no livro *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, a postura crítica do estudo e da investigação acadêmica não pretende denegrir os jornalistas, mas compreender a atividade jornalística e o produto resultante dessa atividade – as notícias.

obtidos são lidos e interpretados à luz das teorias que concebem o jornalismo como uma representação da realidade, cujas notícias tanto resultam da apreensão da realidade concreta, quanto intervêm nessa realidade, reconstruindo-a, questão também a ser abordada em capítulo específico.

1.5 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta parte introdutória. No primeiro, faz-se uma contextualização de Cabo Verde e do tema, trazendo informações sobre o contexto histórico, sociocultural e midiático do país. Também neste capítulo, faz-se uma incursão sobre as relações de gênero, o processo de afirmação da mulher cabo-verdiana, bem como sobre a situação atual da violência de gênero contra as mulheres, apresentando-se em seguida a relação de medidas governamentais relativas ao tema existentes no país.

No segundo, discorre-se sobre as concepções teóricas que orientam a leitura dos dados obtidos através da Análise de Conteúdo. Neste capítulo trata-se, portanto, do jornalismo como construção da realidade, como instância pedagógica e forma de conhecimento. A teoria do agendamento e também conceituações gênero, violência de gênero, e violência contra as mulheres são outros assuntos discutidos nesta parte, que é finalizada com uma reflexão sobre a relação entre mídia e violência de gênero.

No terceiro capítulo, destinado à discussão metodológica, justificam-se as escolhas metodológicas e descrevem-se os procedimentos adotados para a consecução dos objetivos da pesquisa.

A Análise de Conteúdo, bem como os resultados e a discussão dos resultados obtidos da análise qualitativa das matérias investigadas encontram-se no quarto capítulo.

Por fim, na parte destinada às considerações finais, tendo presente os objetivos traçados e os fundamentos teóricos seguidos, são apresentadas as principais conclusões e identificadas outras questões pertinentes que foram emergindo ao longo da pesquisa. Nesta parte conclusiva são lançadas algumas pistas e/ou recomendações quanto ao tratamento do tema investigado e também apontados os limites deste estudo e outras possibilidades de pesquisa que podem ser perseguidas no futuro.

CAPÍTULO I – CABO VERDE: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS, DEMOGRÁFICOS E CULTURAIS

A República de Cabo Verde é um arquipélago insular de origem vulcânica, que ocupa uma área total de 4033 km e fica localizado no Oceano atlântico, a uma distância aproximada de 450 km da costa oeste-africana, à frente de Cabo Verde (do Senegal) de onde lhe veio o nome, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste. O arquipélago é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, que se distribuem por dois grupos: Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, mais os ilhéus Branco e Raso) e Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava, e os ilhéus Grande, Luís Carneiro e Cima).

O clima do país é tropical seco e semiárido, com pouca chuva, característico dos países áridos e semiáridos, pela sua localização na extremidade ocidental da faixa do Sahel, o que faz com que tenha extensão do Sahara. Esta localização fez com no arquipélago se tenha registrado vários períodos de longas estiagens e fome na sua História e também um período de emigração⁷ em escala, no passado. Entretanto, a temperatura média anual das ilhas é amena devido à influência de ventos alísios, oscilando entre 22°C e 26°C.

A capital do país é a cidade de Praia⁸, que fica na maior ilha do país, Santiago, e concentra mais de metade da população nacional - 55,5% (INE, 2010). Outra cidade importante é Mindelo, na ilha de S. Vicente, a segunda ilha mais populosa. São Domingos, Assomada e Tarrafal (em Santiago), São Filipe (no Fogo), Espargos e Santa Maria (no Sal), Sal Rei (na Boa Vista), Ribeira Grande e Porto Novo (em Santo Antão) e Ribeira Brava (em

⁷ A emigração de Cabo Verde data de há uns cem anos. Além das estiagens e fome, no passado, outros fatores forçaram os cidadãos a irem para o exterior em busca de uma vida melhor: a tradição de navegação marítima da nação e a sua excelente localização entre três rotas de navegação (Europa-África-América do Sul); a ligação histórica entre Portugal e Cabo Verde e a escassez de instituições de ensino superior, que forçou os estudantes em busca de educação a irem para o exterior, alguns dos quais nunca mais voltaram. Atualmente, estima-se que existem mais cabo-verdianos a residir no exterior do que no país. De acordo com o Censo 2000 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em torno de 600.000 cabo-verdianos vivem fora de Cabo Verde. O país com a maioria de descendentes cabo-verdianos é os EUA, onde se formou uma comunidade imigrante mais antiga de cabo-verdianos, que começaram a ir para aquele país no século XIX, quando os baleeiros visitaram Cabo Verde e trouxeram os moradores como marinheiros.

⁸ Esta cidade era conhecida por Praia de Santa Maria, em consonância com o nome da vila de Praia de Santa Maria, criada em 1615, quando se deu o início do povoamento do planalto (*Plateau*) situado perto da praia de Santa Maria (hoje Praia de *Gamboá*), que oferecia boas condições para navios. Na altura, essa Praia era utilizada como porto clandestino (para que não se pagassem as taxas aduaneiras na então capital, Ribeira Grande), mas a localidade foi adquirindo características de uma vila com a gradual fuga das populações desta. Posteriormente, com o declínio da cidade de Ribeira Grande, deu-se a passagem oficial da capital para Praia de Santa Maria, em 1770. Mas foi através de um decreto de 1858 que se elevou o seu estatuto de vila para cidade, passando Praia a ser, definitivamente, a capital de Cabo Verde.

S. Nicolau) são de entre outras localidades de referência no país, conhecidas pelas suas peculiaridades culturais, turísticas, climáticas, dentre outras.

O idioma oficial do país é o português, enquanto a língua cabo-verdiana (vulgarmente conhecida por crioulo) assume estatuto de língua materna, sendo que, de alguns anos ao presente momento, o Estado tem feito esforços para criar condições para a sua futura oficialização, embora ainda se verifiquem algumas vozes divergentes quanto a essa possível oficialização, o que tem sido um dos principais entraves à concretização do processo.

O escudo de Cabo Verde (CVE) é a unidade monetária do país, estando indexada ao Euro⁹.

Figura 1 - Mapa do Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: www.portalsaofrancisco.com.br.
Acessado em 6 de ago. de 2011

A população do país é de 491.575.000 habitantes¹⁰ (cerca de 96,5% residentes), conforme dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em

⁹ A indexação do Escudo de Cabo Verde ao Euro decorreu de um Acordo de Cooperação Cambial estabelecido entre os Estados de Cabo Verde e Portugal, em 1998, tendo em vistas a convertibilidade a uma paridade fixa em escudos portugueses e a criação de uma linha de crédito com a finalidade de reforçar as reservas cambiais de Cabo Verde. Atualmente, a variação de cotação em relação a outras moedas, depende da variação cambial do Euro, cuja cotação fixa em relação ao escudo cabo-verdiano é equivalente a: 1 EUR = 110,265 CVE.

2010. O ritmo de crescimento médio anual é de 1,23% (entre 2000 e 2010, a população cresceu de 434.625 habitantes para 491.575 habitantes). Em comparação com a década 1990-2000, em que se verificou uma média de crescimento da população de 2,4%, houve uma diminuição importante no ritmo desse crescimento, de quase metade. Estima-se agora que se o crescimento anual se mantiver, o efetivo da população cabo-verdiana duplicará em 56,3 anos.

A diferença entre as populações masculina e feminina não é muito elevada: 243.315.000 habitantes do país são homens (49,5%) e 248.260.000 são mulheres (50,5%). Avaliando-se a distribuição da população residente, os registros do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indicam que mais de metade da população reside no meio urbano (62%), enquanto 38% dos habitantes vivem no meio rural. O número de homens que reside em centros urbanos é de 303.673.000 (61,8%), enquanto que 187.865.000 vivem em meios rurais (38,5%), conforme os dados divulgados em 2010. A população cabo-verdiana residente é jovem, apresentando uma idade média de 26,8 anos, sendo que 50% da população têm menos de 22 anos (INE, 2010).

A religião predominante no arquipélago é a Católica Romana, sendo que mais de 93% da população nacional professa essa religião, conforme uma sondagem informal realizada pelas igrejas do país. Existem também grupos Evangélicos e Pentecostais, e também pequenas comunidades Bahá'í e Muçulmana, sendo que esta última tem estado a crescer nos últimos anos. A liberdade de religião é garantida pela Constituição da República e respeitada pelo governo, sendo que entre as diversas confissões religiosas registra-se também uma boa relação.

A cultura cabo-verdiana nasce no contexto de uma sociedade colonial e escravocrata e foi se sedimentando ao longo da história do país sob a influência de um conjunto de fatores que lhe conferem peculiaridade. Dentre estes, destacam-se a orografia¹¹ vulcânica das ilhas e a aridez do clima que, desde sempre, se traduziram em escassez de terras férteis para a prática agrícola, o que constituiu motivo de aproximação e partilha entre os nativos e o senhor (europeu), com vistas a salvaguardar a sua sobrevivência. Portanto, é nesse contexto que se afirma que a cultura do povo cabo-verdiano reflete a simbiose de cinco séculos de

¹⁰ O Censo 2010 revela que dos 491.875 indivíduos recenseados em todo o país entre, 14.373 são estrangeiros, correspondentes a 2,9 5% da população total do país (INE, 2010).

¹¹ Em geografia, chama-se orografia ao estudo das nuances do relevo de uma região. Efeito orográfico é também chamado "chuvas de relevo". Quando uma massa de ar encontra uma encosta, ela começa a subir a elevação. A medida que sobe, a massa de ar se resfria e se transforma em chuva. In: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Orografia> > acessado em 27/01/2011.

convivência de influências europeias e africanas, estando esta interligação presente nas diversas manifestações da cultura popular.

Hoje, o povo cabo-verdiano expressa uma cultura própria, fruto de todo esse processo histórico, sem se desconsiderar que, sendo um país de emigrantes, influências da convivência com povos de vários países do mundo têm deixado marcas indeléveis na forma de ser e de estar dos ilhéus. É importante dizer ainda que a língua cabo-verdiana (o crioulo) emerge nesse contexto colonial de convivência entre europeus e africanos, tendo se formado no sec. XV (a partir do português antigo falado pelos senhores e línguas africanas faladas pelos escravos) e desenvolvido até se estruturar como língua nacional, que apesar das diferenças de pronúncia que assumiu em cada ilha, com maior ou menor predominância lexical de base portuguesa, é o veículo de comunicação comum de todos os cabo-verdianos, usado em todos os contextos de comunicação entre os cabo-verdianos e não só.

Salienta-se que nesse processo de afirmação sociocultural e linguística do povo cabo-verdiano, majoritariamente mestiço, a imprensa desempenhou um papel muito importante a par das organizações políticas e culturais, conforme explicam Anjos (2004) e Gabriel Fernandes (2002). O nascimento da imprensa em 1842 surge com o primeiro Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde, fruto da instauração do sistema de ensino e, conseqüente aumento do número de pessoas letradas. Com esse feito, uma série de outras publicações foi sendo divulgada no país, graças ao aumento do número de letrados e intelectuais, que se vincularam à imprensa para não só fazer a divulgação das suas produções culturais, como também para assumir o papel de mediadores entre a população e a administração colonial. Nessa mediação os letrados reivindicavam solução para situações com as quais não concordavam, principalmente, no que tocava à desvalorização de elites intelectuais cabo-verdianas ou de “filhos da terra” na assunção de cargos de administração do seu próprio país (ANJOS, 2004).

Portanto, ao longo desse processo, pode-se afirmar, conforme argumenta o sociólogo cabo-verdiano, que a imprensa serviu de espaço estratégico usado pelos intelectuais e ajudou a criar Cabo Verde enquanto nação, assim como ajuda o povo cabo-verdiano, para o qual se dirige e por quem também intercede. Assim como outros autores que se debruçaram sobre a história da imprensa cabo-verdiana (VAZ, 2007; ÉVORA, 2011; 2010; 2005; 2006; BRITO-SEMEDO, 2006; SANTOS, 2010; HOHLFELDT e TARRAGÓ, s/d.), Fernandes (2002) destaca diferentes intelectuais e movimentos literários que também desempenharam papel preponderante na afirmação da identidade cabo-verdiana. Dentre estes, merece realce o

movimento Claridoso (fundado pelos escritores Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa), um dos primeiros movimentos literários a reivindicar as raízes e a valorização e afirmação da identidade cabo-verdiana.

Sobre o povoamento do país, apesar de alguma controvérsia, historiadores (CARREIRA, 2000; ANDRADE, 1996) asseguram que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas por navegadores portugueses em maio de 1460 (século XV), pelos navegadores ao serviço da metrópole portuguesa António da Noli e Diogo Afonso. As ilhas não apresentavam indícios de presença humana anterior e, logo após a descoberta, iniciou-se a colonização portuguesa e o seu povoamento. Santiago foi a primeira ilha a ser povoada, em 1462, por apresentar condições mais favoráveis para a ocupação, pela possibilidade da prática da agricultura que oferecia e também por favorecer o abastecimento de navios. Nessa ilha fundou-se a primeira cidade do país, também a primeira construída pelos europeus nos trópicos, denominada, na altura, de Ribeira Grande (hoje Cidade Velha¹²). Dada à sua posição estratégica nas rotas que a ligavam à Europa, à África e ao Brasil, essa antiga cidade serviu como ponto de escala e aprovisionamento para os navios portugueses que faziam o tráfego e o comércio triangular de escravos entre Europa, África e Américas.

Progressivamente, as outras ilhas foram sendo povoadas e o arquipélago tornou-se num centro de concentração e disseminação de homens, plantas e animais. A segunda ilha a ser povoada, depois de Santiago, foi a do Fogo (ainda antes do século XVI) e as duas últimas foram as de São Vicente e Sal (a partir da terceira década do século XVIII). Entretanto, com a abolição do tráfico de escravos, em 1876, e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde começou a registrar um período de decadência, o que obrigou a população a viver à base de uma economia pobre e de subsistência. Somente a partir da segunda metade do século XX é que as ilhas voltaram a interessar à metrópole.

Todavia, a revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal, e a conseqüente mudança de regime político, veio acelerar o movimento de luta pela independência, desencadeado entre as décadas de 40 e 50 desse século, em todos os países da África que viviam sob o jugo do colonialismo português. Esse processo foi motivado principalmente pelos movimentos pan-

¹² Cidade Velha localiza-se no concelho da Ribeira Grande de Santiago, a 15 km da zona oeste da cidade da Praia, na costa de Cabo Verde. Foi a primeira cidade construída pelos europeus nos trópicos e a primeira capital do arquipélago de Cabo Verde. Antigamente foi denominada Ribeira Grande, mas esse nome foi depois mudado para evitar ambigüidade com a povoação homônima, na ilha de Santo Antão. Foi ainda sede da primeira diocese da costa ocidental africana. A 10 de junho de 2009 foi classificada como uma das Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo e, também pela sua história, manifestada por um conjunto de valiosos patrimônios arquitetônicos, a 26 de junho do mesmo ano foi classificada pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade (In: <<http://whc.unesco.org/en/news/527/>>; <<http://whc.unesco.org/fr/list/1310/>> consultados em 29/08/2011).

africanos e de libertação nacional, criados por estudantes luso-africanos em Portugal. No caso de Cabo Verde, a abolição da escravatura e as condições climáticas poucos favoráveis, devido à sua localização geográfica, fez com que o país começasse a dar sinais de fragilidade, entrando em decadência, o que reforçou o descontentamento perante o colonizador.

Em 1956, Amílcar Cabral¹³, juntamente com outros estudantes africanos e emigrantes cabo-verdianos, criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. A 19 de Dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, que levou à instauração de um governo de transição em Cabo Verde. Esse mesmo governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular, que culminou com a proclamação da independência de Cabo Verde, em 5 de julho de 1975. A independência foi não só uma conquista de autonomia do país, como também uma demarcação cultural em relação a Portugal e um passo para a divulgação de ideias nacionalistas.

Depois da independência e até 1990, Cabo Verde foi um país de regime político monopartidário de inspiração marxista. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV¹⁴) conduziu os destinos do país e elegeu seu primeiro líder, Aristides Pereira, Presidente da República durante o período de partido único.

Em 1991, foram realizadas as primeiras eleições pluripartidárias em Cabo Verde, o que culminou com a formação de uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Nessas primeiras eleições pluripartidárias, o partido vencedor e que comandou o país por 10 anos, foi o Movimento para Democracia – MPD. Entretanto, nas eleições legislativas de 2001, o povo cabo-verdiano voltou a escolher o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde - PAICV para comandar os destinos do país. Desde então foram realizadas mais duas eleições legislativas (2006 e 2011) e a escolha recaiu novamente sobre o partido.

¹³Amílcar Cabral é considerado o "pai" da nacionalidade cabo-verdiana e um dos mais carismáticos líderes africanos. Ele formou e liderou o PAIGC, que comandou a luta armada e conduziu a independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Desempenhou também importante papel cultural nos dois países. Entretanto, acabou por ser assassinado antes da independência de Cabo Verde, em 20 de janeiro de 1973, em Guiné-Bissau. As circunstâncias de sua morte até hoje não estão esclarecidas. Quem assumiu o cargo de secretário do PAIGC foi Aristides Pereira, que prosseguiu, juntamente com outros combatentes, a caminhada de libertação iniciada pelo antecessor.

¹⁴A primeira constituição cabo-verdiana (1980), criada após a independência, previa uma futura unificação com a Guiné-Bissau, mas por causa de um golpe de Estado nesse país em 1980, esse plano de união política dos dois países não se concretizou, o que fez com que na Constituição de 1981 fosse criado o PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, sucessor do PAIGC.

Atualmente, Cabo Verde é reconhecido como uma república soberana, unitária e democrática semipresidencialista e de regime multipartidário, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. Enquanto um Estado de direito democrático, o país reconhece, na Lei Magna, a igualdade de todos os cidadãos, sem distinção de origem social ou situação econômica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social, assegurando assim o pleno exercício das liberdades fundamentais por parte de todos os cidadãos.

Em termos econômicos, Cabo Verde é um país cuja economia depende de ajudas e investimentos externos, bem como das remessas de seus emigrantes, devido a falta de recursos naturais motivada, principalmente, pelo clima e seu relevo pouco propício à prática de agricultura. Apesar das dificuldades enfrentadas neste domínio, desde a independência à atualidade, Cabo Verde registra um desenvolvimento notório, expresso não só pela elevação de seus índices econômicos, como culturais e, principalmente de desenvolvimento humano¹⁵, o que levou organismos internacionais (ONU, FMI, Comissão Europeia, BAD e Banco Mundial) a integrar o arquipélago na lista de países de desenvolvimento médio (PDM), com estabilidade e paz sociais.

Além de ajudas externas e remessas de emigrantes, os principais setores de sustentação econômica do país têm sido a agricultura, a riqueza marinha, o setor de prestação de serviços, com destaque para o Turismo. Desde a sua inclusão na lista de Países de Desenvolvimento Médio (PDM), o Estado de Cabo Verde tem contado com um incremento de apoios de inúmeros colaboradores e parceiros internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial, MCA, Comissão Europeia, BAD etc.) em diversos setores de atividades, com vistas à melhoria do desenvolvimento da sua economia de mercado, através de um “Modelo de Inserção Dinâmica e Competitiva” do país na economia mundial. Perseguindo este desiderato, o Estado de Cabo Verde aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC¹⁶), em 2008, e

¹⁵ Dentre os 169 países avaliados, Cabo Verde ocupa o 118º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma posição que é superior a de países ricos em recursos, como Angola ou Nigéria. Cabo Verde conseguiu também reduzir a percentagem da população mais pobre de 49 %, em 1990, para 26 por cento, em 2007, e para em torno de 24 por cento em 2009. Na Educação primária universal, o país tem um taxa de cobertura de 90 por cento, enquanto que na saúde passou de uma situação de 95 mães por cada 100 que morriam durante o parto, em 1999, para 16 mães por cada 100 em 2007. Estima-se que até 2015, o país vai poder cumprir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015. (PNUD, 2010).

¹⁶ Cabo Verde foi aceite como 153º membro da Organização Mundial do Comércio a 23 de Julho de 2008, mas o processo que culminou com esta adesão foi iniciado em 1999, quando o Estado cabo-verdiano apresentou às autoridades da organização o pedido formal para o efeito. Cabo Verde foi o primeiro país Africano e segundo, na altura com nível PMA – País Menos Avançado, a conseguir aderir a Organização Mundial do Comércio, pela via negocial.

estabeleceu vários acordos, dos quais se destaca o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia¹⁷, em 2007. No âmbito desses acordos e de outras parcerias com países da sub-região africana, da Europa e da América, Cabo Verde se tornou em um dos principais postos de entrada e saída nas relações entre a África, particularmente dos países da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), e da União Europeia e também entre esta e países do continente americano.

Na última década, o crescimento econômico do arquipélago tem sido avaliado como favorável graças, também, à sua estabilidade política. A título de exemplo de reconhecimento desse percurso positivo, Cabo Verde tem figurado em posições favoráveis no *ranking* de avaliação de vários indicadores de desenvolvimento¹⁸ feita não só por organismos nacionais, como internacionais. A título de exemplo, em 2011, a *Heritage Foundation*, instituição de consultoria norte-americana que avalia a reputação de cada nação, em parceria com o *Wall Street Journal*, divulgou uma pesquisa¹⁹ em que Cabo Verde aparece no 66º lugar no *ranking* das economias mais livres do mundo, acumulando 63,5 pontos. (HERITAGE FOUNDATION, 2012). Nos últimos anos, Cabo Verde obteve também pontuações positivas em vários outros indicadores de desenvolvimento²⁰ (democracia, liberdades civis, governança, transparência e desenvolvimento humano), cuja avaliação é feita por várias outras entidades internacionais, designadamente pelo *Economist Intelligence Unit*, *Freedom House* e pela *Fundação Mo Ibrahim*, entre outras.

Ressalta-se, entretanto, que o problema da pobreza continua ainda a ser um dos entraves à melhoria de condições de vida de muitas famílias cabo-verdianas, principalmente as do meio rural, havendo diferenças significativas em nível dos concelhos, e segundo as características sócio demográficas e econômicas de chefes dos agregados familiares.

¹⁷ Trata-se de uma parceria especial que se destina a reforçar a consertação e a convergência de políticas entre Cabo Verde e União Europeia, no contexto da execução do Acordo de Cotonu. Essa parceria caracteriza-se por seis eixos: reforço do diálogo político entre as partes, com base num plano de ação que abrange as prioridades previstas no processo de desenvolvimento da parceria especial e integra os instrumentos de cooperação previstos pelo Acordo de Cotonu; procura de formas de cooperação complementares em relação às ações tradicionais levadas a efeito no âmbito do Acordo de Cotonu; promoção de um processo progressivo, com base num plano de ação flexível que possa ser adaptado à evolução do país e das suas relações com a UE e os países terceiros; continuação dos progressos no domínio da boa governação em Cabo Verde; apoio à aproximação de Cabo Verde às RUP e ao resto da UE, intensificando simultaneamente as relações do país com a África Ocidental e no seio da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); promoção da convergência com as normas e padrões europeus, a fim de reforçar as vantagens comparativas do país.

¹⁸ Alguns desses indicadores podem ser observados em:

<http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=611>; acessado em 13/01/2012.

¹⁹ In: <<http://www.heritage.org/Index/pdf/2012/countries/CapeVerde.pdf>> acessado em 13/01/2012

²⁰ Mais informações a respeito podem ser encontradas no documento - “Indicadores internacionais destacam desenvolvimento de Cabo Verde” - publicado em novembro de 2011 In: <<http://www.governo.cv/>>

As autoridades nacionais estimam que a taxa atual da pobreza no país esteja à volta de 24 %²¹, mas tomando como referência o último estudo realizado no país pelo INE, em 2007, o índice de pobreza na altura era de 26,6% (INE, 2008), sendo a sua incidência maior em famílias do meio rural, onde a taxa registrada foi de 44,3%. No meio urbano, a taxa de pobreza era de 13,2%. Ainda, segundo o mesmo inquérito, as mulheres eram as mais pobres no país, em 2007, com um percentual de 33%, contra 21,3% de homens pobres.

A pobreza está relacionada ao desemprego e, segundo dados mais recentes da instituição (Censo 2000-2010), a taxa de desemprego alcançou 10,7 % da população cabo-verdiana, em 2010, sendo as mulheres as mais afetadas. 12,1% de desempregados no país são mulheres, enquanto que 9,6% são homens. A incidência do desemprego é também maior no meio rural, registrando um percentual de 11,8%, contra 8,4% em meio urbano.

Embora os dados sobre a pobreza disponíveis no país sejam de 2007, uma comparação com os percentuais do desemprego, permite afirmar que o panorama apontado, além de refletir alguma fragilidade da economia do país nos dois domínios, é também indicativo de que a mulher cabo-verdiana está em situação desfavorável, quando se fala de pobreza e desemprego em Cabo Verde, o leva igualmente à conclusão de que ainda uma parcela considerável da camada feminina cabo-verdiana não usufrui de mesmas oportunidades que os homens. Esta desvantagem pode ser igualmente um dos motivos que justifique o fato de muitas cabo-verdianas continuarem a ser vítimas de discriminação e violência, principalmente por parte de seus maridos/companheiros de quem, na maior parte das vezes, estão dependentes financeiramente, quando não têm que chefiar as famílias sozinhas, porque esses maridos/companheiros não se responsabilizam em ajudar na gestão do lar e educação dos filhos.

No que toca ao setor da educação, formalmente, o direito de acesso à educação é também consagrado na Constituição nacional, como forma de promoção de desenvolvimento humano, moral social cultural e social dos cidadãos cabo-verdianos.

O processo para a afirmação do sistema de educação no país foi iniciado, antes da independência, com a criação o primeiro Ministério da Educação e Cultura, em janeiro 1975, pelo então governo de transição, com o intuito de prosseguir com os esforços de educação e instrução iniciados no contexto da colonização. Após a independência, um conjunto de dispositivos (Planos de Desenvolvimentos de Educação, Leis Orgânicas, Decretos

²¹ Informação avançada pelo Primeiro Ministro do país, José Maria Neves, na apresentação pública sobre o Estado da Nação 2011, no Parlamento cabo-verdiano, em Janeiro de 2011.

legislativos, Estatutos, dentre outros) foi criado e reformas ao sistema educativo foram feitas visando a promoção da melhoria - qualitativa e quantitativa - da educação e do sistema de ensino. Mas as melhorias nos respectivos sistemas começaram a ser registradas com mais força a partir da Reforma dos anos 90, em que se introduziram profundas alterações no sistema educativo com vistas a responder às novas demandas decorrentes das transformações políticas, sociais e econômica que o país começou a registrar.

O atual sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei n°103/111/90, de 29 de dezembro de 1990), compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extraescolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto, numa perspectiva de integração. (MED, 2011).

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema, essencialmente, da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas, de acordo com as possibilidades existentes. A Educação extraescolar constitui o sistema de ensino alternativo, tendo como públicos-alvo jovens e adultos que abandonaram o sistema formal prematuramente, ou que nunca frequentaram a escola por várias razões. A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

Nos últimos anos a aposta dos sucessivos governos tem sido a massificação do ensino. Como resultado desse esforço, a taxa de população alfabetizada em Cabo Verde (com faixa etária entre 15 e 24 anos) é de 95%. A taxa de cobertura de escolarização em Cabo Verde ronda os 90% no ensino básico. O índice de professores com formação média e superior também tem aumentado, situando-se nos 90% no ensino básico e nos 80% no ensino secundário, conforme dados do Ministério da Educação e Desporto (MED, 2011).

Em termos de paridade entre os sexos feminino e masculino, esta já foi alcançada no ensino pré-escolar. No ensino básico, a porcentagem de alunos é ligeiramente superior que a de alunas, sendo de 51% contra 49,0%. No ensino básico a taxa de reprovação, entretanto é maior para alunos, atingindo 71,6%, do que para alunas cuja referida taxa é 7,5%. No ensino secundário, 57 % de discentes são do gênero feminino, enquanto que 43 % são do gênero masculino. A taxa de reprovação nesse nível de ensino também é maior para meninos, sendo de 23,2%, contra 18,9% para meninas, conforme dados do MED.

Do ensino básico até ao médio, o corpo docente é formado principalmente por professoras, ultrapassando os 50 %. No ensino básico, um dado curioso é que, 100% do corpo

docente é formado por professoras, o que no âmbito do tema deste trabalho – violência de gênero contra a mulher - pode ser um dado revelador de que nas relações de gênero em Cabo Verde, ainda a mulher aparece ligada a atividades que reforçam a velha ideia de que ela deve cuidar de criança. Portanto, uma imagem de mulher-mãe, mulher-dona de casa que tem que cuidar dos filhos. Entretanto, a partir do ensino médio, os dados do Ministério da Educação demonstram que a presença da mulher, ocupando posição de docente começa a oscilar e a apresentar tendência de diminuição em relação à percentagem de homens que ocupam essa mesma posição.

A qualidade do ensino cabo-verdiano tem sido um tema cada vez mais recorrente, pelo que as autoridades nacionais com responsabilidade na matéria também têm apostado no reforço de medidas para cumprir esse objetivo, designadamente com a instituição de provas de seleção para ingresso no ensino superior, o incremento na formação de professores para melhoria das suas competências técnicas e pedagógicas e o reforço e melhoria de mecanismos de avaliação de professores, alunos e escolas, dentre outras medidas. Outros investimentos têm sido feitos visando diminuir o insucesso escolar, sobretudo no ensino secundário, e a crescente insegurança nas escolas, bem como a resolução de problemas inerentes à evolução da carreira docente. Por outro lado, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no sistema de ensino têm se constituído ainda em um desafio para Cabo Verde. Apesar de alguns professores terem recebido formação específica para lidar com esses alunos, ainda existem dificuldades nesse processo de inclusão, pelo que o governo tem igualmente direcionado sua atenção para essa questão.

1.1 Relações de gênero e o percurso histórico de afirmação das mulheres em Cabo Verde: encantos e desencantos

Na História das sociedades humanas, o relacionamento entre homens e mulheres foi encarado de forma desigual desde sempre. Gelles (1997), por exemplo, informa que, desde a Antiga Roma, aos homens foi conferido um poder absoluto sobre as mulheres. Estes tinham o direito de controlar e exercer o poder sobre elas, inclusive podiam matá-las em caso de adultério, embriaguez, ou caso frequentassem lugares públicos.

Essa desigualdade também esteve sustentada em uma conceituação biológica de diferenciação de sexo (do sexo feminino e do sexo masculino), em que à mulher, pela sua capacidade reprodutora, eram reservadas as tarefas de procriação e de cuidado dos filhos, em

casa. Esta função de reprodutora da espécie favoreceu a sua subordinação em relação ao homem. Ela foi sendo considerada sempre como mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia da família. Em contrapartida, o homem, associado à ideia de autoridade devido a sua força física e de mando, assumiu poder na sociedade. (BESSA, 2007). É nesse quadro também que surgiram as chamadas sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem sobre a mulher, do chefe de família (BESSA, 2007). No quadro dessas sociedades, a violência contra as mulheres encontrou aceitação social ligado ao patriarcalismo e às desigualdades de gênero, que como destacado, está também associado aos processos de dominação, poder e de controle.

Essas assimetrias entre homens e mulheres permaneceram no silêncio até finais do século XIX, porque a violência de gênero contra as mulheres não gozava de reconhecimento social e, portanto não era uma questão de domínio público. Entretanto, com os avanços que o mundo foi registrando e, graças ao empenho de movimentos sociais e políticos, essas relações desiguais conheceram grandes transformações nos últimos séculos (BESSA, 2007).

As mulheres foram se libertando de muitas amarras, deixando de ser meras reprodutoras de espécie e donas de casa. O primeiro grande salto nesse sentido acontece com a sua inserção no mundo do trabalho, passando a concorrer muitas vezes com os homens. Hoje, são poucas as áreas em que as mulheres não laboram e, nesse aspecto, como afirma Lopes (2002), “a humanidade parece caminhar, cada dia mais, para a paridade entre os sexos, sobretudo se verificarmos que presentemente são raras as áreas em que os homens ainda conseguem reinar absolutamente” (LOPES, 2002, p.17).

Segundo explica Monteiro (2009), foi desde meados do século XIX, com a emergência de movimentos feministas, que lutas contra a discriminação e subalternização de mulheres ajudaram a compreender a sua situação ao mesmo tempo em que permitiram a melhoria da sua condição e sua dignificação. Tais lutas adquiriram características específicas em função dos contextos espaços-temporais e das ideologias que as sustentaram, sendo, por isso, classificadas em três fases distintas. Para este estudo, e por Cabo Verde ser uma nação formada em um contexto colonial, entende-se que merece destaque a terceira fase feminista²², cujo surgimento (finais da década de 1980) coincidiu com a emergência de estudos pós-coloniais. Segundo Monteiro (2009), “os estudos pós-coloniais, partindo do pressuposto de

²² Como explica Monteiro (2009), além de reivindicar a igualdade entre os sexos no plano político e dos direitos civis, as lutas feministas passaram a reivindicar políticas de identidade e a questão da diferença, não apenas entre homens e mulheres, mas também a diferença entre as próprias mulheres em função das suas categorias sociais, étnicas, religiosas, culturais, situação geográfica, etc.

que a história foi sempre contada do ponto de vista da modernidade ocidental, surgiram com o intuito de dar a conhecer a história do ponto de vista da colonialidade” (p.23). Assim, a autora sublinha que, associados aos estudos feministas, esses estudos pós-coloniais têm ajudado a descortinar muitos efeitos da opressão colonial. Apoiando-se em autores, como Quijano (2000a; 2000b; 2002), Menezes (2003; 2005), Mignolo (2003a; 2003b), Santos, Menezes e Nunes (2004) e Santos (2006), a socióloga explica que “a descolonização não significou o fim da colonialidade” (MONTEIRO, 2009, p.24), pelo que importa analisar a forma como vem sendo reproduzida esta última e os efeitos que têm tido nas relações sociais de sexos e entre as próprias mulheres.

Apesar de os países não estarem mais a viver sob o jugo da opressão colonial, ainda se pode identificar resquícios da ideologia patriarcal que alimentaram essas ideologias coloniais em muitas civilizações dos tempos atuais, não só em países da África como de outros continentes do mundo. O encorajamento para se fazer esta constatação está evidenciada na interpretação da seguinte observação da própria Monteiro (2009) que destaca a problemática da dupla colonização experimentada pelas mulheres africanas:

As perspectivas feministas pós-coloniais africanas têm vindo a realçar a questão da dupla colonização de que as mulheres africanas foram (e continuam a ser) sujeitas: por um lado, a colonização estrangeira (hoje exercida através das lógicas neocoloniais e do capitalismo neoliberal, promovido, sobretudo pelos países centrais); por outro, a colonização interna (sobretudo as relações de poder entre os sexos, fomentados pelas leis patriarcais [assentes em diferentes sistemas patriarcais]). Essas análises contribuem para o questionamento da pretensa ideia de um feminismo orientado por uma razão universal (evidente em muitas análises de feministas ocidentais), chamando a atenção para outra forma de opressão que atingiu/atinge especialmente as mulheres africanas [...] (MONTEIRO, 2009, p.25).

As perspectivas feministas pós-coloniais contribuíram para a transformação das próprias lutas e propostas feministas, que hoje são fragmentadas, múltiplas e multidimensionais. Levando em consideração estas observações, sem também perder-se de vista os avanços alcançados, decorrentes de medidas que vêm sendo adotadas pela ONU, desde 1946, juntamente com outras instituições internacionais, o que se pode constatar é que as desigualdades nas relações de gênero, com desvantagens para as mulheres, fazem parte ainda do cotidiano de muitas, particularmente em África, em que o problema também é fortemente marcado pelo peso da tradição e dos preconceitos. A violência de gênero contra a

mulher é um dos exemplos dessas desigualdades que, em pleno século XXI, permite atestar os desequilíbrios ainda vigentes no relacionamento entre homens e mulheres.

Silva T. R. R. (2010), por sua vez, aponta que,

cada sociedade redefine, constantemente, as normas, os comportamentos e as atitudes que determinam as relações entre homens e mulheres em todas as áreas da vida social, política e econômica. Desse modo, as discussões acerca das desigualdades de gênero no contexto africano se tornam indispensáveis para o questionamento e a reformulação de ideias preconcebidas (SILVA, T. R. R., 2010, p.2).

Esta observação parece oportuna para que se proponha o debate sobre violência de gênero contra as mulheres, a partir do campo da comunicação, uma vez que se acredita que, a partir desta arena, com discussões sobre o assunto que alertem para a dignificação humana e respeito pelos direitos dos cidadãos, seria possível promover novas formas de relacionamento entre homens e mulheres que reduzissem essas assimetrias de gênero ainda vigentes não só em Cabo Verde como em vários países do mundo.

Silva (2009) explica que essa opressão das mulheres, resultante da assimetria de poder presente nas relações de gênero, tem sido uma das principais razões de violência contra as mulheres e tem também contribuído para a diminuição da autoestima feminina:

a situação da desigualdade e o excesso de poder atribuído ao homem têm gerado casos de violência doméstica contra a mulher de diferentes raças, classes sociais ou idade. É uma das piores formas de violação dos direitos humanos de mulheres, uma vez que assola os seus direitos de gozar das liberdades fundamentais, afetando a sua dignidade e autoestima (SILVA, 2009, p.36).

No caso de Cabo Verde, esta realidade descrita pela autora é bastante evidente. Embora se possa dizer que a situação atual das cabo-verdianas não é tão dramática se comparada com a de mulheres de outros países do continente africano, a sua história e percurso social não deixam de estar marcadas por uma luta travada, desde tenra idade, pela sobrevivência e busca de um lugar de reconhecimento na sociedade, em pé de igualdade com os homens, sem falar de certas resistências preconceituosas e conservadoras, com as quais tiveram/têm ainda de lidar.

Os papéis sociais que sempre foram reservadas às mulheres em Cabo Verde, como de chefiar a família, educar os filhos e administrar a economia familiar, atrapalharam, em certa medida, a sua afirmação social, desde o passado. Ou seja, baseada nessa ideologia de base

patriarcal, reforçada pelo contexto histórico de opressão colonial, em que os opressores se valiam de estratégias autoritárias para excluir as mulheres (e outros grupos) das escalas e atividades de prestígio na sociedade, perpetrou-se uma forma de violência contra as mulheres, restringindo a sua atuação ao espaço privado, do cotidiano doméstico e subjugando-a aos domínios masculinos do espaço público.

Ressalta-se, por exemplo, que no período colonial (entre 1462 – 1856), as mulheres escravas eram mantidas como uma reserva reprodutora importante, na medida em que os filhos que geravam constituíam mais um objeto de produção no trabalho escravo. Nesse período, a leitura da descendência era feita unicamente pela linha feminina (INE; ICIEG; ONU, 2008), significando que a importância do papel das mulheres era reconhecida nesse quadro. Além disso, nos períodos de seca intensa e de fome que assolaram Cabo Verde (1905-1949), também as suas importâncias foram reconhecidas em função do papel que assumiam na continuidade da família, através da reprodução. As próprias autoridades, em reconhecimento a essa importância das mulheres na sobrevivência das famílias, lhes atribuíam alguns privilégios - designadamente, a cada mãe entregavam 1,5 litros de milho, enquanto a cada homem entregavam apenas 1 litro (idem).

Esse quadro permite deduzir o quanto a inferioridade social das mulheres cabo-verdianas era acentuada, sem que elas pudessem usufruir de qualquer proteção, pois, até 1974, não se encontravam legalmente protegidas, o que contribuía para a sua subalternização em relação aos maridos, ficando vulneráveis a qualquer tipo de violência por parte destes.

O início da luta pela libertação nacional foi o momento histórico, em que as mulheres cabo-verdianas encontraram força para lutarem pela sua emancipação e reivindicarem os seus direitos violados. Perceberam a dupla dominação a que estavam submetidas - do poder do homem seu companheiro e do contexto econômico, político e social em que viviam. Se o sucesso político da luta pela libertação exigia juntar homens e mulheres contra o “inimigo comum”, que era o colonizador português, as mulheres souberam se aproveitar desse intento para também reivindicarem o seu reconhecimento.

É de realçar que algumas figuras masculinas desempenharam um papel relevante nesse processo, como Amílcar Cabral²³, por exemplo, que foi uma das personalidades políticas de então que avançou com ideias emancipatórias das mulheres, tendo criticado a dominação masculina e defendido a construção da igualdade na diferença. Os ganhos alcançados nesse

²³ Líder e teórico impulsionador da luta de libertação nacional da Guiné Bissau e de Cabo Verde. Foi também fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC.

período revolucionário registraram-se nos importantes papéis desempenhados pelas mulheres cabo-verdianas que puderam assumir funções de relevo nas principais áreas de apoio à luta, como na educação, informação e comunicação, relações externas, finanças, frente de batalha, estruturas clandestinas, etc. (MONTEIRO, 2009).

Mas o grande salto para a emancipação e a valorização femininas deu-se mesmo com a independência nacional, quando um conjunto de medidas e esforços foi empreendido no sentido de melhorar a situação das mulheres. Assim, na Primeira República (1975-1990), dentre os avanços registrados, destacam-se:

- O reconhecimento do direito de voto às mulheres, tal como era garantido aos homens, em 1975;
- A criação da Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde (CNOMCV), em 1978;
- A ratificação das Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelecem o princípio geral de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, em 1979;
- A consagração, na primeira Constituição, no seu artigo 25º, da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica, em 1980.
- A ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação em Relação (CEDAW) ²⁴, em 1980;
- A criação da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) ²⁵, em 1981;
- A criação da Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI), em 1992;
- A aprovação dos Códigos da Família (1981), de Menores (1982), das leis de União de Fato e do Divórcio de Comum Acordo (1987) e da Interrupção Voluntária da Gravidez (1986);
- No âmbito da educação, o início do processo de democratização, que permite a integração das mulheres no sistema formal de ensino;
- A criação de projetos e programas de promoção da saúde e melhoria das condições de vida das mulheres e dos seus filhos, com destaque para o programa de Proteção Materno-Infantil e o Planeamento ²⁶ Familiar (PMI-PF).

²⁴ Cabo Verde aderiu a esta convenção em 1979, mas só a ratificou em 1981.

²⁵ Esta organização teve um papel muito importante no processo de construção de igualdade entre homens e mulheres, tendo contribuído para que essa igualdade começasse a se verificar em áreas distintas, como da sobrevivência, saúde, educação, economia, informação e formação. Atualmente a instituição foi transformada numa organização não governamental.

As medidas apontadas demonstram que, após a independência houve um trabalho contínuo com vistas à promoção social da mulher cabo-verdiana. Mas foi somente na década de 1980, que as mulheres cabo-verdianas passaram a integrar os poderes de decisão do país, com a eleição, pela primeira vez, de uma mulher no Parlamento (SALÚSTIO, 1999; OSÓRIO, 1999; INE; ICIEG; ONU, 2008; MONTEIRO, 2009). Segundo Salústio (1999), em nível internacional, também nesse período, registraram-se importantes intervenções de mulheres feministas e representantes de organizações de mulheres, em conferências sobre a mulher e políticas de equidade, defendidas pelas Nações Unidas, como forma de construir novas legalidades sobre a mulher e uma nova reorganização social.

Monteiro (2009), com base em entrevistas realizadas com mulheres que fizeram parte da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), nos primeiros 15 anos após a independência, avalia que esses significativos avanços alcançados no processo de afirmação e emancipação das mulheres em Cabo Verde demonstram uma vontade do “Partido-Estado” e uma articulação com o processo internacional da igualdade entre sexos, sem, contudo, que as mulheres organizadas deixassem de fazer pressão, devido a resistências que encontraram. A autora ainda sublinha que,

[...] Durante os primeiros anos do seu aparecimento (entenda-se Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV (grifo nosso)), a sua luta era pela igualdade entre homens e as mulheres no contexto pós-revolucionário e, nesta luta pela emancipação das mulheres cabo-verdianas, contestava severamente a sociedade e as estruturas patriarcais, que concediam às mulheres um estatuto subalterno. Portanto, o patriarcado foi considerado como uma fonte de opressão das mulheres, sendo que parecia ser de comum acordo a ideia de que os homens exerciam a dominação sobre as mulheres (MONTEIRO, 2009, p.85).

No período da primeira República, Além da OMCV, Osório (1999)²⁷ destaca igualmente que o processo de afirmação das mulheres contou com importante contributo de atividades desenvolvidas pela Cáritas²⁸ Cabo-verdiana.

²⁶ Termo equivalente a planejamento no Brasil.

²⁷ Realizou um dos primeiros estudos sobre a situação da violência doméstica em Cabo Verde intitulado “Vencendo Barreiras”.

²⁸ Organização não governamental de caráter humanitária e afeta à igreja católica cabo-verdiana. A instituição foi criada em Cabo Verde em 1976 e é presidido pelo Bispo cabo-verdiano da Diocese de Santiago Dom Arlindo Furtado.

A partir de 1990, com a instituição do pluripartidarismo, instaurado com a realização das primeiras eleições pluripartidárias, em Cabo Verde (1991), o protagonismo das mulheres foi reforçado com o incremento de um conjunto de políticas e princípios específicos adotados pelo governo.

A partir da abertura democrática, em 1991, constitui-se o primeiro governo integrado por mulheres e, no ano seguinte, 1992, a Constituição da República incumba o Estado de velar pela eliminação das condições que favoreciam a discriminação contra as mulheres em Cabo Verde e de assegurar proteção dos seus direitos. As medidas adotadas pelo governo nesse período, também se enquadram no âmbito de vários compromissos assumidos na decorrência de inúmeras conferências internacionais realizadas pela ONU: IV Conferência sobre as Mulheres (1995 – Pequim); Conferência sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (1992 - Rio); Conferência sobre os Direitos Humanos (1993 – Viena); Conferência sobre a População e o Desenvolvimento (1994 – Cairo); Conferência sobre o Desenvolvimento Social (1995 – Copenhague).

O comprometimento assumido em nível dessas conferências foi o de assegurar que a resolução das principais questões globais da atualidade surtisse efeitos positivos na melhoria dos direitos e da situação das mulheres, e também dos homens.

Dentre os princípios e políticas, tendo em vistas o protagonismo e a autonomia das mulheres e visando a sua integração no processo de desenvolvimento do país, destacam-se as áreas da educação, planificação familiar, saúde, emprego e legislação. Nesse mesmo período foi criado o Instituto da Condição Feminina (ICF - 1994), uma entidade governamental cuja tarefa era a “promoção da igualdade real entre homem e mulher e a integração efetiva e visível da mulher cabo-verdiana em todos os domínios da vida social, econômica e política e no desenvolvimento autossustentado no país” (OSÓRIO, 1999, p.35).

De 1996 até o ano 2000, as ações governativas em prol da promoção da mulher continuaram. No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000), elaborou-se o primeiro Plano de Ação Nacional de Promoção da Mulher (1996 – 2000), em que foram adotadas medidas visando coibir os desequilíbrios de gênero não só ao nível das relações de poder, como nas esferas doméstica e laboral. De entre essas medidas, destaca-se a criação do Código Civil – Livro da Família, que passa a conferir a ambos os cônjuges igualdade de direitos e deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens. Esse código consagra ainda a união de fato e a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora do casamento. No âmbito do Código Eleitoral (1999), estabeleceu-se também que as listas

propostas às eleições em Cabo Verde deveriam passar a conter uma representação equilibrada entre homens e mulheres. (SALAZAR; FONSECA, 2000; INE; ICIEG; ONU, 2008; OSÓRIO, 1999).

De 2000 à atualidade, o trabalho em prol da afirmação das mulheres foi incrementado. O Código Penal de 2004 determina que a violência doméstica passasse a ser considerado um crime semi-público punível com penas de 1 a 4 anos de privação de liberdade. (INE; ICIEG; ONU, 2008). Ainda, em 2005, o Estado assumiu o compromisso de garantir o alcance de um dos principais Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (ODM), que é “promover a Igualdade de Gênero e dar Poder às Mulheres”- objetivo 3²⁹. No mesmo ano, e nos subsequentes, foram sendo ratificados vários instrumentos legais (regionais e internacionais) sobre direitos humanos e das mulheres, dentre os quais merece destaque o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos aos Direitos das Mulheres em África.

No âmbito interno, as autoridades com responsabilidade na matéria elaboraram o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero (2005 – 2011) e, pela primeira vez, o Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE) inclui no Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, questões que permitiram desvendar a situação da violência doméstica em Cabo Verde. Em 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Combate à Violência Baseado no Gênero (2007 – 2009), enquanto que no ano seguinte, 2008, o trabalho doméstico foi regulamentado no Código Laboral. Nesse mesmo ano, Cabo Verde passou a ser o segundo país do mundo a ter um governo com configuração paritária. (idem).

Na linha do reforço e da promoção da igualdade entre homens e mulheres em Cabo Verde, foram criadas ainda várias outras instituições e entidades: a Associação para a Proteção da Família (VERDEFAM - 1995); a Associação das Mulheres Juristas de Cabo Verde (AMJ - 2000), a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV - 2002); a Rede de Mulheres Economistas (REDEMEC - 2003), a Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC – 2004)³⁰, o Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG – 2006)³¹ e a Rede Inter Institucional de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (REDE SOL - 2006). Além dessas instituições, várias outras

²⁹ O Objetivo 3 do Desenvolvimento do Milênio estipula que os países devem promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.

³⁰ Esta Comissão substituiu o Comitê Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que havia sido criado no país em 2001.

³¹ Este Instituto foi criado em substituição ao Instituto da Condição Feminina (ICF). Atualmente é a entidade governamental responsável pela implementação dos Planos Nacionais de Igualdade e Equidade de Gênero em Cabo Verde.

associações voluntárias existentes no país têm desenvolvido ações de sensibilização sobre o problema da violência de gênero contra a mulher junto às populações.

O percurso histórico-social de afirmação das mulheres em Cabo Verde descrito permite concluir que, paulatinamente, as mulheres cabo-verdianas têm conseguido uma melhoria de sua condição e função na sociedade. Graças aos esforços que vem sendo feitos pelos sucessivos governos, à militância feminina, representada principalmente no trabalho das pessoas ligadas às instituições mencionadas, tem se verificado uma crescente mobilização de vários setores da sociedade contra preconceitos e para a busca de soluções que viabilizem alternativas no sentido de dirimir as desigualdades sociais com desvantagens para as mulheres que ainda persistem.

A importância social das mulheres em Cabo Verde é atestada pela presença crescente que têm tido no espaço público cabo-verdiano, o que também tem contribuído para que se comece a registrar mudanças na forma de se relacionarem com os homens. Atualmente, as cabo-verdianas estão em todas as profissões, contrariamente ao que se passava na era colonial, quando várias profissões lhes eram interditas, por serem exclusivas dos homens. Mas ainda existem fraquezas que impedem as mulheres de darem saltos mais elevados na sociedade cabo-verdiana. Dentre estas, destaca-se o problema da violência de gênero, que como já se mostrou atinge essencialmente a camada feminina, o que prova a existência de assimetrias nas relações entre homens e mulheres, em Cabo Verde.

Essas assimetrias encontram legitimação não só na ideologia patriarcal dominante na sociedade cabo-verdiana, como também são favorecidas pelos desígnios socioeconômicos e culturais prevalentes, e construídos a partir de uma concepção masculina. Pode-se pensar, pois, que a violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde está inscrita na própria organização da sociedade, como sublinha Silva T. R. R. (2010), que traz a questão do abandono dos maridos como um dos problemas ainda presente no relacionamento entre homens e mulheres cabo-verdianos:

Os papéis de gênero, socialmente legitimados, retroalimentam as desigualdades na sociedade cabo-verdiana. Independente da classe, para que uma mulher obtenha reconhecimento e aceitação social é preciso que ela tenha ao seu lado a figura do marido. Devido à “cultura do abandono”, em que os homens deixam suas esposas e estas passam a cuidar sozinhas do lar e da família, as representações sociais dos papéis masculinos e femininos se tornam mais rígidas. O poder masculino, com suas raízes estruturais, leva a mulher abandonada a supervalorizar o papel de mãe que é socialmente dignificado. Assim, a origem de grande parte dos problemas das mulheres parece situar-se na cultura machista do país, nomeadamente na manutenção e

multiplicação de preconceitos sociais e sexuais. (SILVA, T. R. R., 2010, p.15-16).

Neste mesmo sentido, Osório (1999) argumenta que a imposição como forma de mostrar a superioridade masculina incutida na cultura cabo-verdiana acaba por favorecer a violência contra as mulheres. Por sua vez, Salústio (1999), ao fazer uma análise das diversas formas de manifestação da violência em Cabo Verde (homicídio, corpo quebrado, espancamentos e violações e abusos sexuais, assédio, prostituição e vivências poligâmicas forçadas) correlaciona-a as práticas culturais e tradicionais, deixando entender também que vê o fenômeno da violência contra as mulheres em Cabo Verde como reflexo da dominação masculina legitimada no âmbito da convivência familiar.

A autora ainda explica que a violência contra as mulheres assume múltiplas facetas e dimensões, que, em muitos casos, nem sequer são avaliados, porque não chegam ao conhecimento das instâncias judiciais, por muitas razões. Uma dessas razões é porque a próprias vítimas não consideram a violência perpetrada contra elas como motivo para denúncia, ou porque temem a banalização. Essa situação ocorre, sobretudo, nos casos de violência que não deixam marcas visíveis, ou seja, violência psicológica. Por outro lado, como já apontado nesta seção, as mulheres são as mais afetadas por problemas sociais, como a pobreza e o desemprego, situação que condiciona ainda mais a sua posição social em relação aos homens em Cabo Verde.

Tomando em consideração o estudo, intitulado “O Progresso das Mulheres no Mundo (2011-2012): em busca da Justiça”³², lançado no primeiro semestre de 2011 pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), percebe-se que as fraquezas que ainda persistem no percurso para a igualdade de gênero e o combate à violência contra mulheres não é um problema só de Cabo Verde. De acordo com o referido relatório, a igualdade de gênero já é reconhecida, constitucionalmente, em 139 países, dos 192 que são membros das Nações Unidas, mas a violência doméstica continua ainda ilegal em 125 países. O assédio sexual no local de trabalho é proibido em 117 países, e também em pelo menos 117 países existem leis que garantem a igualdade salarial. Já os direitos à propriedade são garantidos em 115 países, enquanto que em 93 países as mulheres têm direito igualitário de herança. Relativamente à licença-maternidade remunerada, esta garantia é vigente em 173 países.

³² In: < <http://progress.unwomen.org/>> consultado em 30 de Agosto de 2011.

Para as autoridades responsáveis pelo estudo, estes números revelam um progresso face às décadas anteriores, mas há falhas ainda a serem combatidas em diversos níveis. No que se refere à violência doméstica, entenda-se violência de gênero contra as mulheres, a pesquisa conclui que 60% das mulheres de 70 países já foram vítimas de violência física e/ou sexual, e que cerca de 603 milhões de mulheres vivem em países sem nenhuma legislação específica contra violência desse tipo. A falta de proteção jurídica específica contribui para que a violência contra mulheres seja, pois, um ato considerado justificável.

Relativamente a Cabo Verde, as referências ao país aparecem nas tabelas comparativas no âmbito de apresentação de dados sobre empregos formais e informais, participação das mulheres em cargos políticos e econômicos, dentre outros. Os dados discriminados no relatório apontam que a percentagem de trabalhadoras mulheres que atuam nas Zonas Francas Industriais (ZFI), áreas em que as leis laborais podem ser mais flexíveis para atrair investimentos estrangeiros, é de quase 90%. A leitura dos dados discriminados no relatório permite ver ainda que Cabo Verde é ultrapassado apenas pela Jamaica e pela Nicarágua.

Em nível de representatividade das mulheres juízas no Supremo, no Tribunal Constitucional e nos tribunais regionais, o país encontra-se no fundo da tabela, juntamente com Hungria, Paquistão ou Peru. A percentagem de mulheres em cargos ministeriais, em 2010, era, no entanto, das mais elevadas do relatório: 53%. Neste domínio, a percentagem alcançada por Cabo Verde é superada apenas pela Finlândia que é 63% e igualada pela Noruega e pela Espanha que registram uma percentagem de 53%. A percentagem de mulheres no parlamento, por seu lado, era de apenas 18%, em 2010.

Quanto à licença de maternidade remunerada, são concedidos 60 dias (dois meses) às mães cabo-verdianas. Esse período pode ser classificado como insuficiente se comparado a maior parte dos países, como a Albânia ou a Eslovênia, que concedem 365 dias de licença-maternidade às mães, o valor máximo da tabela. Todavia, no grupo de países da África Subsaariana, apenas Moçambique e Guiné-Bissau concedem tão poucos dias como Cabo Verde. Em questões de saúde e direitos reprodutivos da mulher, Cabo Verde tem uma das leis mais abrangentes em termos de aborto. Em nível de taxa de mortalidade materna (por cada 100,000 nascimentos) o arquipélago, em 2008, era o segundo país mais bem colocado da África Subsaariana, com 94, superado apenas pelas ilhas Maurícias³³, com 72. A taxa de

³³ Arquipélago do oceano Índico, constituído pelas ilhas Mascarenhas orientais (ilhas Maurícia e Rodrigues) e por dois arquipélagos de ilhotas a norte: ilhas Cargados Carajos e Agalega. A Maurícia disputa com Madagascar e França a ilha de Tromelin. O país é vizinho das ilhas Reunião, a oeste, e Seychelles, a norte. Sua capital é Port Louis e é um dos países do continente africano com um mais altos índices de Desenvolvimento Humano.

mulheres que usam contraceptivos é também relativamente elevada no país: 46%. Contudo, ainda está longe dos 60% verificados na África do Sul. A percentagem de partos realizados com assistência médica é quase de 100% nos países desenvolvidos. Em Cabo Verde, é de 78%, superior à média da região e do mundo que são de 47% e 67%, respectivamente.

Atualmente, dos 21 países da África Subsaariana que têm leis contra a violência doméstica, apenas Cabo Verde, Burundi, Namíbia, Ruanda, África do Sul e Zimbábue têm leis específicas sobre a violação dentro do matrimônio.

Estes dados apontados no relatório da ONU – Mulheres evidenciam, portanto, que Cabo Verde tem feito algum progresso no domínio de medidas que visem à proteção dos direitos das mulheres e minimizar a sua discriminação social. Mas, entretanto, existem domínios que as medidas precisam reforçadas e/ou reavaliadas. Relativamente à participação das mulheres nos órgãos de decisões políticas, por exemplo, não obstante os avanços registrados neste domínio, as disparidades no exercício de poder entre homens e mulheres são ainda perceptíveis, em Cabo Verde, pelo que importa que se ressalte que, mais do que participação feminina nos órgãos políticos de decisão, o ideal seria que se procurasse conciliar essa participação à perspectiva de igualdade e equidade de gênero.

1.2 A violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde: cenário atual

A violência de gênero contra as mulheres não é um problema recente em Cabo Verde. Pode-se dizer que é uma prática cujos contornos se relacionam à própria história do país e que acompanhou (e acompanha) o próprio processo de afirmação das mulheres na sociedade, do período colonial à atualidade. Mas, naquele momento, as mulheres cabo-verdianas eram muito mais discriminadas, social e legalmente. Esse fato é destacado por Salústio (1999) que explica que no período colonial essa discriminação era mais evidente em relação às mulheres solteiras e às crianças nascidas fora do casamento, o que provocava aumento da violência psicológica, social e doméstica contra a mulher e contra os filhos (SALÚSTIO, 1999). O fato de, na altura, apenas 16% da população ser casada e cerca de 80% das crianças nascerem fora do casamento, significa que se tratava de uma sociedade altamente discriminatória e, por conseguinte, marcada pela violência.

Embora a partir da independência a mulher tenha começado a ganhar algum reconhecimento no âmbito social e legal, segundo Rosabal (2010), “a questão da violência contra as mulheres, como temática de interesse coletivo, foi trazida ao público pelo Instituto

da Condição Feminina, em 1999, com a publicação do estudo ‘Violência Contra as Mulheres.’”³⁴ (ROSABAL, 2010, s/p). Segundo a autora, essa pesquisa alertou para a existência da violência nas relações conjugais em Cabo Verde, bem como a sua omissão nas políticas públicas e para a falta de informações sistematizadas e de investigações na área.

Atualmente, a situação da violência de gênero contra as mulheres cabo-verdianas é avaliada como de “dimensão quantitativa expressiva, com custos pessoais, familiares e sociais enormes”, conforme destacado no Plano Nacional de Ação de Combate à Violência Baseada no Gênero (PNACVBG³⁵ - 2006-2011), no qual também se destaca que “a real dimensão do fenômeno e suas consequências pessoais, familiares e sociais, em Cabo Verde, não é conhecida, porque é pouco estudada, e pela ausência de dados sistemáticos e sistematizados sobre a sua ocorrência” (MJ; ICIEG, 2006, p.6).

Não obstante essas ressalvas, os dados existentes não só apontam para uma incidência demográfica significativa do problema da violência de gênero contra as mulheres, como demonstram que a mulher torna-se agressora, quando procura se livrar de uma situação de dominação em uma relação que lhe causa sofrimento. Esta situação coloca as mulheres em uma situação de dupla violência, conforme reconhecido pelos próprios formuladores do PNACVBG, que descrevem essa situação vivida pelas mulheres vítimas da violência de gênero da seguinte forma:

Pode-se aperceber da real dimensão social do problema, quando estes dados são colocados no seu contexto social em que a denúncia de violência com base no gênero é quase um tabu, ficando pelo mundo do não dito e, por conseguinte, do não existente. Mesmo assim, no contexto cabo-verdiano, dados estatísticos e informações também mostram que, quando a mulher se torna agressora, a acutilância da violência é de longe superior e não raras vezes, fatal. Aqui reside a diferença fundamental entre a violência praticamente por ambos os sexos. Enquanto os homens utilizam a violência, em regra, de forma continuada de modo a fazer valer a sua autoridade e exercer o poder, a mulher apenas utiliza a violência como tentativa final e desesperadora de pôr fim a uma situação duradoura de sofrimento (MJ; ICIEG, 2006, p.15).

³⁴ Esse estudo utiliza o conceito das Nações Unidas (1994) e dá a palavra a mulheres vítimas de violência de gênero. A sua autora traz o testemunho, quase sempre desgarrador de reclusas que na altura cumpriam pena de prisão por homicídio do conjuge. O denominador comum dos relatos é terem praticado o homicídio depois de serem submetidas durante muitos anos, a atos de violência física e psicológica continuada por parte dos seus companheiros (ROSABAL, 2010)

³⁵ Violência baseada no gênero. Esta é a expressão vulgarmente usada em Cabo Verde e que, no âmbito deste trabalho, deve ser entendida como equivalente a violência de gênero.

Esse cenário é também apontado no segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II) realizado no país, em que se aferiu que as mulheres têm comportamentos violentos em relação aos companheiros, mas a percentagem desses casos é de longe menor que a situação contrária, somando apenas 5%. (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008, pp.211). Portanto, as mulheres são as mais atingidas pela violência de gênero em Cabo Verde, sendo que o problema ainda acontece majoritariamente no espaço doméstico, o que revela o caráter eminentemente privado do fenômeno, em que os homens dominam e exercem poder na relação. Uma das razões para isso é “a desigual repartição do poder na família e na sociedade, fundamentalmente no nível dos órgãos de decisão entre homens e mulheres, que explica, em parte, os contornos da VBG³⁶” (MJ; ICIEG, 2006, p.14).

A violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde tem também uma fonte de legitimação na ordem cultural que o aceita e o tolera, como discutido anteriormente (SILVA, 2010; SALÚSTIO, 1999; OSÓRIO, 1994) e também sublinhado no próprio PNACVBG, que acrescenta que a situação de pobreza e vulnerabilidade, em que se encontra uma parcela significativa das mulheres, propicia as condições de perpetuação do poder do marido/companheiro e da própria situação de violência no espaço doméstico. Essa violência perpetrada contra as mulheres acontece, por vezes, na presença dos filhos, expondo-os a outro tipo de violência, que é a psicológica, ao mesmo tempo em que estes também vão aprendendo a reproduzir esse comportamento ante as mulheres.

Do ponto de vista quantitativo, as autoridades aconselham algum acautelamento³⁷ na análise estatística sobre a violência de gênero contra as mulheres. Por isso, levando-se em consideração essa observação, tomou-se como referência um dos primeiros documentos que permitiu o conhecimento da dimensão quantitativa da violência de gênero no país. Trata-se do segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva II (IDSR-II³⁸), realizado pelo

³⁶ Violência Baseada no Gênero: terminologia usada em Cabo Verde que pode ser entendido como violência de gênero.

³⁷ As autoridades nacionais aconselham uma análise acautelada de dados estatísticos sobre a violência de gênero, em função da falta de uma tradição de organizar as informações por sexo; da inexistência de um sistema centralizado de organização de informações estatísticas, que pode conduzir a sobreposições e, por conseguinte, ao empolamento de dados; da possibilidade legal e processual de apresentação de queixas, pelo menos para alguns tipos de crimes, em instituições diversas, o que dificultaria o conhecimento da dimensão real do fenômeno; da baixa percentagem de denúncias e de queixas e de uma elevada percentagem de desistências e de retirada dessas queixas, que, por esta razão, não constam das estatísticas oficiais (MJ; ICIEG, 2006)

³⁸ Esse inquérito tem sido a principal referência para se conhecer a dimensão quantitativa da violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde e “permitiu trazer a público, informações quantitativas fiáveis que possibilitaram visibilizar e dimensionar a violência de gênero em Cabo Verde” (ROSABAL, 2010, s/p). Mas deve-se considerar que, atualmente, os números sobre a violência de gênero podem ser superiores.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) e pelo Ministério da Saúde, de julho a novembro de 2005, com vistas a se conhecer os índices sobre a fecundidade, a mortalidade das crianças menores de cinco anos, o planejamento familiar, a saúde materna e infantil, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o VIH/SIDA, e a violência doméstica. Para o desenvolvimento desta seção, tomou-se também como referência os dados relativos aos atendimentos feitos às mulheres vítimas da violência de gênero, em algumas das estruturas da Rede Inter Institucional de Apoio às Vítimas da Violência Baseada no Gênero – REDE SOL³⁹, e resultados de um Estudo sobre Violência Doméstica contra Universitárias em Cabo Verde⁴⁰, recentemente divulgado.

Começando pelos dados mais recentes da REDE SOL, os números oficiais registrados por esse serviço de atendimento indicam que, em 2010, um total de 2138 mulheres foi vítima de violência de gênero em Cabo Verde. Em 2009, os registros apontam para um total de 1299 casos. Entretanto, as autoridades nacionais ligadas à instituição estimam que os números possam ser superiores, em função da referida falta de sistematização de dados e, também, porque os valores citados referem-se somente a casos de violência de gênero contra as mulheres, atendidos, diretamente, nos serviços da rede, que possui sedes em funcionamento pleno em apenas algumas ilhas do país (Santiago – Praia e Assomada, S. Vicente, Sal, Santo Antão, Fogo), desde o ano de 2008, com exceção da ilha de Santo Antão, em que o funcionamento dos serviços da rede começou em 2010.

Já as estatísticas do IDSR-II, apesar de serem de 2005, permitem que se tenha uma ideia de múltiplas dimensões do fenômeno no país. Conforme os resultados destacado no documento, desde a idade dos 15 anos, mais de uma cabo-verdiana em cada cinco foi violentada fisicamente, o que corresponde a 21% de mulheres violentadas pelo marido/companheiro ou outra pessoa. No tocante à violência conjugal, os resultados indicam que 16% das mulheres foram confrontadas a atos de violência física, 14% sofreram violência emocional e 4% foram submetidas à violência sexual. Cerca de uma mulher em cada cinco foi

³⁹ Trata-se de um conjunto de instituições cuja missão é apoiar, de forma eficaz, eficiente e célere as vítimas de Violência baseada no Gênero em Cabo Verde. Essa rede foi criada em Cabo Verde, em 2004 e vem sendo coordenada a nível nacional pelo Instituto Cabo-verdiano da Equidade e Igualdade de Gênero – ICIEG, contando com a parceria de várias outras instituições, designadamente policial, Psicológico, Jurídico, Médico, Social e Econômico.

⁴⁰ O estudo foi realizado pelo professor universitário e investigador João Silvestre Alvarenga e teve como público-alvo, 410 estudantes universitárias de seis Instituições de Ensino Superior da ilha de Santiago (Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), Universidade Jean Piauí de Cabo Verde (Uni Piaget), Universidade Intercontinental de Cabo Verde (ÚNICA), Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE), Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais (ICJS) e Universidade de Santiago (US)) com idade compreendida entre 21 e 24 anos de idade.

vítima de uma destas formas de violência. Os grupos etários dos 20 aos 29 anos (25%) e dos 30 a 39 anos (27%) são os mais atingidos. Já as mulheres com idade situada entre 40 e 49 anos são as menos atingidas pela violência. A incidência de violência contra mulheres é maior em zonas urbanas, em que 24% delas confirmaram terem sido vítimas, contra 19% em meios rurais (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008).

Os atos de violência são praticados contra as mulheres de todos os níveis de instrução, sendo as mais instruídas (escolarizadas) as maiores vítimas. Verificou-se que as mulheres sem instrução referiram menos (14%) serem vítimas de violência do que as que têm um nível mais elevado de instrução, sendo que 22% dessas mulheres possuem o nível de instrução básico e 19% têm o nível secundário. Entretanto, o documento em apreço também ressalta que a violência entre cônjuges é menos frequente nas mulheres de nível de instrução superior ao do marido para qualquer tipo de violência (9%). O fenômeno acontece mais vezes, quando o companheiro tem um nível de instrução mais elevado (10% para a violência emocional e 13% para a física ou sexual) e é mais expressiva quando possuem o nível equivalente (14% no caso da violência emocional e 16% no caso da violência física ou sexual). (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008, p.19-20).

Relativamente ao nível de instrução, dos dados do IDSR-II conclui-se que a incidência da violência de gênero contra a mulher é inversamente proporcional ao seu nível de instrução, uma vez que as mulheres com menos nível de instrução são as que menos sofrem atos de violência. A justificativa para isso, segundo o estudo em apreço, é que as mulheres menos instruídas tendem a naturalizar os comportamentos violentos, enquanto que as mais instruídas legitimam menos esse comportamento. Assim, os responsáveis com autoridade na matéria no país apontam que,

esse dado pode ser interpretado erroneamente como um indicador de que a vulnerabilidade social, associada à menor instrução, não está relacionada à prática da violência, porém subjacente a ela encontra-se a “invisibilização” dos eventos violentos pelas próprias mulheres, que naturalizam, banalizam e relativizam as violências que sofrem, e o que é pior não as percebem como tal (ICIEG, 2011).

Estas leituras revelam algumas contradições, mas outra leitura possível que se pode fazer a respeito é que as mulheres menos instruídas naturalizam a violência por estarem menos conscientes dos seus direitos e também mais dependentes financeiramente dos seus parceiros, o que as tornam mais resignadas. Já as mulheres instruídas, estando mais

informadas dos seus direitos e menos dependentes do companheiro, economicamente, seriam menos legitimadoras da violência. Apesar de no IDSR-II se apontar que “aparentemente, nem o meio de residência, nem o nível de instrução da mulher tem uma influência significativa sobre a procura de ajuda” (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008, p.207), pensa-se que o próprio documento abre espaço para esta conclusão, por exemplo, quando aponta que “a procura de ajuda é fortemente dependente do poder econômico da mulher. O fato de ter um trabalho remunerado revela-se positivo na procura de ajuda. Pois, cerca de 40% das vítimas que trabalham procurou ajuda, enquanto que nas vítimas que não trabalham, esta proporção é de 31%.” (INE; MS; MACRO INTERNACIONAL, 2008, p.207).

De acordo com o tipo de emprego, o fenômeno é mais expressivo nas mulheres que trabalham e que são remuneradas em dinheiro. A prevalência de violência neste grupo feminino registra-se, desde a idade dos 15 anos, e é de uma mulher em cada cinco. Em contrapartida, no grupo de desempregadas, a violência atinge 51,7% de mulheres, o que leva a pensar, como já sublinhado, que o desemprego obriga essas mulheres a uma dependência econômica dos maridos/companheiros e, conseqüentemente, a uma maior legitimação da violência.

Para as autoridades com responsabilidades na matéria no país, o entendimento desses dados devem ser reacionados com as representações sociais sobre a legitimidade do marido ou companheiro exercer a sua autoridade sobre a mulher, achando-se no direito de recorrer ao poder e à violência para repreender a mulher ou companheira. Fazendo este paralelo, os responsáveis do estudo do IDSR-II chegaram a resultados estatísticos que indicam que 17% das mulheres e 16% dos homens concordam com pelo menos uma razão para a utilização da violência. A razão mais apontada é o fato de a mulher castigar ou não cuidar adequadamente das crianças (12%), sendo que no contexto rural essa aceitação é maior do que no urbano: 26% de mulheres e 22% de homens em zonas rurais, contra 10,5% de mulheres e 12% de homens em zonas urbanas.

Da leitura destes resultados, confirma-se aquilo que alguns autores (SALÚSTIO, 1999; OSÓRIO, 1999) realçam que é o fato de a violência de gênero estar instituída e/ou ser legitimada na ordem cultural da sociedade cabo-verdiana, o que leva as pessoas, particularmente as mulheres, a aceitarem certas práticas de violência como normal. Além disso, o comportamento violento dos homens é claramente revelador de que ainda existe uma discriminação social contra as mulheres associada a uma função social que lhes é reconhecida apenas no âmbito do espaço doméstico e associada à tarefa de cuidar do lar e dos filhos, por

exemplo. Por outro lado, a maior incidência da violência contra as mulheres em meios urbanos explica-se pelo fato de o controle social nos meios rurais ser maior. Nos meios rurais, onde prevalece maior pudor em relação à exposição pública de situações privadas e de foro doméstico, pode explicar, em parte, os dados menores das zonas urbanas, pois, muitas situações de violência contra a mulher são silenciadas no âmbito familiar. Entretanto, de acordo com os formuladores do IDSR-II, a maior mediação da problemática da violência de gênero e o menor controle e coerção social, em contrapartida, pode resultar em uma maior tendência à fratura e fragmentação social, em zonas urbanas.

Relativamente ao Estudo sobre a Violência Doméstica contra Universitárias em Cabo Verde, realizado junto a estudantes universitárias de seis instituições de ensino superior na Ilha de Santiago, em 2011, os resultados obtidos pelo seu autor, mostram que “das inquiridas, 39,9 % acusarem ter sofrido algum tipo de violência doméstica, a partir dos 16 anos de idade” (ALVARENGA, 2011, s/p.). Na sua parte conclusiva, o estudo realça que:

as universitárias também sofrem violência doméstica e que o seu índice é até superior ao encontrado por um estudo anterior (entenda-se o estudo do IDSR-II- grifo da autora), que cobriu o total da população, embora utilizando de metodologias diversas. Constatou-se mudanças de comportamentos ditados pela introdução de novos valores na sua interação com os contextos sociais. Apesar do índice elevado de quase 40% de incidência da violência sofrida pelas universitárias, elas são maioritariamente otimistas em relação à redução desse número no futuro (ALVARENGA, 2011, s/p).

Observando-se detalhadamente os resultados do documento, percebe-se que o tipo de violência mais apontado pelas universitárias foi a psicológica (28,8%), seguido da violência econômica (17,7%), da física (9,7%) e da sexual (1,4%). Sobre a incidência da violência por idade, o autor do estudo apurou que a violência de gênero perpetrada contra mulheres universitárias tende a aumentar com a idade, devido ao seu caráter cumulativo, sendo que até 20 anos, o índice registrado é de 31,5%; de 21 a 24 anos, de 31,7 %; 25 a 20 anos, de 47%; e a partir de 31 anos, de 56,8%. A tendência é de diminuição quando a leitura é feita em função da frequência. De 5 até 10 vezes, a frequência da violência sofrida pelas universitárias decaiu, voltando a aumentar a partir de 10 vezes.

Outra leitura do documento refere-se ao contexto da violência vivenciado pelas inquiridas. Neste aspecto, Alvarenga (2011) explica que a pesquisa permitiu concluir a existência de uma forte associação entre o contexto de violência vivida pelas entrevistadas e confirmar:

os estudos levados a cabo a partir da perspectiva das teorias da aprendizagem que enfatizam os ensinamentos adquiridos no processo de socialização como importantes preditores do comportamento, nesse caso, lares onde ocorrem violência e bairros onde mulheres são violentadas, as mulheres oriundas desses meios são mais propensas a virem a sofrer violência do que aquelas que vivem afastadas desses ambientes. (ALVARENGA, 2011, s/p).

No caso das estudantes que constituíram a amostra do estudo em apreço, 39,6% das universitárias que vivem em contexto de violência no seu bairro têm mais chances de virem a sofrer violência comparativamente às suas colegas que não conhecem nenhuma vizinha que tenha sofrido violência. O professor universitário sublinha que essa situação torna-se ainda mais grave para aquelas cujas mães são, ou já foram vítimas de violência. Nesses casos, as chances de sofrerem algum tipo de violência são de 2,2% vezes mais do que aquelas cujas mães não sofreram violência.

Sobre as causas da perpetração da violência de gênero, o estudo em apreço indica, em ordem decrescente, o ciúme, o uso de álcool e machismo, as dificuldades econômicas e o não funcionamento das leis como principais causas da violência doméstica. Já a vergonha, o medo, a lesão corporal e falta ao trabalho/ou às aulas foram destacadas como principais consequências da violência. Sendo o ciúme a principal causa da violência, ele aparece correlacionado à fidelidade conjugal, ou melhor, à traição. No caso, 19,8 % das universitárias revelaram que já traíram seus companheiros, enquanto 58,1% revelaram terem sido traídas, o que, segundo o autor da pesquisa, pode significar “uma mudança de comportamento em função de novos valores, especialmente, nos grupos de idade mais jovem em interação com ambientes específicos e perspectivas particulares.” (ALVARENGA, 2011, s/p).

Em relação à autoria, os principais autores (ou perpetradores) da violência contra mulheres universitárias ressaltados no estudo são companheiros, namorados e maridos, aparecendo em segunda posição os pais, na terceira, outros (mães, filhos e outros parentes) e na quarta, os irmãos.

Quanto à variável respeito, os dados sobre a violência doméstica contra universitárias revelam que 74,6 % dessas vítimas reclamaram que não são respeitadas (ou são pouco respeitadas) na sociedade, contra 53,1% que afirmaram ser desrespeitadas no trabalho. Na polícia, 49,8% acham que não são respeitadas ou só muito pouco, enquanto na família, 50,7% avaliam que não são respeitadas ou só um pouco respeitadas.

Fazendo-se uma breve apreciação dos dados destacados (IDSR-II, REDE SOL e Estudo sobre “A Violência Doméstica contra Universitárias em Cabo Verde”), atreve-se a afirmar que a dimensão quantitativa da violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde não deixa de ser preocupante como já referido. Mulheres de todas as idades, todos os extratos sociais, de todos os níveis de instrução, do meio rural e urbano, são vítimas de violência, principalmente no espaço em que deveriam se sentir mais seguras, que é o espaço doméstico!

Por outro lado, parece ser necessário que se faça um alerta, no sentido de se ter algum cuidado ao interpretar as estatísticas existentes, uma vez que elas provêm de estudos realizados em distintas ocasiões e com objetivos e metodologias diversos. Portanto, a falta de compatibilização de dados de diferentes fontes e de sistematização pode dificultar não só o trabalho de pesquisadores, como de jornalistas e das próprias instituições que lidam com a questão. Corre-se o risco desses indicadores serem utilizados sem a precisão de sua origem, de suas referências conceituais e das metodologias adotadas.

Além disso, nos casos em que é necessária uma análise da dimensão estatística de um problema social, como o da violência de gênero contra as mulheres, costuma ainda existir uma desarticulação entre os órgãos produtores de estatísticas oficiais e aqueles encarregados da elaboração e execução de políticas sociais. Nesse contexto, pode-se pensar que uma sistematização e um trabalho articulado no tratamento das estatísticas existentes seria um passo importante para se compreender melhor a violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde, o que também apontaria caminhos para o enfrentamento do problema.

Os dados mais recentes (REDE SOL e do Estudo da violência doméstica entre universitárias) comparados com os do IDSR-II deixam entender que há uma tendência de aumento da violência contra a mulher, o que alerta para um engajamento cada vez mais urgente e articulado para se pôr cobro ao problema.

Sabe-se igualmente que enfrentar o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres não passa somente pela sistematização estatística e conhecimento de sua incidência quantitativa. Sendo esse tipo de violência uma forma de violação de direitos humanos que reforça as desigualdades sociais entre homens e mulheres, criando barreiras que impedem o desenvolvimento da paz social, seria pertinente pensar que qualquer país que tenha assumido o compromisso de combater o fenômeno necessitaria investir em mecanismos políticos e legais de combate ao problema. Assim, na seção que se segue, traz-se informações que permitam conhecer o quadro político-legislativo, em Cabo Verde, em matéria da promoção da

igualdade e equidade de gênero, bem como de combate à violência perpetrada contra as mulheres.

1.2.1 Os dispositivos políticos e legais de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde

Traçando um panorama político e jurídico-legal no que toca ao tratamento e enfrentamento da violência de gênero em Cabo Verde, pode-se dizer que tem existido disposição institucional perante o objetivo internacional lançado pela ONU da igualdade de gênero e da defesa dos direitos das mulheres. Esse interesse se vê refletido nos diferentes convênios internacionais que o país ratificou e assinou, bem como nos vários planos e programas estratégicos e leis nacionais adotados, declarando a igualdade entre homens e mulheres e proibindo a discriminação baseada no gênero.

Várias instituições governamentais (Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de gênero - ICIEG) e não governamentais⁴¹ foram criadas e cujas ações têm ajudado na concretização paulatina dos objetivos assumidos em prol da equidade e igualdade de gênero e, principalmente, da melhoria da condição das mulheres.

De entre os mais recentes instrumentos adotados na promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência, merecem destaque o Programa do Governo para a VII legislatura (2006-2011), o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Gênero (PNIEG⁴²), o Plano Nacional de Combate à Violência baseada no Gênero (PNCVBG) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Estes planos traçam uma série de ações que devem ser implementadas no domínio da igualdade entre homens e mulheres, de modo a fomentar a perspectiva gênero.

No domínio jurídico-legislativo, considera-se que Cabo Verde tem tido também uma boa produção com vistas a coibir, prevenir, proteger e reinserir as vítimas da violência de gênero. Internacionalmente, o Estado de Cabo Verde assinou e ratificou um conjunto de

⁴¹De entre as principais organizações não governamentais que têm atuado, em Cabo Verde, no domínio da promoção da igualdade e equidade de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher enumeram-se: a Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento – MORABI; Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas – AMJ; Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV; Associação das Mulheres Empresárias Profissionais de Cabo Verde – AMEPCV; Rede de Mulheres Parlamentares – RMPCV; Rede das Mulheres Economistas de Cabo Verde – REDEMEC e a Associação para a Proteção da Família - VERDEFAM

⁴² O PNIEG é um instrumento orientador das políticas públicas em matéria de gênero elaborado pelo ICIEG, no qual se traçam medidas multisetoriais corretoras dos desequilíbrios sociais baseados nos estereótipos sexistas, promovendo assim a justiça social e o desenvolvimento sustentável do país em última instância.

convenções internacionais⁴³ que demandam o engajamento dos Estados-partes, em prol da igualdade de gênero e eliminação de qualquer tipo de discriminação contra mulheres. O país assumiu igualmente o compromisso dos princípios da Resolução da Comissão dos Direitos Humanos sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência e Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), bem como as recomendações da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD⁴⁴).

Na sub-região africana, Cabo Verde tem tido um papel importante na dinamização da Rede Africana de Mulheres Ministras e Parlamentares, tendo já acolhido, em 2002, a V Conferência dessa Rede. Nesse encontro, Cabo Verde, juntamente com os demais estados-membros, reiterou o compromisso de combater a violência de gênero por meio de uma liderança voltada para o desenvolvimento de intervenções inovadoras, incluindo: a elaboração de propostas e “*lobby*” para criação de legislação apropriada; o aumento da conscientização através de “*advocacy*”; a construção de parcerias por meio do aprimoramento das redes nacionais, regionais e internacionais e a conscientização da comunidade sobre o problema da violência de gênero.

Internamente, instrumentos legislativos, como a Constituição da República, o Código de Família, parte integrante do Código Civil, o Código Penal e o Código do Processo Penal, são também exemplos de que tem havido um esforço e uma preocupação para fazer valer o respeito dos direitos humanos de homens e mulheres, uma vez que estes instrumentos estipulam princípios para inibir e coibir práticas e comportamentos que põem em causa tais direitos. O Plano do Governo adotou também leis especiais reguladoras do trabalho doméstico (Código Laboral) e do Regime de Segurança Social a favor das empregadas domésticas.

Mais recentemente e, na trilha desse esforço em melhorar o quadro legislativo em matéria da consecução da igualdade de gênero e do enfrentamento da violência contra as mulheres, foi aprovada a lei sobre a Violência Baseada no Gênero (Lei nº 84 /VII/2011). Trata-se de uma

⁴³ As principais convenções ratificadas e assinadas por Cabo Verde são: a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Violência e Discriminação contra as Mulheres; a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; a Declaração Solene sobre Igualdade de Gênero de Maputo, UA; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África.

⁴⁴ Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). É um quadro estratégico de política e um programa de desenvolvimento socioeconômico criado, em julho de 2001, durante a 37.^a Cimeira da Organização da Unidade Africana. A sua missão é erradicar a pobreza e colocar os países na rota do crescimento e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, ajudá-los a participar ativamente na economia mundial. O programa é concebido pelos africanos e para África, com um empenho renovado em relação à paz e democracia e uma boa governação política, econômica e empresarial como condição prévia para um desenvolvimento sustentável. As prioridades setoriais do desenvolvimento incluem investimentos avultados em infraestruturas (energia, transportes, abastecimento de água e saneamento básico) e procura resolver problemas relativos à saúde, educação, agricultura, ambiente e desigualdade de gêneros.

iniciativa que veio suprir algumas lacunas existentes não só na Constituição nacional (que não considera a violência de gênero em todas as vertentes - artigo 81), como no Código Penal e Código do Processo Penal do país que ainda tratavam a violência doméstica como um crime semi-público punível com penas que vão de 1 a 4 anos de privação de liberdade.

No caso desses instrumentos, a violência doméstica era tratada como uma prática do âmbito da conjugalidade ou da união de fato, o que contribuía para que atos de agressão praticados contra a mulher fora desse marco não fossem considerados como tal. De acordo com os responsáveis do ICIEG, esta situação tem conotações negativas, que são mais evidentes se se tomar em consideração que, conforme os resultados do IDSR-II, as agressões mais frequentes são praticadas por ex-companheiros ou ex- conjuges contra mulheres divorciadas, ou separadas (37%).

Na parte introdutória da nova lei se pode ler que o instrumento passa a tratar a questão da violência de gênero como um crime público e de natureza urgente, nas suas diversas manifestações e âmbitos, ao mesmo tempo em que contempla medidas de sensibilização, de assistência e de proteção às vítimas, com especial ênfase nos direitos laborais e nos aspetos de saúde, de detenção precoce e de segurança social. O novo mecanismo legal, que entrou em vigor em 11 de Março de 2011, estabelece ainda que sejam criadas Casas de Abrigo (temporário) em todo o território nacional, com pessoal qualificado para atender as vítimas e os menores nos casos de ameaça iminente contra sua integridade física ou vida, bem como medidas para a reabilitação do agressor através da implementação de programas de recuperação, apoio psicológico e psiquiátrico, educação e prevenção, com vistas a propiciar uma mudança de comportamento, contribuindo, desse modo, para romper o ciclo de violência no país.

Portanto, pode-se afirmar que, de um modo geral, a República de Cabo Verde tem se dedicado ao desenvolvimento econômico, ao fortalecimento do sistema jurídico, buscando eliminar ideias de discriminação (sobretudo contra as mulheres) na sociedade, pretendendo cumprir, por conseguinte, com os objetivos estratégicos da Declaração de Beijing e da Plataforma de Ação adotada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, que foram dois dos grandes momentos que marcaram o percurso de lutas em prol da igualdade de gênero, internacionalmente.

A nova lei tem sido alvo de socialização no país e a sua aprovação suscitou uma série de debates, designadamente sobre a sua aplicabilidade. Uma das preocupações correntes nos discursos que se têm divulgado prende-se também à questão da morosidade processual que

caracteriza o funcionamento dos serviços judiciais em Cabo Verde, o que, para muitos, poderá atrapalhar a eficácia da aplicabilidade da lei. Por outro lado, embora o Estado garanta a igualdade a todos os cidadãos, sem quaisquer formas de discriminação, e também esteja empenhado em promover a igualdade e equidade como em combater o fenômeno da violência de gênero, pode-se pensar que a violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde ainda encontra espaço devido à subsistência de algumas limitações por razões de ordem sociocultural, que acabam imbricando com aquilo que está disposto na lei e pondo em causa o exercício da cidadania em matéria de direitos humanos das mulheres.

Este problema parece fazer parte da própria percepção das autoridades com responsabilidade no país, designadamente o ICIEG, que já traça novas atuações em matéria de gênero e em função da nova lei aprovada do país, conforme se pode ler no documento com os termos de referência para contratação de novos quadros na área de comunicação:

O período 2011-2012 constitui para o ICIEG, um período de transição que se reveste de características particulares – O ano de 2011, coincide com o fim do período de implementação do PNIEG, ao mesmo tempo que constitui o primeiro ano de implementação da Lei Especial para a VBG (LEVBG-11/03-11). Este fato, em particular, exige à reorganização dos serviços e o desenho de um novo quadro de funcionamento, que permita ao ICIEG responder as competências que a nova lei lhe outorga. Neste cenário o ano de 2012 constituirá o primeiro ano de implementação do novo PNIEG, e o início do desenvolvimento numa nova etapa no processo de assunção pelo Estado das responsabilidades pelas ações na área da VBG (ICIEG, 2011, p.45).

Este compromisso assumido por parte das autoridades governamentais traduz-se como um dado positivo, mas o problema da violência de gênero contra as mulheres é um problema cujo enfrentamento pode ser empreendido não apenas pelos dirigentes políticos, movimentos feministas, ONGs, associações da sociedade civil, etc. No rol dos agentes com responsabilidade na matéria, pode-se também pensar no papel que os meios de comunicação social teriam não só em informar sobre o problema, como também na mobilização da opinião pública. É neste sentido que este trabalho analisa a representação da violência de gênero contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde, o que implica que se dê a conhecer aos possíveis leitores deste trabalho um pouco do contexto midiático cabo-verdiano e do papel que o jornalismo tem tido no debate das grandes questões sociais no país. Esta

⁴⁵ Documento divulgado na página do Facebook da Instituição em julho de 2011. In: <<https://www.facebook.com/notes/icieg-instituto-cabo-verdiano-para-a-igualdade-e-equidade-do-g%C3%A9nero/t%C3%A9cnicoa-de-marketing-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-termos-de-refer%C3%Aancia/10150196778136179>>, Acessado em 25/07/2011.

contextualização é feita na seção que se segue, a partir de uma breve síntese do desenvolvimento da imprensa e também uma caracterização da prática jornalista no contexto social do país.

1.3 A imprensa em Cabo Verde: evolução e mapeamento do campo

O aparecimento da imprensa escrita na África Subsaariana está intrinsecamente ligado ao processo de colonização (VAZ, 2007). Os primeiros jornais eram publicados por europeus para comunidades europeias em África, onde a imprensa desenvolveu-se no começo do século XIX com boletins oficiais e pequenas publicações de cunho comercial, embora esse desenvolvimento tenha precedentes nos finais do século XVIII.

Em Cabo Verde, o nascimento da imprensa ocorreu em 24 de agosto de 1842 com a publicação do primeiro número do *Boletim Oficial* do Governo Geral de Cabo Verde⁴⁶ (SANTOS; 2010; VAZ, 2007; BRITO- SEMEDO, 2006; ÉVORA, 2011; TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d.). Essa publicação começou na vila de Sal Rei, ilha Boa Vista, onde nessa altura funcionava a sede do governo, que depois foi transferida para a ilha da Brava e, em seguida, para a cidade da Praia, ilha de Santiago, onde até hoje funciona a sede da Imprensa Nacional. Essas mudanças ocorriam, porque o local de onde se editava o boletim variava de acordo com o local de residência do Governador Geral. A sua periodicidade só se fixou a partir da edição número 33, publicada em 27 de maio de 1843, quando o documento passou a ser publicado semanalmente, aos sábados (VAZ, 2007; SANTOS, 2010; GONÇALVES, 1966 *apud* TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d).

O primeiro *Boletim Oficial* do Governo de Cabo Verde tinha apenas quatro páginas, mas esse número, que manteve por cerca de 10 anos, foi sendo aumentado, conforme o crescimento do número de decretos e portarias a serem publicados. O documento dividia-se em duas seções, sendo a "Interior" e a "Exterior". A primeira seção subdividia-se, por sua vez, em duas partes: a "Parte Oficial", onde se publicava textos do governo, e a "Parte não Oficial", que se destinava à publicação de outros textos que pudessem ser úteis aos leitores do Boletim. A "Parte não Oficial" funcionava como um verdadeiro jornal, uma vez que incluía noticiários resumidos de diversas publicações nacionais e estrangeiras e produções literárias

⁴⁶ Refira-se que Cabo Verde foi o pioneiro na impressão de um Boletim Oficial em África, mas, entretanto, foi um dos últimos a ter um jornal. A primeira impressão do Boletim Oficial aconteceu também com atraso de 7 anos em relação ao decreto de 07 de Dezembro de 1836 que o criava. Cabo verde consegue ser a primeira colônia portuguesa em África a publicar um boletim oficial. (Santos, 2010)

de autores cabo-verdianos, ou residentes em Cabo Verde. Praticamente, até 1880, esse Boletim serviu igualmente à Guiné Portuguesa. O documento somente deixou de abranger aquela região, quando houve a desvinculação da Guiné do governo da colônia de Cabo Verde, em 1879 (GONÇALVES, 1966 *apud* TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d).

Entretanto, os estudiosos apontam que somente cerca de 30 anos depois da publicação desse Boletim é que se começou a registrar os primeiros sinais do desenvolvimento da imprensa escrita em Cabo Verde cujo desenvolvimento se deu em quatro fases distintas até à data da independência nacional (VAZ, 2007). A necessidade de publicação de um jornal para informar e defender os interesses do povo cabo-verdiano fez com que se começasse a investir nesse sentido. Em 1870, o país dispunha de um conjunto de condições técnicas, culturais e políticas que permitiam criar então um jornal. E, no dia primeiro de Outubro de 1877, na cidade da Praia (ilha de Santiago), nasceu o jornal não oficial, o semanário *Independente*, marcando o início das primeiras fases do desenvolvimento da imprensa e da atividade jornalística em Cabo Verde, que se estendeu até 1890, data em que foi promulgado um Decreto que estabeleceu restrições à imprensa periódica.

Além de o *Independente*, outros jornais (quase todos de carácter político e noticioso) foram publicados nessa primeira fase, designadamente, *Correio de Cabo Verde* (1879), *Echo de Cabo Verde* (1880), *A Imprensa* (1880), *Cidade da Praia* (1880), *A Justiça* (1881), *O Protesto* (1883), *O Povo Praiense* (1886), *O Praiense* (1889) e *Praia* (1889) (BRITO-SEMEDO, 2006; SANTOS, 2010; VAZ, 2007). De acordo com Santos (2010), nessa primeira fase, essa proliferação de jornais que se verificou explica-se pela aproximação ao centro do poder e pela existência de uma tipografia pertencente ao grupo fundador do jornal *Independente*. Mas, mais tarde, a partir da década de 90 desse período, a maioria de publicações se deu nas ilhas do Barlavento, porque “a década de 90, para além da viragem histórica, marcada pelo *ultimatum* inglês e pela expansão do ideário republicano que atinge a classe intelectual e por acréscimo a imprensa, marca também deslocação geográfica no centro da actividade jornalística.” (SANTOS, 2010, p.1).

Na segunda fase, iniciada em 1899, e que ficou marcada pela fome que assolou o arquipélago, com expoente em 1902-1903, pode-se destacar quatro jornais que foram publicados na cidade do Mindelo (ilha de S. Vicente): o *Revista de Cabo Verde* (1899), o *A Liberdade* (1902), *Salve* (1902), *A Opinião* (1902) e *O Espectro* (1904), que pretendeu ser uma sombra das vítimas da fome de 1903. Ainda nessa fase, na Praia, um único número especial do jornal *Cabo Verde* foi publicado, com vistas a assinalar a passagem do príncipe

real D. Luiz Filipe por Cabo Verde, em 1907 (BRITO-SEMEDO, 2006; VAZ, 2007; SANTOS, 2010).

A terceira fase do desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana teria iniciado com a Proclamação da República em Portugal, em 1910, e terminado com a abolição da ditadura do Estado Novo, no dia 25 de Abril de 1974. Esse foi um período conturbado, mas fecundo, em termos de publicações. Cerca de 20 jornais, assim como folhas manuscritas, da iniciativa de jovens estudantes do *Seminário-Liceu de São Nicolau* e do *Colégio Municipal de São Vicente* foram publicados nessa época, dos quais se pode destacar os jornais *O Popular* e *Cabo Verde* (publicados no Mindelo nos anos de 1914 e 1920, respectivamente); *O Caboverdeano*, *A Acção*, *A Seiva*, e *A Verdade* (publicados na Praia, de 1918 a 1922); *A Despesa* (publicado em 1913), *O Manduco* (publicado no Fogo a partir de 1923), *O Notícias de Cabo Verde* (fundado em 1931), *O Eco de Cabo Verde* (publicado na Praia de 1933 a 1935) e *O Ressurgimento* (publicado em Santo Antão em 1933 a 1935). (BRITO-SEMEDO, 2006; VAZ, 2007; SANTOS, 2010).

Dentre essas publicações, Santos (2010) destaca que:

a década de 30 é marcada pelo jornal de maior longevidade na história da imprensa caboverdeana, o *Notícias de Cabo Verde*. Fundado por Leça Ribeiro, na cidade do Mindelo, começou a circular a 22 de Março de 1931 e editou o último número a 28 de Agosto de 1962. Caso ímpar e, um recorde então (SANTOS, 2010, p.2).

Tarragó e Hohlfeldt (s/d) também explicam que essa fase (sec. XX) do desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana ficou essencialmente marcado pela imprensa periódica e difusão da cultura:

[...] na verdade, o que se observa, com o correr do século, é que, no início, “estava em forja” um grupo interessado em não só retomar o interesse pela comunicação impressa, jornalística, porém buscar meios mais apropriados para difundir a cultura cabo-verdiana. Intelectuais que queriam fixar em letra de forma uma literatura que existira até então apenas na oralidade, e que estavam dispostos a se comunicar, que desejavam informar e ser informados tomou iniciativas importantes. Surgem, assim, algumas publicações de destaque, a partir da década de 1920. (TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d, p.6).

Em 1936, os escritores cabo-verdianos Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa iniciaram a publicação da revista neorrealista *Claridade*, que marcou o movimento

neorrealista em todo o território português (à exceção do Brasil). Em relação ao grupo do movimento Claridade, os autores Tarragó e Hohlfeldt (s/d) destacam que:

embora alcançando apenas nove edições, guardando uma periodicidade irregular, a revista Claridade abriu caminho para um novo posicionamento do cidadão cabo-verdiano dentro de sua conjuntura, fazendo-se importante, não somente por dar espaço à produção literária local, mas também por estimular e mostrar, para a população que eram eles cidadãos de uma pátria única, e que sobre ela deveriam refletir. (TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d, p.7).

Mas devido a uma série de dificuldades decorrentes da segunda Guerra Mundial e também impostas pela ditadura do Estado Novo salazarista, em termos de liberdade de expressão, somente a partir de 1950 é que a imprensa cabo-verdiana começou a ganhar expressão, sempre ligada à literatura, uma característica que distingue o jornalismo Cabo-verdiano do dos demais países africanos que foram ex-colônias portuguesas, conforme destacado pela dupla de autores referida que destaca “[...] uma forte tendência ao jornalismo literário nesta antiga colônia de Portugal, cuja imprensa tem características diferentes em relação às demais colônias lusas.” (TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d, p.1).

De 1940 a 1961 surgiram várias publicações em Cabo Verde, como consequência da ação dos movimentos liberais africanos. Todavia, muitos desses jornais foram extintos, principalmente, devido a problemas financeiros. Dentre as publicações mais importantes veiculadas, nesse período, por grupos de alunos e intelectuais ligados às universidades metropolitanas, destacam-se a revista *Certeza* publicada por um grupo de alunos do Liceu de São Vicente, em 1944, e o boletim *Cabo Verde*, em 1949, que a partir de 1958 passou a contar com um *Suplemento Cultural*. Em 1959, no Mindelo, ilha de São Vicente, iniciou-se a edição do *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, a que se seguiu, em 1966, na Cidade da Praia, ilha de Santiago, a circulação do jornal escolar *Mais Além...* dos alunos do *Liceu Adriano Moreira* (TARRAGÓ e HOHLFELDT, s/d).

Do ponto de vista de publicações de informação jornalística, Tarragó e Hohlfeldt (s/d) explicam que, à parte desses periódicos que utilizavam a literatura para abordar temas sociais, da atualidade e também para expressar opiniões pessoais, Cabo Verde careceu de publicações voltadas à informação, ou ao jornalismo propriamente dito. Os jornais que se dedicavam à informação eram o *Notícias de Cabo Verde* e os que vinham da Metrópole, mas o primeiro tinha periodicidade irregular, enquanto que os da Metrópole chegavam ao país defasados, devido à falta de meios modernos de comunicação na altura (p. 8). Este quadro só viria a

mudar, com a criação do jornal o *Arquipélago*, na cidade da Praia, em 1962, conforme Tarragó e Hohlfeldt (s/d) que, citando Gonçalves (1966) informam ainda que esse jornal, cuja periodicidade era regular e cujo era informativo, foi criado devido à preocupação do então Ministro do Ultramar com a carência que existia em termos de publicações do tipo no país.

A quarta fase no desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana coincide com o período que se segue à queda da ditadura portuguesa e a consequente independência de Cabo Verde, ocorrida a 5 de julho de 1975. Após a independência, no domínio da imprensa escrita surge o jornal público de caráter trissimanário *Voz di Povo* (extinto na década de 90 e substituído pelo *Novo Jornal de Cabo Verde* e, mais tarde, pelo *Horizonte*) e o *Terra Nova*, ligado à Igreja Católica. Nesta fase, distinguiram-se também as revistas *Raízes* e *Ponto & Vírgula*. Mais tarde, apareceram outros jornais privados que ainda hoje se podem encontrar nas bancas, como por exemplo, *A Semana* e *Expresso das Ilhas*. O Estado assegura o jornal *Horizonte* e a *Agência de Notícias Inforpress*, mas o primeiro acabou por ser extinto. Com a sua extinção, um grupo de jornalistas decide criar *A Nação*, em 2007 (ÉVORA, 2011; 2006; VAZ, 2007).

No domínio da televisão, é de se referir que a televisão foi introduzida em solo africano após a independência da maioria dos países, nos anos 1960, mas as primeiras emissões televisivas foram realizadas no final da década de 1950 na Nigéria, Rodésia do Norte (atual Zimbábue) e na Rodésia do Sul (Atual Zâmbia) (VAZ, 2007, p. 4).

Cabo Verde pôde ter a sua primeira televisão pública em 1984. No início, a estação foi denominada *Televisão Experimental de Cabo Verde* (TVEC) e, depois, passou a chamar-se *Televisão Nacional de Cabo Verde* (TNCV). Posteriormente, com a fusão com a Rádio Nacional, passou a haver uma única empresa de rádio-televisão: a *Rádio e Televisão de Cabo Verde* (RTC), que ainda hoje continuam a funcionar como uma única empresa, mas distinguem-se como *Televisão de Cabo Verde* (TCV) e *Rádio de Cabo Verde* (RCV). Esse cenário televisivo cabo-verdiano foi alterado, em 1997, com o aparecimento da *RTP-África*, que veio juntar-se ao *Canal França Internacional* (CFI) (atualmente *TV5-Afrique*). (ÉVORA, 2006; VAZ, 2007). Em 2007, a primeira estação televisiva privada surgiu no país, sob a denominação de *Televisão Independente de Cabo Verde* (TIVER), seguindo-se o aparecimento da estação *Record Cabo Verde*, pertencente ao grupo brasileiro *Record*.

No tocante à comunicação radiofônica, Vaz (2007) também informa que na África Subsaariana a Rádio chegou no século XIX, mas foi somente a partir da segunda metade desse período colonial que “o continente experimentou a rádio pela primeira vez, com serviços radiofônicos orquestrados pela britânica *British Broadcasting Company* (BBC) no

Kênia, Nairóbi e na África do Sul, e posteriormente, através dos esforços franceses, em Madagáscar, no ano de 193.” (VAZ, 2007, p.4).

No arquipélago de Cabo Verde, a Rádio Nacional teve uma evolução semelhante à da televisão nacional. No início chamou-se *Rádio Nacional de Cabo Verde* (RNCV), passando depois, com a fusão com a televisão, a designar-se por *Rádio Televisão de Cabo Verde* (RTC), distinguindo-se atualmente como *Rádio de Cabo Verde* (RCV). O panorama dos meios de comunicação em Cabo Verde conheceu ainda uma nova dinâmica com o aparecimento de rádios privadas. A maior diversidade de estações radiofônicas, a interatividade, a dinâmica e o espírito jovem são fatores que caracterizam essas novas rádios, que já conquistaram a maior parte da audiência nacional. Ao mesmo tempo, a informação jornalística passou a ser maior e mais acessível, com as versões *on-line* de jornais impressos, sendo que, nos últimos tempos, as principais estações de rádio e TV também já disponibilizam alguns dos seus conteúdos *on-line*. (VAZ, 2007).

No domínio das telecomunicações, em 2006, o governo, através da empresa de telecomunicações de Cabo Verde (CV Telecom) criou a CV Multimédia para gestão dos seus negócios no ramo da internet e audiovisual (televisão por assinatura). Desde essa altura, a empresa tem disponibilizado aos cabo-verdianos um serviço de TV a Cabo, que lhes permite ter acesso à televisão, ao telefone e à internet. Ainda, no domínio audiovisual, em 2007, a CVXTV, uma empresa de investimento chinês, também começou a disponibilizar o serviço de televisão por assinatura. A T+, filial do grupo Teylium Telecom⁴⁷, é outra empresa que também começou a operar no país, desde 2007, oferecendo à população cabo-verdiana serviços de telefonia móvel e internet.

No ambiente da internet e, no sentido de se proporcionar informação (institucional) a um nível mais abrangente, considera-se que Cabo Verde é um dos países da África pertencente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que mais evoluiu. Atualmente, a maior parte (senão todas) das instituições públicas e privadas dispõe de uma página *on-line*, sem falar que o governo criou praças digitais em todas as ilhas do país, onde as pessoas podem aceder, gratuitamente, à internet para obter informações do país e do mundo.

Atualmente, a comunicação social cabo-verdiana é integrada por órgãos públicos e privados nos termos da Lei da Comunicação Social nº 70/VII/2010⁴⁸ e por empresas ligadas à

⁴⁷ Grupo empresarial pertencente a uma Holding Multinacional, Teylium Group, com sede em Geneva, Suíça.

⁴⁸ Esta lei foi aprovada, em 2010, no Parlamento cabo-verdiano em substituição à Lei nº 56/V/98, de 29 de junho.

publicidade, produtoras, editoras e parques gráficos. O Estado é gestor da RTC e da *Inforpress* e ainda da *Rádio e Novas Tecnologias Educativas (RNTE)*. A RTC é a empresa responsável pelos órgãos *Rádio de Cabo Verde (RCV)* e *Televisão de Cabo Verde (TCV)*, enquanto a *Inforpress* tutela a *Agência Noticiosa Inforpress*. A *Rádio e Novas Tecnologias Educativas (RNTE)* é uma estação de cariz educativa cuja gestão é da responsabilidade do Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde. Os restantes órgãos dividem-se entre rádios e imprensa escrita, sendo que, no momento, circulam no país três jornais semanários - *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* - veiculando informação de caráter geral, dois de cariz cultural - *Artiletra* e *Terra Nova* e um jornal português de caráter econômico e distribuição gratuita - *Oje*.

No domínio de revistas, ainda não há publicações autônomas no país, mas existe um pequeno mercado que começa a despontar. Merecem referência as revistas *Fragata* (de bordo, trimestral, da companhia aérea nacional, - a TACV); a *Uhau!* (revista mensal lançada em julho de 2006, como complemento do jornal *A Semana*), a *Iniciativa* (revista bimestral) e a revista *Kriola*⁴⁹, lançada no mercado cabo-verdiano em 2011.

Relativamente ao panorama radiofônico, contabilizam-se cerca de vinte e sete (27) emissoras (estatais e privadas) de rádio no país, sendo algumas de propriedade estrangeira, e muitas de caráter comunitário. Dentre essas rádios destacam-se a *Rádio Nacional de Cabo Verde (RCV- Estatal)*, a *Rádio Praia FM* - privada, a *Rádio Nova* – privada, a *RDP África* – internacional e a *Rádio Educativa* – estatal. No campo da televisão, três (3) estações emitem atualmente no país, sendo uma estatal (a *Televisão de Cabo Verde - TCV*) e duas privadas (a *Televisão Independente de Cabo Verde - Tiver* e a *Record Cabo Verde*).

Conforme sublinha Vaz (2007), “o surgimento, no panorama da comunicação social cabo-verdiana, de jornais digitais, assim como revistas, magazines e empresas de publicidade é indicador de uma evolução positiva do setor” (p.9). Nos últimos anos vem se registrando igualmente uma dinâmica crescente na solicitação de autorizações de órgãos estrangeiros para transmissão, difusão e produção no país. Em função disso verificou-se, no decurso da última década, uma significativa expansão de meios de comunicação em Cabo Verde, marcado

⁴⁹ A revista *Kriola* tem como proprietária a editora Artimédia e caracteriza-se como uma revista feminina que dedica a assuntos que têm que ver com a mulher cabo-verdiana, mas também com homens. Na sua edição de estreia, o periódico teve como reportagem central a violência sexual. A sua publicação é mensal e conta com uma tiragem de dois mil e quinhentos exemplares, que circulam nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista.

principalmente pela afirmação da comunicação social privada e pela retirada paulatina do Estado do sector (ÉVORA, 2010).

1.3.1 Jornalismo em Cabo Verde: entre avanços e desafios

Falar do jornalismo em Cabo Verde é também ter em mente o próprio contexto político-democrático que marcou o desenvolvimento do país. Em termos de liberdade de expressão e informação, pode-se afirmar que, formalmente, esse direito que caracteriza as sociedades democráticas é reconhecido aos cidadãos e à imprensa cabo-verdiana e está salvaguardado na atual Constituição da República nos seus artigos 28 e 59. Relativamente aos meios de comunicação, os princípios constitucionais encontram-se também traduzidos num conjunto de outros dispositivos legais, nomeadamente nas leis da Comunicação Social, da Televisão, da Imprensa escrita e Agência de Notícias e dos Estatutos dos Jornalistas.

Entretanto, Évora (2010; 2011) ao avaliar o atual contexto midiático cabo-verdiano e o percurso dos órgãos de comunicação social nacional, a partir da abertura político-partidária, na década de 1990, aponta esse período como um momento em que a classe jornalística começa a mostrar alguma dinâmica, buscando uma estabilidade profissional no âmbito da introdução do sistema democrático e do novo contexto de reorganização social que então se vivia no país. Em função desta dinâmica, o campo do jornalismo começa a dar sinais de várias alterações, a partir de 1991, depois das primeiras eleições pluripartidárias em Cabo Verde. Em função dessas mudanças, Évora informa que,

[...] com a concorrência entre partidos políticos, estes criaram os seus próprios jornais através dos quais procuravam marcar um espaço de debate no seio da sociedade. É o caso do ‘Tribuna’, criado pelo PAICV, ‘Opinião’, do MPD, e ‘Correio15’, do PCD. No entanto, essas publicações tiveram vida curta, razão pela qual acreditamos que não tinham grande aceitação no seio da população, já que eram tidos como jornais políticos-confessionais. Desta feita, o PAICV promoveu, de forma dissimulada, um jornal generalista, aparentemente independente, mas que procura dar resposta às suas preocupações. Assim, tentou conciliar o interesse dos cidadãos com os seus interesses, pelo que o jornal viveu da procura de um equilíbrio entre o interesse público e o interesse partidário. Esta experiência veio a ser plagiada pelo MPD que, perdendo as eleições em 2001, também procurou viabilizar um jornal com características semelhantes. (EVORA, 2010, p.406).

Partindo desse quadro midiático descrito, o autor condena a postura dos órgãos de comunicação social, considerando-a como uma deslealdade para com o público, porque

apesar de tentarem convencer os cidadãos de que são independentes, os seus conteúdos revelam que na verdade não são. Dentre as razões que podem justificar esta situação, o autor em questão aponta a falta de grandes empresas de comunicação e o fato de, em Cabo Verde, ainda predominar um mercado com fraca liquidez no segmento da publicidade e vendas ao público.

Essa realidade impossibilita os jornais de terem condições financeiras para se autossustentarem, pelo que, não obstante as mudanças e as dinâmicas que se vêm registrando no setor midiático cabo-verdiano, Évora (2010) avalia que o jornalismo cabo-verdiano é “amorfo” e não tem força de provocar inquietação, esquivando-se de abordar situações, factos e matérias que sejam incômodas. Assim, o autor condena que “[...] não sobram condições para falar-se na isenção das práticas jornalísticas, nem no rigor das mensagens que são difundidas no seio da sociedade.” (p.408).

Outra agravante que reforça esta caracterização é a própria política de comunicação adotada em Cabo Verde, depois de 1991, que no seu entender não provocou uma revolução nas práticas jornalísticas, porque depois da abertura de regime político no país registrou-se uma divisão da classe jornalística entre os dois partidos políticos com mais expressão na sociedade cabo-verdiana. Consequentemente, essa cisão pôs em causa a própria concepção jurídica da liberdade de imprensa que “não encontrou correspondência nas práticas do dia-a-dia dos jornalistas e, desta forma, perdura uma distância entre a concepção jurídico-formal e a concepção jurídico-material da liberdade de imprensa” (ÉVORA, 2010, p. 32), afirma.

Portanto, na ótica do autor em apreço, o jornalismo cabo-verdiano tem ainda um caminho a percorrer para que possa ser a voz da sociedade. No mesmo sentido, Vaz (2007) ajuíza que Cabo Verde apresenta uma comunicação social em pleno desenvolvimento, mas na sua visão “o que para muitos é um sector que está a alcançar um *status* cada vez mais plural, para outros é um sector ainda dominado pelas influências dos poderes instituídos.” (VAZ, 2007, p.1).

Perante todo esse cenário que caracteriza o contexto mediático cabo-verdiano, pode-se deduzir que o comprometimento com o imperativo ético de prestação de serviço público e, particularmente com as causas sociais, por parte da imprensa cabo-verdiana é também um caminho a percorrer, como deixa entender o próprio Évora (2010) ao afirmar que “[...] os jornalistas continuam à espera dos comunicados de imprensa que, quando não chegam, os media tornam-se parques em notícias.” (p.354). Portanto, a partir das argumentações dos

autores expostos, fica claro ainda que o jornalismo cabo-verdiano é muito influenciado pelo poder político.

Entretanto, apesar de estudos reconhecerem que existe uma zona de interface entre o jornalismo e a política, torna-se importante que se diga que os meios de comunicação jornalística, como afirma Bucci (2000), “devem ser regidos por uma ética que preserve, acima de tudo, os direitos do cidadão” (p.11). Ou seja, embora o jornalismo assuma importante papel na construção democrática, ele não poderia se confundir com o campo político, sob pena de priorizar as vontades deste campo e esquecer-se dos interesses dos cidadãos.

Évora (2011) também destaca esse papel do jornalismo nas democracias modernas, acusando que, no caso de Cabo Verde, os jornalistas nem sempre souberam encaixar-se nesse processo moderno de construção da democracia (p.31). Por isso, o investigador cabo-verdiano considera que o modelo de jornalismo predominante em Cabo Verde é o de “jornalismo sentado” que define como “uma forma de fazer informação muito agarrada à agenda do poder público.” (ÉVORA, 2011, p.40).

Com esta caracterização abre-se espaço para se pensar que o temas sociais, como violência de gênero contra as mulheres, não constitui um assunto prioritário para os meios de comunicação social cabo-verdiana, eventualmente, porque os jornalistas dão mais importância a assuntos de âmbito político, relegando, para segundo plano, assuntos de interesse social. Nesse sentido, outro raciocínio é de que os meios de comunicação têm fraco poder de agendamento de temas sociais, como o próprio Évora deixa entender ao propor que o jornalismo cabo-verdiano precisa ser reinventado no sentido de passar a colocar em primeiro plano na sua agenda os problemas e as preocupações da sociedade.

CAPÍTULO II – OS FUNDAMENTOS TÉRICOS DO ESTUDO

Para sustentar a análise e as reflexões neste trabalho, parte-se das teorias construcionistas, ou da notícia como construção social da realidade, com particular enfoque nas formulações dos teóricos Berger e Luckmann (2011) e dos da teoria do agendamento, ou *Agenda-Setting Function*. Embora Berger e Luckmann (2011) sejam teóricos do campo da sociologia do conhecimento e tenham pensado a construção social da realidade não especificadamente para o campo do jornalismo, entende-se que as suas proposições adaptam-se a um estudo do tipo, que visa analisar a representação de uma parte da realidade, a partir do conteúdo veiculado nos jornais. Por outro lado, esta escolha resulta da importância que as propostas dos autores, principalmente das da teoria do agendamento, assumem na instauração do jornalismo como campo de construção da realidade, abrindo a possibilidade deste contribuir para a formação do conhecimento, da opinião pública e para a promoção de novos sentidos e valores que reforcem a cidadania e diminuam as desigualdades sociais. É neste sentido que também se aproveita argumentos de outros teóricos que concebem o jornalismo como instância pedagógica e forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997; FISCHER, 2001,2002; VIZEU, 2009; REGO e VIZEU, 2009).

Para discutir a questão da violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde, parte-se de conceituações propostas pelos estudos de gênero, nomeadamente da historiadora e feminista Joan Scott (1990; 1995), que define gênero como uma construção histórica e sociocultural que pode legitimar desigualdades entre homens e mulheres, por fundar formas de relacionamento erigidas em contextos de dominação e poder. Nesta seção, procura-se ainda estabelecer uma distinção entre os conceitos violência de gênero e violência contra as mulheres. Esta distinção é feita no intuito de não só esclarecer as confusões que costumam ocorrer no uso desses conceitos como para justificar a terminologia usada neste trabalho – violência de gênero contra as mulheres. Considerando-se igualmente o poder que cada vez mais se atribui aos meios de comunicação em direcionar a opinião pública sobre os mais variados assuntos e problemas sociais, dentre os quais a violência de gênero contra as mulheres, faz-se uma reflexão sobre a relação entre a mídia e a violência de gênero contra as mulheres, trazendo subsídios de estudiosos que trataram do assunto e que contribuem para se pensar sobre os desafios que deveriam ser assumidos pela mídia, e do jornalismo em particular, no tratamento da questão da violência de gênero.

2.1 Das teorias construcionistas à notícia como construção social da realidade

Segundo Berger e Luckmann (2011), o homem se torna um ser social através da interação com os grupos humanos. Sozinho, isolado do convívio com outros seres humanos, o homem jamais chegaria a esta condição, na medida em que a percepção do mundo à sua volta, a atribuição de sentidos e significados a esse mundo depende dessas interações sociais. Para os autores, “[...] logo que observamos os fenômenos especificamente humanos entramos no reino do social. A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER e LUCKMANN, 2011, p.73).

Portanto, essa transformação do homem que ocorreria através do processo de socialização, quando passa a representar e a atribuir significados ao mundo que o rodeia, é o que os autores conceituam como a “construção social da realidade”. De acordo com as formulações desses sociólogos, o mundo é um resultado de representações dos indivíduos. E, o processo de interiorização e a tomada de consciência das significações desta realidade são frutos das relações sociais. Nesse processo, a linguagem é o instrumento essencial para a interação entre as pessoas e a compreensão da realidade (BERGER e LUCKMANN, 2011, p.74-75).

Com o surgimento da comunicação de massa, essa construção do conhecimento da realidade, fruto de uma linguagem, de conceitos e de símbolos socialmente construídos, passou a ser defendida também por vários estudiosos e segundo distintas linhas de pensamento. A realidade passa a ser entendida como uma construção que sofre influência deste novo instrumento que interfere no processo de comunicação social e vice-versa. Se, conforme afirmam Berger e Luckmann (2011), o processo de socialização transforma o homem em ser social, é o conjunto de interações e mediações socioculturais que determina o modo de ele ver o mundo e representá-lo.

A atuação dos meios de comunicação de massa na formulação dessas representações, em particular do jornalismo, não deixa também de ser evidente, à medida que é a partir de informações divulgadas ou obscurecidas pelos meios que as pessoas podem agregar conhecimento e formar opinião a respeito. De acordo com os autores em apreço, compreende-se que a sociologia do conhecimento se interessa pelos processos através dos quais este passa a ser socialmente estabelecido como realidade. Os indivíduos devem se preocupar com o que conhecem como realidade da vida cotidiana, ou seja, com o senso comum, e não com as

ideias, pois “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER e LUCKMANN, 2011, p.35).

Transportando esta ideia para o jornalismo, pode-se pensar então que este auxilia (ou participa) na construção social da realidade, uma vez que, a partir de notícias, os jornalistas contam histórias sobre o cotidiano e agendam assuntos que as pessoas poderiam discutir no seu dia-a-dia. Ao tornarem público um assunto, os meios de comunicação estão a agendar e a dar visibilidade a esse assunto na esfera pública. No âmbito de estudos teóricos de jornalismo, o português Nelson Traquina (2001a) fala também de teorias da notícia como construção social da realidade, realçando a abordagem interacionista, cujo surgimento situar-se-ia entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970.

Segundo o autor luso, o pressuposto básico dessa abordagem é de que a notícia, à medida que “presentifica” o acontecimento a que se remete, também o constrói, participando assim do processo de instituição da realidade social. Nas suas palavras, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2005a, p.180). Com base na reflexão de Gaye Tuchmann, o autor ensina ainda que a teoria interacionista “encara o processo de produção das notícias como interativo, onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de *negociação* constante” (TRAQUINA, 2005a, p. 184), o que demonstra que o jornalismo não é o único dispositivo a participar da construção da realidade.

No processo de produção da notícia, o profissional interage com outros agentes sociais, como, por exemplo, as fontes, sem esquecer que ele mesmo é um agente social que carrega suas próprias concepções da realidade em que vive. A este respeito, Alsina (2009) alerta para a especificidade da notícia como construção da realidade, sublinhando igualmente que ela não é a única instância onde se produz a realidade:

Dentro da perspectiva da construção social da realidade, posso conceber a construção da notícia como algo especial pertencente à realidade: é uma realidade simbólica, pública e quotidiana. Desse ponto de vista, deveríamos falar sobre a construção da realidade social. Os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia. (ALSINA, 2009, p.11).

Traquina (2001a) explica que os profissionais na prática profissional diária são “confrontados com uma supra-abundância de acontecimentos e escassez do tempo, lutando para impor ordem no espaço e ordem no tempo” (TRAQUINA, 2001a, p.195). Por isso, os jornalistas acabam também por criar uma rotina de “previsibilidade”, visando cobrir os principais fatos considerados noticiáveis. Dessa rotina surgiria outro tipo de rotina, que denomina de “rotinas produtivas”, associadas à ideia de “ordens” no tempo e no espaço, a qual o autor também associa a outros critérios, como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais e construção de audiência.

Portanto, do ponto de vista interacionista, ao ser pautado pelo campo jornalístico, um determinado acontecimento origina a notícia na forma de um produto que o torna público ou visível, assim como a própria notícia também constrói o acontecimento. Isso significa compreender o jornalismo não só como um campo que constrói a realidade, como também esta o constrói, porque a notícia, enquanto produto jornalístico reflete aspectos das rotinas de produção. Nesta mesma perspectiva, Alsina (2009) ensina que esse processo de construção da realidade social “dependente completamente da prática produtiva do jornalismo”, e não deixa de ser, ao mesmo tempo, “social e intersubjetivamente construído”.

O papel do jornalismo na construção social da realidade é legitimado pela sociedade, e este, por sua vez, gera e torna públicas as construções da realidade que avalia como mais relevantes, conforme sublinha o teórico que ainda afirma que, “[...] os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante. Essas competências são realizadas no interior de aparatos de produção específicos: a mídia” (ALSINA, 2009, p.47).

Por isso, essa construção social da realidade efetivada pela mídia é um processo não só de produção, como de circulação e de reconhecimento. Para tanto, Alsina (2009) ensina que entre a mídia e o público-leitor é estabelecida uma relação assente em um “contrato pragmático fiduciário”, parecido com os contratatos pragmáticos que se estabelecem em uma relação comunicativa entre o comunicador e o destinatário. E, é no âmbito desse contrato que a mídia teria como função primeira “fazer saber” através da informação.

Entretanto, a condição necessária para que se cumpra esse papel, é a credibilidade do público na informação veiculada pela mídia, ou seja, tem que se acreditar que a informação da mídia é real, verdadeira, sob pena desse “fazer saber” se tornar “um falso saber”. Nesta lógica, Alsina (2009) indaga em tom afirmativo:

Se eu não acredito nas notícias, então elas não servem para nada; para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar? O que acontece se o destinatário não acredita em determinada informação? Estaríamos diante de um saber questionado, isto é, a informação não transmitiria o saber. Portanto, para que um discurso seja efetivamente informativo, deve acontecer um contrato pragmático fiduciário. Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu de fato assim mesmo. Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação (ALSINA, 2009, p.48).

Traquina (1993) também parece seguir este raciocínio, quando destaca a importância das fontes de informação no trabalho rotineiro do jornalista. O autor luso traz a questão da credibilidade da fonte como algo que é alcançado numa relação de confiança entre o jornalista e a própria fonte, sublinhando que “[...] as pessoas com maior autoridade, essas que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias.” (TRAQUINA, 1993, p.172). No fundo, considerando as ideias até aqui discutidas, e, conforme conclui Traquina (1993), enquanto construção da realidade, a compreensão da notícia e do que ela significa perpassa pelo entendimento do modo como é produzida.

Como herdeiro de formas elementares de comunicação e de registros humanos que tem participação na vida das pessoas e no modo de entendimento social que elas tecem, o jornalismo estaria então em condições de constituir o conhecimento de uma realidade presente e indireta. A construção desse conhecimento acontece, porque, muitas vezes, as pessoas não têm contato direto com o fato acontecido, mas com o relato feito sobre ele. Esta posição é defendida pela dupla de autores brasileiros Pontes e Silva (2009), que argumentam que o conceito de jornalismo como construção não é só de uma atividade social que visa informar o público em geral, como também de uma prática que responde à necessidade do público em querer se informar. Estas duas matrizes é que justificariam a *necessidade social de notícia*.

A ideia de *necessidade social da notícia* faz com que o jornalista trabalhe nesta direção e ganhe poder para executar suas atribuições, bem como receba credibilidade por parte de seu público. O jornalista teria, assim, uma função de *status* criado socialmente para identificar acontecimentos e transmiti-los sob a forma de notícias. Por sua vez, para Pena (2005), falar da linguagem da mídia como parte integrante da construção social da realidade, significa antes apontar para a responsabilidade pública e social do jornalismo. Essa responsabilidade é percebida pelo autor como algo que é muito mais do que a oferta de notícias aos seus leitores. Conforme afirma “esse menu noticioso é carregado de sentido

ideológico, de que essas são as matérias que ‘importa saber’ e que as formas como se apresentam são as ‘naturais e certas’.” (PENA, 2005, p.100).

Nesse quadro, a mídia impressa, dentre os outros meios de comunicação, costuma ser a que mais recebe o *status* ou representação de confiabilidade, na medida em que, nela, o fazer jornalístico não se guia (ou pelo menos se espera que assim seja) pelo imediatismo, mas pelo aprofundamento. Pode-se pensar, portanto, que a realidade representada na mídia impressa acabaria por ganhar um *status* de verdade e confiabilidade maior, contribuindo para a instituição da agenda do público e para a construção de representações, boas ou más, sobre os mais variados assuntos e/ou temas.

É neste sentido que se considera que os jornais de Cabo Verde constituem um corpus relevante e pertinente para o estudo da representação da violência de gênero contra as mulheres. Quer dizer que, a abordagem construcionista configura-se como uma das propostas possíveis para se compreender a complexidade que perpassa o jornalismo na contemporaneidade, designadamente através de estudos de conteúdos noticiosos.

Como prática gerada nas tensões de cada sociedade, em um dado contexto histórico-cultural, o jornalista acaba por tomar parte desses conflitos não só como profissional, mas, antes de tudo, como um ser social. Portanto, a perspectiva construtivista permite compreender o jornalismo não apenas como dispositivo de construção da realidade social, mas também como parte integrante das transformações da mesma sociedade que registra e interpreta. Assim, perceber a forma como este campo representa certos temas de interesse social, seria um caminho de também se compreender certos comportamentos instituídos na sociedade.

Nesse sentido e, uma vez que esta pesquisa estuda a representação da violência de gênero contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde, discutir a ideia de representação, instituída pelo campo do jornalismo em correlação com o campo da cultura configura-se como algo necessário. Se toda a sociedade tem por base uma cultura fora da qual não poderia ser compreendida, o jornalismo como atividade desenvolvida no âmbito de imbricações de cada sociedade, também se configuraria não só como um campo de construção social como cultural.

Esta aproximação torna-se pertinente, principalmente, porque estudar a representação da violência de gênero contra as mulheres a partir de conteúdos de jornais incide sobre uma questão que tem que ver com construções e significações resultantes de interações do indivíduo não só com a sociedade em que vive como também a sua cultura. Estudiosos como Hall (2005; 2006), Silva (2000) e Fisher (2001; 2002) têm se interessado pelas formas de

representação e seus significados no âmbito da comunicação midiática e social, atestando o seu papel central no processo de constituição das subjetividades e/ou identidades.

Considerando as formulações dos referidos autores, pode-se pensar que a violência de gênero contra as mulheres, sendo um problema adveniente de relações socioculturais assente em conceituações de gênero que são construídas em contextos histórico, social e cultural de dominação e poder, como formulado por Scott (1990), poderia também resultar de representações construídas pelo jornalismo, enquanto espaço que também é permeado por relações de poder entre sujeitos.

Por isso, estudar como a violência de gênero contra as mulheres tem sido representada na mídia impressa, considerando que ela reflete os padrões de comportamento existentes no inconsciente coletivo, poderia ser um projeto revelador de nuances que permitiriam não só conhecer o tratamento dado ao fenômeno, como também perceber determinadas concepções de gênero e comportamentos ante as mulheres vigentes na sociedade.

Hall (2005; 2006), por exemplo, discute que a identidade não somente é formada como também transformada, permanentemente, em relações com as formas pelas quais as pessoas são representadas, ou interpeladas nos sistemas culturais em que vivem. O autor deixa claro que os significados construídos no âmbito de processos comunicativos não são fixos, mas sim elaborados pelo sujeito que, permanentemente, os constrói e reconstrói em função daquilo que se legitima, ou contesta na interação sócio comunicativa. (HALL, 2006).

O autor fala ainda de uma “crise de identidade” do sujeito, resultante de um tipo de mudança estrutural operada nas sociedades modernas no final do século XX, o que no seu entender,

[...] está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. (HALL, 2005, p.9).

Nesta lógica, entende-se que Hall (2005) oferece subsídios para se pensar o próprio papel que os meios de comunicação ocupariam não só nessa construção da identidade do sujeito, como em certas concepções e hábitos instituídos na sociedade, como por exemplo, os relacionados à questão de gênero. O sujeito social estaria assim, a viver uma espécie de

conflito entre o mundo interior e o mundo exterior, como o próprio autor culturalista jamaicano permite deduzir ao afirmar que,

[...] a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. o fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2005, p.11-12).

Portanto, apoiando-se nessa ideia “sujeito sociológico”, e face à centralidade que os meios de comunicação assumem na vida das pessoas, é válido pensar que a construção da identidade dos indivíduos estaria também dependente das representações com as quais têm contato através dos veículos de comunicação jornalística. Ou seja, os meios de comunicação seriam um desses “mundos culturais exteriores” cuja influência no mundo interior do sujeito poderia contribuir para a formação de significados e valores sobre os mais variados assuntos, entre os quais a violência de gênero contra as mulheres.

Por sua vez, Silva (2000) explica que é através da representação que construções sobre identidade e diferença são construídas e ganham sentido. Segundo o autor, essa construção carrega em si também a ideia de poder, pois, quem usufrui de força de representar tem igualmente domínio de determinar a identidade. Nesta mesma lógica, Fischer (2001) considera que “a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças – temas fundamentais hoje nos mais diversos campos das ciências humanas.” (FISCHER, 2001, p.248).

Pensando na questão da violência contra as mulheres, por exemplo, poder-se-ia pensar que os textos jornalísticos ao representar assuntos ligados a esta temática, usufruiriam também de um poder de legitimação da realidade representada junto da sociedade, podendo contribuir, positiva ou negativamente, para a sua informação. Em síntese, a partir das ideias expostas, é possível concluir que a visão construcionista do jornalismo permite compreender as notícias como ferramentas que operam na construção da realidade e vice-versa.

Entretanto, como ficou também assente, esse processo de produção social das notícias é permeado pela identificação, contextualização dos acontecimentos e consequente significação. Quer dizer que um acontecimento se torna significativo, na medida em que estiver enquadrado num âmbito de identificações sociais e culturais com os quais o jornalista

interage no processo de produção de notícias. A ideia da construção social da realidade em jornalismo deve ser compreendida, portanto, não somente como resultado de um processo interativo que atende às demandas do sistema industrial e às estratégias comerciais que imperam nas rotinas produtivas do fazer jornalístico, mas também como uma construção que responde às exigências da trama cultural e dos modos de ver e de ser na sociedade.

Assim sendo, pode-se pensar que as notícias, enquanto produtos jornalísticos relatam, produzem e reproduzem a realidade, mas poderiam também contribuir, positivamente, para criação de símbolos, percepções e visões do mundo que corroborem para a formação de uma sociedade mais humana, igualitária, pluralista e com cada vez mais elevado sentido de responsabilidade social e de cidadania.

No caso, caberia ao jornalismo gerar conhecimentos na sociedade, a partir de suas rotinas de produção, fornecendo mapas de significados que permitem uma efetiva contextualização às notícias produzidas e transmitidas, de modo a ajudar na qualificação do saber e potencializar julgamentos mais educados, cultos e esclarecidos e, sobretudo, o uso racional da informação que dirige ao público.

Por isso, tratar de assuntos complexos e delicados, como a violência de gênero contra as mulheres, como meras sucessões de casos; de forma descontextualizada, ou propor associações superficiais, o jornalismo contribuiria para que, de certa forma, (in) verdades fossem legitimadas. É neste quadro que se discute a ideia do jornalismo como uma das instâncias sociais cuja função pedagógica e de formação de conhecimento junto do público poderia ser concretizada, por meio das informações que veicula.

2.2 O jornalismo como instância pedagógica e formadora de conhecimento

Partindo dos pressupostos das teorias construcionistas, alguns autores atribuem ao jornalismo uma função pedagógica, reconhecendo-o também como uma forma de conhecimento. Para a discussão deste tema, recupera-se parte de argumentos de autores como Meditsch (1997), Vizeu (2009), Rêgo e Vizeu (2009) Rodrigues (1994) e Fischer (2002), cientes de que o assunto poderia ser debatido mais amplamente, a partir de subsídios de outros teóricos que também se debruçam sobre o assunto.

Meditsch (1997) defende que o jornalismo é uma forma de produção de conhecimento que tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, sendo provável que em algumas circunstâncias essas duas coisas ocorram em simultâneo. Para

justificar a sua posição, o autor discorre sobre diferentes abordagens que defendem a hipótese do jornalismo como conhecimento em comparação com a ciência, para depois deixar evidente que a sua ideia é sustentada na abordagem que considera que o jornalismo é portador de algo único e original em relação à ciência, algo que permite revelar a realidade de forma diferente. Nesse sentido, Meditsch (1997) afirma que,

[...] Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de reproduzi-lo, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p.3).

Essa especificidade do conhecimento do jornalismo deve-se a um conjunto de características inerentes à sua prática. Mas, nessa discussão é preciso que se tenha igualmente presente que esse conhecimento (válido e útil) para as sociedades, produzido e reproduzido pelo jornalismo, não deixa de comportar alguns limites lógicos e, conseqüentemente, alguns problemas estruturais, conforme esclarece o autor em apreço.

Dentre esses limites, o contexto histórico e cultural e também a subjetividade daqueles que participam da sua produção, são elementos que condicionam o jornalismo como forma de conhecimento. Portanto e, como já afirmado anteriormente, quer dizer que não se deve perder de vista que a realidade construída pelo jornalismo é apenas uma versão do que acontece na realidade. Por outro lado, encarar o jornalismo como forma de conhecimento significa ter-se em mente que existem problemas que atrapalham esta compreensão.

O primeiro problema nesse sentido, conforme Meditsch (1997) residiria na falta de conhecimento que se tem dos condicionantes que imperam nesse campo quando este, através da notícia, leva ao conhecimento do público a realidade. O segundo problema é a velocidade da produção jornalística, que pode ser um limite, mas também uma vantagem, na medida em que o jornalismo estaria em condições de responder à demanda do público por velocidade - para obter informação mais rapidamente. O terceiro problema em se conceber o jornalismo como forma de conhecimento seria a sua espetacularização, quando este se serve de “técnicas narrativas e dramáticas” para enfrentar a luta comercial por audiência e para o esforço político de persuasão, fugindo de propósitos como eficácia comunicativa e cognitiva.

Baseando-se na ideia de que o jornalismo comporta um método e que não é um simples espelho da realidade, mas a constitui e é constituído por ela, Vizeu (2009)⁵⁰, por sua,

⁵⁰ Além deste autor, também Fischer (2002) concebe o jornalismo como instância pedagógica.

afirma que o jornalismo assume também uma função pedagógica, na medida em que, os jornalistas, nas suas práticas diárias, assumem papel de “sujeitos cognoscentes da relação sujeito- objeto” (p. 79). Conforme argumentado pelo referido autor, depreende-se que essa relação (que pode ser entendida ainda como uma mediação entre teoria e prática) faz parte do método de apuração de uma matéria e ajuda o profissional-sujeito a melhor compreender o objeto. Significa que,

[...] Nessa mediação entre os fatos e o público, os jornalistas não atuam como simples emissores de informações e comentários. Os fatos que vão virar notícias não apenas são selecionados, mas ativamente construídos. O jornalismo consiste em um método de interpretação sucessiva da realidade social, que nos permite saber um pouco do que se passa em cada parte do mundo. Dizer que o jornalismo não é feito aleatoriamente, pois se baseia em um método, também implica dizer que o jornalismo é uma forma de conhecimento, não se restringindo a simples regras mecânicas que ensinam a responder a meia dúzia de perguntas. (VIZEU, 2009, p.79).

Para que o jornalismo cumprisse essa função pedagógica, o ensinamento do autor é que as informações essenciais não podem ser suprimidas das notícias. Ao jornalista caberia ter o cuidado de fazer a apresentação dos acontecimentos nas suas várias faces, uma vez que isso é fundamental para não se ocultar e/ou silenciar aspectos importantes da realidade. Na sucessiva interpretação que faz da realidade por meio da linguagem textual e imagética, o objetivo do jornalista seria fazer com que o público compreenda bem a mensagem, tendo, por isso, como primeira preocupação o uso de uma linguagem clara e simples.

A contextualização do assunto e uso infográficos, artes e mapas, quando necessário, são outros cuidados jornalísticos realçados por Vizeu (2009) que ensina ainda que, ao tratar a informação, o jornalista deveria proceder a uma ordenação de parágrafos de forma a obter coesão, e selecionar imagens e fotos para complementar a informação textual. É no quadro de toda essa operação que o papel pedagógico do jornalismo é também reconhecido.

No entanto, todo esse esforço pedagógico comporta alguma dificuldade, que seria motivada, por exemplo, pela abundância de informações com que se lida no mundo atual, o que faz com que o público esteja também dependente de tempo e espaço.

[...] Essa interpretação sucessiva da realidade se dá através da linguagem, e para garantir que o público compreenderá bem a mensagem, o jornalista precisa passar a informação de maneira clara e simples. Por todas essas precauções, o jornalismo desempenha uma função pedagógica, que é uma tentativa de reduzir a complexidade da realidade social, esclarecendo e orientando o público (RÊGO; VIZEU, 2009, p.1-2).

Esse conhecimento formado pelo jornalismo “trata dos acontecimentos do mundo, dos diversos saberes, dos campos da experiência e do cotidiano” (RÊGO; VIZEU, 2009, p.4), enquanto que as notícias contribuem para a inserção e o entendimento desse cotidiano na sociedade. Nesse sentido, a função pedagógica do jornalismo seria assumida mediante uma preocupação do jornalista em contribuir, por meio das notícias, para o entendimento humano do mundo em que vive. Ainda que esta operação possa parecer inconsciente e irrealizável na sua plenitude, o que parece ficar claro é que ela não é de todo impossível, como o próprio Vizeu (2009) justifica:

esta função pedagógica é trabalhada diariamente pelos jornalistas na redação por meio de uma operação didática, sendo fruto de uma série de enquadramentos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem notícias. (VIZEU, 2009, p.80).

Rodrigues (1994) também permite perceber esse papel pedagógico que poderia ser cumprido pelos meios de comunicação ao destacar que na sua relação intrínseca com a sociedade, o campo jornalístico, acaba por se transformar em uma espécie de “jornalismo de auto-ajuda” com forte função social de fiscalização, regulação e orientação, instaurada não só pela necessidade do campo em traduzir a vida social, como pela própria demanda da sociedade que a faz existir.

Ao assumir toda essa função de representar e captar sentidos sobre a sociedade, o jornalismo operaria como sujeito e, ao mesmo tempo, instauraria uma nova dinâmica de relação entre meios de comunicação e o público. Estaria, portanto, inserido em uma rede de instituições, entre elas a escola e a família, capazes também de intervir contínua e espontaneamente no dia-a-dia das pessoas.

Fischer (2001; 2002), por sua vez, discute a questão pedagógica da mídia (e também do jornalismo) a partir do termo “dispositivo”.

Segundo ela, os meios de comunicação, no geral, e a televisão, em particular, através de diversas estratégias de linguagem, se tornam em um *locus* privilegiado de informação, de “educação” das pessoas e de captação da intimidade do telespectador, contribuindo para que, muitas vezes, este se reconheça em uma série de “verdades” veiculadas nos programas e anúncios publicitários, e até mesmo se autoavalie ou autodecifre a partir do constante apelo à exposição da intimidade que a mídia torna pública nesse processo. Ou seja, a mídia não só

veicula como constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos na medida em que ela também produz imagens, significações e saberes que, de alguma forma, se dirigem à educação das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem (FISHER, 2001, p.2; 2002, p. 1).

O jornalismo configura-se, assim, como um dos espaços da cultura por meio do qual se veicula uma série de produtos que estão também relacionados às práticas e currículos das escolas. Nessa aproximação entre educação e mídia, a autora argumenta ainda que, no âmbito das práticas escolares, os meios de comunicação acabam contribuindo para a própria ampliação do sentido de educação, uma vez que mais do que uma fonte básica de informação e lazer, os meios se configuram como um lugar com poder de produção e circulação de uma série de valores, concepções e representações sobre quem somos e o que devemos ser. Portanto, “torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2002, p.3), como sublinha a pesquisadora.

Compreender a mídia como dispositivo pedagógico não passa somente pela compreensão do processo e das estratégias de linguagem que utiliza, mas também pelo entendimento de questões de poder e formas de subjetivação. Nesse sentido, sobressai o lado perverso da mídia, na medida em que os meios de comunicação usam de um conjunto de estratégias que revelam o seu poder na captação das intimidades das pessoas, a ponto de suas vidas serem especularizadas, com maior ou menor intensidade, em função das diferenças de classe, *status* cultural e social. (FISCHER, 2001). Quer dizer que a mídia pode não só educar/formar como também reforçar certos estereótipos e preconceitos culturalmente instituídos e, até mesmo contribuir para que a ideia da diferença seja um mote para reforço de desigualdade, como se poder depreender do seguinte exemplo da autora:

[...] a transformação de nossas vidas em espetáculo está diretamente relacionada a uma série de valores e de definições a respeito do que são, por exemplo, determinados grupos da sociedade: as mulheres, os negros, os pobres, os adolescentes de classe média, os trabalhadores etc. Uma atriz como Fernanda Montenegro, entrevistada pela jornalista Marília Gabriela, por exemplo, receberá tratamento bastante diverso daquele conferido à “Tiazinha” (Suzana Alves) pela mesma entrevistadora: os olhares de ironia, as perguntas, o modo de incitar à confissão, nos dois casos, será marcado pelas diferenças de classe, de *status cultural* e social (FISCHER, 2002, p.7).

Este trecho mostra o quanto a TV, e a mídia no geral, pode ser discriminatória, servindo-se de estratégias de linguagem que caracterizam a televisão como um local

privilegiado de produção do sujeito mulher, por exemplo, nas suas múltiplas formas de “aparição” pública (e privada). Em um artigo sobre educação da mulher, a autora chega mesmo a questionar esse modo de compreender as diferenças que a mídia veicula advertindo que a produção de formas particulares de subjetivação da mulher, que coloca em jogo, enunciados de vários campos de saber e poder, através de estratégias de linguagem que expõem o “feminino” em suas diferenças – de gênero, geração, etnia, condição econômica, social e cultural –, acaba por definir a mulher como um “diferente” que deve ser tornado público e controlado.

Isso significa que a mídia estaria permanentemente a provocar uma tensão entre universos de gênero secularmente preservados e rupturas que buscam afirmar-se como resistência. Essa crítica aos modos de enunciar a mulher na mídia e também à tendência reducionista dos meios nessa matéria permite cogitar que, em certa medida, a naturalização desses modos de enunciar pode também transformar a mídia, em particular o jornalismo, em um espaço de reforço da cultura da violência de gênero contra as mulheres.

Em última instância, a mídia, por meio desse “diferente”, estaria contribuindo para o reforço de desigualdades e, quiça, para a instituição, ainda que simbólica e silenciosamente, de certos padrões que reforçam a discriminação e subordinação feminina ante a figura masculina. Neste sentido, e face à centralidade que os meios de comunicação hoje têm na vida das pessoas, justifica-se, cada vez mais, um estudo crítico dos seus conteúdos. Com isso, poder-se-ia desnaturalizar certos modos de ser e estar enraizados na sociedade, que reforçam desigualdades e cultuam a violência.

Aproveitando-se das ideias do papel pedagógico e do caráter de forma de conhecimento já discutidas, fica assente que, embora não seja uma função exclusiva e primeira da mídia, ela também assume papel importante na formação do cidadão (tal como a escola e outras instituições) na atribuição de sentidos, valores, crenças, estereótipos e preconceitos. Porém, como ficou também assente, o jornalismo, e a mídia no geral, tem as suas especificidades e é em função disso que esse papel pedagógico e de formação de conhecimento pode não ser cumprido de forma mais adequada, ou não.

Enquanto partícipe na construção social da realidade, o jornalismo pode não revelar a realidade em todas as suas facetas, uma vez que o jornalista faz escolhas, contextualiza, recontextualiza e leva ao conhecimento do público aquilo que lhe parece ser mais relevante a destacar. Assim, em última instância, o jornalismo acaba por definir aquilo que o público deve saber ou ignorar; prestar atenção ou não; realçar ou negligenciar dentre os aspectos

específicos dos cenários públicos (*Agenda Setting*). Inevitavelmente, as pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação também incluem ou excluem do seu conteúdo.

Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete a própria ênfase atribuída pelos meios de comunicação social aos temas. Esse efeito de agenda gerado pelos meios de comunicação na formação do debate público e da opinião pública é estudado por vários autores e desenvolvido através de distintas abordagens teóricas. Neste trabalho, decidiu-se discutir a chamada Teoria do Agendamento (ou do *Agenda-setting Theory*, em inglês) pela aproximação que este âmbito de pesquisa tem com as teorias construcionistas, e também pela pertinência que assume no quadro de análise de conteúdos de veículos midiáticos, principalmente os jornais.

2.3 Teoria do Agendamento: a influência da mídia na formação da opinião pública

A Teoria do Agendamento (ou *Agenda-setting Theory*, em inglês) foi formulada pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, nos anos 70, na sequência de investigações de cerca de vinte anos, cujos resultados foram publicados em 1972, num artigo intitulado *The Agenda Setting Function of Mass Media*. O texto inaugurou essa corrente de pesquisa e foi inserido na revista acadêmica norte-americana denominada *Public Opinion Quarterly* (McCOMBS e SHAW, 2000a; 2000b; TRAQUINA, 2005b; McCOMBS, 2009;).

Nas investigações empíricas levadas a cabo, os pesquisadores abordaram a influência dos media no eleitorado durante campanhas políticas (em geral nos EUA) no sentido de comprovarem a capacidade dos meios de comunicação em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública. Na sequência dos estudos feitos, a dupla norte-americana postulou que: “os veículos de comunicação são mais do que simples canal de transmissão dos principais eventos do dia. A mídia constrói e apresenta ao público um pseudoambiente que significativamente condiciona como o público vê o mundo.” (McCOMBS, 2009, p.44).

Entretanto, a autoria das primeiras ideias básicas da teoria de agendamento é atribuída ao jornalista norte-americano Walter Lippmann (1922) e ao estudioso da ciência política Bernard C. Cohen (1963), considerados os predecessores da hipótese do *agenda-setting* por terem iniciado a investigação sobre o estabelecimento da agenda temática pelos meios de comunicação. (TRAQUINA, 2001; McCOMBS, 2009)

Em 1922, Walter Lippmann sublinhara na sua obra *Opinião Pública* que a imprensa desempenha papel relevante na orientação dos leitores sobre temas de maior interesse coletivo. Defendeu a hipótese de que existe uma relação causal entre a agenda dos meios e a agenda pública, tendo argumentado que os *media* constituíam a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na mente das pessoas (TRAQUINA, 2001, p.18-19; 2005b, p. 15; McCOMBS, 2009, pp. 19-20; 44-45).

Anos depois, em 1943, Bernard Cohen introduziu pela primeira vez a ideia que constituiria a hipótese central em torno da qual, se empreendeu a investigação sobre *Agenda-Setting* ou agendamento dos *media* (o estabelecimento da agenda temática) realizada por Maxwell E. McCombs e Donald. L. Shaw (TRAQUINA, 2001). Essa possibilidade de os veículos noticiosos interferirem na opinião do público é resumida por McCombs (2009) no seguinte trecho em que cita Bernard Cohen:

Esta distinção entre a influência dos veículos noticiosos na saliência dos assuntos e as opiniões específicas sobre estes tema é sumariada na observação de Bernard Cohen de que os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que dizer, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar. Em outras palavras, os veículos noticiosos podem estabelecer a agenda para a discussão e reflexão pública. (COHEN *apud* McCOMBS, 2009, p. 19).

Partindo desta ideia concreta e, após várias investigações, McCombs e Shaw (1972) viriam então a fornecer dados empíricos para sustentar o argumento de Cohen, tendo contribuído igualmente para que vingasse a designação agendamento, ou *agenda-setting*. O paradigma vigente na *Communication Research* antes da “descoberta” feita pela dupla norte-americana era de que o poder dos *media* era reduzido e seus efeitos, limitados. Essa tradição de investigação preocupava-se com as mudanças de atitude e opinião pública, considerando que os meios exerciam influência na persuasão ou na modelação de comportamentos do público.

A esse respeito, Wolf (2006) argumenta que a hipótese do agendamento midiático leva em consideração que o impacto dos meios de comunicação sobre os receptores é direto, mas não imediato, e que seus efeitos são a longo prazo, o que faz com que o *agenda-setting* ocupe um lugar de destaque nos estudos dos efeitos cumulativos (centrados no processo de significação).

O autor esclarece ainda que falar da hipótese de agendamento não significa defender a ideia de que a mídia pretende persuadir, mas sim que ela descreve a realidade exterior

apresentando uma lista daquilo que é preciso discutir ou formar uma opinião e, por isso, tem grande capacidade de indicar para a audiência sobre quais temas eles devem pensar alguma coisa. Nesse sentido, a formação dessa agenda do público deve ser encarada numa ordem muito mais complexa, sublinha:

A hipótese do agenda-setting defende que os *mass media* são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando [...]. Neste quadro, por conseguinte, a formação da agenda do público vem a ser o resultado de algo muito mais complexo do que a «mera» estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte dos mass media (WOLF, 2006, p.66).

Essa nova noção de função de agendamento dos meios noticiosos (*agenda-setting function of mass media*) viria a acentuar essa influência, quando a dupla norte-americana, sustentou que os meios de comunicação de massas exercem grande influência na definição dos temas que merecem atenção do público e em informar esses temas ao público (McCOMBS, 2009; TRAQUINA, 2001; WOLF, 2006; HOHLFELDT, 2010). Atualmente, a ideia que deu base à hipótese do agendamento é amplamente usada no campo do jornalismo e o seu entendimento é resumido por McCombs da seguinte forma:

As notícias do dia nos alertam sobre os últimos eventos e modificações dos amplos ambientes que estão além de nossa experiência imediata. Mas os jornais e as notícias da TV, mesmo as bem editadas páginas de um jornal tabloide ou de um site da web fazem muito mais do que sinalizar a existência de temas e eventos importantes. Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada de função de agendamento dos veículos noticiosos (McCOMBS, 2009, p.18).

Nos jornais, essa saliência é comunicada ao público através de um conjunto de pistas, tais como o número da página de localização da notícia, sua chamada para capa ou não, tamanho do título e da matéria.⁵¹ No caso de notícias de sites, essas pistas seriam dadas por analogia. Na TV, a agenda noticiosa tem uma capacidade mais limitada, pelo que somente uma menção no noticiário noturno já constitui um tópico de sua saliência, além de outras pistas, como posicionamento do assunto na edição do telejornal e o tempo da matéria.

⁵¹ Esta ideia justifica a pertinência da análise de conteúdo dos jornais de Cabo Verde e orientou também a escolhas de algumas variáveis consideradas para a análise, o que também se revelou como uma forma de conciliar a teoria e o método utilizados nesta dissertação.

A repetição de um tópico dia após dia, de acordo com McCombs (2009) é outra pista válida para todos os veículos, e revelador da importância que esse tópico assume para um determinado veículo noticioso. É dessas saliências que o público se serve para organizar suas próprias agendas e daí decidir quais são os assuntos que também toma como mais importantes. Como afirma McCombs (2009), “a agenda da mídia, torna-se, em boa medida, a agenda do público”, ou seja, “os veículos jornalísticos estabelecem a agenda do público” (McCOMBS, 2009, p.18).

Na mesma linha, Hohlfeldt (2010) argumenta que “os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o que pensar e falar” (HOHLFELDT, 2010, p.191). Segundo este autor, é em função dos assuntos abordados na mídia que o público acaba, a médio e longo prazo, por incluí-los também em suas preocupações, significando que a agenda da mídia de fato passa a constituir também a agenda individual e mesmo social.

Na sequência de outras investigações realizadas neste domínio, Traquina (2001) destaca os pesquisadores Rogers, Dearing e Bregman (1996), que classificam a literatura sobre o agendamento em três grupos: 1) estudos da agenda midiática (*media agenda-setting*); 2) estudos da agenda pública (*public agenda-setting*); 3) estudos sobre a agenda da política governamental (*governmental policy agenda-setting*). Para esse trio de autores a maior parte dos estudos que constituem a literatura do agendamento examina a relação entre agenda mediática e agenda pública, colocando em segundo plano a preocupação com o funcionamento geral da opinião pública numa democracia.

Nesse sentido, os autores apontam que “em última análise, a investigação do processo de agenda-setting procura oferecer uma explicação de como ocorre a mudança social na sociedade moderna” (ROGERS, DEARING E BREGMAN, 1996 *apud* TRAQUINA, 2001, p.20). Decorrente desta observação, outros estudos sobre agendamento na perspectiva de uma teoria da notícia continuaram a ser desenvolvidos, uma vez que, no campo do jornalismo, surge a necessidade de distinguir entre os *media* e os *media* noticiosos.

Foi a partir do esquema proposto por Rogers (1996) e colegas que se colocou em questão sobre até que ponto, a agenda política influencia a agenda jornalística. Com isso, um conjunto de outras questões assumiu destaque na sociologia do jornalismo: até onde vai esta influência? E que atores do campo político são os principais *news promoters*? Até que ponto, são os atores do campo político, e não outros agentes sociais, as principais fontes?

Abrindo, um parêntese, pensa-se que se pode estabelecer uma relação entre estas interrogações e o contexto do jornalismo cabo-verdiano. Em face da constatação de Évora (2011) de que, em Cabo Verde, o jornalismo encontra-se à mercê do poder político devido à falta de poder econômico das empresas de comunicação social, acredita-se que esse debate ainda faria sentido no quadro do contexto midiático cabo-verdiano, fato que o próprio Évora (2011) admite.

Traquina (2010) sublinha que essas questões não podem ser ignoradas por qualquer teoria da notícia, dado que os próprios jornalistas podem ser promotores de notícias com reportagens e jornalismo investigativo, o que acaba também, segundo a perspectiva do *agenda-setting*, influenciando a agenda pública. Ou seja, tanto os profissionais do campo jornalístico quanto, em especial, os do campo político procuram “tomar o pulso” da opinião pública – a agenda pública também pode influenciar a agenda política e a agenda jornalística.

Na sequência dos estudos realizados nesse domínio, os pesquisadores Molotch e Lester (1974) construíram um quadro para a análise do agendamento no campo jornalístico, de acordo com Traquina (2001). A análise desenvolvida por esses investigadores permite, primeiramente, identificar três categorias de pessoas dentro da organização do trabalho jornalístico: 1) promotores de notícias (*news promoters*); 2) jornalistas (*news assemblers*); 3) consumidores de notícias (*news consumers*).

Em segundo lugar, a base teórica da qual partiram esses pesquisadores permite constatar a recusa da ideia de notícia como espelho da realidade e as ocorrências que se transformam em notícia como fragmentos mais importantes de uma realidade objetiva. “Para os autores, nem todas as ocorrências são acontecimentos. A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como tema de discussão” (TRAQUINA, 2001, p.22).

Por isso, Traquina (2001) observa que a especificidade do campo jornalístico, para Molotch e Lester (1974), é peça fundamental para a análise do agendamento, constituindo-se também como aspecto principal para compreensão da cultura do “ser jornalista” como partilha de valores quanto à importância ou interesse que um fato poderá ter (critérios de noticiabilidade constituídos por valores-notícia). É neste quadro que o autor ainda sustenta a ideia de identidade da tribo dos jornalistas, sublinhando que duas variáveis para a elaboração da agenda jornalística devem ser observadas, como sejam: 1) a atuação dos membros da tribo, exemplificada nos critérios de noticiabilidade utilizados para seleção das ocorrências; 2) a

ação estratégica dos promotores de notícias e dos recursos que utilizam para chegar ao campo jornalístico.

Por outro lado, recorrendo a Tuchman, Traquina (2001, p.30) aponta que as notícias são construções, narrativas, “estórias”, e por isso, como todos os documentos públicos, uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Os meios de comunicação gozariam, assim, de um poder resultante da sua capacidade de fornecer as formas sob as quais os fatos aparecem e tendo em vista que os jornalistas trabalham sob o fator tempo, o que torna latente o desenvolvimento de um conjunto de saberes profissionais que constituem um “vocabulário de precedentes”.

Esse vocabulário é organizado a partir do “saber de reconhecimento” que pressupõe perceber quais fatos possuem valor como notícia. Em seguida, é posto em prática um “saber de procedimento”, que são as formas de elaboração da notícia. Por fim, efetiva-se o “saber de narração”, isto é, a capacidade de compilar as informações e empacotá-las numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante. Segundo Traquina (2001), o valor-notícia de consonância que corresponde a esse encaixamento de novas situações em velhas definições, mobilizando um inventário de discurso e uma moldura, são os enquadramentos⁵².

Outra discussão trazida pelo autor em apreço e, que conforme esclarece, esteve na origem da complexidade do conceito de agendamento e na discrepância dos resultados obtidos por vários investigadores (EBRING, GOLDENBERG e MILLER, 1980; BEHR e IYENGAR, 1985), prende-se à questão de saber se o efeito de agenda é exercido sobre todos os indivíduos e sobre todos os assuntos. Em relação aos indivíduos, a resposta encontrada é de que a agenda jornalística tem maior impacto nos indivíduos que participam de conversas cujos temas são levantados pelos meios de comunicação.

Em relação aos assuntos, o efeito é relativo à natureza deles, observando-se as categorias de questões envolventes (para as quais os indivíduos mobilizam suas experiências diretas, como os temas econômicos) e as não-envolventes (sobre as quais as pessoas em geral não possuem experiência direta, como a política externa). No caso, a influência dos meios de comunicação se daria, essencialmente, no segundo grupo, visto que, por serem assuntos

⁵²Em comunicação, enquadramento é um dispositivo interpretativo, “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão” (Gitlin, 1980). São praticamente implícitos, sendo baseados numa percepção de atributo natural dos fatos. “Fornecem a ponte retórica pela qual se estabelece um contexto e uma relação entre vários pedaços da informação” (Gamson e Modigliani, 1989). De acordo com McCombs (2009), enquadramento é a ideia central que organiza o conteúdo noticioso, que, por sua vez, fornece um contexto, sugere sobre o que o assunto trata através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração. Em síntese, enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-la mais saliente num texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, *apud* McCOMBS, 2009, p.137).

distantes da realidade cotidiana, os meios apresentam-se como professores, como a instância que leva aquela questão distante à existência. Essas temáticas são as que Traquina (2001) e alguns autores denominam de “limiar elevado”.

Para Traquina (2001), o conceito de agendamento é importante dentro do que se considera comunicação política, a partir da percepção da luta política como uma disputa simbólica em torno da construção dos acontecimentos e questões (o que envolve a escolha dos fatos e o enquadramento destes em sua construção noticiosa). Neste sentido, defende que o conceito de agendamento “foi virado do avesso” e, citando McCombs e Shaw (1972), afirma que os seus estudos revelam uma influência dos *media* não apenas na criação de uma lista de assuntos sobre os quais pensar, mas também no como pensar e, conseqüentemente, o que pensar.

A inversão do paradigma estaria nessa redescoberta do próprio poder do jornalismo, de acordo com o pesquisador que, com base em McCombs, assevera que “a seleção dos tópicos para a agenda jornalística e a seleção de enquadramentos para as ‘estórias’ acerca desses tópicos definem poderosos papéis de *agenda-setting* e responsabilidades éticas terríveis” (MCCOMBS *apud* TRAQUINA, 2001, p.43). A redescoberta de esse poder do jornalismo (desafio que caberia aos acadêmicos) não deve, por isso, conduzir a análises redutoras, como tem acontecido em alguns debates sobre o jornalismo e a mídia em geral. O autor afirma que:

[...] torna-se insustentável negar o papel ativo que os jornalistas (entenda-se o jornalismo e a mídia) exercem na construção da realidade social. Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de relatos (TRAQUINA, 2001, p.460).

De tudo que até aqui foi exposto, excluindo-se os altos e baixos que marcaram as investigações sobre a teoria de agendamento bem como os constrangimentos que imperam no processo de produção da informação jornalística, uma ideia consensual acerca da função de agendamento dos meios noticiosos torna-se bastante evidente: a de que os meios de comunicação exercem grande influência na seleção e tratamento dos temas mais importantes numa determinada sociedade, o que lhes confere igualmente “poder” de apontar os assuntos e as problemáticas que devem figurar como importantes na agenda de preocupações da opinião pública.

Nesse sentido e, como Traquina (2000) observa, os meios de comunicação social poderiam desempenhar um papel decisivo no aumento da consciência e da preocupação em relação a determinados assuntos ou desafios da sociedade. Acredita-se, pois, que ao agendar questões relacionadas ao tema da violência de gênero contra as mulheres, por exemplo, os meios de comunicação, em particular os jornais, chamariam a atenção para a necessidade de se discutir o problema bem como poderiam alertar para a adoção de medidas para o seu enfrentamento.

Entretanto, entende-se que o agendamento da mídia junto do público deveria primar pela profundidade no tratamento do tema, de modo a que, além de provocar discussão e mobilização da opinião pública, também contribua para formação de conhecimentos e mudanças de atitudes de igualdade e equidade entre homens e mulheres, e de uma cultura da paz. É neste quadro que ao estudar o conteúdo dos jornais cabo-verdianos, objeto desta dissertação, teve-se como uma das principais finalidades, avaliar a capacidade de agendamento de discussão pública sobre a violência de gênero contra as mulheres por parte desses veículos impressos, a partir da representação que têm feito do tema.

Da discussão feita, fica assente também que a imprensa escrita tem maior capacidade de focar temas e de assinalar a importância de problemas apresentados (McCOMBS, 2009, p. 18; Wolf, 2006, p.148), o que significa dizer que os veículos impressos usufruiriam de uma vantagem em relação aos demais órgãos de comunicação, uma vez que poderiam promover um fórum de debates, por exemplo, abrindo espaço para discussões através de colunas e artigos de opinião.

Ao expressarem suas opiniões através desses espaços, pode-se pensar que mesmo que os jornais não agendem discussões públicas sobre determinados temas, esses chamados formadores de opinião contribuiriam para o conhecimento de posições da opinião pública sobre os assuntos discutidos, através de um exercício de contra-agendamento, o que constituiria um possível caminho para o empreendimento de ações visando à solução de problemas.

2.4 Gênero e violência de gênero

O entendimento do que seja violência de gênero passa pela compreensão do conceito de gênero, cuja discussão começou a desenhar-se com o feminismo e as produções acadêmicas sobre mulheres, nos anos 1970. Deste então, o conceito tem sido interpretado de

formas distintas por diferentes correntes do feminismo e também por diversas disciplinas, que o incorporando às suas discussões, contribuíram para que recebesse nuances distintas. Dentre essas disciplinas que foram atribuindo “cores diferentes” ao conceito, destacam-se a antropologia, a sociologia, a psicologia e a ciência política, entre outras (COSTA, 1998; CARVALHO, 1998; SIMIÃO, 2000; PEDRO, 2005).

Fica assente que se poderia enfrentar a explicação do conceito das mais variadas formas e sob os mais variados prismas teóricos, mas no quadro deste trabalho parte-se da concepção formulada por Joan Scott (1990; 1995), por ser a que mais se aproxima dos propósitos deste trabalho, e também por ser um conceito que engloba várias questões, permitindo sua articulação ao problema da violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde.

Carvalho (1998) explica que, no rol das inúmeras conceituações de gênero, o uso ainda hoje mais frequente é o proposto pelo feminismo da diferença⁵³. Esse tipo de feminismo opõe-se ao feminismo da igualdade e distancia-se da ideia de determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos, o que contribuiu para que houvesse um novo entendimento do conceito de gênero, a partir dos anos 1990.

Partindo da ideia de diferença - de separação entre sexo e gênero, empregada pelos teóricos da diferença – outros autores viriam a considerar a noção de gênero como algo social e historicamente construído. Uma das autoras que discute o conceito nesse sentido é Scott (1990; 1995), mas numa dimensão muito mais ampla e ainda articulada à noção de poder. Por isso, entende-se que sua perspectiva abre novas possibilidades de compreensão do conceito de gênero que também permite compreender a própria questão da violência de gênero.

No seu celebre artigo intitulado “gênero, uma categoria útil para a análise histórica” a historiadora e feminista sustenta que as relações entre os sexos são construídas socialmente num quadro de relações de poder com tendência a privilegiar o sujeito masculino. Entretanto, no seu entender essas relações teriam especificidades ignoradas por outras feministas que deveriam ser conhecidas para que se possa entender melhor o conceito.

⁵³ O chamado feminismo da diferença, cuja principal representante é a psicóloga Carol Gillian, defende que há importantes diferenças entre os sexos, enquanto outras vertentes creem não haver diferenças inerentes entre homens e mulheres defendendo que os papéis atribuídos a cada gênero seriam socialmente condicionados. Faz parte da terceira onda do feminismo que começou no início da década de 1990, mas cuja origem se deu em meados da década de 1980, com líderes feministas com raízes na segunda onda, como Gloria Anzaldúa, bell hooks, Chela Sandoval, Cherrie Moraga, Audre Lorde, Maxine Hong Kingston, e diversas outras feministas negras, que procuraram negociar um espaço dentro da esfera feminista para a consideração de subjetividades relacionadas à raça. Uma interpretação pós-estruturalista do gênero e da sexualidade é central à maior parte da ideologia da terceira fase feminista cujas representantes frequentemente enfatizam a "micropolítica", e desafiam os paradigmas da segunda onda sobre o que é e o que não é bom para as mulheres.

Nesse sentido, a feminista acusa que as abordagens feministas que ignoram tais especificidades não têm força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1990, p.11-12; 1995, p.75-86). É a partir desse quadro crítico que a estudiosa oferece bases para uma compreensão mais ampla do conceito, uma vez que articula a noção de construção social de gênero à noção de poder, presente no processo dessa construção:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa sobre a conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Este conceito permite fazer pelo menos dois desdobramentos, sendo primeiro: que enquanto elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, a noção de gênero materializa-se através de uma relação de quatro elementos, designadamente simbólicos, organizacionais, normativos e subjetivos. Ou seja, as diferenças percebidas entre os sexos se fundam em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e mitos, “os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (Scott, 1995, p.86), expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas e que opõem de maneira binária e inequívoca as concepções de masculino e feminino. É nesse quadro que o conceito de gênero comporta também um aspecto de identidade subjetiva.

O segundo desdobramento que a teorização de Scott (1995) permite fazer é de que gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Ou melhor, gênero é um primeiro campo no seio do qual (ou por meio do qual), o poder é articulado. Assim sendo, a partir dele pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. O seu estudo seria, assim, um meio “de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.” (SCOTT, 1995, p.89).

A autora ainda sublinha que:

gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e

fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder[...] (SCOTT, 1990, p.16; 1995, p.92).

Isso implica dizer que significados/sentidos atribuídos ao ser homem ou ser mulher são entendidos a partir de um determinado contexto histórico e, por vezes, singularizados. O entendimento de gênero a partir dessa perspectiva histórica das sociedades defendida por Scott (1990; 1995) significa apreender e contextualizar valores, idealizações dos sujeitos sociais para também se entender que fatores e circunstâncias sociais devem ser articulados com as produções singulares, com a história de vida dos sujeitos.

É neste quadro que a feminista amplifica o conceito de gênero além da questão de parentesco. Este inclui também o mercado de trabalho, que é sexualmente segregado, a educação, enquanto instituição socialmente masculina, e ainda o sistema político, na medida em que o gênero tanto é construído em espaços de relações familiares como também na economia, na organização política, dentre outros (SCOTT, 1990; 1995).

Precisa-se ter em consideração igualmente que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente e elas se refletem nas condições das mulheres, independente de uma relação óbvia entre elas. O poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político e, por isso, na base de regimes totalitários ou ditatoriais, as relações de gênero são estreitamente codificadas e vigiadas. Por isso, a autora recomenda:

Em um certo sentido, a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratarmos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas do gênero são invocadas ou reativadas (SCOTT, 1990, p.17).

Neste quadro, o conceito de gênero formulado pela feminista em apreço permite a apreensão de dessemelhanças entre homens e mulheres, envolvendo, como um de seus elementos centrais, as desigualdades de poder. Esse fato, como exemplifica Scott (1990; 1995), pode ser reconhecido nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros 'sistemas de desigualdade', designadamente, pela situação de subordinação e de dominação das

mulheres, tanto na esfera pública como na privada, enquanto padrão dominante nas identidades de gênero de adultos presentes nessas sociedades.

Assim, poder-se-ia pensar que essas desigualdades poderiam estar também na origem violência de gênero, um problema social em que as mulheres aparecem como as mais atingidas, enquanto vítimas. As palavras de Scott (1990) parecem ir bem nesse sentido, quando assinala uma série de exemplos para sustentar a relação entre gênero e poder:

Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. A articulação do conceito de classe no século XIX baseava-se no gênero. Enquanto na França, por exemplo, os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados, como as prostitutas), ou dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e “naturalizava” seus significados. Nesse processo, definições normativas do gênero, historicamente específicas (e tomadas como dadas), reproduziram-se e integraram-se à cultura da classe operária francesa (SCOTT, 1990, p.14).

Em síntese, o conceito proposto por Joan Scott (1990; 1995) e suas teorizações, ensinam que falar de gênero implica compreender as suas relações, no quadro de uma dinâmica própria, que também se articula a outras formas de dominação e desigualdades sociais - como raça, etnia e classe. Essa perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres como algo que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções e reconstruções de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.

Como relações de poder, os relacionamentos de gênero são também marcados por hierarquias, obediências e desigualdades, que estão presentes nos conflitos, nas tensões, negociações e em alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder. Enquanto um construto sociocultural, a legitimação social do conceito de gênero se constitui ainda em função de construções, imagens e referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Ou seja, os homens e as mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

Por fim, entende-se que o conceito de gênero scottiano não se confunde com diferença sexual. Conforme a historiadora e feminista, gênero não é um conceito biológico, mas social, e referente às construções culturais que definem o que é ser mulher e ser homem. Portanto, por mais que estes papéis tendam a ser percebidos como naturais, a verdade é que são construídos socialmente, por meio dos costumes e práticas que se fundam na desigualdade de oportunidades, de direitos, de deveres e de liberdade, ao longo dos séculos. Este esclarecimento justifica-se porque se acredita que contribui para o entendimento do conceito de violência de gênero, que nem sempre é usado de forma esclarecida, registrando-se uma tendência em justificá-la a partir do próprio indivíduo.

Recorrendo-se a Bourdieu (2010; 2005; 1997), sobre poder simbólico, violência simbólica e dominação configuraram-se como bastante elucidativas não só para explicar essa tendência em naturalizar a ideia de violência de gênero, como para complementar a discussão proposta por Scott (1990; 1995). O autor discute o conceito de poder simbólico a partir de Durkheim, como um “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2010, p.8).

Para Bourdieu (2010), esse poder simbólico seria uma espécie de poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido por via da força, física ou econômica, e só é exercido se for ignorado como arbitrário. Partindo desta ideia durkheimiana de que o poder simbólico é o sentido imediato do mundo e sintetiza-se como um poder na construção da realidade, o autor deixa claro que as produções simbólicas estariam associadas aos interesses da classe dominante. Em certa medida, entende-se que esta ideia de poder discutido pelo sociólogo francês aproxima-se também da de Scott (1990; 1995).

O campo de produção simbólica, no caso, seria um “micro-cosmos” da luta simbólica entre as classes, enquanto o poder simbólico, segundo palavras do teórico, seria apresentado num sentido de relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele estão sujeitos. Nessa ordem de ideias, o autor sintetiza que “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante, porque são estruturados” (BOURDIEU, 2010, p.9). Essa estruturação decorreria da existência de uma concepção homogênea de tempo e espaço que torna possível a concordância no mundo social, nas interações. Neste quadro, os símbolos seriam instrumentos de conhecimento e comunicação que tornam possível a reprodução de uma ordem social.

As produções simbólicas são apresentadas ainda como “instrumentos de dominação” (BOURDIEU, 2010, p.10-11) cujas funções se relacionam com os interesses da classe dominante, com a divisão do trabalho entre as classes sociais e com a divisão do trabalho ideológico. Mais uma vez, encontra-se nesta formulação um ponto de aproximação à ideia de Scott (1990; 1995), quando explica que as relações de poder no âmbito de relações de gênero não devem ser percebidas somente no âmbito de relações de parentesco, mas também políticas e econômicas.

Na perspectiva de Bourdieu (2010), os sistemas simbólicos têm função de dominação, o que torna possível uma melhor compreensão da existência de uma violência simbólica e política que compõe a divisão do trabalho de dominação na sociedade. Desta forma, pode-se depreender que tais sistemas permitiriam a integração da classe dominante e da própria sociedade. Portanto, um ponto de partida teórico para se compreender as próprias relações de desigualdades entre os agentes sociais e de poder que ocorrem na sociedade atual, como observa Bourdieu (2010), destacando igualmente as relações que ocorrem no âmbito da comunicação:

[...] não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o potlatch, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) [...] (BOURDIEU, 2010, p.11).

Esta observação parece justificar o porquê das classes sociais estarem envolvidas, segundo o autor, numa luta simbólica para imporem sua própria definição do mundo social, o que no âmbito deste trabalho configura-se também como uma possibilidade para se refletir a questão da violência de gênero contra as mulheres. A importância que o autor atribui às estruturas simbólicas na leitura do mundo demonstra que a ideia de campo de produção simbólica suscita uma relação de força entre os agentes sociais, o que leva à relação de sentido.

Esta teorização parece justificar a valorização do conceito da violência simbólica por parte do teórico. Entende-se que essa violência não é fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas é exercida através dos jogos produzidos pelos atores

sociais, numa abordagem denominada por Bourdieu (2010) de "construtivismo estruturalista". Conforme enfatiza, nesse quadro, a sociedade seria compreendida como uma produção humana, uma realidade objetiva. Já o homem seria uma produção social, ficando daí claro que para Bourdieu (2010) o mundo social é analisado sob o prisma de um processo de causalidade circular, articulando diferentes níveis da realidade.

Toda a sua argumentação sobre campo de produção simbólica pode ainda ser percebida a partir de duas outras noções formuladas na obra "O Poder Simbólico": a noção de "campos sociais" e de "habitus". Em síntese, a noção de campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas. Essas relações existentes no interior de cada campo definem-se objetiva e independentemente da consciência humana. Na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história), os indivíduos adquiririam um corpo de disposições, que os permitiria atuar de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva, ou seja, com o que o autor chama de "habitus". Assim sendo, "habitus" funcionaria como uma espécie de força legitimadora no interior da ordem social.

Portanto, compreende-se que o poder simbólico poderia ser um elemento fundamental para a análise dos próprios problemas que ocorrem na sociedade contemporânea. Conforme argumentado pelo teórico, esse poder simbólico seria um mecanismo de imposição de significações aos símbolos, bem como um elemento de legitimação da ordem social estabelecida. Por outro lado, os hábitos e as formas de atuar dentro da sociedade atual estão claramente envoltos em elementos simbólicos. O conceito de "habitus" seria uma força que mantém os agentes sociais habituados a certos estilos de vida e a certas verdades, contribuindo fortemente como elemento conservador da ordem social.

Associados às ideias de Scott (1990; 1995), os conceitos propostos por Bourdieu (2010) na obra em questão são de extrema importância para se pensar a sociedade atual. Entende-se que esses conceitos – poder simbólico, violência simbólica e dominação – tanto poderiam servir para se refletir sobre os mecanismos de dominação política aos qual o indivíduo está sujeito quanto para se raciocinar de que maneira os indivíduos estão habituados com a proliferação de verdades no campo sociocultural, por vezes, legitimados imperceptivelmente não só nas relações sociais cotidianas como no próprio relacionamento que se tem com os meios de comunicação.

Por isso, um dos vários problemas sociais que poderia ser compreendido à luz dos conceitos de sociólogo seria, por exemplo, a violência de gênero, pela dimensão simbólica

que a perpassa. Sendo a violência simbólica uma forma sutil de dominação e exclusão social usada por indivíduos, grupos ou instituições, esta lógica é perceptível na sociedade atual, quando, por exemplo, se associa a figura do homem ao poder e da mulher à submissão. Nesse quadro, a ideia de “habitus” também ganha sentido, se se considerar que os agentes, no caso as mulheres, envolvidos numa situação de violência de gênero tendem a legitimá-la ao aceitarem a condição em que se encontram, inconscientemente.

Entretanto, Bourdieu (2010) oferece subsídios para se pensar que essa situação pode ser revertida a qualquer momento não só por quem se encontra em situação de dominação como de dominados. A compreensão da lógica da violência simbólica poderia ser um caminho nesse sentido, uma vez que poderia conduzir à própria revolução das relações de gênero nas sociedades atuais.

Os meios de comunicação teriam uma quota parte também na manutenção e difusão do poder simbólico, como o próprio autor em questão parece refletir no seu livro “Sobre a televisão”. Nesta obra, o conceito de violência simbólica exercida pela mídia é definido como “[...] uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la.” (BOURDIEU, 1997. p.22). Associando esta conceituação à questão de violência de gênero, poder-se-ia afirmar que a naturalização dessa violência simbólica exercida pela mídia seria uma via de expansão de desigualdade entre os gêneros e de limitação das próprias possibilidades de ampliação da democracia no campo da comunicação.

Para Bourdieu (1997), é também por meio do setor midiático que essas representações de desigualdades acabariam por criar bases no imaginário social e, quanto menos consciente for o comunicador de que ele próprio manipula mais eficiente será a sua manipulação.

As pessoas, de maneira geral, não gostam muito de ser tomadas como objetos, objetivadas, e os jornalistas ainda menos que as outras. Eles se sentem visados, alfinetados, quando ao contrário, quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade - o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali -, e quanto melhor se compreende como ele funciona mais se compreende que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores. (BOURDIEU, 1998. p.21).

Neste debate levantado pelo sociólogo encontra-se uma possibilidade aproximação às próprias discussões teóricas que sustentam esta dissertação sobre jornalismo como construção da realidade e a teoria de agendamento. Como já apontado em seções precedentes, a teoria do

agendamento propõe que a mídia, em particular o jornalismo, consegue agendar assuntos de interesse do público, a partir da visão dos próprios jornalistas sobre a realidade e da importância que atribuem a determinados acontecimentos que conferem valor de notícia. Seguindo esta lógica, a violência simbólica exercida pela mídia seria uma maneira sutil desta legitimar valores que veicula por meio das mensagens que produz.

No caso da violência contra as mulheres, Bourdieu (2005) aponta que a produção midiática utiliza ideologias usadas como instrumentos de dominação da cultura patriarcal sobre as mulheres. Entretanto, as mulheres não estão condenadas definitivamente a essa posição de vítimas passivas, e sempre dominadas. Mesmo quando as mulheres ocupam lugares subordinados como alvo do poder também têm potencial para exercê-lo. Ou seja, na perspectiva bourdiana tanto o homem como a mulher dispõem dos mesmos instrumentos de conhecimento para pensar a dominação, sendo que a diferença do problema está nos mecanismos de luta que cada um utiliza.

2.4.1 Violência de gênero e violência contra as mulheres

Falar de violência de gênero significa entendê-la em sentido amplo e em uma estreita relação com o conceito de gênero discutido neste trabalho. Ou seja, violência de gênero é uma construção histórica, social e cultural que também carrega em si noções de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Como explica Velloso (2009), A violência de gênero contra a mulher não se trata de um problema social que se restringe a um certo meio, uma vez que ela não escolhe raça, idade ou condição social. Pelo contrário, é um problema universal que atinge a milhares de mulheres no mundo. A grande diferença se encontra entre as pessoas de maior, ou menos poder financeiro, que faz com que certas mulheres, acabem se calando contra a violência que sofrem.

A questão da violência de gênero vem sendo discutida desde a década de 1950, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a desenvolver esforços contra essa forma de violência. Mas comumente parece haver uma tendência ao reducionismo desse conceito. Os dicionários definem violência de gênero como toda e qualquer conduta que cause, ou seja, passível de causar, morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada.

Na sequência dos esforços da ONU, na década de 1990 a expressão violência de gênero na acepção de violência (física, emocional e sexual) contra as mulheres ingressou no

debate público e passou a ser considerada uma das áreas críticas na agenda internacional. Como resultado, produz-se uma mudança importante no panorama social, passando-se do silêncio e da omissão para uma visibilidade cada vez mais crescente do problema.

Em 1992, o Comitê de Especialistas da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, na Recomendação nº. 19 (comentário nº 6) especifica que a definição de discriminação deve incluir a violência baseada no gênero, “que é a violência direcionada contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres”.

Em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos sublinhou a importância de estudar e eliminar as situações de violência contra as mulheres, qualificando-a como uma prática contrária à dignidade e ao valor da pessoa humana (parágrafo 18). Reconheceu igualmente a importância da eliminação da violência contra a mulher “na vida pública e privada”, interpelando os Estados a combater esse tipo de violência. Em dezembro desse mesmo ano, 1993, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Resolução 48/104). Nesta Declaração, estão definidas as diferentes formas através das quais a violência de gênero se manifesta, destacando-se (no artigo 1) que se trata de,

Qualquer acto de violência baseada nas relações desequilibradas de poder entre o homem e a mulher do qual resulte ou possa resultar danos ou sofrimento físicos, sexuais ou psicológicos para a mulher, incluindo ameaças, actos de coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública, seja privada. (ONU, 1993)

Nos estudos feministas, a literatura sobre a violência de gênero começa a despontar no quadro do próprio desenvolvimento do movimento. No Brasil, conforme Santos e Izumino (2005), foi a partir dos anos 1980 que se começou a registrar o surgimento de literatura sobre o assunto. Os primeiros trabalhos produzidos sobre o assunto procuravam fazer denúncias de violência contra as mulheres nos distritos e centravam no estudo das práticas feministas não governamentais de atendimento às mulheres vítimas de violência, conforme justificam as autoras:

Em meados dos anos 80, com o surgimento das delegacias da mulher, passam a privilegiar as ações do Estado nas esferas da segurança pública e da Justiça. Empiricamente, pode-se afirmar que a tarefa primordial dessas pesquisas consiste em [...] conhecer quais eram os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam a violência e quem eram seus agressores. Esses estudos compartilham também as referências teóricas

adotadas para compreender e definir o fenômeno social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência (SANTOS; IZUMINO, 2005, p.2).

De entre os principais trabalhos que serviram de referência para esses estudos, Santos e Izumino (2005) apontam três abordagens teóricas: 1) de dominação masculina; 2) de dominação patriarcal; 3) reacional. Estas três correntes teóricas permitem três entendimentos do conceito da violência de gênero: a primeira “define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p.2).

A segunda, compreende a “violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” (idem); e a terceira “relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (idem).

Não obstante a ideia de vitimização aparecer nessas abordagens, ela foi pouco problematizada, inicialmente, e só ganhou importância a partir dos anos 1990, quando o conceito de gênero foi introduzido nos estudos feministas do Brasil. Neste sentido, esclarecem que o uso da categoria gênero introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para se discutir tal fenômeno social - ‘violência de gênero’.

No entanto, a noção de patriarcado não é completamente abandonada, o que gera uma imprecisão conceitual (SANTOS; IZUMINO, 2005). Essa imprecisão terminológica residiria no fato de esses trabalhos terem desenvolvido conceitos sobre violência contra as mulheres sem fazer distinção clara entre “violência contra as mulheres”, “violência doméstica” e “violência familiar”, os quais acabam sendo utilizados como sinônimos. Foi somente, a partir de estudos que procuraram relativizar a ideia de dominação/vitimização que se abriu caminho para um novo entendimento da violência contra as mulheres e, conseqüentemente, para a introdução da terminologia violência de gênero.

Segundo Santos e Izumino (2005), foi sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero que feministas no Brasil começaram a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero”. Assim, influenciados pela nova perspectiva de gênero, cuja principal referência é a historiadora e feminista Joan Scott, os estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil passam a usar a expressão “violência de

gênero”. Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida foram umas das primeiras autoras a usar a expressão.

Trazendo o conceito proposto por essas duas autoras, percebe-se que utilizam o conceito num sentido amplo que extrapola a ideia de perpetração do ato somente no âmbito doméstico e intrafamiliar, bem como a percepção de que a violência de gênero se restringe à camada feminina, ou que é um ato violento perpetrado apenas no sentido homem contra a mulher. A violência de gênero pode ser também cometida por um homem contra outro homem, ou por uma mulher contra outra mulher. Neste sentido, Saffioti (2001) define que,

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. [...] Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. (SAFFIOTI, 2001, p.115-116).

Além de Heleieth Saffioti, trabalhos de outras autoras também passaram a usar a expressão violência de gênero, dentre as quais Maria Amélia Teles e Mônica de Melo (2002), que conceituam a violência de gênero como:

[...] uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. [...] A violência de gênero pode ser entendida como “violência contra a mulher” (TELES; MELO, 2002, p.18).

Partindo desta conceituação, compreende-se, pois, que violência de gênero proposto pelas autoras aproxima-se também do próprio conceito de gênero proposto por Scott (1990; 1995). Ou seja, que esta forma de violência é fundada no quadro de uma relação de dominação, entenda-se também de poder. Fica claro também que Teles e Melo (2002) não separam os conceitos violência de gênero e violência contra mulheres. Posicionando-se sobre o assunto, Santos e Izumino (2005) asseguram, no entanto, que a violência de gênero tem de ser entendida num sentido muito mais amplo que o da violência contra as mulheres:

Defendemos uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder não de forma absoluta e estática, exercido, via de regra, pelo homem sobre a mulher, como quer-nos fazer crer a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual. [...] Torna-se necessário definir “violência de gênero” com maior rigor teórico, incorporando-se todos os aspectos do conceito de gênero de Joan Scott, sobretudo sua referência a gênero como um campo em que o poder é articulado. Além disso, devemos precisar melhor os conceitos com os quais trabalhamos, avançando nas reflexões sobre as diferenças conceituais entre expressões como “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “violência conjugal”, “violência familiar” e “violência doméstica” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p.14).

Percorrendo outros autores, percebe-se que, não obstante o avanço registrado à volta dos conceitos de violência de gênero e violência contra as mulheres, ainda parece não existir um consenso quanto ao uso das duas terminologias, uma vez que em muitos trabalhos são usadas indiscriminadamente. Entende-se que este problema persiste, na medida em que é frequente tomar-se violência de gênero como sinônimo de violência contra as mulheres e/ou violência doméstica. Isso se registra não só no nível do senso comum, como em alguns estudos que insistem em não fazer esta distinção, talvez por ainda imperar a ideia de sinonímia.

Neste sentido, Silva (2009) observa que “face à complexidade e a multidimensionalidade da violência, constata-se a inexistência de uma noção universal da mesma. Dependendo da cultura do grupo e do momento histórico ao qual se insere, a violência pode tomar diferentes significados.” (SILVA, 2009, p.12). Por outro lado, a autora assevera que “em toda e qualquer apreciação relativa a um fenômeno desta natureza, não se pode ignorar que se trata de um problema social cuja complexidade requer uma análise profunda, e uma maior sensibilidade da sociedade no sentido de o combater.” (SILVA, 2009, p.13).

Por outro lado, pode-se pensar que as controvérsias sobre o uso de terminologias – violência de gênero e violência contra as mulheres – se prendem ao fato de ainda serem conceitos em construção e cuja definição varia também de acordo com distintos critérios de definição. Entretanto, Araújo (2008) esclarece que, de um modo geral, e correntemente, pode-se dizer que a violência contra as mulheres é uma das principais formas de violência de gênero. Enquanto o conceito violência de gênero abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, objeto da violência masculina no âmbito de relações de gênero.

A autora ainda justifica que violência de gênero é também muito usada como sinônimo de violência conjugal, por englobar diferentes formas de violência, que envolvem relações de gênero e poder: a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a violência praticada pela mulher contra o homem, a violência entre mulheres e a violência entre homens (ARAÚJO, 2008).

Nesta mesma perspectiva, Saffioti (2001) discute as noções de violência contra mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar, esclarecendo que, embora estes conceitos possam ser incluídos, em certa medida, no conceito de violência de gênero, é necessário que eles sejam entendidos separadamente, precisamente, porque violência de gênero não envolve somente mulheres, mais também homens, crianças e adolescentes. Também, porque, nessa forma de violência, os agressores e as vítimas podem ser identificados, enquanto que nos outros casos nem sempre é possível essa identificação.

Para a feminista, violência contra mulheres trata-se de um ato violento que é praticado contra mulheres, em todas as idades, excluindo os homens. Por esta razão, a noção de violência doméstica costuma sobrepor ao conceito de violência contra as mulheres, mas existem diferenças entre estes dois conceitos que devem ser levadas em conta. Para a autora, não obstante incluir mulheres, em todas as “idades”, a violência contra mulheres exclui homens em qualquer etapa da vida. É desta conceituação que também se justifica a nomenclatura violência doméstica, mas, entretanto é preciso que se tenha em consideração que existem crimes, como o estupro, por exemplo, que só podem ser praticadas por homens. Por isso, Saffioti (2009) esclarece:

[...] A violência doméstica não especifica o vetor da agressão, embora seja muito mais raro que mulheres agridam física e sexualmente homens do que o oposto. Podem fazê-lo, e o fazem, verbalmente, o que não constitui sua exclusividade, pois homens também procedem desta maneira. [...] Como seu locus privilegiado é o espaço doméstico, embora não se restrinja a ele, permite a aplicação do velho adágio “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. [...] Este espaço privado é concebido não apenas territorialmente, como também simbolicamente, o que confere aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo que estas já se hajam deles separado. (Saffioti, 2001, p.134-135).

Já a violência intrafamiliar é entendida como aquela violência que ocorre entre pessoas ligadas por uma relação de parentesco consanguíneo, ou por afinidade. Conforme a autora em apreço, esta forma de violência também costuma apresentar uma sobreposição com o conceito da violência doméstica, mas desmancha esta ideia quando propõe o seu conceito ao mesmo tempo em que explica que, no caso da violência inframiliar, “o trauma decorrente de um abuso sexual varia enormemente da situação em que o agressor é desconhecido ou até mesmo

conhecido, mas não-parente, para a circunstância agravante de ser perpetrado pelo pai, pelo tio, pelo avô, etc.” (Saffioti, 2001, p.135).

Araújo (2008) adverte ainda que, apesar da sobreposição desses conceitos, é preciso que se tenha em consideração que há especificidades no seu uso como categorias analíticas. Neste mesmo sentido, Santos e Izumino (2005) alertam para a necessidade de se compreender não apenas o papel das mulheres nas relações de violência, como também o papel exercido pelos homens, porque ambos têm participação na produção dos papéis sociais que legitimam a violência de gênero. Assim, as autoras sublinham que, seja em situações de violência conjugal ou de outras formas da violência contra as mulheres (violência policial contra prostitutas, violência contra mulheres negras e violência contra lésbicas), as práticas de violência e as respostas dadas pelos agentes do Estado e diferentes grupos sociais podem estar relacionadas não apenas a questões de gênero, como também de classe social, raça/etnia e orientação sexual, entre outras categorias socialmente construídas, conforme proposta também por Scott (1990;1995).

No caso concreto de Cabo Verde, onde a literatura e a investigação sobre o assunto é exígua, essa dificuldade de sobreposição de conceitos é bem evidente. Dentre os poucos trabalhos publicados no país, verifica-se que os autores usam uma terminologia que também não faz distinção entre “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “violência conjugal”, “violência familiar” e “violência doméstica”. O conceito “violência contra as mulheres” é frequentemente utilizado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero. Entretanto, atualmente, a expressão que parece prevalecer no país é a de “Violência Baseada no Gênero”, conceituada na lei sobre a violência baseada no gênero (Lei n.º 84/VII/2011) – como:

todas as manifestações de violência física, psicológica ou moral, quer se traduzam em ofensas à integridade física, à liberdade sexual, ou em coação, ameaça, privação de liberdade ou assédio, assentes na desigualdade de gêneros e na construção das relações de poder desiguais, tendo em conta o ascendente econômico, social, cultural ou qualquer outro, do agressor relativamente ao ofendido (LEI N.º 84/VII/2011).

Tendo-se em consideração as discussões expostas e uma vez que os estudos existentes em Cabo Verde apontam as mulheres como principais vítimas da violência de gênero, achou-se pertinente centrar o olhar nesta direção, mas sem pretensão de se perder de vista que as mulheres também podem aparecer como agressores em contextos de violência de gênero. Por

isso, no âmbito desta pesquisa decidiu-se usar o termo “violência de gênero contra as mulheres”. Com esta tônica colocada no termo gênero pretende-se, pois, destacar que a violência contra as mulheres é entendida num sentido amplo, tal como propôs por Scott (1990; 1995) e como um problema que atinge homens e mulheres, crianças e adolescentes, independentemente da idade, raça/etnia, orientação sexual, status social, e em distintos contextos de convivência e relacionamento social.

2.5 A relação entre mídia impressa e violência de gênero contra as mulheres

Como já foi discutido nas páginas que precedem esta seção, enquanto participe na construção social da realidade, a mídia, no geral, e o jornalismo, em particular, seria umas das instâncias sociais com função pedagógica e capacidade para formar conhecimento e direcionar a opinião pública e promover debates sobre os mais variados assuntos. Significa que a mídia, em particular o jornalismo, também poderia assumir um papel decisivo na formulação de uma nova consciência social sobre os mais variados problemas sociais que ainda põem em causa a questão dos direitos humanos no mundo. (FISCHER, 2001; 2002; VIZEU, 2009; RÊGO; VIZEU, 2009).

Tendo presente as especificidades advenientes de interesses e de um conjunto de constrangimentos que estão em jogo na prática midiática, acredita-se que essa função social reservada aos meios de comunicação nem sempre surge como imperativo. Por isso, seria válido também considerar que a mídia poderia corroborar no reforço de preconceitos, estereótipos, desigualdade e de outros comportamentos que incitam o culto à violência. Dentre os problemas que poderiam ser enquadrados nesse debate está a questão da violência de gênero contra as mulheres, um fenômeno cada vez mais visível em páginas de jornal, telas de TV e escutado em ondas de Rádio, mas nem sempre tratado da forma desejável.

A propósito dessa relação entre mídia e tratamento da violência, Correia (2007) faz uma observação incisiva que permite refletir sobre essa relação, quando diz que:

existe sim uma relação direta entre aquilo que vai “ao ar” e aquilo que ocorre de fato, porém tal relação não ocorre, necessariamente, todas as vezes. Isso quer dizer que, o que a mídia divulga nem sempre é o retrato do que ocorre na sociedade, pois ao preferir noticiar certos assuntos e deixar de lado outros, os meios de comunicação estão recortando a realidade e dando-lhe um destaque que nem sempre se faz merecido, mas quase sempre se configura como oportuno para a empresa jornalística (CORREIA, 2007, p.41-42).

Nesta mesma direção, Alberca (2005) também formula que,

os meios de comunicação são uma ferramenta que serve como uma plataforma para denunciar essas agressões (entenda-se violência contra a mulher), uma vez que eles são a tribuna a partir da qual se pode aumentar a conscientização da sociedade que a violência contra as mulheres é um crime. Além disso, os meios de comunicação podem converter-se em mecanismos que ajudam a resolver o problema, especialmente, da vítima e do agressor. (ALBERCA, 2005, p.1. Tradução da autora do trabalho).

Portanto, buscar uma aproximação entre violência de gênero contra as mulheres e mídia afigura-se como pertinente, uma vez que se pode conhecer e refletir melhor a cerca dos conteúdos sobre o assunto divulgados na mídia. É preciso também que se tenha presente que tratar de um tema tão complexo e delicado como a violência de gênero contra as mulheres implica que se faça uma análise e reflexão ponderadas sobre a prática jornalista, sem perder de vista o caráter social dos meios (ALBERCA, 2005).

Neste sentido, caberia à mídia não só informar sobre ocorrências de atos de violência de gênero contra as mulheres como também trazê-la ao debate público, contribuindo, assim, para mudanças de mentalidades, bem como denunciando esse fenômeno e fiscalizando as políticas para o seu enfrentamento. Mas, nessa relação entre mídia e violência de gênero contra as mulheres, os interesses mercadológicos costumam ditar o viés jornalístico atribuído a determinados temas, fazendo com que certos assuntos sejam até ignorados e/ou tratados com superficialidade. Segundo Correia (2007), quando esse recorte da realidade acontece, feito em função daquilo que é oportuno para a empresa jornalística, a realidade acaba por ser construída de forma distorcida.

O caráter sensacionalista da mídia também pode abalar o tratamento de temas como a violência contra as mulheres. Lustosa (1996) ressalta, por exemplo, que toda notícia “agrega ou até mesmo exige um tratamento sensacionalista para interessar quem vai comprá-la” (LUSTOSA, 1996, p.32), mas o problema da mídia está no exagero desta fórmula que tende sempre a privilegiar. Centrando a discussão no campo da mídia impressa, Correia (2008), a partir de Pedroso, explica que o sensacionalismo é um tipo de produção discursiva da informação de atualidade, elaborado através de:

[...] critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados,

acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social (PEDROSO, *apud* CORREIA, 2007, p.42).

Seguindo essa lógica sensacionalista, o discurso dos jornais, ao em vez de propor questionamentos e buscar abordagens aprofundadas e sérias, tenderiam a privilegiar construções exacerbadas de modelos e arquétipos sociais e culturais já enraizados no imaginário social, por meio de práticas muito comuns dos meios, como sejam: a intensificação de um ocorrido, o exagero e a heterogeneidade gráfica, a exploração da emoção em detrimento da informação, a superdivulgação do extraordinário e do vulgar, a valorização errônea de conteúdos e de temáticas isoladas e não inseridas num contexto, textos escritos com foco voltado para o trágico, o erótico, o violento, o ridículo, o insólito, o grotesco ou o fantástico, textos elaborados com presença de apenas uma fonte, entre outras. (CORREIA, 2007).

Seguindo esse caminho, os jornais estariam a desviar do compromisso ético de prestação de serviço público, conforme propõe Bucci (2000) ao sublinhar que os meios de comunicação “devem ser regidos por uma ética que preserve, acima de tudo, os direitos dos cidadãos.” (p. 11). Para o autor, a ética jornalística não deveria ser encarada como um atributo somente da responsabilidade do profissional ou da redação, mas acima de tudo, como “um pacto de confiança entre a instituição do jornalismo e o público, num ambiente em que as instituições democráticas sejam sólidas.” (BUCCI, 2000, p.25).

Nesta mesma direção, Noblat (2002) enumera quatro deveres/compromissos que os jornalistas deveriam seguir nesse sentido: o dever número um dos jornalistas é com a verdade [...]; o dever número dois é com o jornalismo independente; número três é com os cidadãos; o quarto dever do jornalista é com sua própria consciência (NOBLAT, 2002, p.22). Por sua vez, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) recomendam aos jornalistas um “absoluto compromisso com a verdade [...]. Veracidade e compromisso com a cidadania são partes da profissão. Da mesma forma o são o papel de vigilante e a condição de plataforma para o debate público” (2004, p.147).

Em contrapartida, nessa falta de comprometimento com a prestação do serviço público, muitas vezes, os jornalistas tendem a assumir uma função de polícia que não lhes caberia. Para Ramos e Paiva (2007), essa postura impede o jornalismo de debates consistentes sobre assuntos ligados à violência, o que tem sido um motivo de recorrentes críticas lançadas ao trabalho dos profissionais:

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. Apesar dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes (RAMOS; PAIVA, 2007, p.25-26).

Alberca (2005) também justifica que nem sempre é fácil ao jornalismo fugir desse viés sensacionalista, principalmente quando lida com o tema violência contra as mulheres, porque os jornalistas têm dificuldades em noticiar incidentes trágicos sem caírem no perigo de produzir informações tortuosas. Por isso, os profissionais são recorrentemente alvo de críticas pelo uso inadequado que fazem da linguagem, quando se referem a acontecimentos de maus tratos. Entretanto, no entender da autora, essa crítica é prova também de que a própria mídia reproduz certos estigmas instituídos na sociedade:

[...] os meios de comunicação, como um reflexo da sociedade, são uma fonte de informação que transmite o estigma público que se reproduz e mantém. No caso da violência de gênero, foram cometidas aberrações informativas que, secretamente, desculpabilizavam o autor do crime, porque o próprio sistema social ocultava o problema no âmbito da esfera privada. Felizmente esse tratamento vai sendo corrigido e, atualmente, o fenômeno é visibilizado em toda a sua complexidade. Os cidadãos têm se tornado, cada vez mais, consciente de que a violência é um problema social. Os objetivos dos meios de comunicação, dos órgãos do governo, policiais, judiciais e de saúde têm que ir na mesma direção para evitarem que haja uma colisão entre si. (ALBERCA, 2005, p.1-2. Tradução da autora do trabalho)

Beato (2007) também estabelece uma relação possível entre a mídia e a violência, ao reconhecer que os meios têm “poder” na definição de prioridades de segurança pública. Segundo o autor, a imprensa tem no problema de violência e criminalidade um dos maiores interesses de seus leitores e, por isso, seria também parte desses problemas:

Para as organizações de segurança, a mídia é um dos palcos no qual atuam alguns de seus mais importantes agentes, e por meio do qual se comunicam com o público e adquirem notoriedade. A matéria-prima deste relacionamento é um bem público de interesse crucial para os cidadãos, que

aspiram a condições de segurança como um dos componentes de qualidade mais centrais de suas vidas. Não são muitos os setores da vida pública, como o da segurança, que mantêm uma relação tão tensa, mas curiosamente marcada por laços intensos de dependência mútua com a imprensa. Para operadores e alguns estudiosos do tema, a mídia é parte do problema de criminalidade e violência (BEATO, 2007, p.1).

Portanto, se a mídia é parte do problema da violência e se as discussões relevantes da sociedade têm início nas páginas de jornais, revistas, sites de notícia, telejornais e de rádios, entende-se que o poder da imprensa, mesmo que partilhado com outras instâncias, deveria se traduzir na possibilidade desta intervir e trazer à tona as mais diversas questões que perpassam o problema da violência. Por mais mercadológica que a informação jornalística tenha se transformado na contemporaneidade, pensa-se que o jornalismo não pode perder de vista sua função social e também política, ficando no mero relato do fato.

Essa abordagem do papel da mídia na construção do significado da violência é importante, dada a sua função socializadora. Por serem veículos de massa, os meios de comunicação social poderiam assumir uma posição estratégica na prevenção da violência, tanto como espaços que ampliam as vozes da sociedade, quanto na circulação de mensagens orientadas para a valorização da vida. Neste sentido, os jornalistas teriam também papel decisivo na fiscalização e definição de prioridades no que toca às próprias políticas de segurança para se diminuir o índice de violência num país. É neste sentido que se reconhece a pertinência da relação entre mídia e violência de gênero contra as mulheres. E, os desafios que se colocam aos profissionais nesse sentido, apesar das especificidades e dos constrangimentos da profissão, não parecem ser um esforço irrealizável.

Por outro lado, acredita-se que uma forma de melhorar essa relação no que toca ao tratamento da violência na mídia seria, por exemplo, através da academia, que podia investir no desenvolvimento de pesquisas dos produtos midiáticos no sentido de conhecer as formas de abordagens que têm sido privilegiadas, bem como apontar caminhos para novos direcionamentos, se necessário. Ao identificar novos temas e ao produzir análises localizadas e específicas, a academia estaria a ajudar a própria imprensa, oferecendo-a ferramentas que a permite ter uma visão mais ampla dos temas que aborda no e sobre o cotidiano.

Sobre o leque de atores sociais com os quais a mídia poderia estabelecer essa articulação, Alberga (2005) também aponta que “a mídia tem que tratar a violência doméstica como um crime e não deve descartar qualquer contribuição para criar e reforçar os valores e atitudes que alimentam a cultura da dominação das mulheres pelos homens, que até

recentemente era tratado como algo natural e inevitável.” (p.12 – tradução da autora). Neste sentido, propõe um envolvimento dos meios de comunicação, mas também da própria sociedade em geral, sublinhando que:

Na verdade, a mídia deve reclamar a cidadania pública e o custo social, ou seja, exigir que todas as pessoas estejam envolvidas e comprometidas a combater (eles podem informar ou agir em um caso específico) o fenômeno da violência contra as mulheres. Também devemos exigir que as instituições e os organismos envolvidos nos processos de cuidado e assistência sejam fontes mais acessíveis e imediatas possível para que, no nosso trabalho, o tema seja tratado em todos os seus aspectos, a fim de transmitir uma clara rejeição a este flagelo e ajudar a aliviar ou resolver o problema (ALBERCA, 2005, p.12-13. Tradução da autora do trabalho).

CAPÍTULO III – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS

A concretização deste trabalho foi alcançada através de uma pesquisa que permitiu a identificação e a seleção da bibliografia pertinente ao tema estudado, o que contribuiu também para o conhecimento de estudos e teorias existentes na área e que serviram para dar suporte e embasamento teórico-metodológico a esta dissertação.

3.1 Análise de Conteúdo: conceituação e pertinência

De entre as várias possibilidades encontradas, os aportes para discussão teórica e problematização do presente estudo foram aproveitados das teorias construcionistas do jornalismo, designadamente da Teoria do Agendamento, ou *Agenda-Setting Function*, e de outras literaturas sobre jornalismo, estudos de gênero e violência de gênero. Tomou-se ainda como base as principais conclusões de estudos análogos de Análise de Conteúdo (AC) da imprensa escrita sobre o tratamento do tema da violência de gênero e outras problemáticas sociais, publicados no Brasil, em Cabo Verde e em outros países.

Superada a fase exploratória da pesquisa bibliográfica foi-se a campo fazer a recolha do material empírico de análise. A metodologia usada para isso foi a Análise de Conteúdo (AC), que, conforme Bardin (1977; 2006) compreende “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 1977, p.47).

Se, nos seus primórdios, a AC era orientada pelo paradigma positivista, o qual valorizava a objetividade e a quantificação, atualmente esta técnica de análise de dados “está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades, na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações” (MORAES, 1999, p.1). Segundo Moraes (1999), a técnica não só conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, como ajuda a reinterpretar as mensagens, atingindo-se uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Portanto, com a AC é possível mesclar métodos quantitativos e qualitativos e, daí ser considerada uma técnica híbrida (BAUER, 2002).

A literatura sobre a sociologia da comunicação e/ou do jornalismo deixa claro também que a AC é uma técnica que pode ser harmonizada com estudos que analisam a capacidade de agendamento de temas por parte da mídia. Traquina (2000) explica que a maioria de estudos de agendamento operacionaliza o conceito de agenda midiática através de dados baseados em análises de conteúdos da produção jornalística, como por exemplo, as notícias dos jornais. Por isso, entendeu-se ser pertinente o uso de AC no âmbito deste trabalho, metodologia que permitiu conciliar a teoria (Agendamento) com o método.

Herscovitz (2010) realça também a importância da análise de conteúdo na pesquisa jornalística, destacando inúmeras possibilidades de uso que esta técnica permite ao pesquisador:

Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

Relativamente ao tema deste trabalho, as observações de Njaine e Minayo (2004) tiveram também peso nessa escolha. As autoras sublinham que “a análise de conteúdo tem sido considerada um dos métodos que mais tem contribuído para as pesquisas sobre a mídia, por quantificar cenas de violência na programação; identificar imagens estereotipadas de grupos sociais específicos; e demonstrar o quanto a indústria cultural tem se mantido imutável [...]” (NJAINÉ; MINAYO, 2004, p.46).

3.2 As técnicas privilegiadas

A complementaridade das duas abordagens da AC - quantitativa e qualitativa - é uma possibilidade também destacada por Bardin (2006), Herscovitz (2010) e Moraes (1999). Segundo Bardin (2006), a AC quantitativa ocupa-se do conteúdo manifesto ou representado, enquanto a qualitativa procura decifrar o latente e o sentido das comunicações (BARDIN 2006, pp.18, 107, 109). Por seu lado, Herscovitz (2010) argumenta que, apesar de o método/técnica apresentar várias definições e de ter sido sujeito a críticas, ao longo dos tempos, quer por parte de pesquisadores quantitativistas, quer por pesquisadores qualitativos, a sua característica híbrida “coloca-a num gueto metodológico de onde ela sai reforçada e não

enfraquecida” (HERSCOVITZ, 2010, p. 125). Já Moraes (1999) assinala que, na sua evolução, a metodologia tem oscilado entre estas duas abordagens, no entanto, ao longo do tempo, as abordagens qualitativas têm sido as mais valorizadas, utilizando-se especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar.

É em função destas possibilidades apontadas, que se decidiu pela conciliação dessas duas abordagens da análise de conteúdo - quantitativa e qualitativa - no estudo que deu corpo a esta dissertação. Entretanto, deu-se uma prevalência aos enfoques qualitativos e dedutivos, por permitirem a compreensão de aspectos que possam estar, direta ou indiretamente, ligados às questões que se pretende estudar, em vez de explicações causais e possibilidades de generalização (WEBER, 1993; 1995; MORAES, 1999).

3.3 Procedimentos metodológicos e universo de pesquisa

Relativamente aos procedimentos da AC, Bardin (1977; 2006) sugere a estruturação da AC em três fases cronológicas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material, e 3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A fase da pré-análise é a fase em que o trabalho é planejado e inclui cinco momentos: a) o da leitura flutuante; b) da escolha do material (constituição do corpus); c) da formulação das hipóteses e dos objetivos (exploração do material); d) da referenciação dos índices e da elaboração de indicadores (codificação do material); e) da preparação do material (tratamento informático do material).

A Exploração do material é fase da análise propriamente dita e decorre das decisões tomadas na primeira fase – pré-análise. É a fase mais trabalhosa e fastidiosa, conforme adverte Bardin (2006).

A fase do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação é a fase em que se dá significação aos resultados brutos obtidos, a partir de inferências e interpretações em função dos objetivos traçados, ou também de outras descobertas.

Herscovitz (2010) apresenta essas etapas procedimentais da AC, destacando seis passos ou momentos distintos formulados através das seguintes interrogações: 1) Quais são os objetos de estudo? 2) Como eles são definidos? 3) Qual a população ou universo (conjunto de objetos) de onde será retirada a amostra? 4) Em que contexto estão os objetos de estudo? 5) Quais são as delimitações do estudo? 6) Qual o alvo das inferências?

Tendo presente esses caminhos apontados, tomou-se como objeto empírico da pesquisa os três jornais semanários publicados, atualmente, em Cabo Verde - *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*. A partir desses jornais constituiu-se o *corpus* de análise, formado por matérias que relataram acontecimentos sobre atos de violência de gênero contra as mulheres no período temporal de 2000 a 2010. O critério de seleção desses jornais foi a sua abrangência, pois, além de serem veículos de circulação nacional, representam a totalidade da imprensa jornalística escrita no país⁵⁴.

A opção por esse período prende-se a um suposto aumento de relatos de casos de violência de gênero registrados na mídia cabo-verdiana, a partir dos anos 2000, em que o tema ganhou uma maior visibilidade na sociedade cabo-verdiana em função de alguns estudos⁵⁵ publicados em Cabo Verde, trazendo o assunto para o debate público. Além disso, o período permite abarcar uma década de jornalismo no país, sem falar que corresponde a distintos momentos do contexto político cabo-verdiano, em que se registram várias apostas na (re) definição de políticas em prol da igualdade e equidade de gênero e de enfrentamento da violência contra as mulheres.

O corpus deste estudo é constituído por 134 matérias obtidas através da leitura, página por página, de todas as edições dos três jornais, ao longo de todo o período de 2000 a 2010. Desta forma, conseguiu-se identificar e selecionar todos os textos jornalísticos (notícias, reportagens, notas, cartas dos leitores, entrevistas e artigos de opinião) que tratassem de atos de violência de gênero contra as mulheres. Nessa fase de pré-análise, conseguiu-se ainda ter uma ideia inicial acerca de alguns indicadores de análise, designadamente, sobre a quantidade de matérias, os assuntos tratados, o destaque, o número de páginas, a dimensão das matérias, a localização, as fontes, etc.

O levantamento do material de pesquisa foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2010 no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, onde as edições dos jornais encontram-se organizadas em cadernos, o que facilita a consulta por parte de pesquisadores. Após a seleção dos textos, fez-se o seu registro, mediante autorização da direção da instituição, através de cópias feitas no próprio local da recolha, uma vez que é proibida a saída e a reprodução de documentos do Arquivo de outra forma.

⁵⁴No momento estes jornais são os únicos de informação geral publicados em Cabo Verde. Mas, em outros tempos, inclusive no período temporal escolhido para este estudo, circularam no país outros periódicos (*Voz di Povo*, *Horizonte*, *O cidadão*, *Jornal de Cabo Verde*, etc.) que foram sendo extintos e/ou substituídos por outros.

⁵⁵ Trata-se de dois estudos publicados em 1999 - *Violência contra as mulheres*, de Dina Salústio e *Vencendo Barreiras*, de Victor Osório Adolfo de Pinto. Estes trabalhos foram os primeiros sobre a violência contra a mulher, divulgados em Cabo Verde e permitiram o conhecimento da real situação do problema no país e a inserção da sua discussão na sociedade cabo-verdiana.

A estatística descritiva foi utilizada para a análise quantitativa das matérias (gráficos descritivos e descrição tabular), usando-se como ferramenta de análise de dados a versão 19.0 do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

As variáveis⁵⁶ (editoria, localização, página, dimensão, gênero, fotografias, fontes, violência, vítima, agressor, abordagem, âmbito, autoria, motivo, relacionamento, justificativas, idade, consequência) utilizadas para a análise descritiva foram estruturadas com base no modelo de escala nominal⁵⁷.

Para facilitar a interpretação e também para uma melhor organização e exploração dos resultados da análise do *corpus*, os indicadores obtidos no tratamento estatístico foram dispostos em gráficos e tabelas, o que permitiu pôr em realce as informações obtidas e uma leitura, o mais precisa possível das mesmas. Devido à impossibilidade de apresentar todas as informações dos jornais em simultâneo, em alguns casos decidiu-se apresentá-las em tabelas separadas, mas foram analisadas em conjunto. Em outros casos, o optou-se pelo uso de gráficos em vez de tabelas, porque se entendeu que estes permitem uma melhor visualização dos dados obtidos.

A análise qualitativa centrou-se na leitura inferencial e na interpretação dos resultados quantitativos obtidos, tendo-se aproveitado as variáveis como subcategorias pertencentes a três outras grandes categorias de análise, nomeadamente o “Formato das matérias”, o “Conteúdo” e a “abordagem jornalística” das mesmas. O estudo qualitativo baseia-se também na apreciação detalhada e aprofundada de conteúdo de alguns textos escolhidos em função de características que apresentaram, como, por exemplo, a quantidade de páginas, a continuidade em outras edições dos jornais e o destaque na capa.

Valendo-se das formulações da teoria do agendamento procurou-se identificar o ângulo de abordagem ou o enfoque dado ao tema da violência de gênero contra as mulheres na cobertura feita pelos jornais estudados. Com efeito, buscou-se compreender como foi

⁵⁶ A escolha de variáveis e categorias de análise de conteúdo dos textos jornalísticos neste trabalho partiu da proposta de Marques de Melo (1994) que ensina as matérias são organizadas na página do jornal com maior ou menor destaque, em função da sua localização, dimensão, da presença ou não de fotos, havendo uma escala de importância para hierarquização dos assuntos a partir de determinados critérios e uma diversidade de modalidades definidas pelo modo como os fatos foram captados, as fontes consultadas, como foi escrita a matéria, etc. Tudo isso é o que o autor denomina de categorias jornalísticas (MARQUES DE MELO, 1994).

⁵⁷ Variáveis expressas na escala nominal podem ser apenas "iguais" ou "diferentes" entre si. Não é feito qualquer ranking. Os números atribuídos servem apenas para identificar a pertença ou não pertença a uma categoria, ou de identificação. Exemplo: matrículas de automóveis, códigos postais, estado civil, sexo, cor dos olhos, código de artigo, código de barras. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_\(estat%C3%ADstica\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_(estat%C3%ADstica))>. Acesso em: 27/09/2011.

representado o tema, que atenção mereceu nas coberturas jornalísticas e que discussões a respeito os jornais conseguiram agendar, ou não, para o público-leitor.

A fase qualitativa de análise revelou-se de extrema importância, uma vez que à medida que se avançou com a interpretação dos dados, o conseguiu-se também que o trabalho ganhasse sentido. Ou seja, a interpretação permitiu não só avaliar os resultados obtidos como a concretização dos objetivos inicialmente traçados.

Feitas as considerações sobre os caminhos metodológicos percorridos para elaboração desta dissertação, a seguir faz-se uma breve apresentação dos jornais utilizados como objeto empírico do estudo.

3.4 Os jornais *A Semana*, *A Nação* e *Expresso das Ilhas*

3.4.1 *A Semana*

O primeiro número do jornal *A Semana* deu-se à estampa em 26 de abril de 1991, ano em que a abertura política foi consubstanciada em Cabo Verde, com as primeiras eleições pluripartidárias, de 13 de janeiro (ÉVORA, 2006). O semanário⁵⁸ é de capital privado, sendo sua proprietária a empresa Nova Editora SA. Identifica-se como um órgão de imprensa independente cuja origem visou contribuir para a consolidação do regime democrático que começou em 1990 e pôs termo ao monopólio do Estado no domínio da imprensa escrita e audiovisual. Além da versão em papel, o *A Semana* possui também o diário digital (www.asemana.publ.cv), com uma média de seis a sete mil visitas/dia, o que também faz dele o mais importante periódico digital cabo-verdiano.

O semanário é de caráter generalista, abrangendo diversos setores da sociedade cabo-verdiana e internacional, e conforme Évora (2006) é um dos jornais mais completos do país, contando com vários suplementos como o *Kriolidade*, dedicada à cultura; o *Cifirão*, dedicado à economia, e o *Lance*, dedicado ao desporto (Esporte). Em tempos, teve ainda o suplemento *A Semaninha*, feito por adolescentes do secundário e dedicado à comunidade adolescente e juvenil. Desde 2006, a empresa que o detém passou a publicar a revista mensal, *Uhau!*, oferecida, gratuitamente, como complemento da edição. A tiragem atual do jornal é de 5.000 exemplares e o seu formato é tabloide.

⁵⁸ Desde começo deste ano, 2012, o jornal passou a ser bissemanário.

Em termos de incidência geográfica, o semanário *A Semana* é o órgão com maior penetração no mercado mediático cabo-verdiano, atualmente, e tem alguma audiência na diáspora, com particular destaque para a comunidade cabo-verdiana emigrada nos Estados Unidos da América. De acordo com os resultados do “Inquérito à Satisfação e de Audimetria dos Órgãos de Comunicação Social”⁵⁹, realizado pela empresa Afrosondagem, em Agosto de 2011, em notoriedade espontânea⁶⁰, este jornal foi indicado em primeiro lugar por 50 % de cabo-verdianos, tendo registrado uma diminuição de 25% em relação ao ano de 2009. Em termos de preferência, o órgão foi apontado como o mais preferido por 40% de cidadãos cabo-verdianos que fizeram parte do estudo da Afrosondagem, enquanto que no índice de leitura, o jornal aparece como o mais lido de todos, registrando uma avaliação de 60%.

3.4.2 A Nação

O *A Nação* foi colocada nas bancas cabo-verdianas em 2007, por iniciativa de um conjunto de funcionários e ex-jornalistas do extinto jornal estatal *Horizonte*, sob o amparo financeiro da empresa Alfa Comunicações, sua proprietária. Trata-se do primeiro jornal bilingue no país, editado em português e inglês, dedicado à população nacional e também à diáspora cabo-verdiana.

O semanário independente é de informação geral e tem procurado dar destaque, principalmente, às questões que não são retratadas nos outros órgãos de comunicação social do país. Conta também com uma versão diária online (www.anacao.cv).

⁵⁹ O estudo foi realizado com base num inquérito junto das famílias cabo-verdianas residentes em alguns dos principais concelhos do país (Praia, de Santa Catarina, de S. Filipe, de S. Vicente e do Sal). Foram entrevistados indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. A amostra do estudo foi aleatória, estratificada, tendo como variável de distribuição a variável idade dos Indivíduos. Foi considerado um intervalo de confiança de 95% e uma relativa margem de erro de 5%. Assim, a amostra foi a seguinte: Praia (593 entrevistas), S. Catarina (420), S. Filipe (385), S. Vicente (489) e Sal (350), totalizando 2.237 entrevistas. A recolha de dados foi realizada por entrevista direta, ou seja, realizada por um inquiridor na casa do respondente. (AFROSONDAGEM, 2011).

⁶⁰ a notoriedade dirigida de todos os jornais é mais acentuada entre os homens, à exceção do jornal Terra Nova que é mais citada pelas mulheres. A notoriedade dirigida de todos os jornais impressos tende também a aumentar na razão direta do aumento do nível de instrução à exceção do jornal Terra Nova. A proporção dos entrevistados que nunca leu nenhum dos jornais nacionais continua elevada, situando-se na ordem de 26%, representando um aumento de dois pontos percentuais em relação ao ano de 2009. Santa Catarina (44%) continua a apresentar a proporção mais elevada e Sal a mais baixa (22%). Na Praia, cerca de 25% dos entrevistados afirmam não ter lido nenhum desses jornais, enquanto que em S. Vicente a taxa registrada foi de 28%. Entre os homens, cerca de 25% declararam nunca ter lido um jornal impresso, entretanto, a situação é ainda mais preocupante entre as mulheres, em que a taxa alcançada foi de 44%. A proporção dos homens que já leu um jornal é sempre superior ao das mulheres para todos os casos. A proporção dos que nunca leram um jornal diminui com o aumento do nível de instrução, passando de 73% entre os indivíduos sem instrução, para 4% entre os que possuem um grau pós-secundário (AFROSONDAGEM/DGCS, 2011).

O jornal é de abrangência nacional, mas com forte ligação com a diáspora cabo-verdiana, particularmente nos Estados Unidos da América, uma comunidade que supera a residente em Cabo Verde.

Em termos de *design* gráfico, o semanário é praticamente todo a cores e tem formato tabloide de 48 páginas (em média), e uma tiragem estimada em 5 mil exemplares.

No estudo realizado pela empresa Afrosondagem, o *A Nação* atingiu 14% no item notoriedade espontânea e 37 % no índice de leitura, ocupando a segunda posição em relação aos outros dois semanários nesta categoria. Quanto à preferência, o *A Nação* é apontado como veículo impresso mais preferido por 8 % de cidadãos cabo-verdianos que fizeram parte do estudo da Afrosondagem, ficando na segunda posição, depois do *A Semana*.

3.4.3 *Expresso das ilhas*

O jornal *Expresso das Ilhas* é um semanário generalista que se caracteriza por um forte componente político, cuja publicação impressa é complementada por uma versão *on-line* (www.expressodasilhas.sapo.cv). Entretanto, segundo o seu estatuto editorial, o *Expresso das Ilhas* é um jornal de informação, independente dos poderes políticos, orientado por critérios de rigor e seriedade, em defesa de um jornalismo de qualidade e que recusa o sensacionalismo.

O seu surgimento deu-se no dia 01 de março de 2001, depois da reviravolta política que recolocou o partido Movimento para a Democracia (MPD) na oposição.

O jornal pertence à empresa de comunicação Sociedade Media Comunicações S.A. e nasceu da ideia de um grupo de pessoas ligadas ao panorama político cabo-verdiano, ainda no final do segundo mandato do partido da oposição, MPD. A missão que este grupo de políticos visava para o jornal era lutar por um jornalismo plural em Cabo Verde.

O periódico é de formato tabloide e apresenta um design gráfico colorido. Sua incidência geográfica é nacional e, atualmente, tem uma tiragem de 3000 exemplares.

O jornal *Expresso das Ilhas* ocupa a terceira posição em termos de notoriedade espontânea, com um percentual de 8%, tendo baixado 3 pontos percentuais em relação ao ano de 2009. Em termos de preferência, este semanário ocupa a terceira posição, com 7% de preferência. Em relação ao índice de leitura, o semanário aparece como terceiro colocado em relação ao *A Semana* e *A Nação*, com 35%.

CAPÍTULO IV- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa) das matérias sobre a violência de gênero contra as mulheres que foram publicadas pelos três jornais que constituem o objeto empírico deste trabalho – *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*.

4.1 A morfologia (ou o formato) das matérias

De 2000 a 2010, período temporal em que se procedeu ao levantamento e análise quantitativa dos textos jornalísticos sobre a violência de gênero contra as mulheres na imprensa escrita de Cabo Verde, foram publicadas 134 matérias relacionadas à questão nos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*, dentre as quais 89 (66,4%) no jornal *A semana*, 36 (26,9%) no *Expresso das Ilhas* e apenas 9 (6,7%) no jornal *A Nação*, conforme ilustrado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Frequência de matérias publicadas pelos jornais ao longo do período de análise

		Ano de publicação da matéria											Total	
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		
Jornal onde a matéria foi publicada	A semana	Qte.	7	6	10	9	7	4	3	10	5	15	13	89
		%	5,2%	4,5%	7,5%	6,7%	5,2%	3,0%	2,2%	7,5%	3,7%	11,2%	9,7%	66,4%
Expresso das Ilhas	Qte.	0	0	2	3	3	2	4	10	5	4	3	36	
	%	,0%	,0%	1,5%	2,2%	2,2%	1,5%	3,0%	7,5%	3,7%	3,0%	2,2%	26,9%	
A Nação	Qte.	0	1	0	0	0	0	0	1	2	5	0	9	
	%	,0%	,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,7%	1,5%	3,7%	,0%	6,7%	
Total	Qte.	7	7	12	12	10	6	7	21	12	24	16	134	
	%	5,2%	5,2%	9,0%	9,0%	7,5%	4,5%	5,2%	15,7%	9,0%	17,9%	11,9%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

A editoria ou seção em que uma matéria aparece publicada no jornal, assim como a sua localização na superfície impressa, são indicativas da importância atribuída ao tema ou ao assunto tratado. Isto quer dizer que, do destaque dado a uma matéria, pode-se saber se ela é facilmente acessível para o leitor, pois a leitura do jornal é orientada também pelas suas seções. Partindo deste pressuposto, verificou-se que nos três jornais analisados, apenas 5 matérias sobre violência contra as mulheres tiveram chamada de capa ao longo do período 2000–2010, um número notoriamente insignificante levando-se em conta o total de matérias publicadas nos três veículos impressos que é de 134 textos. Constatou-se ainda que um número reduzido de textos sobre o tema foi publicado em outras seções de maior destaque, como

“Especial Reportagem” e “Especial Suplemento”, onde apareceram 4 (3,0%) e 3 (2,2%) do total, respectivamente.

Relativamente à distribuição por outras seções dos jornais, verificou-se que 86 (64,2%) notícias sobre violência de gênero contra as mulheres foram publicadas na editoria “Social”, sendo que 74 (55,2%) foram veiculadas pelo jornal *A Semana* e 12 (9,0%) pelo *Expresso das Ilhas*. O periódico *A Nação* não publicou nenhuma matéria na seção “Social” sobre o assunto. Na seção “Atualidade”, foram publicadas 9 (6,7 %) matérias, sendo 3 (2,2%) no *A Semana* e 6 (4,5%) no *Expresso da Ilhas*. Na seção “Nacional” foram publicadas 8 (6,0%) matérias, todas no *Expresso das Ilhas*. As restantes aparecem distribuídas pelas várias seções dos jornais⁶¹.

Uma leitura das frequências encontradas permite concluir que, apesar das estatísticas oficiais alertarem para altos índices de violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde, este assunto não teve tratamento jornalístico de destaque, uma vez que esses acontecimentos praticamente não figuraram como manchete nos jornais estudados, ou em seções de maior importância dos jornais, conforme ilustrado na tabela 2 a seguir:

⁶¹ As seções (ou editorias) tradicionais nos jornais em Cabo Verde seguem um critério de divisão padrão dos jornais diários e/ou semanários, verificando-se algumas alterações nessas divisões em função de mudanças de nomes e/ou substituição de algumas seções que foram operadas pelos jornais, ao longo dos anos. Algumas diferenciações em termos de denominações são também percebidas de jornal para jornal, havendo casos em que as seções se encontram em apenas um veículo, como por exemplo, no *A Nação*. No *A Semana* as seções dos jornais dividem em: Agenda Política; Opinião; Correio das ilhas; Social; Ponto de vista; Economia; Atualidade; Destaque e Carta do leitor. No *Expresso das Ilhas*, os assuntos são distribuídos por seções cujas denominações seguem um critério parecido ao seguido pelo *A Semana*, designadamente, entre as seções: Atualidade; Política; Opinião; Nacional; Entrevista; Mundo Ciências e Tecnologia; Reportagem; Cultura Desporto e Lazer. Já o *A Nação* configuração como um jornal que oferece maior diversidade de assuntos, uma vez que este apresenta um número mais diversificado de editorias: No ponto; Democracia; Folha policial; Desenvolvimento; Regiões; Desporto; Reportagem; Saúde; Diáspora; Barômetro; Cultura; Blogosfera; Ensaio; Romaria; Fenestra; Pontos de Vista; Variedades.

Tabela 2 - Distribuição das matérias por editorias

		Distribuição da matéria por editorias														
		Capa	Atualidade	Social	Opinião	Economia	Correio das Ilhas	Policial	Vida	Nacional	Publicidade	Local	Especial Reportagem	Especial Suplemento	Total	
Jornal onde a matéria foi publicada	A semana	Qte.	0	3	74	5	1	4	0	0	0	0	0	2	89	
		%	,0%	2,2%	55,2%	3,7%	,7%	3,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,5%	66,4%	
	Expresso das Ilhas	Qte.	0	6	12	0	0	0	0	8	1	4	4	1	36	
		%	,0%	4,5%	9,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,0%	,7%	3,0%	3,0%	,7%	26,9%	
	A Nação	Qte.	1	0	0	2	0	0	2	4	0	0	0	0	9	
		%	,7%	,0%	,0%	1,5%	,0%	,0%	1,5%	3,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%	
Total	Qte.	1	9	86	7	1	4	2	4	8	1	4	4	3	134	
	%	,7%	6,7%	64,2%	5,2%	,7%	3,0%	1,5%	3,0%	6,0%	,7%	3,0%	3,0%	2,2%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

A partir da localização das publicações sobre violência de gênero contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde, pode-se constatar que 72 (53,7%) matérias foram publicadas nas zonas primárias. O jornal *A Semana* publicou 46 (34,33%) matérias na zona primária; o *Expresso das Ilhas*, 22 (16,42%) e o *A Nação*, apenas 4 (2,99%). Esses números revelam que o *A Semana* fez maior exposição (ou deu maior visibilidade) à questão do que os outros dois jornais analisados. Porém, o número de matérias que publicou nas zonas mortas do jornal ultrapassa o de publicações em outras de maior exposição, como o centro ótico, a zona secundária e o centro geométrico. O *A Semana* publicou 25 (18,66%) matérias na zona morta, das quais 8 (5,9%) apareceram no canto superior direito (zona primária) e 17 (12,69%) no canto inferior esquerdo (zona morta). No *Expresso das Ilhas*, as 8 (5,98%) matérias foram distribuídas, equitativamente, pelas duas zonas mortas do jornal, ou seja, 4 (2,99%) matérias apareceram no canto superior direito e a mesma quantidade no canto inferior esquerdo. O *A Nação* publicou 3 (2,24%) matérias nas zonas mortas da página do jornal, sendo 1 (0,75%) no canto superior direito e 2 (1,49%) no canto inferior esquerdo.

Como observado anteriormente, a posição de uma matéria na página de um jornal, também chamada de Zona Óptica ou Zona de Visualização, permite inferir o grau de visibilidade e importância a ela atribuída (SILVA, 1995). Nos meios impressos, cada local na página têm sua importância dependendo da facilidade que cria para o leitor chegar até a notícia. De acordo Silva (1995), a página de um jornal tem seis zonas de visualização: a zona primária (canto superior esquerdo), que é a principal e para onde a visão dos leitores se direciona em primeiro lugar; a zona secundária (canto inferior direito), para onde a visão do leitor se direciona em segundo lugar; as zonas mortas (cantos superior direito e inferior esquerdo), que são destinadas, geralmente, para publicação de matérias de menor importância; e a zona chamada de centro geométrico e centro ótico.

O centro geométrico destina-se a artigos que o jornal pretende destacar, por ser onde a visão dos leitores fixa-se por um tempo maior. Isso significa, segundo o autor, que as matérias que se situam na zona primária e no centro ótico são as que gozam de alta exposição, enquanto aquelas que se localizam na zona secundária e no centro geométrico têm exposição média. Já as publicações que se situam nas zonas mortas têm baixa exposição. Por exemplo, a matéria que está no canto superior direito de uma página ímpar tende a chamar mais atenção do leitor do que aquela localizada no canto inferior esquerdo. Daí que costuma ser regra que uma chamada venha posicionada no canto superior direito da página do jornal, porque os

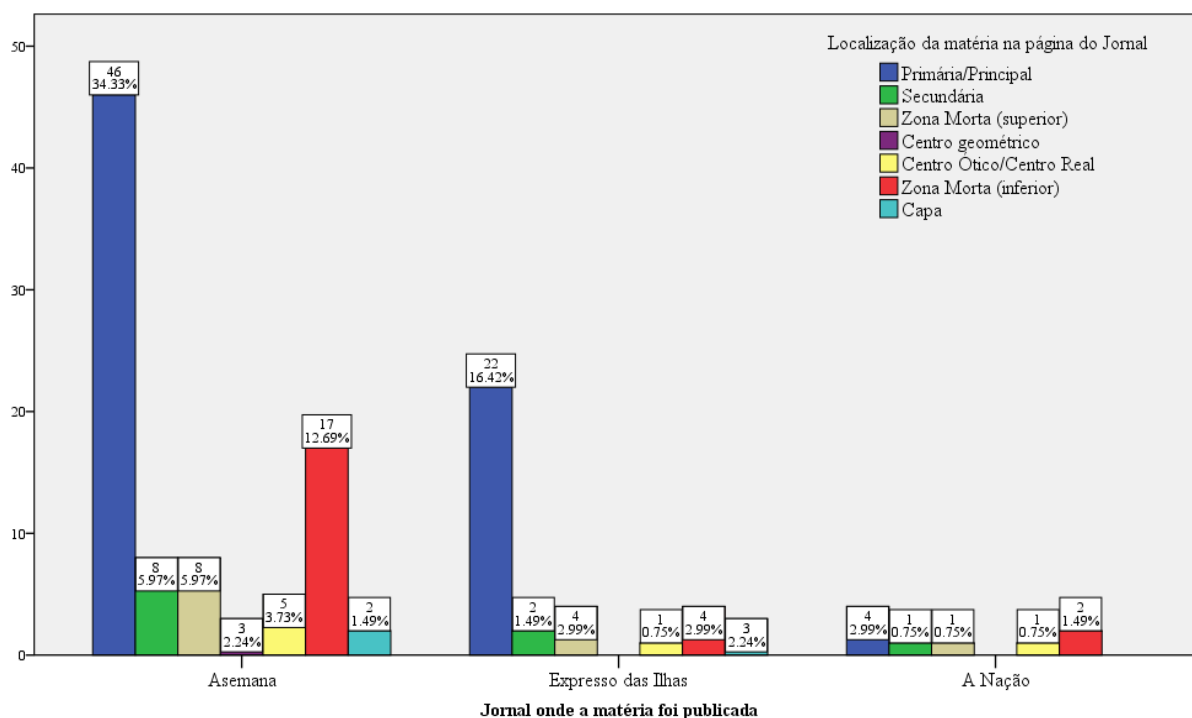
editores sabem que a tendência maior é que o receptor olhe primeiramente para essa parte da superfície impressa.

Neste caso, pode-se concluir que o *A Nação* foi o que menos dispôs as matérias sobre o assunto em zonas mortas da página do jornal, tendo posicionado as matérias nas zonas de maior visualização, designadamente as zonas primária, secundária e centro geométrico. Não obstante ter publicado menor número de matérias sobre violência de gênero contra as mulheres, ao longo do período analisado, este dado pode ser interpretado como uma tentativa de chamar a atenção do leitor para o tema. Já os jornais *A Semana* e *Expresso das Ilhas* publicaram os textos sobre violência contra as mulheres nas zonas mortas, o que demonstra que nem sempre estiveram preocupados em chamar a atenção do leitor para o problema no país.

Fazendo outra leitura dos dados, considerando somente as partes superior e inferior da página, pode-se considerar, entretanto, que os três jornais privilegiaram a parte superior para publicar matérias sobre a violência de gênero contra as mulheres. Das 134 matérias publicadas nos três veículos impressos, 95 (70,92%) apareceram na parte superior da página do jornal, sendo 62 (46,27%) publicadas no *A Semana*, 27 (20,16%) no *Expresso das Ilhas* e 6 (4,49%) no *A Nação*. A partir dessa leitura, pode-se afirmar que, em certa medida, o tema da violência de gênero contra as mulheres foi tido como relevante pelos editores, visto que quase 80% do total das matérias apareceram na parte superior do jornal, que chama mais atenção do leitor. Em contrapartida, esse esforço em dar alguma visibilidade ao tema pode ter sido frustrado, porque a maioria (58,96%) dos textos foi localizada em páginas pares dos jornais e em pequenas dimensões (notícias e notas - 58,21 %), o que compromete a atenção do leitor, que tende a ler primeiro a página ímpar, por ser a primeira que vê quando folheia a publicação. Pode-se dizer também que o tratamento jornalístico do tema tende a ser muito superficial, uma vez que os veículos usaram textos muito sintéticos.

No gráfico 1 que se segue, apresentam-se os resultados da localização das matérias nas zonas de visualização dos jornais em questão.

Gráfico 1 - Zonas de Localização das matérias na página do jornal por veículo



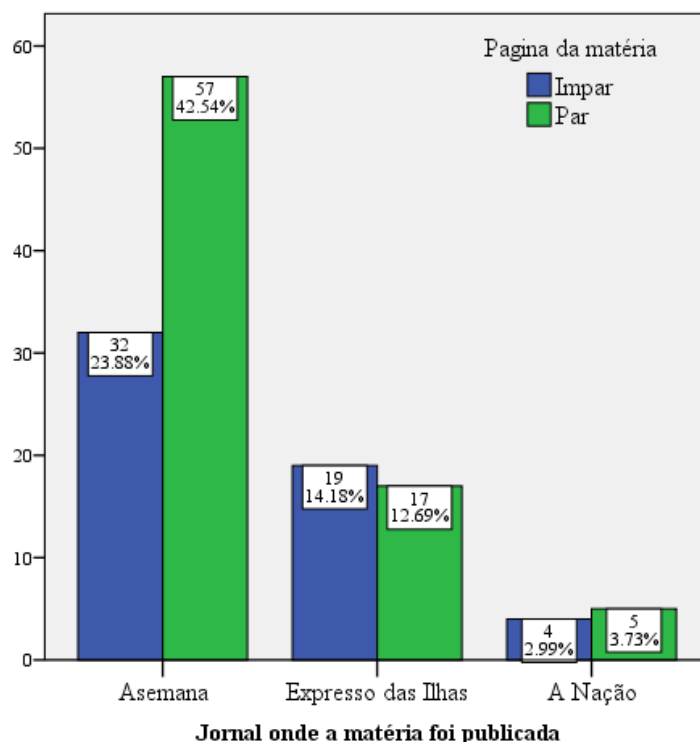
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Sobre a página em que as matérias apareceram publicadas, constatou-se que mais da metade dos textos foram publicados em páginas pares, em um total de 79 (58,9%), contra 55 (41,0%) em páginas ímpares. O jornal *A Semana* fica à frente no aspecto pouca visibilidade, com 57 (42,54 %) publicações em páginas pares, seguido do *Expresso das Ilhas*, com 17 (12,69%) e *A Nação*, com 5 (3,73%). Estes dados podem ser indicativos de que os jornais não atribuíram a devida importância ao tema da violência de gênero contra as mulheres. Estudiosos do assunto (SILVA, 1985; COLLARO, 1996; 2005; ROCHA, 2007) explicam que os leitores observam mais notícias nas páginas ímpares e nas páginas iniciais. Por isso, nessas páginas, costumam-se publicar textos sobre assuntos ou temas mais nobres, reservando às páginas pares os temas menos nobres, ou menos importantes. Portanto, significa que os temas dispostos em páginas ímpares são susceptíveis de maior visibilidade por atraírem mais a atenção dos leitores.

Em termos de publicações em páginas ímpares, o *A Semana* também lidera a lista, com 32 (23,88 %) textos publicados, enquanto o *Expresso das Ilhas* e *A Nação* publicaram 19 (14,18%) e 4 (2,99%) textos nessas páginas, respectivamente. Esses dados permitem constatar que, dos três jornais, *A Semana* é o que dá menos visibilidade ao tema da violência de gênero contra as mulheres, por veicular uma porcentagem considerável de matérias em páginas pares, que chamam menos atenção.

A seguir, o gráfico 2 ilustra a distribuição total das matérias publicadas nos três jornais, bem como a totalidade das matérias que apareceram nas páginas par e ímpar.

Gráfico 2 - Página (ímpar ou par) de publicação das matérias por jornal



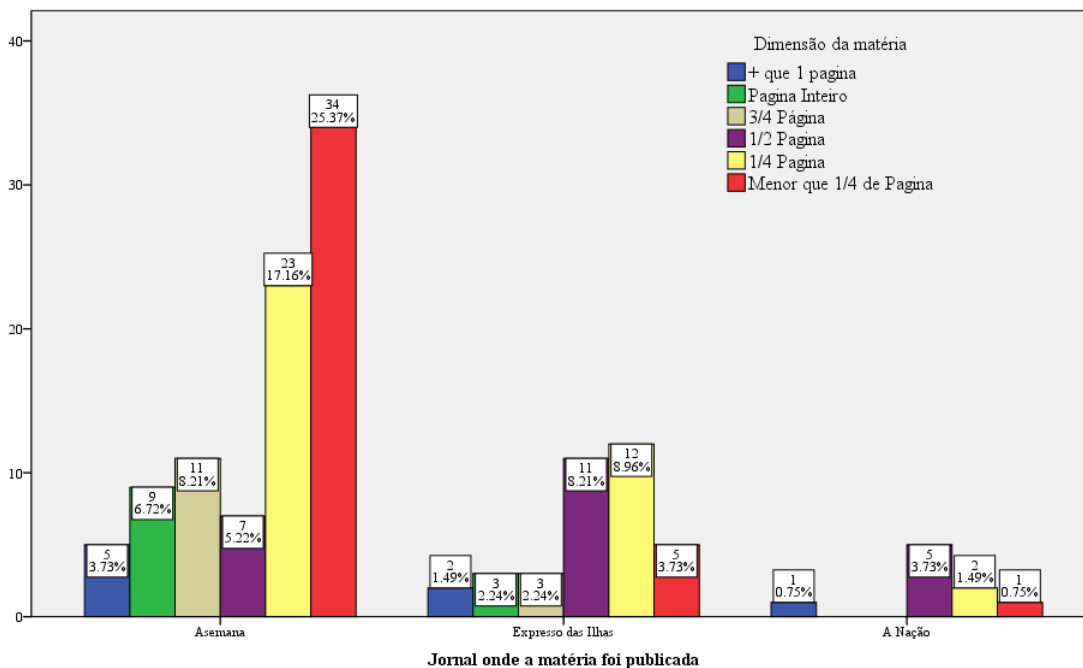
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Quanto ao tamanho das matérias, tendo em conta o espaço que ocupam, conferiu-se que no conjunto dos três veículos, as de pequena dimensão ($\frac{1}{4}$ e menos de $\frac{1}{4}$ do espaço da página) predominam. Como ilustrado no gráfico 3 abaixo, do total dos textos considerados, 77 (58 %) foram classificadas como matérias de pequena dimensão, ficando na primeira posição nesta categoria de publicações o jornal *A Semana*, com 57 (42,53%). Na segunda posição segue o *Expresso das Ilhas*, com 17 (12,69%) matérias, e em terceiro lugar, o *A Nação*, com apenas 3 (2,24%) matérias de pequena dimensão. Os textos com dimensão média, equivalente a $\frac{1}{2}$ (meia) página, somam um total de 23 (17,2%), sendo 11 (8,21%) veiculados no *Expresso das Ilhas*, 7 (5,22%) no *A Semana* e 5 (3,73%) no *A Nação*. As matérias de grande dimensão ($\frac{3}{4}$ de página, 1 página e maior do que 1 página) correspondem a um total de 34 (25,4%).

Em face desses resultados, e dada à insignificante quantidade de artigos de grande dimensão, pode-se concluir que as matérias publicadas foram, em sua maioria, de pequenas dimensões. Este resultado deixa claro que as informações sobre a violência de gênero contra as mulheres, no geral, receberam pouca atenção dos jornais impressos de Cabo Verde. Mesmo

quando as matérias apareceram posicionadas em espaços privilegiados, ou nobres, da página do jornal, as informações tenderam a ser muito superficiais, sem destaque, aprofundamento ou contextualização.

Gráfico 3 - Dimensão das matérias



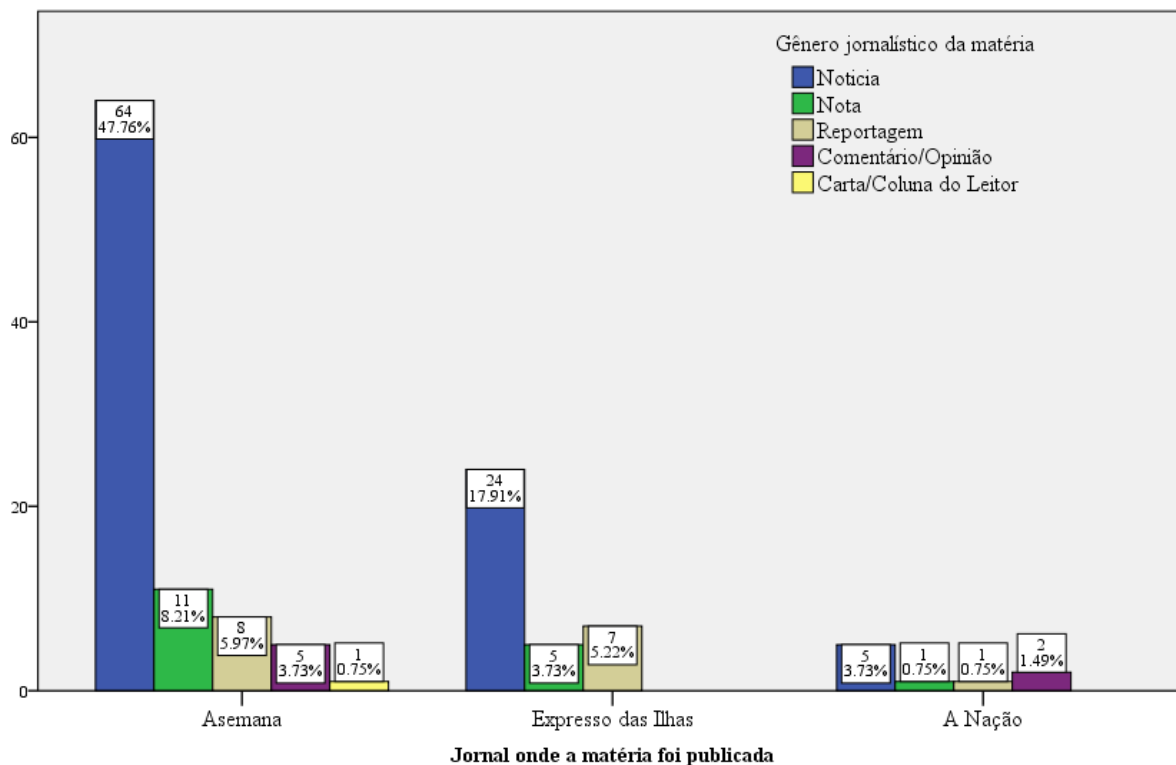
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Quanto aos gêneros jornalísticos⁶² dos textos publicados, verificou-se uma predominância do gênero informativo sobre o opinativo. Dentre os textos informativos, as notícias foram as de maior número em todos os jornais, somando um total de 93 (64,4%) matérias, seguidas de 17 (12,7%) notas e de 16 (11,9%) reportagens. O *A Semana* liderou a lista com 6 (47,76%) textos do tipo notícia, 11 (8,21%) notas e 8 (5,97%) reportagens. O *Expresso das Ilhas* posiciona-se em segundo lugar, com 24 (17,91%) notícias 7 (5,22%) reportagens e 5 (3,73%) notas. Na terceira posição aparece o *A Nação*, que publicou 5 (3,73%) notícias, uma (0,75%) nota e uma (0,75%) reportagem respectivamente. Já os textos do gênero opinativo tiveram pouca expressão nos três jornais, representando um percentual de

⁶² A concepção de gêneros jornalísticos utilizada neste trabalho é a de José Marques de Melo (2010), que os classifica em dois tipos: informativos e opinativos. Conforme explicações do autor, os gêneros jornalísticos são as formas de noticiar. Segundo o autor, a maneira como se trata a informação jornalística propicia as distinções entre estes relatos, classificados como gêneros jornalísticos, a saber: nota, notícia, reportagem, entrevista, editorial, comentário, artigo, coluna, resenha ou crítica, crônica, caricatura e carta. Cada gênero pertence a uma das categorias delimitadas por Marques de Melo e é uma notícia jornalística, que se diferencia pelo tratamento dado, quanto ao aprofundamento, o cunho analítico e interpretativo, a utilização de fontes, o tamanho, etc.

5,97%, o equivalente a um total de 8 matérias, todos divulgados no *A Semana*, conforme demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Frequência dos gêneros jornalísticos das matérias por veículo



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Apesar de serem de periodicidade semanal, o que pressupõe que deveriam ser mais orientados para a publicação de reportagens, que permitiria abordagens mais aprofundadas de temas sociais candentes, como a violência do gênero contra as mulheres, nos três jornais notou-se um desequilíbrio entre matérias com formato de reportagem e de notícias. Dentre os textos classificados como informativos, os três veículos publicaram mais notícias e notas do que reportagens, o que evidencia que as informações relacionadas ao tema da violência contra as mulheres não foram tratadas com a devida profundidade. Ou seja, o predomínio do gênero notícia, em detrimento de reportagens, por exemplo, revela que os jornais abordaram o tema da violência de gênero contra as mulheres de um modo simplificado, ressaltando a natureza descritiva e não analítica do tema.

Outra questão verificada ao longo da análise é que, ao longo do período estudado, foram poucas as matérias publicadas que tiveram continuidade nas edições seguintes. Do total dos textos analisados (134 textos), apenas 16 matérias foram retomadas em outras edições dos jornais, sendo 4 delas no *A Nação*, 3 no *Expresso das Ilhas* e 9 no *A Semana*. Entretanto,

mesmo que com essa continuidade se possa perceber uma tentativa de conferir maior destaque jornalístico a alguns acontecimentos sobre a violência de gênero contra as mulheres, possivelmente por conta de algumas características, como o potencial trágico, emotivo, ou por serem incomuns. Basicamente, o conteúdo dos textos de continuidade faz apenas um relato sobre o desfecho judicial de uma ocorrência, ou seja, condenação ou não do acusado de agressor (a), o que revela uma despreocupação do profissional jornalista em explorar outras dimensões de análise que a problemática da violência contra as mulheres permite abordar.

Um exemplo concreto dessa falta de atenção da imprensa escrita cabo-verdiana para com a violência de gênero contra as mulheres pode ser visto em duas matérias com destaque em “Especial Suplemento” e tratamento através do formato reportagem, com continuidade em outras edições, mas cuja questão da violência de gênero contra as mulheres não chegou a ser objeto de discussão propriamente dito. São as reportagens “A tragédia que vitimou três jovens italianas – O caso macabro da Fontona” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, n. 271, 14/02/2007) e “Tragédia no Paraíso” (*A SEMANA*, n. 791, 16/02/2007), ambas referindo-se ao mesmo acontecimento, que foi o assassinato de duas turistas italianas e agressão física a uma terceira que as acompanhava, na ilha do Sal – Cabo Verde, em Fevereiro de 2007, pelo ex-namorado de uma das vítimas.

Talvez devido à crueldade com que este crime foi perpetrado e, porque as vítimas eram estrangeiras e o caso ocorreu no Sal, uma das mais importantes ilhas turísticas do país, esse acontecimento mereceu um tratamento diferenciado, tendo sido muito midiaticizado, não só pela imprensa escrita, como pelos outros órgãos de comunicação social do país e até em alguns órgãos estrangeiros.

Nas duas reportagens destacadas, esta hipótese fica claramente reforçada quando se lê os dois textos, que ocuparam 5 e 7 páginas, respectivamente, em cada um dos jornais (*Expresso das Ilhas* e *A Semana*). Apesar de o acontecimento que originou a cobertura ter sido um ato de violência contra três mulheres, a questão de gênero apareceu totalmente apagada nos relatos veiculados. Ao noticiarem a ocorrência, o que, de fato, foi discutido e aprofundado pelos dois jornais foi a repercussão negativa que o ocorrido podia trazer para o turismo e a segurança pública na ilha. Mesmo nas matérias de continuidade às duas reportagens, o que mereceu tratamento jornalístico foi o andamento judicial do caso.

Ao contrário das reportagens analisadas, merecem destaque positivo dois artigos de opinião publicados no jornal *A Nação*, na sequência de três (3) notícias publicadas em edições anteriores. O primeiro artigo de opinião foi publicado sob o título “Kátia tinha morte

anunciada. “Pamodi⁶³?” , na sequência de outra notícia publicada sob o título “Jovem mata ex-companheira e tenta suicídio”. O segundo artigo, intitulado “Violência doméstica: Samira, a mulher de sete vidas”, reflete sobre outro caso de tentativa de homicídio de outra mulher pelo ex-companheiro, noticiado em outros veículos de comunicação. Estes dois artigos, a partir de ocorrências concretas, trouxeram à discussão a problemática da violência de gênero contra as mulheres de uma forma mais aprofundada e crítica, apontando alguns caminhos para o seu enfrentamento. Convém realçar ainda que esses dois textos foram escritos por um jornalista, que, curiosamente, figurou como autor de outros textos de opinião sobre o assunto e que compõem o corpus deste trabalho.

A pequena quantidade destes tipos de textos registrada neste estudo revela a necessidade de maior investimento por parte da imprensa escrita cabo-verdiana em textos jornalísticos que abordem o tema da violência de gênero contra as mulheres, de forma mais aprofundada através de entrevistas com especialistas, artigos de opinião, editoriais e outros. Entretanto, a problematização e contextualização dos assuntos e acontecimentos sobre o tema não apareceram como características recorrentes nas matérias analisadas. Consequentemente, pode-se também inferir que o potencial dos jornais estudados para formar opinião entre o público-leitor e para influenciar agendas e políticas públicas foi posta em causa ao longo do período estudado.

A irrelevância de textos do gênero opinativo nos jornais pode significar ainda que houve pouca abertura para a expressão de opiniões - seja de leitores, de colunistas, colaboradores ou mesmo chargistas - sobre a questão da violência de gênero contra as mulheres nos veículos. Considerando-se as lacunas verificadas na construção da realidade da problemática em apreço, pode-se falar que, da parte do público-leitor transparece uma passividade (e falta de monitoramento) na leitura crítica dos jornais. O público-leitor, ou os chamados formadores de opinião, através de artigos, poderia não só incidir na mídia para disputar espaço e refletir sobre eventuais brechas e lacunas identificadas, como para promover debates com segmentos mais amplos da sociedade sobre a questão. Entretanto, não se registrou nenhum movimento de contra-agendamento por parte do público-leitor nesse sentido, por se ter manifestado muito pouco publicamente (através dos jornais) para falar sobre o assunto.

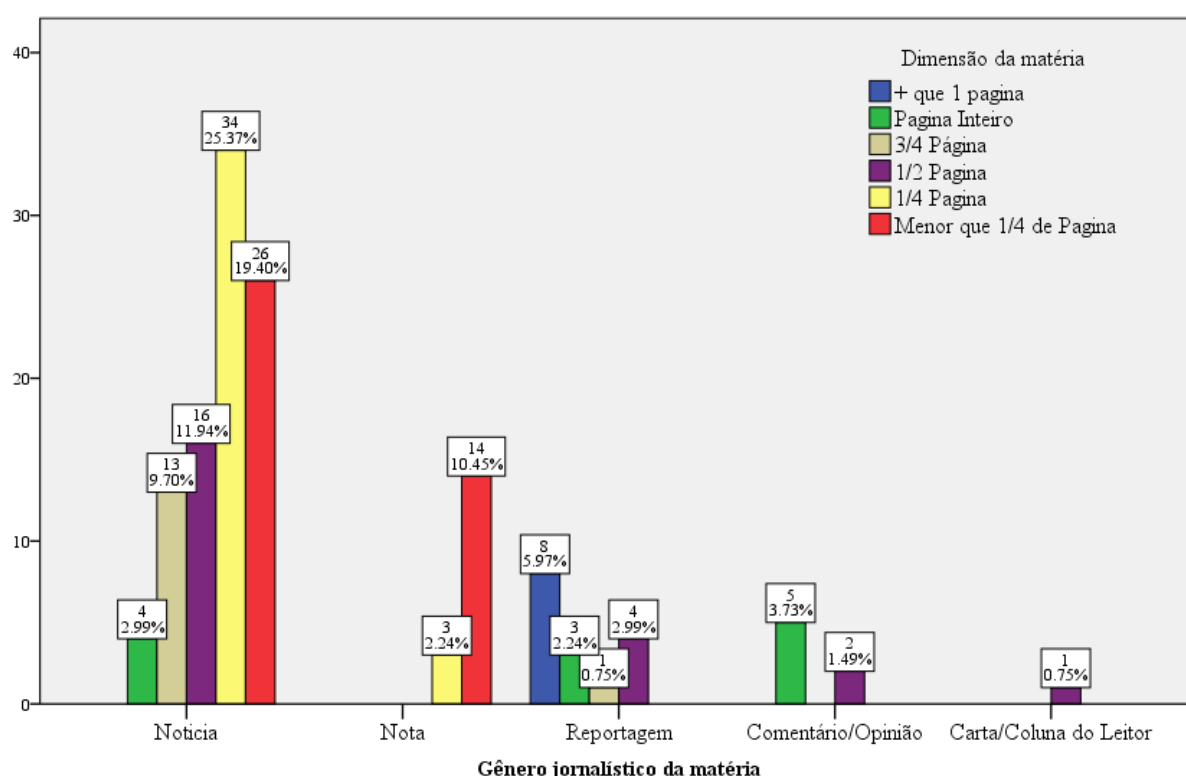
De uma comparação dos dados referentes aos gêneros jornalísticos com os alusivos ao tamanho das matérias, evidenciou-se ainda uma correspondência entre o tamanho dos textos

⁶³ Expressão interrogativa da língua cabo-verdiana cuja tradução para língua portuguesa significa “Por quê?”

publicados pelos jornais analisados e o tipo ou gênero jornalístico dos mesmos. Esta correlação reforça ainda mais a ideia de falta de aprofundamento jornalístico no tratamento do tema da violência de gênero contra as mulheres, na medida em que os resultados da análise demonstraram uma predominância de matérias do gênero informativo (notícias e notas) de pequena e média dimensão (de ¼, menos de ¼ e ½ página) em todos os veículos.

As modalidades dos gêneros jornalísticos e as suas ocorrências estão ilustradas no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Correlação entre frequência dos gêneros jornalísticos e dimensão das matérias



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

As interpretações dos resultados da análise (quantitativa e qualitativa) expostas nesta parte do trabalho permitem sintetizar que, em termos de formato (ou morfologia), as matérias sobre a violência de gênero contra as mulheres publicadas nos jornais estudados são, na sua maioria, de pequenas dimensões e pertencentes aos gêneros jornalísticos notícias e notas.

Essas matérias apareceram essencialmente em páginas pares e em zonas de pouca visibilidade na página impressa dos jornais, o que significa que a imprensa escrita caboverdiana atribui pouco destaque e dá pouca importância ao tema. A baixa quantidade de reportagens (gênero informativo), bem como de textos de gênero opinativo (artigos de

opinião) apresenta-se como um primeiro sinal que justifica a baixa capacidade dos meios impressos em tratar de informações e acontecimentos sobre o tema a violência de gênero contra as mulheres com maior profundidade. Entretanto, estas primeiras conclusões podem ser melhor compreendidas no âmbito de uma correlação com os próprios conteúdos das matérias, tópico que é apresentado na seção que se segue.

4.2 Conteúdo das Matérias

De acordo com Cervi, Cancian e Santos (2006), o uso de imagens fotográficas tornou-se fundamental para o jornalismo a partir da década de 1920, quando os jornais norte-americanos substituíram desenhos por fotografias. Essa mudança provocou alterações em todo o design do jornal, desde sua primeira página às páginas interiores. Com base em explicações de Petterson (2003), os autores dão conta ainda que o uso da pirâmide invertida é outra alteração que contribuiu não só para a redução do tamanho dos textos jornalísticos, como para a difusão do uso de ilustrações, desenhos e fotografias, com o intuito de realçarem a qualidade de comunicação com o receptor. É também no intuito de se buscar uma maior aproximação com o leitor que as imagens fotográficas ganham importância nos jornais e uma relevância nos estudos críticos sobre a qualidade da informação jornalística veiculada ao leitor.

Nesse sentido e, com base em estudos realizados por Jorgensen (2002), Cervi, Cancian e Santos (2006) apontam que a presença ou ausência de fotos nas notícias é um critério de definição de maior ou menor visibilidade para os temas tratados pelos jornalistas, quer nas páginas internas dos jornais, quer na primeira página. Significa que a fotografia assume uma extrema importância no jornalismo e funciona como um complemento da informação que o profissional oferece ao leitor. Sousa (2002) destaca essa importância de forma incisiva ao afirmar que “a fotografia é um elemento com que se tem de contar para se perceber a construção simbólica e significativa no mundo atual e se entender a construção da realidade” (p. 1).

Apoiando-se também em resultados de pesquisas de vários estudiosos que se interessaram pelo assunto (WOODURN, 1947; FOSDICK, 1966; PLUNKETT, 1975; MILLER, 1975; SINGLETARY e LAMB, 1984; DYCK e COLVEDIN, 1992; BLACKWOOD, 1992; SWANSON, 1955, dentre outros), o autor esclarece que a maioria dessas pesquisas comprova que as fotografias são preferidas nas leituras por serem elementos

que contribuem para enriquecimento informativo dos enunciados verbais, servindo para atrair mais a atenção dos leitores. Na sua perspectiva essa preferência acontece por que:

Como muito de texto que acompanha as fotos não é processado pelo leitor, é lícito e razoável assumir que as fotografias, por vezes, podem ser uma das representações que alguns observadores têm dos acontecimentos que ocorrem no mundo e que as fotos na imprensa têm efeitos de agenda-setting, isto é, influência na construção do temerário da agenda do público. (SOUSA, 2002. p.3).

Assim, entende-se que as fotografias não devem ser ignoradas numa análise do tipo, uma vez que podem ser “portas” que abrem possibilidades para se conhecer as representações e as construções que o jornalismo passa para o público, através das imagens que veicula.

Relativamente aos jornais analisados neste trabalho, verificou-se que a maioria das matérias publicadas sobre violência de gênero contra a mulher apareceu acompanhada de fotografia. 105 (78,4%) matérias foram ilustradas com fotos, enquanto que a frequência de textos sem fotos foi de 29 (21,6%) vezes. Levando-se em consideração que as imagens que acompanham os textos jornalísticos comunicam - elas expressam emoção, drama e outros tipos de informação - e, portanto, têm impacto na visibilidade das notícias e, conseqüentemente, na atração da atenção do público (SOUSA, 1997; 2001; 2002), algumas lacunas podem ser assinaladas.

A análise comprovou que as fotografias escolhidas para acompanhar a grande maioria dos textos sobre violência de gênero contra as mulheres nem sempre cumprem as funções acima referidas. Salta à vista que algumas fotos são descontextualizadas e inapropriadas para o tópico abordado, sem falar que outras matérias nem sequer apresentam uma ilustração que complemente aquilo que foi relatado no texto. Em algumas matérias, as fotos, quando não expressam um tom dramático do problema, revelam uma tendência sensacionalista no tratamento da violência de gênero contra as mulheres. Nessas fotos, por vezes, a imagem da mulher aparece exposta de forma espetacular.

Outras vezes, as fotos são meras caricaturas cuja leitura e interpretação se revelou complexa e desconexa com o que é relatado no texto. Também houve casos, em que os jornais ignoram os princípios éticos de preservação da imagem, por exemplo, quando algumas notícias são ilustradas com fotos de rostos de vítimas espancadas, apresentando marcas de ferimentos e/ou inchaços provocados pela agressão sofrida. Para justificar estas interpretações, apontam-se, a seguir alguns exemplos, que revelam como os veículos

estudados apresentam a mulher, contribuindo para uma superexposição da imagem das vítimas:

Figura 2 - Agente da PN baleada por ex-companheiro



Fonte: *A Semana*, p. 27, n. 918, 29 de jan. de 2010

Figura 3 – Jornalista da Televisão brutalmente espancada pelo companheiro



Fonte: *A Nação*, p. 22, n. 78, 26 de fev. a 4 de mar. de 2009

Figura 4 – Jovem espancada pelo companheiro

Actualidade

Violência doméstica *Mais um caso entre muitos*

Jovem espancada pelo companheiro

A violência doméstica é um problema universal, que atinge crianças, adolescentes e, sobretudo, mulheres. Ao contrário do que se poderá facilmente pensar, não se trata de um fenómeno específico a determinado nível social, económico, religioso ou cultural.

Também, contrariamente ao que se poderá pensar entre nós, a violência doméstica não se restringe apenas à agressão física da mulher pelo marido, mas assume outras formas não menos negligenciáveis, como a violência psicológica e a violência verbal.

Em Cabo Verde, apenas a agressão física é denunciada como violência doméstica. Atinge muitas mulheres cabo-verdianas e a maior parte dos casos acontece aos fins-de-semana, por esta forma de violência estar fortemente associada ao consumo do álcool.

Mais um caso, que vem somar a um sem-número de outros, aconteceu, este



Ivanilda Ribeiro, mais uma vítima de agressão

ferimentos na cabeça e em todo o corpo. Uma vizinha disse à irmã que o companheiro, depois de tê-la espancado, deitou fora todos os seus haveres.

A irmã, que só conhece jornais e a nossa televisão como instâncias de denúncia pública, não deixou a nossa Redacção sem expressar a sua opinião: "a violência doméstica é um abuso e os homens estão a tratar as mulheres pior que crianças, porque nos seus filhos não batem assim".

Mais um caso de violência doméstica denunciado, o que não deixa de ser positivo, se nos abstermos da dor infligida à companheira e mãe dos dois filhos do agressor. Mas é comendo pela denúncia que se chega à solução deste problema, que, devido à dependência emocional e, na maioria dos casos, económica, faz a mulher suportar, calada, agressões físicas e humilhação verbal do marido ou do companheiro.

Foto: Elton Mendes

fim-de-semana, em Safed, na Praia. O agressor regressava de um passeio dominical. A vítima: Ivanilda Ribeiro, conhecida por Ni.

A jovem, de 21 anos e mãe de dois filhos, foi surpreendida na cama e espancada por todo o corpo pelo companheiro. As duas irmãs, que vieram à nossa Redacção denunciar o incidente, informaram que Ni encontra-se internada no Hospital Agostinho Neto, desde segunda-feira, com

AM

Fonte: *Expresso das Ilhas*. p. 5, n.227, 12 de abr. de 2006

A emotividade por parte das vítimas de violência de gênero é também outra característica evidente em algumas fotos que mostraram rostos de mulheres-vítimas em estado de emoção, como ilustrado no exemplo abaixo, de uma mãe em prantos, que ilustrou a reportagem destacada na capa do jornal *A Semana* (edição número 664 de 4/06/2004, p.1-3) sob o título “Mãe quer justiça para filha violada e grávida”. Neste caso concreto, a ideia que pode ficar na cabeça do leitor após ler o texto, é de um sofrimento e desespero vivido pela vítima e também perpassado aos familiares, no caso a mãe, cujo lamento revela certa revolta ante uma presumível impunidade e um descaso da justiça na resolução do problema que acarreta o seu sofrimento e da filha:

Figura 5 - Mãe quer Justiça para filha violada

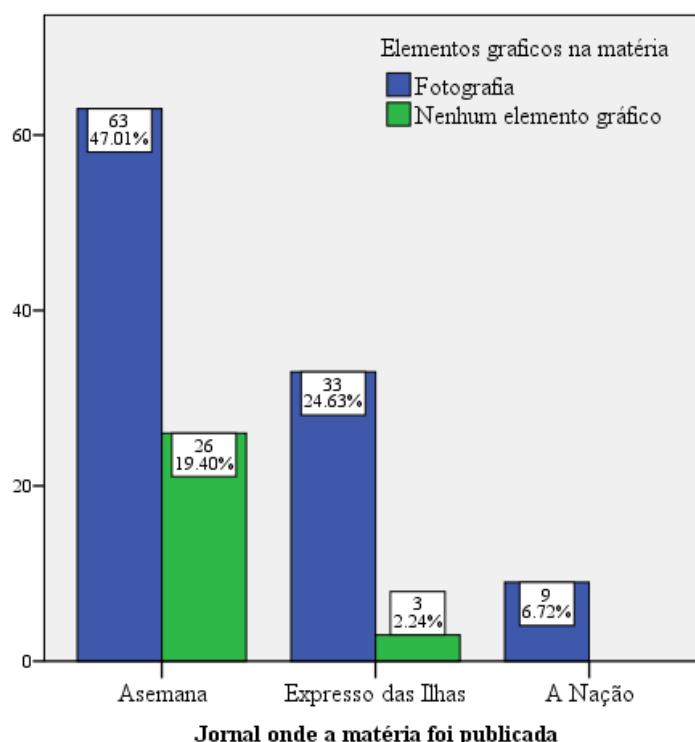


Fonte: *A Semana*. p.1-3, n. 664, 4 de julho de 2004

Outro elemento a exaltar é o fato de, na maioria das matérias estudadas, as fotografias serem de pequenas dimensões, quase sempre menores que o texto. Entretanto, em alguns casos, as fotos mereceram um destaque maior. Isto aconteceu, principalmente, quando as personagens envolvidas no caso da violência de gênero eram figuras públicas conhecidas, ou ainda quando se tratavam de acontecimentos violentos excepcionais ou trágicos, cujos resultados foram de sequelas físicas, ou de assassinato e/ou suicídio dos envolvidos. Esta opção revela uma tentativa dos jornais em darem maior visibilidade e/ou um tratamento diferenciado ao tema da violência de gênero contra as mulheres em função da posição social que as personagens ocupam, ou da tragicidade que caracteriza o ato violento noticiado.

No que diz respeito à assinatura das fotos, o que sobressaiu na análise é que, nos três jornais, as fotografias praticamente não foram identificadas com o nome do (a) autor (a). Somente três fotos, todas publicadas no *Expresso das Ilhas*, apareceram identificadas com autoria, o que pode ser entendido como uma falta de responsabilidade por parte dos jornais em relação à divulgação das imagens. Também um número considerável de fotos apareceu sem qualquer tipo de legenda e, em alguns casos, quando legendadas, estas foram descontextualizadas em relação ao exposto no texto.

Gráfico 6 - Elementos gráficos presentes na matéria por jornal



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Relativamente às fontes de informações citadas nas matérias, na generalidade, as fontes mais citadas nos textos analisados foram oficiais (designadamente institucionais, representantes dos poderes executivo e/ou judiciário), somando 56 matérias, correspondentes a 41,8 % do total dos textos analisados nos três jornais. 46 (34,33%) dessas fontes foram mencionadas no *A Semana*, 9 (6,72%) no *Expresso das Ilhas* e apenas 1 (0,75%) no *A Nação*.

A presença frequente de vozes de entidades oficiais nas matérias pode comprovar que nos meios impressos de comunicação cabo-verdianos proliferaram as posições dessas fontes, em detrimento das perspectivas de outras fontes, quando o assunto se trata da violência de gênero contra as mulheres. Essa proliferação, conforme destaca Sousa (2004), pode ser uma prova da “[...] existência de uma hegemonia, uma espécie de unicidade de pontos de vista e valores sobre o mundo, transmitida pelos meios de comunicação, que favorece o consenso e o consentimento” (SOUSA, 2004, p.22).

Traquina (1993; 2001) também explica que, além de o jornalismo estar orientado para os acontecimentos, ele também se volta para as fontes, em sua maioria oficial, como forma de credibilizar aquilo que é dito pelo jornalista no texto. Por um lado, isso pode beneficiar o jornalista, mas, por outro lado, o torna preguiçoso, na medida em que pode deixar de alterar o

enquadramento do fato que lhe é oferecido pelas fontes ouvidas. É nesse quadro que, as fontes de maior poder, de estatuto social mais elevado, ou que representam pessoas que são capazes de providenciar regularmente informação relevante e verídica aos jornalistas, têm um acesso privilegiado aos meios de comunicação, representando assim essa hegemonia referida por Souza (2004). Este autor ainda acrescenta que “[...] certos conteúdos podem ser vistos como “ideológicos”, pois contribuem para manter e legitimar continuamente as estruturas de poder e dominação da sociedade” (SOUSA, 2004, p.24), o que caracteriza um jornalismo puramente comercial, sem compromisso com os leitores e despreocupado com o seu papel social.

No estudo dos jornais cabo-verdianos, verificou-se que nos relatos jornalísticos baseados em fontes oficiais, os nomes que mais apareceram nas matérias foram de agentes ou chefes de postos (ou esquadras) policiais⁶⁴. Esta descoberta é reveladora de que as ocorrências sobre violência de gênero contra as mulheres foram tratadas sobretudo como casos policiais pelos referidos órgãos impressos.

Ramos e Paiva (2009) apresentam uma leitura incisiva sobre esta predominância de fontes policiais em relatos jornalísticos sobre a violência que ajudou também a fazer uma leitura dos achados desta pesquisa. Na opinião das autoras, a consequência mais grave dessa dependência jornalística das informações policiais consiste na redução da própria capacidade crítica da imprensa em relação às ações das forças de segurança, o que leva ao entendimento de que, os jornalistas, ao privilegiarem fontes policiais, podem tornar-se, em certa medida, como reféns dessas vozes.

Apesar das frequentes reclamações das autoridades do setor sobre críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos etc. A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização da atuação das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por elas. E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais. (RAMOS e PAIVA, 2009, p.37).

Para as autoras, esse relacionamento de jornalistas com as fontes policiais envolve também dilemas e desafios que perturbam mesmo os profissionais mais experientes, isso porque na troca de informações existem interesses mútuos em jogo, o que pode resultar na

⁶⁴ Cargo equivalente ao de delegado de polícia no Brasil.

subordinação de notícias a interesses não jornalísticos. Por isso, os jornalistas correm também outro perigo nessa relação interesseira:

A convivência cotidiana de jornalistas e policiais também promove relações afetivas que colocam novos dilemas. Nas faculdades de comunicação, aprende-se que o repórter deve deixar claro o caráter profissional do seu relacionamento com as fontes e a sua intenção de publicar tudo o que considerar importante, inclusive o que desagradar aos seus informantes. No entanto, a teoria nem sempre é facilmente aplicada à realidade. Como acontece também no jornalismo político, os telefonemas e os encontros constantes podem resultar numa intimidade que torna difícil manter a independência. (RAMOS E PAIVA, 2007, p.38).

Analisando outras vozes referidas nos textos publicados nos jornais em apreço, os resultados da análise demonstram que os cidadãos comuns apareceram em segunda posição como fontes jornalísticas em 40 (29,86%) matérias. Mas esse cidadão comum, que podia ser chamado também a dar sua opinião na qualidade de um representante da sociedade, não apareceu nesta condição. Na maioria das vezes, quando citados nas matérias, os cidadãos comuns falaram simplesmente na qualidade de testemunhas das ocorrências. Às vezes dos cidadãos comuns seguem-se as das vítimas, que totalizaram 34 (25,37%) matérias. No cômputo geral, constatou-se que, dos três jornais analisados, o que deu mais voz às vítimas foi o *A Semana* (15,67%), seguindo-se o *Expresso das Ilhas*, com 7,46%, e a *A Nação*, com apenas 2,24%. Os agressores (as) e especialistas foram ouvidos com uma frequência reduzida equivalente a 1,5%, divididos pelos jornais *Expressos das ilhas* e *A Nação*.

Como ilustrado no gráfico 7 abaixo, esta irrelevante frequência de vozes de agressores (as) permite que se conclua que os jornais não cumpriram com o dever de equilíbrio de vozes e do direito ao contraditório, o que fere um dos princípios éticos do jornalismo que é ouvir os dois lados. Corroborou para que esta eventual falha ficasse ainda reforçada, o fato de nas matérias analisadas nem sequer os jornalistas apresentarem justificações que permitam saber se, quando se ouviu a vítima, por exemplo, o agressor (a) também foi contatado, ou não, para se pronunciar e apresentar a sua versão da ocorrência relatada.

As rotinas da produção jornalística pressupõem que as fontes de informação sejam selecionadas desde a pauta até a finalização das matérias, o que implica dizer que elas são escolhidas em função das informações que o jornal quer transmitir para a população. Nesse processo, um dos pressupostos básicos da produção jornalística é que o profissional deve dar voz aos dois lados de uma mesma história para que possa cumprir com o princípio de

pluralidade de ideias e de confronto de opiniões, possibilitando ao leitor fazer o seu próprio juízo sobre o assunto que lhe for transmitido (SOUSA, 2001).

Ao pôr em prática tais procedimentos e princípios, a imprensa estaria também a construir sentidos sobre a realidade. Ou seja, o discurso dos jornais poderia refletir ou representar a grande diversidade que caracteriza a sociedade, incluindo a pluralidade de representações, pensamentos, opiniões e discursos. Para tanto, os jornais necessitariam recorrer a uma variedade de fontes de informação, ouvindo-os em discurso direto (SOUSA, 2001).

No caso das matérias provenientes dos jornais analisados, a apreciação sobre quem são as fontes⁶⁵ apontadas nos textos, ou quem é chamado a dar voz a respeito dos acontecimentos, permite inferir que a imprensa escrita cabo-verdiana, representada pelos três órgãos, não utilizou de forma equilibrada essa pluralidade e diversidade de fontes (ou de vozes existentes na sociedade), quando noticiou fatos sobre a violência de gênero contra as mulheres. O que se averiguou é que, mesmo nas matérias em que o jornalista citou mais de uma fonte, isso não ocorreu no sentido de provocar confronto de ideias, ou de opiniões para o leitor.

Em relação às vozes de especialistas, a sua diminuta frequência nas matérias é reveladora de que a atenção da mídia impressa cabo-verdiana não aprofundou adequadamente a questão da violência de gênero, particularmente a perpetrada contra as mulheres. A apreciação do conteúdo dos textos dos veículos estudados permitiu conferir que a referência à temática tendeu a incidir no ato violento em si ou nos processos de investigação do crime e/ou processo judicial, falhando em enquadrá-lo socialmente, através de informações sobre os antecedentes da violência, possíveis causas e consequências.

A imprensa escrita não trata a questão no sentido de provocar discussões e reflexões mais críticas que permitissem esclarecer aspectos importantes que envolvem o problema, como, por exemplo, os motivos que levam a esta situação de violência, ou que levam mulheres vítimas a demorem a deixar seus parceiros; ou ainda a nunca os deixarem, mesmo quando são agredidas recorrentemente; as questões culturais que reforçam o uso da violência por parte dos homens contra as mulheres; as dificuldades econômicas, como ganhar menos

⁶⁵ A identificação das fontes de informação que falam em discurso direto nos artigos foi feita com base em marcas específicas – as aspas, usadas como recurso jornalístico para indicar o início e o fim de uma citação. No entanto, foi também considerado como discurso direto aquele explicitamente referido pelos jornalistas como tendo sido feito pelos atores ou fontes dos artigos, mesmo sem que se apresentasse entre aspas.

que os homens e a responsabilidade delegada exclusivamente às mulheres na educação os filhos e dentre outros aspectos que perpassam o problema.

Os especialistas podiam também ser ouvidos para falar de casos bizarros e para esclarecer eventuais perguntas que possam surgir na cabeça dos leitores, sem falar que a posição de um especialista contribuiria para tornar a notícia mais informativa e esclarecedora. Assim, acredita-se que a função pedagógica do jornalismo também seria cumprida, pois, a notícia serviria não só para informar como para gerar conhecimentos.

Sobre esta questão, Traquina (2001) acusa o jornalismo de enfatizar os acontecimentos em detrimento das problemáticas, devido ao valor de imediatismo e à concepção do jornalismo como relato atual de ocorrências fatuais. Em uma entrevista⁶⁶ concedida ao professor António Queiroga, em 20 de maio de 2003, o autor realça ainda que os jornalistas dão atenção quase obsessiva às posições das fontes habituais de notícias (as fontes oficiais de informação), ouvindo mais os líderes políticos.

Em sua opinião, argumenta que a tendência dos jornalistas é dar importância àquilo que é dito por um presidente ou um líder político, esquecendo-se completamente da agenda dos cidadãos, ou seja, das preocupações e questões dos cidadãos. Nesse sentido, sugere que é importante ouvir não só os líderes políticos como também conhecer as preocupações dos cidadãos. E, no relacionamento com as fontes, os jornalistas deveriam estar ligados aos cidadãos e não apenas às fontes oficiais de informação. Portanto, nada impede que uma notícia seja aprofundada, por exemplo, através de reportagens que abrem a possibilidade para um tratamento mais analítico, interpretativo e crítico dos acontecimentos, como sublinhado também por Sousa (2001) que caracteriza a reportagem como: “um espaço apropriado para expor causas e consequências de um acontecimento para contextualizá-lo, interpretar e aprofundar, mas sempre num estilo vivo que aproxime o leitor do acontecimento que imirja o leitor na história” (p.259).

Esse esforço para a qualificação das notícias através de diversificação de fontes não deveria ser, no entanto, um trabalho exclusivo dos jornalistas. Para Soares (2007), a qualificação das notícias neste sentido exige esforços em duas mãos, sendo que repórteres e editores podem fazer, individualmente, ações no sentido de aumentar a diversidade de vozes nas páginas, bem como manter a independência e criar padrões de apuração que assegurem a qualidade da informação. A autora também assinala que “uma das prioridades da imprensa para qualificar e aprofundar o seu trabalho deveria ser amplificar a voz dos que são

⁶⁶ In: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da200520032.htm>> Acessado em 8/12/2010.

diretamente envolvidos no fenômeno. É preciso dar poder às mulheres atingidas, que até agora são apresentadas apenas como vítimas.” (SOARES, 2007, p.139).

Esta tendência dos veículos impressos em ouvir as mulheres somente na condição de vítimas é um fato apurado nesta pesquisa. Entretanto, acredita-se que tal como ensina Soares (2007), as mulheres poderiam ser ouvidas pelos jornais em outras condições mais positivas:

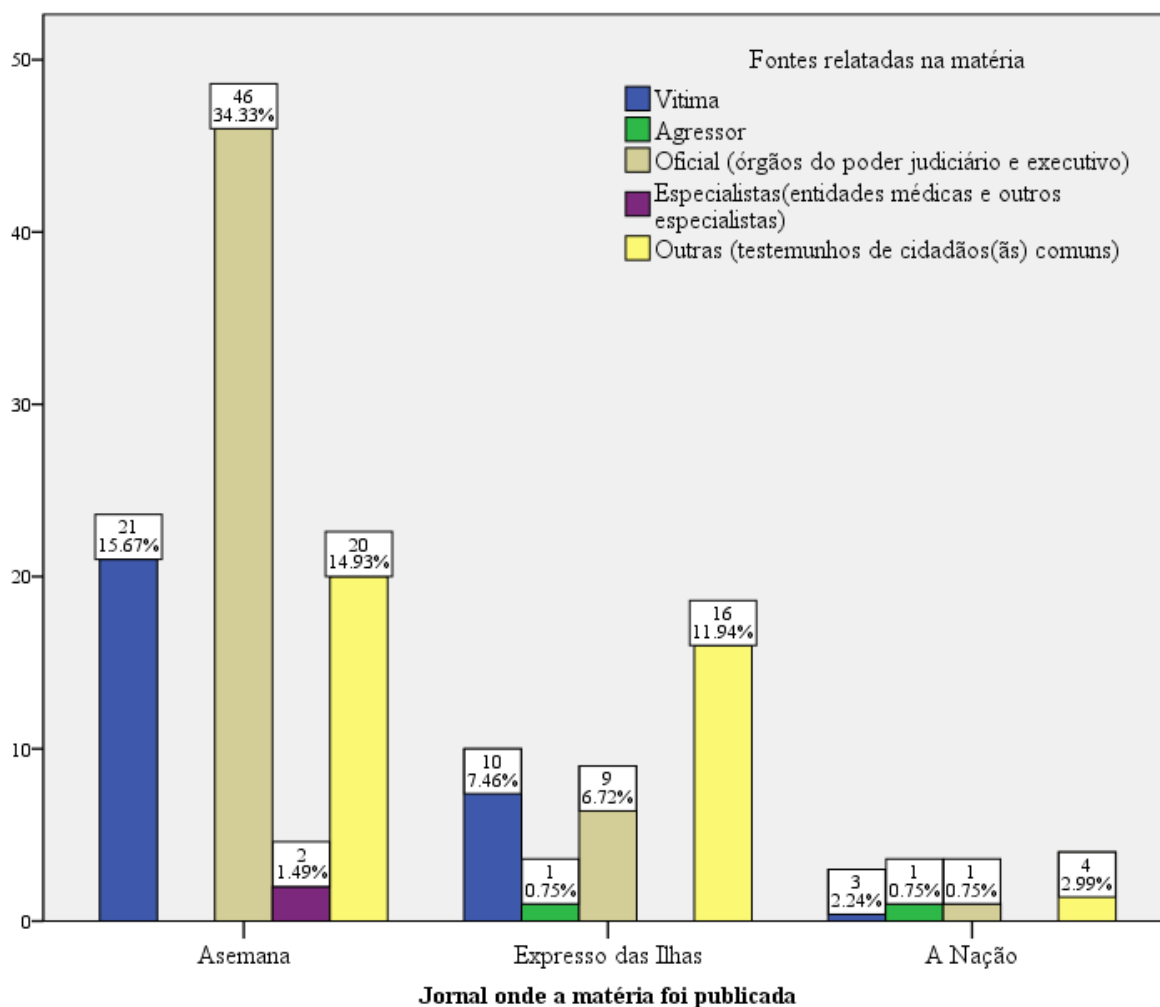
[...] Precisamos permitir que essas mulheres deixem de ser o objeto e passem a ser o sujeito de um discurso. Na mídia americana, quase sempre programas e reportagens que tratam do tema apresentam as mulheres que passaram por esses traumas como pessoas que têm conhecimentos a transmitir. Além de relatarem as suas próprias experiências, essas mulheres dão conselhos a outras na mesma situação. Elas, melhor do que ninguém, sabem como sobreviver a agressões, que atitudes tomar e como se protegerem. Não são apenas vítimas. São sobreviventes, que passaram por crises dramáticas e, a partir delas, construíram uma sabedoria. (SOARES, 2007, p.139).

No rol de vozes a serem ouvidas, a pesquisadora entende que a imprensa deveria também incluir os próprios homens para se compreender um relacionamento complexo, uma vez que a tendência da imprensa é apresentá-los como os algozes da relação. Nesse sentido, a autora adverte que “ao invés de amarrar os casais a papéis estáticos, seria importante mostrar as possibilidades de evolução e a melhoria dessas relações.” (SOARES, 2007, p.140).

No entender de Ramos e Paiva (2007), os jornais poderiam avançar muito se também estabelecessem novos canais de diálogo com a sociedade e se exigissem, de forma institucionalizada, mais transparência das autoridades. Para tanto, é preciso que os veículos apostem no reforço da sua agenda, oferecendo uma cobertura mais plural e colocando como prioridade o estabelecimento sistemático de relações com pesquisadores, ONGs e lideranças comunitárias.

No caso da imprensa escrita cabo-verdiana, a tímida aposta na diversidade de vozes revelada, demonstra que ainda os jornais têm um caminho a percorrer nesse sentido, conforme se pode perceber no gráfico 7 abaixo, em que se apresentam, detalhadamente, os resultados quantitativos das fontes mais citadas nas matérias analisadas.

Gráfico 7 - Fontes relatadas nas matérias por jornal



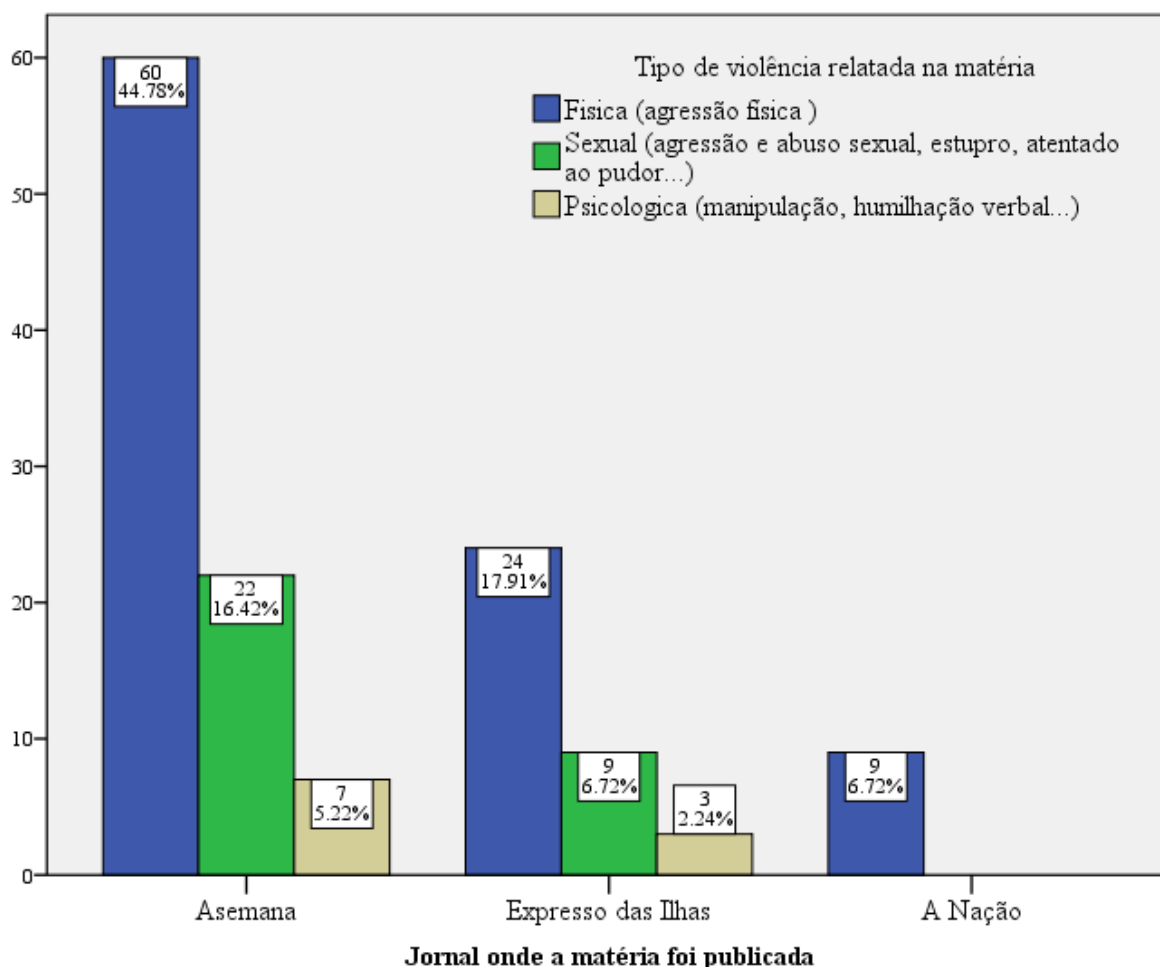
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

No item tipo de violência relatado nas matérias, a análise revelou que a violência física foi a mais apontada (69,4%), seguida da violência sexual (23,1%) e da psicológica (7,5%). Os resultados detalhados no gráfico 8 permitem concluir que o jornal *A Semana* é o órgão em que se relatou maior número de acontecimentos sobre violência de gênero do tipo física, somando 44,78%, seguida das violências sexual e psicológica com 16,42% e 5,22%, respectivamente. No *Expresso das Ilhas*, o registro de violência física alcançou 17,91%, a sexual 6,72% e a psicológica 2,24%. No jornal *A Nação*, a única forma de violência relatada na totalidade das matérias foi a física, somando um percentual de 6,72%.

A leitura destes resultados permite concluir que, quando os jornais se referiram aos tipos de violência, não houve uma preocupação em explorar as suas inter-relações e as multifacetadas dimensões que as justificam. A este respeito, uma pista que podia ser seguida encontra-se nas explicações dos autores Buvinic, Marrison e Shifter (2000), que ensinam que

devido à complexidade e às variáveis que caracterizam a violência de gênero contra as mulheres, “uma das tarefas mais desafiadoras é desagregar formas diferentes de violência e compreender melhor as suas características, causas e consequências” (BUVINIC, MARRISON e SHIFTER, 2000, p.23).

Gráfico 8 - Tipos de violência relatados nas matérias



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Analisando-se as pessoas envolvidas em todas as matérias sobre violência de gênero contra as mulheres, pôde-se verificar que as mulheres foram as principais vítimas, seja da forma física, sexual ou psicológica. Do total das matérias analisadas, em 117 (87,3%) as mulheres foram identificadas como vítimas da violência de gênero, enquanto em apenas 17 (14,9%) os homens foram apresentados como tal. Na condição de agressora, as mulheres aparecem em 21 matérias (15,7%), enquanto os homens foram identificados nesta condição em 113 matérias (84,3%).

De uma interpretação destes dados, ressalta-se que as mulheres apareceram representadas na condição de agressoras em circunstâncias em que também foram vítimas e agiram em autodefesa, por medo ou por ciúmes. Em contrapartida, os homens lideraram a lista de agressores, o que comprova a existência de desequilíbrios nas relações de gênero entre homens e mulheres em Cabo Verde. Porém, entende-se que os jornais, ao realçarem, predominantemente, as mulheres numa condição de vítimas da violência de gênero e não de sobreviventes, que conseguem transpor este problema, como ensina Bourdieu (2010; 2005), por exemplo, tendem a contribuir para estereotipar a questão e a reforçar a ideia de vitimização e/ou dominação feminina. Na maioria das matérias, a mulher é construída através de uma imagem que a representa como vulnerável e passiva ante a subordinação masculina.

Esta ideia ficou reforçada, principalmente, porque se verificou que nessa postura jornalística adotada, os veículos nem sequer fazem uma leitura crítica sobre os dados, o que permite perceber também uma construção dicotômica da violência de gênero, em que no âmbito de uma relação de gênero, as mulheres são representadas como símbolos da fragilidade, enquanto os homens-agressores são sempre aqueles que dominam e exercem o poder. Exemplos claros desta constatação podem ser justificados com alguns títulos de notícias analisadas:

1. “Mulher violada por nove homens. Agressores em liberdade” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, p. 29, n. 463, 13 de 2010);
2. “Mulher nas “mãos” de três amigos. Violação sexual” (*A SEMANA*, p. 20, n. 669, 9 de julho de 2004);
3. “Cabo-verdiana vítima de violência doméstica mata companheiro depois de uma discussão” (*A SEMANA*, p. 18, n. 918, 29 de Janeiro de 2010);
4. “Senhora de 84 anos violada em Tira Chapéu. Mais um ato bárbaro.” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, p. 5, n. 32, 17 de julho de 2002);
5. “Doente mental vítima de violação” (*A SEMANA*, p. 20, n. 577, 4 de outubro de 2002);
6. “Jovem viola octogenária em São Nicolau” (*A SEMANA*, p. 32, n. 548, 15 de Março de 2002);
7. “Solitária de 98 anos violada e espancada”, (*A SEMANA*, p. 22, n. 564, 20 de setembro de 2002);

8. “Paul: Menina deficiente de 15 anos abusada sexualmente” (*A SEMANA*, p. 16, n. 943, 30 de julho de 2010).

Outros exemplos concretos desta imagem feminina construída pela imprensa escrita cabo-verdiana poderiam ser também indicados com trechos de textos. Mas o destaque dado aos títulos não foi por acaso. De acordo com Sousa (2001), os títulos e as imagens são elementos de extrema importância em uma peça jornalística, uma vez que são uma espécie de portas de entrada e os primeiros elementos que convidam os leitores à leitura de uma matéria jornalística. No caso de serem meios de comunicação impressa, entende-se que esta importância seria ainda maior, uma vez que os jornais têm um poder maior de perpetuação de memória, em relação aos demais meios de comunicação. Nesse sentido e, sem pretensão de apontar receitas, constatou-se uma necessidade de os jornais terem maior cuidado também com a formulação dos títulos, quando se referem a casos de violência de gênero contra as mulheres. Para tanto, destaca-se as palavras do professor-investigador português que lembra que:

um bom título acrescenta valor a uma peça jornalística. Na tradição jornalística, os títulos devem ser informativos, sintetizando o núcleo duro da informação numa frase curta, forte e sedutora. Devem ter garra. Devem ser claros, concisos, precisos, atuais e verídicos. Lendo-se títulos assim redigidos, torna-se possível, de imediato, apresentar a informação mais relevante que um jornal oferece. (SOUSA, 2001, p. 200).

Dos exemplos destacados, conclui-se, no entanto, que os jornais cabo-verdianos tendem a ignorar essas regras básicas, quando lidam com a questão da violência de gênero contra as mulheres. Seguindo as lições de Bourdieu (2010, 2005), sabe-se que as mulheres não estão eternamente condenadas a esta imagem que a mídia impressa tende a construir. As mulheres, tal como os homens, teriam condições de superar uma situação de violência e de dominação. Por isso, se entende que o jornalismo teria também um papel fundamental em demonstrar essa possibilidade ao público através das construções que o oferece nas notícias que publica.

Para melhor visualização de dados e percepção das leituras apresentadas, apresentam-se, a seguir, as tabelas 3 e 4, com as porcentagens referentes ao gênero de vítimas e agressores (as) envolvidos em casos de violência de gênero contra as mulheres, relatados nas matérias analisadas.

Tabela 3 - Gênero da vítima relatada na matéria

		Gênero da vítima relatada na matéria			
		Homem	Mulher	Total	
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	12	77	89
		%	9,0%	57,5%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	3	33	36
		%	2,2%	24,6%	26,9%
	A Nação	Qte.	2	7	9
		%	1,5%	5,2%	6,7%
Total	Qte.	17	117	134	
	%	12,7%	87,3%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Tabela 4 - Gênero do (a) agressor (a) /Acusado (a)

		Gênero do(a) agressor(a)/Acusado(a)			
		Homem	Mulher	Total	
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	77	12	89
		%	57,5%	9,0%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	30	6	36
		%	22,4%	4,5%	26,9%
	A Nação	Qte.	6	3	9
		%	4,5%	2,2%	6,7%
Total	Qte.	113	21	134	
	%	84,3%	15,7%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Com relação ao âmbito territorial,⁶⁷ como ilustra a tabela 5 abaixo, o contexto da violência de gênero contra as mulheres com mais representação nos textos foi o local, em 84,3% do total das matérias pesquisadas. Segue-se o contexto nacional, com 13,4% de representação e o contexto internacional com 2,2% de representação.

A partir da agregação de dados referentes aos contextos local (84,3%), nacional (13,4%) e internacional (2,2%), percebeu-se que a maioria dos artigos sobre a violência de gênero contra as mulheres, publicada nos jornais analisados, reporta-se a acontecimentos ocorridos em um local específico do país (ilha, concelho⁶⁸ e/ou cidade), sem que, no entanto, os jornais procurassem apontar algum tipo de leitura jornalística que demonstrasse a dimensão geográfica nacional e/ou internacional do problema. Portanto, ao restringir-se a casos isolados ocorridos em uma ilha, cidade ou concelho do país, ficou evidente que a imprensa escrita

⁶⁷ Neste trabalho, “âmbito territorial” é entendido não só como local geográfico da ocorrência do acontecimento ao qual as matérias sobre a violência de gênero contra a mulher se reportam, mas também refere-se à contextualização geográfica do problema da violência contra a mulher no país feita e/ou apresentada pelo(a) jornalista no texto.

⁶⁸ Nome equivalente a município no Brasil.

cabo-verdiana construiu e reproduziu a ideia de que o problema da violência de gênero contra as mulheres não é um problema de dimensão nacional.

Por outro lado, esta discrepância pode ser justificada também com o fato de os jornais terem disposto grande quantidade de textos na seção “Social”, o que à partida pressupõe que existe consciência da dimensão social do problema, sem que, no entanto, o tema tenha merecido um tratamento contextual digno de um fenômeno que afeta mulheres da sociedade cabo-verdiana, independentemente do espaço territorial em que vivem. Neste sentido, entende-se que, sendo veículos estudados órgãos de circulação nacional, uma seleção de assuntos e uma abordagem sobre violência de gênero mais abrangente e válida em todo território nacional seria a mais conveniente, o que não se verificou na abordagem jornalística predominante nos três jornais.

Tabela 5 - Âmbito geográfico da matéria

		Âmbito geográfico da matéria				Total
		Nacional	Internacional	Local (Ilha, Concelho, Cidade)		
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte	14	2	73	89
		%	10,4%	1,5%	54,5%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte	1	1	34	36
		%	,7%	,7%	25,4%	26,9%
	A Nação	Qte	3	0	6	9
		%	2,2%	,0%	4,5%	6,7%
Total	Qte	18	3	113	134	
	%	13,4%	2,2%	84,3%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Sobre a autoria das matérias estudadas, a tabela 6 ilustra que apenas 48,5% das estórias sobre a violência de gênero contra as mulheres foram relatadas por homens, contra 28,4% assinadas por mulheres. Fazendo uma leitura ponderada, pode-se pensar que este dado é revelador de alguma sensibilidade da classe jornalística masculina em cobrir o tema. Mas, entretanto, se se considerar que a maioria das matérias estudadas trata a questão da violência de gênero contra as mulheres num tom meramente policialesco (por vezes sensacionalista), sem aprofundamento de um problema social, outra cogitação possível é que os jornalistas cabo-verdianos ainda não demonstram um comprometimento com a causa da igualdade e equidade de gênero.

Por outro lado e, considerando o número de matérias sem identificação de autoria registrado na análise (23,1%), pode-se também fazer uma leitura em sentido inverso, na medida em que, essas matérias não assinadas podem, eventualmente, ter sido escritas por

mulheres e não por homens. Além disso, é preciso que se tenha ideia da própria composição do campo de atuação jornalística em Cabo Verde em termos de equilíbrio de gênero para que também se possa refletir sobre as relações de poder que imperam no campo. No âmbito deste estudo não foi possível aprofundar esta questão, por falta de registros sistematizados e atualizados em Cabo Verde que permitissem conhecer a quantidade de homens e mulheres que exercem a atividade jornalística em Cabo Verde.

Relativamente à quantidade de matérias analisadas que não apresentaram assinatura do (a) autor (a) – 23,1%, essa ausência, conforme explica Sousa (2004), poderia ser interpretada como uma tentativa de ocultação da autoria do texto por medo do jornalista ser ameaçado por algo que tenha escrito e que não tenha caído no agrado de alguém, ou também para esconder a origem de uma informação que não tenha sido externa, mesmo depois de reescrita.

Tabela 6 - Gênero do (a) autor (a) da matéria

		Gênero do(a) autor(a) da matéria			Total	
		Homem	Mulher	Autor(a) não especificado		
Jornal onde a matéria foi publicada	A semana	Qte.	43	22	24	89
		%	32,1%	16,4%	17,9%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	17	15	4	36
		%	12,7%	11,2%	3,0%	26,9%
	A Nação	Qte.	5	1	3	9
		%	3,7%	,7%	2,2%	6,7%
Total	Qte.	65	38	31	134	
	%	48,5%	28,4%	23,1%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Sobre a motivação da publicação de matérias sobre violência de gênero contra as mulheres, como ilustra o quadro 7 abaixo, 93,3% dos artigos publicados nos três jornais analisados resultaram de coberturas de acontecimentos, contra 6,0% resultantes de outras coberturas (de iniciativa do leitor, colaborador, colunista e/ou jornalista) e 0,7% motivados por eventos circunstanciais. Portanto, o estudo sobre o que originou a publicação de matérias sobre violência de gênero contra as mulheres revelou que, ao longo do período analisado, este assunto surgiu associado a acontecimentos ou ocorrências concretas de casos de violência, nos veículos estudados, mas sem que o jornalista os aproveitasse como âncora para tratar do tema com maior profundidade de análise. O que sobressaiu é que, mesmo os artigos classificados como de grande extensão e que mereceram destaque nas capas dos jornais foram resultantes da cobertura de ocorrências fatuais.

Tabela 7 - Motivação da publicação da matéria

		Motivação da publicação da matéria			Total	
		Eventos Circunstâncias	Acontecimento	Outra (iniciativa do leitor, colaborador, colunista...)		
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	0	83	6	89
		%	,0%	61,9%	4,5%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	0	36	0	36
		%	,0%	26,9%	,0%	26,9%
	A Nação	Qte.	1	6	2	9
		%	,7%	4,5%	1,5%	6,7%
Total	Qte.	1	125	8	134	
	%	,7%	93,3%	6,0%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Quanto às informações sobre o tipo de relacionamento entre vítimas e agressores (as) envolvidos nos casos de violência de gênero contra as mulheres, relatados nas matérias avaliadas, as estatísticas acusaram que 55,2% das vítimas têm um relacionamento de parentesco civil com os (as) agressores (as) – companheiro (a) ex-companheiro (a), namorado (a), ou marido. Em contrapartida, em 5,1% das matérias, o tipo de relacionamento entre as vítimas e os agressores é de parentesco natural – pai, padrasto, filho (a).

A leitura possível que se pode fazer desses dados é que as informações jornalísticas sobre o item relacionamento permitem perceber aquilo que já foi comprovado por estudos sobre o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde (Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva II – IDSR-II): que as mulheres são vítimas de violência de gênero em contextos de uma convivência de proximidade civil e/ou parental com os agressores, o que pressupõe também a ideia de que a violência de gênero contra as mulheres ocorre mais em contextos de coabitação conjugal e/ou familiar.

Por conseguinte, os resultados da análise também demonstraram que um número considerável de vítimas da violência de gênero não possui nenhum grau de parentesco com os (as) agressores (as), (39,6%). Nesses casos, a violência ocorreu em contextos públicos cuja aproximação entre as vítimas e os (as) agressores (as) advém de uma relação que não é de parentesco, o que leva à interpretação de que a violência de gênero contra as mulheres não ocorre exclusivamente no espaço privado, mas também no espaço público de outras convivências (escola, local de trabalho, rua, etc.). O fato de estas informações aparecerem na mídia, ainda que nem sempre com uma leitura jornalística desejável, já é revelador de que o problema deixou de ser encarado como de âmbito apenas particular, o que sinaliza a quebra de um paradigma sobre a violência de gênero contra as mulheres inculcado na velha máxima de que “em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”. Nesta ótica, pode-se dizer

que os jornais contribuem pelo menos para dar visibilidade ao problema, como observado por Poppe (2000) que explica que estudos sobre a violência doméstica apontaram que uma maneira de tornar este problema visível é tirá-lo da esfera privada para colocá-lo na esfera pública.

Entretanto, a autora enfatiza que o papel dos meios de comunicação em relação a esse problema social deve ser no sentido de ajudar homens e mulheres a rejeitar determinados padrões de comportamento. Este papel só é eficaz quando a comunicação for estabelecida e pensada em função de uma sinergia com aquilo que as pessoas e seus grupos de referência pensam, sentem e precisam saber e conhecer a respeito de determinada situação. Portanto, entende-se que estas formulações podem ser aproximadas ao poder de agendamento que os meios têm em formar a opinião pública em determinados assuntos.

Por outro lado, pode-se pensar que os meios seriam capazes de cumprir com esse papel se aquilo que agendar para o público-leitor for ao encontro daquilo que verdadeiramente este precisa saber a respeito. Ou seja, os jornais deveriam não só noticiar atos de violência de gênero contra as mulheres como meros acontecimentos, como também aproveitar para fornecer informações mais amplas ao público, abordando outros aspectos importantes que contribuam para conhecimento do problema e do que precisa ou é feito para seu enfrentamento.

Tabela 8 - Nível de relacionamento entre vítimas e agressores

		Nível de relacionameto entre vítima e agressor(a)					Total	
		Conjuge Parceiro(a) Namorado(a) Marido	Pai	Padrasto	Filho(a)	Outro (inclui outro familiar, chefe, médico(a), colega, amigo(a)...)		
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	45	3	3	1	37	89
		%	33,6%	2,2%	2,2%	,7%	27,6%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	22	0	0	0	14	36
		%	16,4%	,0%	,0%	,0%	10,4%	26,9%
	A Nação	Qte.	7	0	0	0	2	9
		%	5,2%	,0%	,0%	,0%	1,5%	6,7%
Total	Qte.	74	3	3	1	53	134	
	%	55,2%	2,2%	2,2%	,7%	39,6%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

O estudo das justificativas dos atos de violência de gênero contra as mulheres apontadas nas matérias indica que, nem sempre, os jornalistas se preocupam em informar ao leitor sobre as causas que estiveram na origem de uma ação violenta perpetrada contra as mulheres. Em 43 textos (32,1%) analisados, as justificativas não foram explicitadas nos relatos jornalísticos.

Nos textos em que foi possível identificar as justificativas do ato violento, o ciúme e/ou a raiva foi apresentado como uma das principais razões da violência de gênero contra as mulheres, somando 17,2% (23 textos). Depois, a separação (ou divórcio) em 18 textos (13,4%), seguida do uso de álcool e/ou droga, em 12 textos (9%). Razões ligadas à sexualidade foram apontadas em 4 matérias (3,0%), enquanto que problemas psicológicos e a autoridade, ou o controle foram apontados na mesma proporção (2,2%), correspondentes a 3 textos, respectivamente.

Uma leitura puramente quantitativa das frequências demonstra que, além das causas acima referidas, em 25 (18,7%) textos jornalísticos estudados também foram informadas outras justificativas para a violência de gênero contra as mulheres, o que demonstra que nem sempre as causas dos comportamentos violentos encontram justificção em elementos como ciúme, álcool, droga, separação e problemas psicológicos.

Considerando-se os resultados destacados e voltando-se para as informações que, comumente, a mídia cabo-verdiana (no seu todo) costuma se valer para contextualizar e explicar as causas que ditam um ato de violência de gênero contra as mulheres, a impressão que se tem é de uma tendência à cristalização de tratamentos individualizados, que enfatizam os efeitos diretos e imediatos da violência e que dão relevo a explicações circunstanciais dos comportamentos dos agressores. Outras vezes, as causas nem sequer são relatadas e/ou explicitadas nas matérias, o que revela uma insensibilidade jornalística em construir relatos assentes em contextualizações mais aprofundadas, positivas e críticas. Notícias com títulos do tipo “Ciúme mata na Praia” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, 30 de junho de 2004, p.1-2) são exemplos recorrentes que refletem muito bem essa tendência e revelam que não houve uma preocupação, como sublinhado por Buvinic, Marrison e Shifter (2000) nas seguintes palavras:

Não há um fator isolado que responda adequadamente pelos altos níveis de violência [...]. Ao se debater os fatores que contribuem para estimular ou inibir o comportamento violento é útil distinguir entre fatores que atuam nos níveis individual, familiar e comunitário/societário. Também convém levar em conta os antecedentes social e situacional da violência – aqueles aspectos do ambiente social e físico que incidem, ou desestimulam os indivíduos a se comportar violentamente (BUVINIC; MARRISON; SHIFTER, 2000, p.26).

Pelo contrário, nos jornais estudados, a violência de gênero contra as mulheres foi representada como fruto de atos individuais, acidentais, e/ou involuntários. Este tratamento jornalístico pode contribuir para cristalizar a ideia de que esse tipo de violência resulta de atos não racionalizados e/ou é praticada por sujeitos desviantes, como também se pôde perceber

nas matérias intituladas: “Marido encontrado a viver com mulher morta. Um caso de amor mórbido nas mãos da PJ” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, 30 de agosto de 2006, p.16); “A morte violenta de uma “lobisomem” em S. Vicente” (*A SEMANA*, 21 de Abril de 2000, p.24) e Serial killer?..“Cadeirudo” revela-se à Polícia. (*A SEMANA*, 8 de Setembro de 2000, p. 23).

Nestes três textos, percebeu-se que os argumentos jornalísticos usados para justificar o ato da violência de gênero perpetrada contra as mulheres estão associados a atos sobrenaturais e/ou algum desvio psicológico do agressor, deixando claro que nem sempre a imprensa escrita cabo-verdiana procura refletir sobre os verdadeiros motivos que perpassam o problema. Consequentemente, estas formas de violência são despolitizadas, tratadas como um problema de ordem pública, e não como um problema público, que diz respeito a toda a sociedade e que mereceria um tratamento mais sério.

A tabela 9 discrimina, estatisticamente, as ocorrências das causas (ou as justificativas) da violência de gênero contra as mulheres apontadas nos textos estudados.

Tabela 9 - Elementos de justificação da violência apontados na matéria

		Elementos justificativos da violência										
		Sexualidade Sensualidade da vítima	Uso de álcool ou droga	Ciúmes Raiva	Autoridade Controle sobre a vítima	Problemas psicológicos	Separação (não aceitação/ Tentativa de reconciliação)	Outros	Sem justificativos explícitos na matéria	Problemas financeiros Desemprego	Total	
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	1	12	14	1	2	7	20	31	1	89
		%	,7%	9,0%	10,4%	,7%	1,5%	5,2%	14,9%	23,1%	,7%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	3	0	8	2	1	7	4	9	2	36
		%	2,2%	,0%	6,0%	1,5%	,7%	5,2%	3,0%	6,7%	1,5%	26,9%
	A Nação	Qte.	0	0	1	0	0	4	1	3	0	9
		%	,0%	,0%	,7%	,0%	,0%	3,0%	,7%	2,2%	,0%	6,7%
Total		Qte.	4	12	23	3	3	18	25	43	3	134
		%	3,0%	9,0%	17,2%	2,2%	2,2%	13,4%	18,7%	32,1%	2,2%	100,0%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

Revelar os custos econômicos e sociais da violência de gênero contra as mulheres, mostrando que é um problema que resulta em mortes, provoca desestruturação de famílias e acarreta danos físicos, materiais e psicológicos, seria importante para informar ao público que o fenômeno gera uma grande demanda nos serviços de saúde, de polícia e de justiça. Ao divulgar estas informações pode-se mostrar também que o problema merece uma maior atenção por parte dos dirigentes políticos em termos de políticas de prevenção e enfrentamento.

Neste sentido, caberia à mídia não só informar sobre as consequências da violência de gênero, como cumprir com o seu papel social de fiscalizar políticas públicas existentes e/ou que precisariam ser definidas para solucionar o problema. Isso podia ser feito, por exemplo, através de reflexões críticas sobre as medidas de prevenção, como iniciativas legislativas, serviços policiais especializados e redes sociais de apoio. Menções a informações úteis para as vítimas da violência, nomeadamente esclarecimentos sobre o código penal e legislações específicas, processo de apresentação de queixas ou contatos de organizações de apoio poderiam ser igualmente privilegiados nas informações a serem oferecidos ao público pelos jornalistas.

Relativamente à imprensa cabo-verdiana, observa-se que os três jornais retrataram casos isolados de violência de gênero contra as mulheres que apresentam características trágicas, incomuns e de barbaridade do ato, registrando-se uma disposição em destacar, sobretudo, os efeitos mais visíveis e diretos do ato violento, como assassinatos, suicídios, ferimentos e danos humanos, físicos e materiais. A escolha desses caminhos permite inferir que os jornais, em certa medida, contribuem também para incutir no imaginário do leitor (e da sociedade em geral) o medo e o trauma. Por outro lado, conclui-se que existe uma ausência de referências críticas a causas estruturais e sociais da violência e suas consequências econômicas, físicas, emocionais, entre outras. Informações estatísticas sobre o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres são também pouco exploradas pelos veículos.

Fazendo uma leitura quantitativa dos dados, verificou-se que, dentre as consequências dos atos de violência de gênero contra as mulheres mais citadas nas matérias, o assassinato (ou morte da vítima) teve uma ocorrência de 39,5%, referentes a 53 textos, sendo que em 5 destes textos (3,7%) o ato da violência relatado resultou ainda no suicídio dos agressores. Em seguida, apareceram os danos físicos e psicológicos, com 26,1% e 9,0%, respectivamente. Já as outras consequências ocorreram em menor número de textos, conforme os valores percentuais discriminados na tabela 10.

Tabela 10 - Consequências da violência relatada nas matérias

		Consequências da violência relatada na matéria													
		Danos físicos	Danos morais	Danos materiais	Danos psicológicos ou emocionais	Assassinato Morte da Vítima	Assassinato/Morte do(a) Agressor(a)	Suicídio da Vítima	Suicídio do(a) Agressor(a)	Assassinato/Morte da Vítima seguido de Suicídio do(a) Agressor(a)	Gravidez indesejada	Separação Divórcio	Consequências não especificadas na matéria	Total	
Jornal onde a matéria foi publicada	A semana	Qte.	26	4	1	8	28	1	1	1	1	4	1	13	89
		%	19,4%	3,0%	,7%	6,0%	20,9%	,7%	,7%	,7%	,7%	3,0%	,7%	9,7%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	7	3	0	3	16	0	0	0	3	0	0	4	36
		%	5,2%	2,2%	,0%	2,2%	11,9%	,0%	,0%	,0%	2,2%	,0%	,0%	3,0%	26,9%
	A Nação	Qte.	2	0	0	1	4	0	0	0	1	0	0	1	9
		%	1,5%	,0%	,0%	,7%	3,0%	,0%	,0%	,0%	,7%	,0%	,0%	,7%	6,7%
Total		Qte.	35	7	1	12	48	1	1	1	5	4	1	18	134
		%	26,1%	5,2%	,7%	9,0%	35,8%	,7%	,7%	,7%	3,7%	3,0%	,7%	13,4%	100,0%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

No concernente à informação sobre a idade das vítimas da violência de gênero, a análise quantitativa dos 134 textos que compõem o corpus deste trabalho mostrou que as vítimas apontadas nos relatos jornalísticos foram majoritariamente adultas (19 a 64 anos) e adolescentes (13 a 18 anos). Na faixa etária adulta, estas identificações ocorreram em 91 textos (67,9%), enquanto que as vítimas da faixa etária adolescente estiveram presentes em 31 textos (23,1%). Os resultados da análise também indicaram que crianças (0 a 12 anos) e idosas (acima de 65 anos) foram representadas na condição de vítimas da violência de gênero, sendo a frequência do primeiro caso de 3,7%, em 5 textos, e do segundo de 5,7%, em 7 textos.

Do fato das informações sobre a idade das vítimas ter aparecido nos textos estudados, pode-se afirmar que a imprensa escrita cabo-verdiana agiu de forma positiva, na medida em que, ao fornecer informações do tipo, contribuiu para que se tenha ideia do grupo etário em que as mulheres estão mais vulneráveis à violência de gênero. Esta informação pode servir também de âncora para que a própria mídia faça reflexões sobre o assunto, alertando para a vulnerabilidade etária das vítimas, sugerindo que ações preventivas em relação à violência de gênero contra as mulheres devam estar voltadas principalmente para abranger mulheres de determinadas idades. Entretanto, os jornais pecaram por falta de leituras mais críticas e aprofundadas neste sentido.

Do estudo detalhado do conteúdo das notícias publicadas, percebeu-se que, ao se referir à idade das vítimas, os veículos impressos o fizeram quase que exclusivamente para identificá-las. Os veículos não revelaram uma preocupação em estabelecer qualquer correlação que refletisse sobre a vulnerabilidade etária das mulheres e/ou com os próprios dados existentes em Cabo Verde, que também fazem algumas leituras sobre as idades das mulheres vítimas da violência de gênero no país (II IDSR, por exemplo).

Tabela 11 - Faixa etária das vítimas relatada na matéria

		Faixa etária da vítima relatada na matéria				Total	
		Criança (0- 12 anos)	Adolescente (13-18 anos)	Adulto(a) (19-64 anos)	Idoso(a) (acima de 65 anos)		
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	4	21	59	89	
		%	3,0%	15,7%	44,0%	3,7%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	1	8	25	2	36
		%	,7%	6,0%	18,7%	1,5%	26,9%
	A Nação	Qte.	0	2	7	0	9
		%	,0%	1,5%	5,2%	,0%	6,7%
Total	Qte.	5	31	91	7	134	
	%	3,7%	23,1%	67,9%	5,2%	100,0%	

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

As reflexões sobre os conteúdos das matérias até aqui apresentadas permitem resumir que a mídia impressa cabo-verdiana, ao noticiar a violência de gênero contra as mulheres privilegia acontecimentos que retratem atos de violência em si (física, sexual e psicológica) e tende a tratá-los de forma superficial, acrítica e restrita a contextos (geográficos, sociais) individuais, sem uma inter-relação que aponte para as múltiplas dimensões que justificam tais atos.

As causas e as consequências são elementos pouco explorados e problematizados nas informações jornalísticas destacadas nas matérias analisadas. A diversidade de fontes e pluralidade de vozes no sentido de provocar confrontos de ideias e opiniões sobre o assunto foi também tímida em todos os veículos. Os jornais revelaram ainda uma disposição em privilegiar informações provenientes de fontes policiais, o que levou à conclusão que a violência de gênero contra as mulheres é tratada essencialmente como caso de polícia e/ou crime.

No concernente à representação da figura feminina em contexto da violência de gênero, a imprensa escrita cabo-verdiana insiste em apresentar as mulheres, basicamente, na condição de vítimas e não de sobreviventes, o que suscita a ideia de vitimização excessiva e de construção de uma imagem de mulher vulnerável, passiva e subordinada à dominação e poder masculino.

Tendo presente estas interpretações, na seção que se segue, reflete-se sobre a abordagem jornalística que predomina nas matérias investigadas a partir dos indicadores obtidos na análise quantitativa e de uma leitura mais detalhada do conteúdo dos textos.

4.3 Abordagem jornalística das matérias

No exercício quotidiano da sua profissão, os jornalistas são chamados a fazer cobertura de eventos e assuntos com objetividade e isenção. Espera-se, pois, que uma abordagem jornalística seja neutra e objetiva, sem a formulação de juízos de valor, adjetivações e sem a tomada de posicionamentos derivados de julgamentos moralistas.

Entretanto, é preciso que se tenha em consideração que a objetividade plena em jornalismo pode ser algo utópico. Conforme explica a socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1972), a objetividade em jornalismo não passa de um ritual estratégico que os profissionais usam para se livrarem de certos perigos e riscos da profissão, designadamente dos prazos de entrega de material, processos difamatórios e reprimendas de superiores

hierárquicos. A forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo são, pois, aspectos que acabam por influenciar essa objetividade perseguida pelos jornalistas, que para se livrarem desses perigos recorrem a procedimentos, como citação de fontes credíveis, descrição factual de acontecimentos, confrontação de fontes e verificação de fatos.

Sousa (2001a), por sua vez, esclarece que mesmo sendo impossível a objetividade, ela não deve ser uma meta ignorada. Neste sentido, o autor aponta que,

o jornalismo ideal seria o jornalismo objectivo, se fosse possível. No jornalismo, o objecto de conhecimento, de algum modo, deve sobrepor-se ao sujeito de conhecimento. Isto não significa mais do que repisar os valores tradicionais da profissão: o jornalista deve orientar-se pelos valores do rigor, da independência, do compromisso com a realidade, da honestidade, da intenção de verdade. (SOUSA, 2001a, p.48-49).

Tratando-se da cobertura de assuntos como a violência de gênero contra as mulheres, os jornalistas, usufruindo do papel social que lhes cabe, teriam a função não só de informar, com profissionalismo, objetividade e isenção como também contribuir, positivamente, para a formação de conhecimentos e mudança de atitudes e comportamentos do público leitor.

Como argumenta Sousa (2001a), o jornalismo não está relacionado somente à vigilância do poder público como também à informação útil, devendo, por isso, trazer à discussão pública assuntos relevantes que por vezes poderiam passar despercebidos, ser escondidos, submersos, e/ou obscurecidos. Nesse processo, é importante que se tenha em mente que as notícias são elementos mais importantes que os jornalistas, significando que estes não devem se aproveitar daquelas para sua autopromoção.

Entretanto, fazer esta observação não significa afirmar que, na prática jornalista, o profissional não deva também dar a sua opinião sobre as temáticas que aborda, ou, como afirma o autor luso, “que os jornalistas não possam, até certo ponto, confundir-se com as suas notícias” (SOUSA, 2001a, p. 14). Assim, o pesquisador português ensina que:

um jornal pode opinar sobre os acontecimentos, deve abrir as suas páginas às polémicas, em espaços apropriados. A polifonia é enriquecedora e o debate público é vital em democracia. Por vezes, é mesmo admissível que um jornal aconselhe o voto num determinado candidato ou num determinado partido político. (SOUSA, 2001a, p.14).

Em relação aos jornais impressos cabo-verdianos, da leitura da abordagem jornalística adotada no tratamento do tema violência de gênero contra as mulheres, como bem ilustra a

tabela 15 a seguir, verificou-se um predomínio da abordagem jornalística factual e acrítica, em desfavor da abordagem aprofundada e crítica.

Nos três órgãos impressos, descobriu-se que a abordagem factual prevalece em 87,3%, ou seja, em 117 das matérias o tema da violência de gênero contra as mulheres foi tratado com superficialidade e as informações nelas apresentadas resultaram em relatos do acontecimento em si e não de uma análise jornalística mais criteriosa, aprofundada, problematizada e crítica. Portanto, os veículos se mostraram passivos e abdicaram do papel social que lhes cabe de exercer pressão e fiscalizar os poderes públicos (ou o Estado), cobrando medidas que ajudem no combate e enfrentamento do problema. Em contrapartida, os textos cuja abordagem jornalística classificou-se como aprofundada ocorreram com uma frequência de 10,7%, correspondentes a um total de 17 textos enquadrados nesta categoria. Já os textos cujo enfoque jornalístico foi classificado de sensacionalista e negativa ocorreram em 2,2%, equivalentes a 3 textos.

Embora não recorrentemente, verificou-se também uma tendência sensacionalista no destaque atribuído ao tema violência de gênero contra as mulheres. Esta característica foi evidenciada, principalmente, nos títulos das notícias e em algumas exposições exacerbadas de vítimas através de suas fotografias. Nestes casos, os jornais tendem a destacar o lado mórbido da violência e privilegiam adjetivos e números em manchetes, como forma de chamar a atenção do leitor. Por vezes, esse viés sensacionalista fica evidente na própria forma como os jornais destacam expressões no título, destacando-as em formatos maiores e maiúsculos, o que ajuda a pensar que há uma intenção sensacionalista e/ou mercadológica deliberada por parte dos jornais. A título de ilustração pode-se destacar os seguintes títulos como exemplos:

1. “Mulher nas “mãos” de três amigos” (A *SEMANA*, p. 20, n. 669, 9 de julho de 2004);
2. “Tragédia marca a semana em São Filipe” (A *SEMANA*, p. 16, n. 878, 6 de janeiro de 2009);
3. “Crime passionai deixa quatro crianças sem mãe” (A *SEMANA*, p. 29, n. 899, 3 de junho de 2009);
4. “MORTE MACABRA EM CALABACEIRA. Agente da POP mata namorada –” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, p. 3, n. 48, 6 de Novembro de 2002);
5. “Marido esfaqueia mortalmente a mulher. Homicídio e suicídio em noite trágica” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, p. 8, n. 134, 30 de julho de 2004);

6. “O caso macabro da Fontona. A tragédia que vitimou três jovens italianas” (*EXPRESSO DAS ILHAS*, 2007, pp. 1-4, n. 271, 14 de fevereiro de 2007).

Estes exemplos evidenciam que, por vezes, os jornais cabo-verdianos se deixam levar pelo interesse mercadológico, colocando em segundo plano os princípios éticos que deveriam guiar o fazer jornalístico. O fato de privilegiarem o sensacionalismo nas manchetes, com a utilização de palavras de caráter mórbido e por fazerem uso frequente de números nos títulos, comprova que há uma disposição dos veículos impressos em destacar a crueldade dos fatos para chamarem a atenção do leitor e conseguirem vender jornal, ficando, em segundo plano, informações mais analíticas e educativas. Sobre este tópico, Sousa (2004) explica que o título é importante para chamar a atenção do leitor, porém sua produção não deve ser indiscriminada. No caso do jornalismo impresso, o autor destaca ainda que entre os elementos estruturantes do discurso jornalístico impresso, os títulos são aqueles em que mais se pode notar a tensão entre a necessidade de chamar a atenção, “obrigando” a ler, e a necessidade de informar. Assim, os jornalistas acabam por tomar liberdades expressivas para “salgar” e promover seus enunciados (SOUSA, 2004, p.201-202). Entretanto, importa frisar que essa postura jornalística em nada contribui para a informação do público sobre a temática da violência de gênero contra as mulheres, uma vez que pode reforçar a ideia de banalização e comercialização excessiva da violência pela mídia.

Tabela 12 - Abordagem do tema

		Abordagem jornalística da matéria			Total	
		Sensacionalista Negativa	Fatual Neutra Acrítica (centra-se no relato fatural, sem aprofundar e problematizar).	Aprofundada Positiva Crítica (problematiza; alerta p/ problemas, causas, soluções, leis e serviços de atendimento).		
Jornal onde a matéria foi publicada	Asemana	Qte.	2	76	11	89
		%	1,5%	56,7%	8,2%	66,4%
	Expresso das Ilhas	Qte.	1	34	1	36
		%	,7%	25,4%	,7%	26,9%
	A Nação	Qte.	0	7	2	9
		%	,0%	5,2%	1,5%	6,7%
Total		Qte.	3	117	14	134
		%	2,2%	87,3%	10,4%	100,0%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados obtidos na pesquisa de campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo que orientou este trabalho foi analisar a representação da violência de gênero contra as mulheres nos jornais cabo-verdianos (*A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*). Com isso pretendeu-se não só conhecer as características dessa representação, como também avaliar a importância que os jornais daquele país vêm atribuindo à “violência de gênero contra as mulheres”, bem como refletir sobre o papel dos veículos em agendar (ou não) discussões sobre esse tema social junto do público-leitor. Para tanto, tomou-se como pressuposto a teoria do agendamento, que sustenta que os meios de comunicação social têm o poder de influenciar, de definir a agenda ou a ordem do dia dos temas importantes da atualidade para o público, e de propor os respectivos direcionamentos na abordagem desses temas, ou seja, de influenciar a opinião do público sobre eles. O método utilizado para cumprir com os objetivos propostos foi a Análise de Conteúdo.

Da análise feita às matérias que constituíram o corpus deste estudo foi possível verificar alguns traços gerais que caracterizam a representação da violência de gênero nos jornais de Cabo Verde, no período de 2000 a 2010. Antes, chama-se atenção para a surpreendente quantidade de textos publicados pelos três meios impressos em uma década: apenas 134 matérias. Inicialmente, a intenção era analisar um período de tempo menor, uma vez que se acreditava que o volume de textos fosse bem maior que o efetivamente obtido no levantamento.

A reduzida quantidade de matérias sobre o tema encontrada nos jornais foi, pois, um primeiro indicativo de que a violência de gênero teve pouca cobertura jornalística na imprensa escrita cabo-verdiana, ou que o tema não foi tratado com prioridade ao longo da primeira década do século XXI. Apesar de as entidades nacionais que lidam com a questão e também as estatísticas existentes alertarem para a gravidade do problema da violência de gênero em Cabo Verde⁶⁹, a quantidade de casos relatados e/ou denunciados na imprensa foi muito insignificante ante os números existentes.

⁶⁹ A partir dos 15 anos de idade, mais de uma cabo-verdiana em cada cinco (5) foi violentada fisicamente (21%) pelo marido/companheiro ou outra pessoa. No que se refere à violência conjugal, as estatísticas existentes indicam que 16% das mulheres foram confrontadas com atos de violência física, 14% sofreram de violência emocional e 4% foram submetidas à violência sexual (IDSR, 2005). Dados mais recentes da Rede Sol apontam que somente no ano de 2010, 2138 mulheres foram vítimas de violência de gênero, contra 1299 casos registrados em 2009. Entretanto, as autoridades estimam que esses números podem ser mais elevados, tendo em conta uma série de constrangimentos que ainda impedem a sistematização de dados estatísticos sobre os índices da violência de gênero em Cabo Verde.

A distribuição das publicações sobre a violência de gênero contra as mulheres no período em análise, com pico no ano 2009, cruzada com os resultados das diferentes variáveis consideradas - como 'gênero jornalístico das matérias' (majoritariamente notícias e notas), 'dimensão das matérias' (de pequena dimensão), 'origem das matérias' (acontecimentos de atos violentos), 'abordagem jornalística' (não aprofundada) - revelou uma descontinuidade entre a situação real atual do fenômeno, enquanto problema multifacetado com impacto profundo e visível na sociedade cabo-verdiana, e a cobertura que a imprensa escrita fez do mesmo. Se as estatísticas nacionais apontam que uma em cada cinco mulheres é vítima de violência de gênero, em Cabo Verde, esta realidade não foi, nem de longe, nem de perto, retratada nos jornais.

O que se verificou é que esta dimensão quantitativa da violência de gênero não constitui um motivo de preocupação para os jornais, porque as notícias analisadas não apontam leituras críticas a respeito e, tampouco, questionam ou alertam para necessidade de serem tomadas e/ou reforçadas medidas que permitam reduzir os índices de violência de gênero contra as mulheres.

Observando-se o destaque atribuído ao tema, os resultados desta pesquisa revelam que a imprensa escrita cabo-verdiana dá pouco destaque e pouca importância ao tema, na medida em que as notícias sobre violência de gênero contra as mulheres tenderam a ocupar um lugar de pouco realce nos três jornais. Os registros praticamente não figuraram como manchete nos veículos pesquisados (3,73 %, o equivalentes a 5 matérias), tampouco receberam proeminência em seções de maior importância. Em termos de visibilidade, confirmou-se que as informações sobre a temática em causa e sua cobertura tiveram também pouco espaço nos veículos investigados, mesmo quando as matérias foram dispostas em espaços privilegiados, ou nobres, da página do jornal.

Os dados obtidos da análise feita demonstram que cerca de 80% do total dos textos apareceram na parte superior dos jornais, que é a parte que chama mais atenção do leitor. Porém, esse esforço em dar alguma visibilidade afigurou-se como imbuída de alguma contradição quanto ao tratamento dado ao tema por parte dos órgãos pesquisados, isto porque a maioria (58,96%) das matérias foi colocada em páginas pares e em espaços de pequenas dimensões (notícias e notas, 58,21%). Portanto, desta correlação pode-se depreender que a leitura ou a atenção do leitor ficou de certo modo comprometida, uma vez que a tendência é que este comece a ler primeiro a página ímpar, por ser a primeira que vê quando folheia a publicação.

Por outro lado, na cobertura de acontecimentos sobre violência de gênero contra as mulheres feita pelos três semanários, a opção prevalecente foi pelo gênero informativo (notícia e nota) e as informações apresentadas nesses textos tenderam à superficialidade, com divulgação limitada de elementos contextuais e recurso a um número reduzido de fontes. No geral, os jornais prenderam-se no relato de atos da violência em si e nas suas consequências imediatas. Outros gêneros de texto, nomeadamente a reportagem, a crônica, o artigo de opinião e o editorial, que permitiriam reflexões, comentários, aprofundamentos dos assuntos abordados e participação do público no debate foram menos utilizados.

Outro dado a ser realçado é que a maioria dos registros relacionados ao tema violência de gênero contra as mulheres pareceu não ter resultado de iniciativas dos jornalistas. Em certa medida, isso confirma que no trabalho de produção da informação houve ausência de espírito de iniciativa, ou talvez um despreparo (e até uma insensibilidade) dos profissionais para uma cobertura jornalística de caráter mais ampla e investigativa do tema. Assim, considera-se que a cobertura sobre violência de gênero contra as mulheres feita pelos três jornais de Cabo Verde tendeu à superficialidade e individualização do problema, restringindo-se ao relato de casos individuais em detrimento de um tratamento que investisse também na dimensão pública do problema, questionando e exigindo medidas e respostas preventivas e de enfrentamento da parte dos poderes públicos bem como da sociedade em geral.

A violência de gênero contra as mulheres, representada na imprensa escrita cabo-verdiana apresentou ainda incidência, tipo e gravidade variada. Conforme se verificou na análise, a incidência deste tipo de violência tem como principal vítima as mulheres de diferentes faixas etárias, extratos sociais e níveis de instrução, enquanto que os homens apareceram majoritariamente na condição de agressores. Nos atos violentos em que as mulheres aparecem como vítimas, muitas vezes, o desfecho da ação violenta perpetrada contra elas está associado ao homicídio cometido por homens (seus maridos, companheiros ou outros), com recurso a armas de fogo, arma branca e outros meios, confirmando a barbaridade e a crueldade das agressões.

Nesses casos verificou-se que o acontecimento entra na pauta dos jornais não só quando o ato violento é perpetrado com crueldade e/ou resulta de uma postura passional, culminando, por vezes, no assassinato da vítima, mas também quando envolve personalidades conhecidas; quando ocorre violência sexual contra crianças e adolescentes do gênero feminino, ou ainda quando algum evento é promovido por parte de agentes (governamentais e/ou não governamentais) que lidam diretamente com a questão. Mas o fato de os jornais

terem se centrado em relatos do tipo, destacando assassinatos, atos bárbaros e incomuns, sem se preocuparem em fazer leituras críticas sobre o ocorrido, leva a pensar que, em certa medida, contribuem para incutir no imaginário do leitor (e da sociedade em geral) o medo e o trauma.

Relativamente aos casos de violação sexual contra crianças e adolescentes do gênero feminino, a frequência de notícias sobre esse tipo de acontecimentos nos jornais, constituiu um motivo de inquietação, principalmente pela forma corriqueira e pelo caráter de “normalidade” com que esses atos são apresentados nos relatos. Além da abordagem superficial, os jornais parecem ignorar fontes provenientes de organizações que trabalham no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência em Cabo Verde⁷⁰. Neste sentido, tudo indica que as organizações que atuam nesse campo, no país, também não têm incidência, ou não exercem influência na mídia para promover leituras mais acuradas sobre o tema e para fornecer informações e dados que permitem conhecer o quanto a violência de gênero afeta crianças e adolescentes, bem como apontar soluções para o enfrentamento da situação.

Em termos de relacionamento com as fontes, o modo como os jornais cobriram o tema da violência de gênero contra as mulheres, ao longo período analisado, permitiu constatar uma tendência dos veículos em privilegiar informações provenientes de fontes oficiais, com preferência para depoimentos prestados por chefes e/ou agentes policiais. Conforme se viu na análise, foram citadas em menor número informações provenientes de outras fontes (vítimas, agressores (as), cidadãos (aos) comuns, especialistas e outras) e, quando isso aconteceu, foi sem contrastar informações. Neste sentido, a conclusão a que se chega é de que a cobertura do tema seguiu sobretudo um viés policial, ou criminal.

Pode-se afirmar ainda que, tendo dado preferência às fontes oficiais em detrimento das vozes de cidadãos da sociedade civil e de especialistas, os veículos acabaram por investir muito pouco na produção de informação que permitisse uma melhor compreensão da realidade sobre a violência de gênero contra as mulheres enquanto problema social. Ou seja, a análise do conteúdo dos textos publicados nos jornais permite concluir que a informação

⁷⁰ No caso de Cabo Verde, a instituição que lida com assuntos relacionados ao atendimento a crianças e adolescentes é o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente - ICCA. Além dessa instituição governamental, existem outras organizações não governamentais (ONGs) que trabalham em prol da defesa e garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, designadamente, a Associação Crianças Desfavorecidas – ACRIDES, a Associação das Famílias e Amigos de Crianças com Paralisia Cerebral – ACARINHAR - e a Fundação “Infância Feliz”. Neste domínio, Cabo Verde tem contado também com a parceria de organismo internacionais, como a Bornefonden e a UNICEF, que é um dos maiores patrocinadores dos projetos para criança e adolescentes e principais parceiros no país no que tange à defesa e garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, assim como na formulação de políticas sociais.

veiculada sobre a temática foi redutora e simplificadora, o que impede a compreensão da questão na sua dimensão mais ampla e social.

Tendo em consideração a teoria do agendamento (McCOMBS e SHAW, 1972; 1993; TRAQUINA, 2000; 2001; 2005b; WOLF, 2006; McCOMBS, 2009; HOHLFELDT, 2010), que confere aos meios de comunicação um maior poder na seleção, no enquadramento de temas e na influência da opinião pública em relação aos temas abordados, contribuindo para o estabelecimento de novos paradigmas comportamentais ou ajudando a quebrar antigos, pode-se concluir que esse poder não é exercido pelos jornais pesquisados em relação a esse tema. A partir da análise dos dados e de uma avaliação do conteúdo das notícias, percebe-se que a forma como a violência de gênero contra as mulheres vem sendo tratada pelos jornais não permite ao público compreender e obter conhecimento a respeito. Essa imprensa não aprofunda nem dá continuidade ao assunto quando o registra.

Mas, esta conclusão deve ser compreendida no quadro de uma arquitetura de comunicação social vigente em Cabo Verde que Évora (2010; 2011) denomina de um modelo de “jornalismo sentado”. Em função desta caracterização, o autor argumenta que os profissionais ao em vez de “informação-bem-do-público” produzem “informação-bem-do-político”, porque no país ainda os partidos políticos conseguem definir estratégias de forma a controlar a agenda da comunicação social. Portanto, neste quadro e, como esta pesquisa demonstra, a questão de agendamento no jornalismo cabo-verdiano seria ainda um problema por resolver. Neste sentido, concorda-se com Évora (2011) quando também defende que o jornalismo cabo-verdiano precisa ser reinventado no sentido deste passar a priorizar assuntos que dizem respeito aos interesses da sociedade e não dos poderes públicos.

Por outro lado, levando-se em consideração que a tiragem desses jornais é de 5000 exemplares, em média, pode-se pensar que esse número é inexpressivo em relação à população alfabetizada em Cabo Verde que atualmente é de cerca de 95%. Nesse quadro, e como em regra acontece, depreende-se que os jornais são mais lidos por um público mais elitizado que, por isso, estaria também em melhores condições para influenciar a opinião pública através de artigos de opinião, por exemplo, que poderiam escrever não só para promover debates, como também criticar a própria mídia, quando se desvia do compromisso de prestação de um serviço público sobre temas sociais candentes.

Esses leitores enquanto formadores de opinião e porta-vozes da sociedade teriam igualmente uma responsabilidade de agendar (ou melhor, contra-agendar) discussões sobre o tema da violência de gênero contra as mulheres. Entretanto, a pouca quantidade de textos do

gênero opinativo encontrada nesta pesquisa permite concluir também que da parte da própria sociedade cabo-verdiana existe pouco interesse em discutir publicamente a questão da violência de gênero contra as mulheres, o que significa afirmar que não existe também um movimento contrário de contra-agendamento.

Por último, a análise permite afirmar que a imprensa escrita cabo-verdiana, algumas vezes, divulga os crimes baseados no gênero com um tom sensacionalista. Isto pode ser observado não só na prevalência de relatos de casos trágicos como em algumas manchetes relacionadas cujos títulos demonstram essa tendência, por usarem frequentemente palavras de caráter mórbido, como morte e assassinato. Outro aspecto revelador dessa tendência é o uso de termos que valorizam a dimensão quantitativa ou numérica da violência como forma de chamar atenção pela crueldade ou barbaridade do ato cometido.

Em suma, pode-se afirmar que a qualidade da cobertura jornalística feita à violência de gênero contra as mulheres pela imprensa escrita cabo-verdiana, representada pelos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*, revelou-se deficitária, na medida em que os conteúdos das notícias publicadas carecem de contextualização e problematização, que permitem correlacionar casos, refletir sobre números, criticar, cobrar e fiscalizar medidas públicas e legislativas do Estado e de outros agentes com responsabilidade na matéria. Uma preocupação em prestar um serviço público, como informar sobre locais de denúncia e apoio às vítimas da violência de gênero, praticamente não aparece expresso nos conteúdos das notícias divulgadas pelos três veículos. Deste modo, pode-se afirmar que os veículos pouco contribuem para o agendamento de discussão pública sobre o tema e efetivo conhecimento público dos aspectos que perpassam esse problema social em Cabo Verde.

Desafios e Recomendações

Na busca de soluções para enfrentamento do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres, seria válido pensar que a imprensa desempenha uma função de extrema relevância em diversas frentes, por usufruir de um papel social e “poder” de influenciar a opinião pública. A partir das discussões e reflexões feitas ao longo deste trabalho, com base nos inúmeros autores nomeados, fica assente que atuação da mídia no geral, e do jornalismo em particular, pode ajudar no alerta à sociedade, na cobrança às autoridades, no esclarecimento da questão como problema social, na difusão de projetos e serviços de atendimento às vítimas e aos próprios agressores que perpetram atos de violência de gênero.

No caso da imprensa cabo-verdiana, não obstante as deficiências e lacunas verificadas no conteúdo das notícias veiculadas nos jornais estudados, ao longo da última década, pode-se afirmar que só o fato de a violência de gênero contra as mulheres ser noticiado já revela um avanço. Isso demonstra que o assunto deixou de ser encarado como de âmbito exclusivamente privado ou doméstico e que, os veículos de comunicação, de alguma forma, contribuem para denunciar e dar visibilidade pública ao problema. Porém, a complexidade que atravessa o fenômeno exige não só a sua visibilização, mas também um tratamento diferenciado por parte dos profissionais (jornalistas, repórteres e editores), que devem estar preparados e dispostos a investir em coberturas jornalísticas que sejam desgarradas de abordagens com foco sensacionalista ou policial, contribuindo para um salto qualitativo no que toca à cobertura jornalística e ao tratamento de acontecimentos/ fatos sobre a violência de gênero.

Não se pode negar também que o trabalho de um profissional que tenha esse comprometimento impõe a transposição de uma série de dificuldades. Uma delas diz respeito à necessidade de formação específica (ou especializada) para a cobertura de questões de complexidade como da violência de gênero contra as mulheres. Neste domínio, o desafio se coloca não só aos profissionais de jornalismo, que devem investir mais na sua formação, como às próprias universidades de Cabo Verde que ministram cursos de jornalismo. Estes devem investir em ofertas formativas que promovam debates que reforcem o conhecimento profundo acerca da temática em causa e de vários outros problemas sociais que afligem a sociedade cabo-verdiana.

No contexto laboral, sugere-se também maior investimento institucional em oferecer às equipas jornalísticas oportunidades estratégicas de capacitação para tipos de coberturas que comportem dificuldades, como o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres. Essas oportunidades poderiam surgir através da realização de oficinas, seminários, encontros e debates sobre a relação entre violência de gênero e mídia levados a cabo por via de parcerias entre redações e universidades, organizações do poder público, agências internacionais, ONGs e especialistas da área.

Por outro lado e, considerando que esta forma de violência comporta uma combinação ampla de fatores que precisam ser convenientemente conhecidos, explicados e refletidos, o seu enfrentamento deve ser encarado como uma tarefa que exige uma atuação articulada e incisiva dos jornalistas com outros atores governamentais, não governamentais e também da sociedade civil. Os meios de comunicação, particularmente a imprensa escrita, usufruindo de um crescente poder na formulação da opinião pública, têm um papel fulcral na mobilização

desses diversos atores, alertando-os para atitudes promotoras de maior consciência pública sobre a gravidade da questão e maneiras mais eficazes de prevenir e combater os crimes baseados nas relações de gênero. Neste particular, o repto aos meios de comunicação social cabo-verdianos é para um maior comprometimento com o papel social que cabe à mídia, o que pode ser traduzido numa postura mais fiscalizadora e crítica em relação às propostas e medidas de políticas públicas (preventivas, legislativas, policiais e/ou judiciais) que são levadas a cabo ou não pelo Estado cabo-verdiano e, não só.

É preciso também que a cobertura dos fenômenos violentos baseados no gênero seja feita de forma completa, contextualizada, problematizada e crítica, alicerçada na análise dos cenários, atores, contextos socioeconômicos, antecedentes, das causas e consequências. A divulgação de experiências, ações e casos exemplares de superação e/ou contenção da violência seria também um desafio que permitiria melhorar a informação jornalística e proporcionar ao público-leitor ferramentas para o conhecimento mais amplo e um debate mais consciente do problema.

Por outro lado, o diálogo constante entre a mídia e as diversas fontes de informação relacionadas à área da violência de gênero (poder público, organismos internacionais, ONGs, especialistas, cidadãos, atores envolvidos no ato de violência, etc.) não pode ser promovido somente do lado dos jornalistas. Para que esta colaboração seja mais efetiva e permita a construção de informações contextualizadas e aprofundadas sobre o tema é preciso que esses diferentes agentes demonstrem uma pró-atividade e disponibilidade em incidir sobre a mídia, fornecendo informações corretas, objetivas e pertinentes, que permitam um entendimento mais nítido das especificidades do fazer jornalístico.

Relativamente à representação das mulheres envolvidas em situações de violência de gênero, constatou-se que os três órgãos impressos investigados representam as mulheres essencialmente na condição de vítimas e não como sobreviventes, reforçando a ideia de vitimização e construindo uma imagem feminina vulnerável, passiva e subordinada à figura masculina. Por essa lacuna, o desafio que se coloca aos profissionais do jornalismo é o de evitar relatos que reforcem a ideia de vitimização. Impõe-se aos veículos em causa uma fuga à simplificação e ao uso recorrente de linguagens clichês nos relatos jornalísticos, que contribuem para estereotipar a figura feminina, colocando-a em condições de inferioridade e subordinação perante os homens. Portanto, uma abordagem do tema fora de contextos de comoção e que evite o uso de imagens inadequadas, com a possível exposição de vítimas e familiares, deve ser valorizada.

A criação de Observatórios da Imprensa em Cabo Verde seria também uma forma de promover melhorias na prática jornalística cabo-verdiana, principalmente, no que toca ao tratamento de assuntos de interesse social. Acredita-se que um investimento nesse sentido traduzir-se-ia em uma contribuição marcante para incentivar a participação do Estado, em conjunto com a sociedade, na fiscalização das produções midiáticas no país.

É preciso que se pondere também que, pelo menos até 2010, não existia em Cabo Verde uma lei que reconhecesse a violência de gênero contra as mulheres como crime público. Com essa ausência acabou-se, em certa medida, por perder tempo com uma legislação de cunho patriarcal que terá contribuído para reforço de moldes de desigualdade entre os gêneros e, a mídia, conseqüentemente, também reproduziu os valores que permeiam a sociedade e o Estado cabo-verdianos. Por isso, pensa-se que com a criação e aprovação da nova lei sobre a violência de gênero, que entrou em vigor em 2011, o Estado oferece subsídios concretos para a erradicação e/ou minimização da violência de gênero contra as mulheres. Entretanto, para que a lei funcione, um trabalho articulado entre o Estado e os vários atores da sociedade seria uma via de conscientizar a sociedade para uma atitude mais pró-ativa e crítica a cerca do tema violência de gênero contra a mulher e os próprios produtos veiculados pelos meios de comunicação.

Como apontam Lira e Veloso (2007), é preciso que o papel da mídia e sua função educativa sejam repensados no sentido de se possibilitar a própria democracia e “[...] mais do que isso é humanizar ainda mais algo que é inerente aos seres humanos. Através de uma comunicação voltada para o conhecimento que gere o respeito às diferenças e promova a equidade de gênero nos meios de comunicação de massa” (LIRA e VELOSO, 2007, p.10-12)

Limitações do estudo

O presente estudo não pretendeu ser exaustivo, em função do pouco tempo que se tem num curso de mestrado para desenvolver uma pesquisa dissertativa. Por outro lado, não se deve esquecer que um trabalho científico desta natureza é sempre uma obra aberta, um produto inacabado, que abre espaço para outras conquistas, em função de novas reflexões e interrogações que vão surgindo a qualquer pesquisador que procura perseguir o caminho de um fazer científico assente em abordagens teóricas e empíricas sólidas e que possam gozar de alguma pertinência e credibilidade. Neste sentido, acredita-se que este trabalho seria mais completo se também conseguisse abarcar os meios de comunicação não impressa (rádio e

televisão) de Cabo Verde e se fossem também conhecidas apreciações e/ou opiniões dos próprios leitores cabo-verdianos acerca do tratamento da violência de gênero contra as mulheres na mídia nacional, bem como os fatores que motivaram a tendência verificada nesta pesquisa.

No trabalho de campo realizado em Cabo Verde chegou-se a fazer algumas entrevistas, com vistas a complementar a análise de conteúdo das matérias. As gravações das conversas com os entrevistados foram feitas mediante consentimento verbal destes. Porém, as informações obtidas dessa forma acabaram por não ser consideradas neste trabalho, porque não se dispunha de um documento escrito e assinado que comprovasse a anuência das fontes. O fato de se ter tomado conhecimento dessa exigência do Comitê de Ética da Pesquisa da universidade, depois de se ter feito as gravações com os entrevistados e de se ter regressado ao Brasil, impediu a sua utilização. Tentou-se obter essas autorizações por correio eletrônico (e-mail), mas, uma vez que as respostas não foram imediatas e corria-se o risco de atrasar a conclusão do trabalho, optou-se por centrar a análise apenas no conteúdo dos jornais. Por isso, é neste contexto que as conclusões desta dissertação devem ser consideradas. Assume-se, pois, o desafio de aprofundar este estudo, complementando-o com os subsídios de entrevistas, as quais se acredita que vão permitir uma reflexão mais abrangente sobre o tema desta dissertação.

REFERÊNCIAS

AFROSONDAGEM; DIREÇÃO GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (DGCS). Inquérito à Satisfação e Audimetria dos Órgãos de Comunicação Social. Cabo Verde, Praia, 2011.

ALBERCA, Julia Yébenes. Tratamiento de la violencia contra las mujeres en los medios de comunicación: recomendaciones para las buenas prácticas en la información sobre violencia de género. FAPE, 2005.

ALBUQUERQUE, Luis Guilherme e SANTOS, Maria Emília Madeira. História Geral de Cabo Verde. Volume I. 2. Ed. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 2001.

ALSINA, Miquel Rodrigo. A construção da notícia. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALVARENGA, João Silvestre. A violência doméstica contra universitárias em cabo verde. Praia, 2011. Estudo apresentado no Fórum Internacional sobre Segurança Pública, Cabo Verde, Praia, Março 2011.

ANDRADE, Elisa Silva. As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1569 – 1975). Paris: L’Harmattan, 1996.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional In: Etnográfica, Vol. VIII (2), 2004.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicologia para América Latina, México, n. 14, out. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 30 jul. de 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Edições 70, 1997/2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Editora Vozes, Petrópolis, Brasil, 2002.

BEATO, Claudio. A mídia define as prioridades da segurança pública. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BESSA, Karla Adriana Martins. O papel da mulher na sociedade ao longo da história. 2007. Disponível em: <<http://estelavieira-uminho.blogspot.com/2009/08/o-papel-da-mulher-na-sociedade-ao-longo.html>>. Acessado em 24 de jul. de 2011.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 33 Ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kuhner, 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Sobre a televisão.** Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz, 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRITO-SEMEDO, Manuel. A construção da identidade nacional, análise da imprensa entre 1877-1975. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBLN), 2006.

CABO VERDE. Constituição da República de Cabo Verde - 2ª. revisão ordinária 2010, 4. ed. Praia, Assembleia Nacional, 2010.

_____. **Decreto-Legislativo nº 5/2007: Aprova o Código Laboral Cabo-verdiano.** Boletim Oficial, Serie I, n. 37, Cabo Verde, Praia, 16 de outubro de 2007.

_____. **Lei n. 84/VII/2011 sobre a violência baseada no gênero, de 11 de Março de 2011.** Praia, Assembleia Nacional, 2011.

_____. **Lei nº 70/VII/2010: Altera a Lei nº 56/V/98, de 29 de Junho, que regula o regime jurídico da Comunicação Social, de 16 de Agosto de 2010.** Boletim Oficial, Serie I, n. 31, Cabo Verde, Praia, de 16 de agosto de 2010.

_____. **Lei nº 73/VII/2010: Altera a Lei nº 58/V/98, de 29 de Junho, sobre a Lei da Imprensa Escrita e de Agência de Notícias, de 16 de Agosto de 2010.** Boletim Oficial, Serie I, n. 31, Cabo Verde, Praia, de 16 de Agosto de 2010.

_____. **Programa de Governo para a VII Legislatura (2006 – 2011).** Disponível em <www.governo.cv>. Acessado em 8 de Dezembro de 2010.

CARREIRA, António. Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878). Praia: IPC, 2000.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: **BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa, B. de e (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil.** São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

CERVI, Emerson Urizzi; CANCIAN, Natália; SANTOS, Sandra dos. Fotografia e visibilidade de temas sociais nas primeiras páginas de jornais diários: análise comparativa entre periódicos de abrangência local e regional durante a campanha eleitoral de 2006. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/9/9d/GT4_05_Ecervi.pdf>. Acessado em 15 de ago. de 2011.

COLLARO, Antonio Celso. **Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 1996.

COLLARO, Antonio Celso. **Produção visual e gráfica**. São Paulo: Summus, 2005.

CORREIA, Karla Marthinna Viana. **Análise de conteúdo do jornalismo impresso natalense**. UFRGN, Natal, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/correia-karla-jornalismo-impresso.pdf>> Acessado em 8 de Dezembro de 2010.

COSTA, Cláudia Lima. O tráfico de gênero. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, pp. 127-140.

DUARTE, Jorge; **BARROS**, Antonio (Orgs). **Métodos e técnica de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ENTIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO Y EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES (ONU MUJERES). **El progreso de las mujeres en el mundo (2011 –2012): en busca de La justicia**. Disponível em: <<http://progress.unwomen.org/>> Acessado em 30/08/2011.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Políticas de comunicação e liberdade de imprensa – análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009**. Universidade do Minho, 2010. Tese de Doutoramento em Sociologia da Informação – Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, junho de 2010.

_____. **Jornalismo sentado, construção democrática e políticas de comunicação em cabo verde**. In: *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v.10, n.19, sem. 2011.

_____. **Políticas de comunicação e contexto mediático cabo-verdiano**. 2005. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acessado em 8 de Dezembro de 2010

_____. **Imprensa Cabo-verdiana: Mapeamento do campo**. Edição NÓS MEDIA, 2006. Disponível em: www.nosmedia.wordpress.com. Acessado em 8 de Dezembro de 2010.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária caboverdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis, UFSC, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV** In: *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, V. 28, n. 1, pp. 151-162, jan.-jun, 2002.

_____. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV** In: *Revista Estudos Feministas*, Ano 9, n. 586, 2/2001.

GELLES, Richard J. **Intimate Violence in Families Thousand Oakes**. Califórnia, Sage Publications, 1997. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0iInxNf0B4UC&oi=fnd&pg=PA2&dq=Intimate+Violence+in+Families+Thousand+Oakes&ots=whewRdORj&sig=qt2hXsbNLlggqTtKonO3rqb4VVA#v=onepage&q=Inti>>

[mate%20Violence%20in%20Families%20Thousand%20Oakes&f=false](#)>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz da Silva Tadeu, Guacira Lopes Louro. 10 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Estudos Culturais** – dois paradigmas. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende et. all. Belo Horizonte: UFMG, 2006 a.

_____. **Apresentação para ler Stuart Hall.** In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende et. all. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

HERITAGE FOUNDATION. CAPE VERDE: Economic Freedom Score. In: 2012 Index of Economic Freedom. In: <http://www.heritage.org/Index/pdf/2012/countries/CapeVerde.pdf> consultado em 13 de janeiro de 2012.

HERSCIVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: **LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: **HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, C. Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). Teorias da Comunicação: conceitos escolas e tendências.** Petrópolis: Vozes, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS); MACRO INTERNATIONAL. Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, IDSR-II, 2005. Calverton, Maryland, USA: INE, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Relatório de Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, Cabo Verde, Praia, 2010 Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/RELATORIO%20RESULTADOS%20PRELIMINARES%20RGPH%202010%20final.pdf>>. Acessado em 17 de fevereiro de 2011

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Workshop de disseminação dos resultados da pobreza em Cabo Verde: resultados do QUIBB 2007, Praia, 2008. Disponível em: <www.ine.cv> Acessado em 31 de janeiro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); INTITUTO CABOVERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO (ICIEG); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); Homens e Mulheres em Cabo Verde: Factos e Números 2008. Praia: 2008.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIMA, Venício A. Sete teses sobre a relação Mídia e Política. Mimeo, 2003.

LIRA, Manuela; VELOSO, Ana. A Violência Simbólica da Mídia contra a Mulher. UFPE, PE, 2008 - Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

LOPES, José Vicente. Gênero, Mulher e Política. Praia: ICF /Rejop, 2002.

LUSTOSA, Elcias. O texto da notícia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARQUES DE MELO, José Marques de; ASSIS, Franciscato de. (Orgs.). Gêneros jornalísticos no Brasil. São Bernardo dos Campos, UESP, 2010.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro.** 2 ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MCCOMBS, Maxwell. A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de ideias. In: **TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **A função do agendamento dos media.** In: **TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra, Minerva, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt>> Acessado em 20 de Março de 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Os Principais indicadores da Educação 2009-2010, Gráfica da Praia, 2011.

_____. **Anuário da Educação 2009-2010.** Gráfica da Praia, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) - UNIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTO; INSTITUTO CABOVERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO (ICIEG). Plano Nacional de Combate a Violência Baseada no Gênero. MundiServiços, 2006. Disponível em: <http://webapps01.un.org/vawdatabase/uploads/Cape%20Verde%20-%20Plano%20Nacional%20de%20Combate%20a%20violencia%20baseada%20no%20genero.pdf>.> Acessado em 7 de Julho de 2011.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Mulheres, Democracia e Desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde**. Praia, Cabo Verde: Edições Uni-CV, 2009.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://www.letraviva.net/arquivos/tcc/5-%20Roque_Moraes.pdf> acessado em 8 de Dezembro de 2010.

NJAINÉ, Kathie; **MINAYO**, Maria Cecília **A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura**. In: **NJAINÉ**, Kathie. **Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública**. Rio de Janeiro, 2004.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. **Vencendo Barreiras**. Praia: ICF, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica** In: **HISTÓRIA**. São Paulo, v.24, n.1, pp.77-98, 2005.

PENA, Filipe. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTES, Felipe Simão; **SILVA**, Gislene. **Jornalismo e realidade: a necessidade social da notícia**. *Revista Galáxia*. n. 18. pp. 45-55, São Paulo: PUC-SP, dez. 2009.

POPPE, Patricia. **Parcerias com a mídia para prevenir a violência doméstica**. In: **MORRISON**, A.R. ; **BOEUL**, M. L. **A família ameaçada: violência doméstica nas Américas**. Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Mapa de Cabo Verde**. Imagem GIF. Tamanho 158.4KB (162, 198 bytes). Dimensões 500×519 pixels. Disponível em:<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/cabo-verde/imagens/mapa-de-cabo-verde-4.gif>>. Acessado em 6 de Agosto de 2011.

QEIROGA, Antonio. **Entrevista Nelson Traquina: “o cidadão antes do consumidor”**. Disponível em: < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da200520032.htm>> Acessado em 15/08/2011.

RAMOS, Silvia e **PAIVA**, Anabela. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RÊGO, Sofia Costa; **VIZEU**, Alfredo Eurico. **A construção social da realidade no NETV 1ª Edição: a função pedagógica do telejornalismo**. Intercom. Curitiba, PR, 2009 Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3294-1.pdf>> Acessado em 15 de março de 2010.

ROCHA, Jose Antonio. **Zonas de visualização da página impressa**. Disponível em: <<http://meiradarocha.jor.br/news/2007/08/10/zonas-de-visualizacao-da-pagina-impressa/>> Acessado a 15 de setembro de 2011.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Presença, 1994.

ROSABAL, Maritza. **As faces (in) visíveis da violência de Género**. Texto apresentado na Conferência internacional “As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas”, Universidade de Cabo Verde, Praia, Novembro de 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Género. Cadernos Pagu (16) 2001, pp.115-136** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. > Acessado em 8 de Dezembro de 2010.

SALASAR, Maisa; **FONSECA**, Lígia D. **Guia dos direitos da Mulher em Cabo Verde**. Praia, Cabo Verde: ICF, 2000.

SALÚSTIO, Dina. **Violência contra as mulheres**. Praia, Cabo Verde: Instituto da Condição Feminina. 1999.

SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II. Lisboa; Praia: ICT; INCCV, 1995.

SANTOS, Carlos. **O melhor da imprensa cabo-verdiana**. Cabo Verde, 2010. Disponível em: <<http://kriolradio.blogspot.com/2010/11/o-melhor-da-imprensa-cabo-verdiana.html>>. Acessado em 5/01/2011.

SANTOS, Cecília MacDowell; **IZUMINO**, Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil**. In: *Revista E.I.A.L.* 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. In: *Revista Educação e Realidade*. UFRGS, Porto Alegre, v 20, nº 2, 1995. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scott_gender> Acessado em 5 de Março de 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. In: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html> Acessado em 5 de Março de 2010

SOARES, Barbara. **Violência doméstica: é hora de dar voz a mulheres e a homens**. In: **RAMOS**, Silvia e **PAIVA**, Anabela. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2001. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acessado em 8 de Dezembro de 2009.

_____. **Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf> acessado em: 15 de setembro de 2011.

_____. **“News values” nas fotos do ano no World Press Photo: 1956-1996.** Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-news-values.pdf>> Acessado em 15 de setembro de 2011.

_____. Introdução à análise do discurso jornalístico impresso. Editora Letras Contemporâneas, 2004.

SILVA, Carmelita de Afonseca. Trajectória de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal: Análise a partir da Percepção das Mulheres que vivenciam o Drama. Praia, Uni-CV, 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

SILVA, Marcia Veiga da. Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. 2010. Relações de gênero em África: as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde. Disponível em: <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2195/1/CIEA7_11_SILVA_Rel%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero%20em%20%C3%81frica.pdf> Acessado em 20 de dezembro de 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Gênero no mundo do trabalho. MIMEO. 2000.

TARRAGÓ, Júlia Pereira; HOHLFELDT, Antonio. Síntese da imprensa periódica na província de Cabo Verde. In: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0499-1.pdf>> Acessado em 1/02/2012

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo, Brasiliense, 2002.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: **TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Redescoberta do Poder do Jornalismo: análise da teoria do agendamento.** Livraria Minerva Editora, Coimbra, 2000.

_____. **Teorias do jornalismo I: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005 a.

_____. **Teorias do jornalismo II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005b.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX.** Editora Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: **TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1993.

WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais: parte 1. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais: parte 2.** 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação, 9 ed. Lisboa, Editorial Presença, 2006.

VAZ, Cláudio Vitor. Os Medias em Cabo Verde. Introdução: liberdade de imprensa ou jornais ao serviço do poder? - Estudo comparativo dos jornais cabo-verdianos. Universidade de Coimbra - FLUC – IEJ, 2007. Trabalho apresentado no âmbito do Seminário de Análise dos Media, no ano letivo de 2006/2007.

VELLOSO, Renato Ribeiro. Violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo323.shtml>>. Acessado em 15 de Agosto de 2011.

VIZEU, Alfredo Eurico. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 40, pp. 77-83, Dez. 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Variáveis e categorias para análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa) dos jornais

CATEGORIAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	VARIÁVEIS E SUBCATEGORIAS	
1. FORMATO (OU MORFOLOGIA) DA MATÉRIA	Jornal	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A semana</i> 2. <i>Expresso das Ilhas</i> 3. <i>A Nação</i>
	Ano	<ol style="list-style-type: none"> 1. 2000 2. 2001 3. 2002 4. 2003 5. 2004 6. 2005 7. 2006 8. 2007 9. 2008 10. 2009 11. 2010
	Editoria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capa 2. Atualidade 3. Social 4. Política 5. Opinião 6. Economia 7. Correio das ilhas 8. Cultura, 9. Policial 10. Vida 11. Entrevista 12. Democracia 13. Nacional 14. Publicidade 15. Local 16. Especial Reportagem 17. Especial Suplemento 18. Direito de resposta
	Localização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Primária; 2. Secundária; 3. Zona morta superior 4. Centro geométrico; 5. Centro ótico 6. Zona morta inferior 7. Capa
	Página	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impar 2. Par

	Dimensão	<ol style="list-style-type: none"> 1. > 1 página 2. Página inteira 3. ¾ página 4. ½ página 5. ¼ página 6. < ¼ página 	
	Fotografias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Com fotografia; 2. Sem fotografia (sem nenhum elemento gráfico) 	
2. CONTEÚDO DAS MATÉRIAS	Gênero Jornalístico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Notícia 2. Nota 3. Reportagem 4. Entrevista 5. Editorial 6. Comentário/opinião 7. Artigo 8. Resenha/critica 9. Coluna 10. Crônica 11. Caricatura 12. Carta/coluna do leitor 	
	Fontes (ou elementos gráficos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vítima; 2. Agressor; 3. Oficial (órgãos do poder judiciário, legislativo e executivo) 4. Especialistas 5. Outros (cidadãos comuns etc.) 	
	Violência (tipo ou forma)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Física (agressão física) 2. Sexual (agressão e abuso sexual, estupro, atentado ao pudor) 3. Psicológica (manipulação, humilhação, etc.) 	
	Vítima	<ol style="list-style-type: none"> 1. Homem 2. Mulher 	
	Agressor (a)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Homem 2. Mulher 	
	Âmbito (ou abrangência) geográfico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nacional 2. Internacional 3. Regional (CEDEAO) 4. Local (ilha, conselho, Cidade) 	
	Autoria da matéria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Homem 2. Mulher 3. Autor (a) da matéria não especificado 	
			<ol style="list-style-type: none"> 1. Eventos Circunstanciais

	Motivo da violência	<ol style="list-style-type: none"> 2. Iniciativa do Jornalista 3. Acontecimento 4. Outro (iniciativa do leitor, colunista, colaborador etc.)
	Relacionamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cônjuge /parceiro (a) / companheiro (a) / namorado (a) / marido (ou ex) 2. Pai 3. Mãe 4. Padrasto 5. Madrasta 6. Irmão/a 7. Filho/a 8. Outro (outro familiar, chefe, médico (a), colega, amigo (a), etc.)
	Justificativos (ou causas) da violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sexualidade/sensualidade da vítima 2. Uso de álcool ou droga 3. Ciúmes/raiva 4. Autoridade/controlado da vítima 5. Problemas psicológicos 6. Problemas financeiros/desemprego 7. Separação (não aceitação/ tentativa de reconciliação) 8. Outro (desobediência, temperamento, vestuário usado pela vítima, local frequentado, etc.) 9. Sem justificativos explícitos
	Faixa etária da vítima	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criança (0- 12 anos) 2. Adolescente (13 – 18 anos) 3. Adulto (a) (19 – 64 anos) 4. Idoso (a) (acima de 65 anos)
	Consequências (ou resultados) da violência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Danos físicos 2. Danos morais 3. Danos materiais 4. Danos psicológicos ou emocionais 5. Assassinato/morte da vítima 6. Assassinato/morte do (a) agressor (a)

		<ul style="list-style-type: none"> 7. Suicídio da vítima 8. Suicídio do (a) agressor 9. Assassinato/Morte da vítima seguido de suicídio do (a) agressor (a) 10. Gravidez indesejada 11. Separação/Divórcio 12. Consequência não especificada na matéria
3. ABORDAGEM JORNALÍSTICA	Abordagem Jornalística	<ul style="list-style-type: none"> 1. Sensacionalista/Negativa 2. Fatural (quando o jornalista assume posição neutra e acrítica, centrando no relato do fato em si, sem aprofundar a questão) 3. Aprofundada (quando o jornalista além de informar sobre o fato, problematiza, alerta para problemas, causas, consequência, soluções, leis, serviços de atendimento, etc.)

APÊNDICE B – Lista das notícias que constituíram o *corpus* de análise (unidades de análise).

A SEMANA

- BRITO, Kim-zé. Violência dentro de casa. *A Semana*. p. 22, 10 de março de 2000
- BRITO, Kim-zé. Menina recebe facada no lugar da mãe. Duas Irmãs esfaqueadas em Madeiralzinho. *A Semana*. p. 22, 31 de mar. de 2000
- BRITO, Kim-zé. Vítima inocente. Menina de Seis Anos violada por padrasto. *A Semana*. p. 18. 7 de Abril de 2000
- MULHER Morta em Eugênio Lima. *A Semana*. p. 8, 7 de Abril de 2000
- BRITO, Kim-zé. A Morte violenta de uma mulher “lobisomem” em S. Vicente. *A Semana*. p. 24, 21 de Abril de 2000
- SILVES, Hermínio. Serial Killer? “Cadeirudo” revela-se à polícia. *A Semana*. p. 23, 8 de Setembro de 2000
- PEREIRA, Marilene. “Vou até o fim”. Rosana Almeida queixa-se do Presidente da JPD. *A Semana*. p. 29, 27 de Outubro de 2000
- BRITO, Kim-zé. Jovem morto à pedrada na Bela Vista. Legítima defesa. *A Semana*. *A Semana*. p. 16. 27 de Abril de 2001
- SUBCHEFE da POP agride ex-esposa no Sal. *A Semana*. p. 18, 1 de Junho de 2001
- CARDOSO, Domingos. Fim de semana sangrento. *A Semana*. p. 25, 22 de Junho de 2001.
- CARDOSO, Domingos. Um mistério por desvendar. Caso Vanderlita. *A Semana*. p. 24, 29 de junho de 2001
- FILHO, Alípio Clarence. O silêncio que mata. *A Semana*. p. 23, 20 de julho de 2001
- CARDOSO, Domingos. Pai engravida filha de 13 anos. Violação de menores. *A Semana*. p. 23, 20 de julho de 2001
- MULHER traída escalda o companheiro. *A Semana*. p. 20, 15 de Março de 2002
- PINA, Constança de. Jovem viola octogenária em S. Nicolau. *A Semana*. p. 32, 15 de Março de 2002
- PEREIRA, Marilene. Com uma faca nas costas. *A Semana*. p. 20, 19 de julho de 2002
- BRITO, Kim-Zé. “Golpe de bananon”. Tribunal aplica 21 anos aos assassinos de Ti Bia. *A Semana*. p. 20, 19 de julho de 2002
- ARENA, Joaquim. A triste história de Carlita. *A Semana*. p. 12-13, 26 de julho de 2002
- TG. Não se morre por amor. *A Semana*. p. 23, 26 de julho de 2002

ELA esfaquiou o namorado. *A Semana*. p. 21, 5 de julho de 2002

CRIME inqualificável. SOLITÁRIA de 98 anos violada e espancada. *A Semana*. p. 22, 20 de setembro de 2002

BRITO, Kim-Zé. Suspeito detido. Idosas sob perigo de violação. *A Semana*. p. 20, 27 de Setembro de 2002

BRITO, Kim-Zé. Doente mental vítima de violação. *A Semana*. p. 20, 4 de outubro de 2002

VISÃOSNEWS. Pai mata a filha, mulher, sogra e comete suicídio. *A Semana*. p. 18, 17 de janeiro de 2003

RAPTO e violações. *A Semana*. p. 18, 7 de Março de 2003

SEM precaução. *A Semana*. p. 18, 7 de Março de 2003

PINA, Constança de. Defesa pede absolvição da ré. Mulher que matou o marido. *A Semana*. p. 18, 02 de Maio de 2003

PINA, Constança de. Bebê de três anos violada no Sal. *A Semana*. p. 18, 02 de Maio de 2003

BRITO, Kim-zé. Moça espancada numa loja chinesa. *A Semana*. p. 18, 04 de julho de 2003

MEDINA. João Almeida. Condenada a um ano e dez meses de prisão. Mulher que matou o amante na Ribeira Grande. *A Semana*. p.18, 04 de julho de 2003

BRITO, Kim-zé. Vingança feminina. Mulheres queimam maridos. *A Semana*. p. 18, 11 de julho de 2003

BRITO, Kim-zé. “Sova brutal”. Mulher espancada pelo marido. *A Semana*. p. 18, 8 de Agosto de 2003,

PEREIRA, Marilene. Mãe quer justiça para filha violada e grávida. Suspeito de pedofilia deixa o país. *A Semana*. p. 1-3, 4 de julho de 2004

BRITO, Kim-zé. Mulher nas “mãos” de três amigos. Violação sexual. *A Semana*. p. 20, 9 de julho de 2004

BRITO, Kim-zé. A saga continua. Devassa em formato digital. *A Semana*. p. 19, 16 de julho de 2004

BRITO, Kim-Zé. “Namoros” fora de regra. *A Semana*. p. 20, 23 de julho de 2004

TRIBUNAL legaliza prisão do homicida. Assassinato em Tira Chapéu. *A Semana*. p. 17, 27 de agosto de 2004

PINA, Constança de. Lamento de uma filha. *A Semana*. p. 16, 17 de setembro de 2004

SIMAS, Kaunda. “Devassa digital”. *A Semana*. p. 19, 7 de janeiro de 2005

BRITO, Kim-zé. “Querem influenciar a justiça”. Pai nega ter violado a filha. *A semana*. p. 16, 18 de Fevereiro de 2005

COPOS partidos em chã das caldeiras. *A Semana*. p. 12, 15 de Abril de 2005

CIÚME mata na Praia. *A Semana*. p. 17, 9 de dezembro de 2005

SIMAS, Kaunda. Homem tenta matar mulher e depois suicida-se. *A Semana*. p. 13, 24 de Março de 2006

HOMEM esfaqueia mulher em assalto e foge. *A Semana*. p. 11, 7 de Abril de 2006

BRITO, Kim-zé. Jovem esfaqueia namorada. *A Semana*. p. 26, 22 de Dez de 2006

JP. Estudante do ISE morta pelo ex-marido. *A Semana*. p.13, 20 de julho de 2007

BRITO, Kim-zé. Homicídio qualificado e ocultação de cadáver. *A Semana*. p. 16, 23 de Novembro de 2007

BRITO, Kim-zé. “Nunca concedi clemência a Barros”. Professora reage à sentença do tribunal de S. Vicente. *A Semana*. p. 17, 12 de Janeiro de 2007

SIMAS, Kaunda; SILVA, Rita Vaz da. Tragédia no paraíso. *A Semana*. p. 1-8, 16 de Fevereiro de 2007

MÁFIA mandou executar as italianas. Tragédia no Sal. *A Semana*. pp.4-5, 9 de março de 2007

MESQUITA, Lilia. Polícia acusado de espancar esposa. *A Semana*. p. 14, 9 de Março de 2007

MESQUITA, Lilia. Crianças de quatro anos violadas no Maio. *A Semana*. p. 14, 9 de Março de 2007

PINA, Alírio Dias de. Militar mata namorada. *A Semana*. p. 14, 9 de Março de 2007

BRITO, Kim-zé. Sandro e Admilson acusados de duplo homicídio. Assassinato das Italianas no Sal. *A Semana*. p. 14, 1 de junho de 2007

FILHA de cabo-verdiana morre na Inglaterra vítima de espancamento. *A Semana*. p. 14, 1 de junho de 2007

CARVALHO, Luís. Violência contra a mulher: devem as autoridades continuar a fazer orelha moucas? *A Semana*. p. 21, 5 de janeiro de 2007

PINA, Alírio Dias de. Queixa-crime contra o líder da UCID. *A Semana*. p. 23, 29 de Fevereiro de 2008, 29 de fevereiro de 2008

BRITO, Kim-zé. Vítima perdoa agressor no tribunal. *A Semana*. p. 18, 14 de Março de 2008

BRITO, Kim-zé. Vítima sobreviveu com faca no pescoço. *A Semana*. p 17 , 21 de Março de 2008

BRITO, Kim-zé. Sandro em silêncio, Titá abre o jogo. Tragédia de Fontana em julgamento. *A Semana*. p. 14-15, 11 de Abril de 2008

JOVEM mata companheiro em Santo Antão. *A Semana*. p. 14, 18 de Abril de 2008

BRITO, Kim-Zé. Titá, preso novamente. *A Semana*. p. 2, 9 de janeiro de 2009

MENDES, RAQUEL. Porto Novo: indivíduo condenado por violação. *A Semana*. p. 22, 9 de janeiro de 2009

CENTEIO, Nicolau. Tragédia marca a semana em S. Filipe. *A Semana*. p. 16, 6 de janeiro de 2009

AGRESSOR de Margarida Moreira com ordem de restrição. *A Semana*. p. 22, 27 de Fevereiro de 2009

PADRASTO engravida menor. *A Semana*. p. 9, 27 de março de 2009

PINA, Constança. Nuno Leite acusa Procuradoria de lentidão. Briga em família. *A Semana*. p. 19, 10 de Abril de 2009

CENTEIO, Nicolau. Menor vítima de agressão sexual está a recuperar do trauma. *A Semana*. p. 19, 10 de Abril de 2009

CENTEIO, Nicolau. Sete anos por violação de menor no fogo. *A Semana*. p. 23, 24 de abril de 2009

BRITO, Kim-Zé. Ex-militar condenado pela morte da namorada. *A Semana*. p. 23, 24 de Abril de 2009

GC. Seis anos de prisão por agressão sexual. *A Semana*. p. 28, 3 de junho de 2009

GC. Crime passional deixa quatro crianças sem mãe. *A Semana*. p. 29, 3 de junho de 2009

MOSTEIRENSE pega quatro anos de prisão por violação sexual à ex-esposa. *A Semana*. p. 16, 16 de Outubro de 2009

FONTES, Helena. A violência doméstica na primeira pessoa. *A Semana*. p. 23, 27 de Novembro de 2009

GOMES, Nadine. Inspector da PJ preso em S. Martinho por tentativa de homicídio. *A Semana*. p. 21, 04 de Novembro de 2009

FONTES, Helena. A violência doméstica na primeira pessoa, continuação... *A Semana*. p. 26, 30 de Dez. de 2009

GOMES, Nadine. Mulher acusado de matar o marido presa em São Martinho. *A Semana*. p. 21, 1 de Novembro de 2010, 12 de Novembro de 2010

PINA, CONSTANÇA. Violência doméstica entre “VIP’s” do Mindelo. *A Semana*. p. 18, 6 de Agosto de 2010

MULHER condenada a 12 anos. *A Semana*. p. 20, 6 de Agosto de 2010

PEDRO, Ricardo. Paul: menina deficiente de 15 anos abusada sexualmente. *A Semana*. p. 16, 30 de julho de 2010

FONTES, Helena. Violência doméstica na primeira pessoa à guisa de conclusão...espero. *A Semana*. p. 20, 30 de julho de 2010

JOVEM julgado por homicídio simples. *A Semana*. p. 20, 23 de julho de 2010

JOVEM que matou duas irmãs condenado a 24 anos de prisão. *A Semana*. p. 18, 21 de Maio de 2010

BRITO, Kim-Zé. Caso “putasdesal.cv”. Fotógrafo absolvido. *A Semana*. p.18, 7 de Maio de 2010

HOMEM que matou mulher condenado a 17 anos de prisão. *A Semana*. p. 18, 30 de Abril de 2010

NOGUEIRA, Isabel Marques. Portuguesa acusa funcionário de Calú e Ângela de agressão. *A Semana*. p. 16, 9 de Abril de 2010

AGENTE da PN baleada por ex-companheiro. *A Semana*. p. 27, 29 de Janeiro de 2010

CABO-VERDIANA vítima de violência doméstica mata companheiro depois de uma discussão. *A Semana*. p. 18, 29 de Janeiro de 2010

LEITE, Helena. A auto-comiseração a pretexto da violência doméstica. *A Semana*. p. 27, 8 de janeiro de 2010

EXPRESSO DAS ILHAS

PONTES, Kátia. Senhora de 84 anos violada em Tira-chapéu. Mais um acto bárbaro. *Expresso das Ilhas*. p. 5, 17 de julho de 2002

A, ODAIR. Morte macabra em Calabaceira. Agente da POP mata namorada. *Expresso das Ilhas*. p. 3, 6 de Novembro de 2002

MARÇAL, Vlademiro. O testemunho das vítimas. Violação na Praia. *Expresso das Ilhas*. p. 14, 16 de abril de 2003

MONTEIRO, Fernando. Rapto e violação. *Expresso das Ilhas*. p. 14, 16 de abril de 2003

MONTEIRO, Fernando. Mulher acusada de prender o marido há quatro anos. A força do boato. *Expresso das Ilhas*. p. 3, 30 de abril de 2003

SEMEDO, Keila. Marido esfaqueia mortalmente a mulher. Homicídio e suicídio em noite trágica. *Expresso das Ilhas*. p. 8, 30 de julho de 2004

PONTES, Kátia. Ciúmes falam mais falam mais alto em Sucupira, Praia. Jovem baleada com três tiros. *Expresso das Ilhas*. p. 1 e 9, 30 de julho de 2004

PONTES, Kátia. Mais uma jovem agredida em plena rua. Mulheres sofrem maus tratos. *Expresso das Ilhas*. p. 24, 17 de julho de 2004

PONTES, Kátia. Jovem de 21 anos tenta suicidar-se depois de ter morto namorada. Em terra branca, Praia. *Expresso das Ilhas*. p. 15, 4 de maio de 2005

PONTES, Kátia. Dois assassinatos marcaram a primeira semana de Dezembro. Em terra branca, Praia. Jovem de 26 anos esfaqueada até à morte pelo companheiro. *Expresso das ilhas*. p. 18, 14 de e dezembro de 2005

MONTEIRO, António. Jovem espancada pelo companheiro. Violência doméstica, mais um caso entre muitos. *Expresso das Ilhas*. p. 5, 12 de abril de 2006

GOMES, Alírio Cabral. Marido encontrado a viver com mulher morta. Um caso de amor mórbido nas mãos de PJ. *Expresso das Ilhas*. p. 16, 20 de agosto de 2006

SANTOS, Eduino. Mulher mata companheiro com gargalho de garrafa. Mais um crime de sangue em São Vicente. *Expresso das Ilhas*. p. 25, 8 de outubro de 2006

GOMES, Alírio Cabral. Acidente de trabalho mata pai de família no Palmarejo. Mulher agride esposo à machadada, em Serra Malagueta. *Expresso das Ilhas*. p. 23, 20 de dezembro de 2006

MARÇAL, Vlademiro. O caso macabro da Fontona. A tragédia que vitimou três jovens italianas. O duplo-crime de Fontona (Sal). *Expresso das Ilhas*. pp. 1-4, 14 de fevereiro de 2007

FURTADO, Helga. Mulher assassinada pelo ex-companheiro. Crime passionnal, na Praia. *Expresso das Ilhas*. p. 27, 20 de fevereiro de 2007

PONTES, Kátia. Mais uma italiana morre em Cabo Verde. *Expresso das Ilhas*. p. 15, 18 de abril de 2007

MONTEIRO, Fernando. Mulher de noventa anos precisa de respeito. Há 26 anos, a vender, em Cutelo de Assomada. *Expresso das Ilhas*. p. 18, 3 de maio de 2007

SANTOS, Eduino. Noemy foi morta com um tiro na cabeça. Sargento da PM mata a tiro de Makarov uma jovem de 21 anos. *Expresso das Ilhas*. p. 21, 9 de maio de 2007

GOMES, Alírio Cabral. Julgamento de Sandro e cúmplices aprazado para outubro. *Expresso das Ilhas*. , p. 4, 1 de agosto de 2007

FURTADO, Helga. Duas jovens violadas na Praia da Gâmboa. Enquanto decorriam as actividades de “Gambôa Games 2007”. *Expresso das Ilhas*. p. 6, 17 de outubro de 2007

PONTES, Kátia. Jovem é vítima de violência doméstica. Agressor lecciona no Liceu Domingos Ramos. *Expresso das Ilhas*. p. 21, 17 de outubro de 2007

PONTES, Kátia. Adolescente de 12 anos vítima de agressão e tentativa de violação. Acto de violência continuam a manchar a cidade da Praia. *Expresso das Ilhas*. p. 22, 31 de outubro de 2007

PONTES, Kátia. Assassinato e bala perdida marcam fim-de-semana na capital. Homem mata companheira e esfaqueia enteado de treze anos. *Expresso das Ilhas*. p. 26, 14 de Novembro de 2007

SANTOS, Eduino. Josina enforcou-se e Vanduca continua desaparecida. Madrasta suicida-se, dezenove dias após o desaparecimento da enteada. *Expresso das Ilhas*. p. 16-17, 12 de fevereiro de 2008

PONTES, Kátia. Jovem agredida por um agente no dia da mulher. *Expresso das Ilhas*. p. 5, 12 de março de 2008

MULHER de 35 anos esfaqueada mortalmente. S. Nicolau. *Expresso das Ilhas*. p. 20, 12 de março de 2008

SANTOS, Eduino. Vanduca foi morta e esquartejada pela madrasta. Os meandros do crime em chã de Marinha. *Expresso das Ilhas*. p. 20-21, 2 de abril de 2008

UM Caso midiático ainda por desvendar. Assassinato das italianas no Sal. *Expresso das Ilhas*. p.25, 16 de abril de 2008

FURTADO, Helga. Assaltos seguidos de agressão sexual na cidade da Praia. *Expresso das Ilhas*. p. 2, 30 de julho de 2008

GOMES, Alírio Cabral. STJ legaliza pena a Sandro e Titá. *Expresso das Ilhas*. p. 14, 7 de janeiro de 2009

EXPRESSO DAS ILHAS. Irmãs assassinadas a sangue frio. *Expresso das Ilhas*. p. 2, 3 de junho de 2009

RIBEIRO, Edson. Jovem acusa individuo de agressão e violação sexual. *Expresso das Ilhas*. p. 16, 10 de junho de 2009

DS. Jovem violada. São Domingos. *Expresso das Ilhas*. p. 23, 26 de agosto de 2009

VAL. Jovem acusado de violar intimidades de meninas em julgamento. Na ilha do Sal. *Expresso das Ilhas*. p. 16, 24 de fevereiro de 2010

FURTADO, HELGA. “Estou perder confiança na Justiça”. Mulher violada por nove homens. Agressores em liberdade. *Expresso das Ilhas*. p. 29, 13 de outubro de 2010

A NAÇÃO

CABRAL, Jair. Jovem mata ex-companheira e tenta suicídio. *A Nação*. p. 7, 21 a 27 de fevereiro de 2008

CARVALHO, Luís. Kátia tinha morte anunciada. “Pamodi?”. *A Nação*. p. 42, 28 de fevereiro a 5 de março de 2008

PEREIRA, ÂNGELA. Vinte e cinco anos de cadeia para os argüidos do caso Fontona. *A Nação*. p. 33, 29 de maio a 4 de junho de 2008

JORNALISTA da televisão brutalmente espancada pelo companheiro. *A Nação*. p. 22, 26 de Fevereiro a 4 de março de 2009

MOREIRA, KARINA. Achadinha “marcha” contra assassinato de duas irmãs. *A Nação*. p. 25, 4 a 10 de junho de 2009

HOMEM incendiado em Achada S. Filipe. *A Nação*. p. 36, 30 de julho a 07 de agosto de 2009

MONTEIRO, Fernando. Guarda prisional humilha cidadã. *A Nação*. p. 18-19, 27 de agosto de a 2 de setembro de 2009

CARVALHO, Luís. Violência doméstica: Samira, a mulher de sete vidas. *A Nação*. p. 16, 10 a 16 de dezembro de 2009